



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

MARIA LUCIENE FERREIRA LIMA

**GÊNESE DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL FEMININA NO CEARÁ:
O Colégio de Economia Doméstica Rural no Município de Iguatu (1955-
1983)**

**JOÃO PESSOA/PB
2023**

MARIA LUCIENE FERREIRA LIMA

**GÊNESE DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL FEMININA NO Ceará:
O Colégio de Economia Doméstica Rural no Município de Iguatu (1955-
1983)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, na linha de História da Educação, da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para obtenção do título de Doutora em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Charliton José dos Santos Machado

Linha de Pesquisa: História da Educação

**JOÃO PESSOA/PB
2023**

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

L732g Lima, Maria Luciene Ferreira.

Gênese da educação profissional feminina no Ceará :
o Colégio de Economia Doméstica Rural no município de
Iguatu (1955- 1983) / Maria Luciene Ferreira Lima. -
João Pessoa, 2023.
201 f. : il.

Orientação: Charliton José dos Santos Machado.
Tese (Doutorado) - UFPB/CE.

1. Educação feminina. 2. Instituição escolar. 3.
Ensino agrícola. 4. Economia doméstica. 5. História da
educação. I. Machado, Charliton José dos Santos. II.
Título.

UFPB/BC

CDU 37-055.2(043)

MARIA LUCIENE FERREIRA LIMA

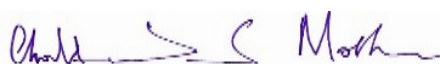
**GÊNESE DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL FEMININA NO Ceará:
O Colégio de Economia Doméstica Rural no Município de Iguatu (1955-
1983)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, na linha de História da Educação, da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para obtenção do título de Doutora em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Charliton José dos Santos Machado

Linha de Pesquisa: História da Educação

BANCA EXAMINADORA



Presidente: Dr. Charliton José dos Santos Machado
Orientador – PPGE/UFPB



Examinadora: Dr.ª Maria Elizete Guimarães Carvalho
Membro avaliadora interna – PPGE/UFPB



Examinador: Dr. Jean Carlos de Carvalho Costa
Membro avaliadora externa – PPGE/UFPB



Examinadora: Dr.ª Olívia Moraes de Medeiros Neta
Membro avaliadora externa – PPGED/UFRN



Examinadora: Dr.ª Sara Raphaela Machado de Amorim
Membro avaliadora externa – PPGE/UERN

DEDICATÓRIA

Figura 1 - Mentores, professores e estudantes do primeiro Curso de Extensão em Economia Doméstica



Fonte: Fotografia produzida pela autora desta tese no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), Campus II Iguatu (2022).

À professora Elze Montenegro, ao deputado Adahil Barreto (*In Memoriam*)

Às professoras e estudantes do primeiro Curso de Extensão em Economia Doméstica da Escola Normal Rural de Iguatu, dedico este trabalho.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela saúde, força, equilíbrio e discernimento nos momentos mais angustiantes desta pesquisa, no qual tivemos que tentar manter a saúde física e mental durante uma pandemia.

Ao meu esposo José Carlos Lima Silva (*in memoriam*), por todo apoio, sempre e sempre.

Aos meus filhos/as Verônica Maria Lima Silva, Fernanda Viviane Ferreira Lima, Luana Ferreira Lima e Lucas Ferreira Lima, meus tesouros, minha força e inspiração para tudo. Ao meu neto Levi Lima Miranda e ao meu genro Vitor Miranda de Sousa.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Charliton José dos Santos Machado, por todos os ensinamentos, apoio e confiança. Pela amizade construída ao longo desse percurso.

Aos membros da banca avaliadora, Dr. Jean Carlo de Carvalho Costa, Dr.^a Maria Elizete Guimarães Carvalho, Dr.^a Olívia Morais de Medeiros Neta, Dr.^a Sara Raphaella Machado de Amorim, pela disponibilidade de ler, avaliar e contribuir com este trabalho.

À professora Aline de Morais Limeira pela acolhida, confiança e ensinamentos transmitidos durante a Disciplina de Estágio Docência I.

A José Hilton Lima Verde Montenegro, filho da professora Elze Alves Lima Verde Montenegro, por todo material disponibilizado e informações repassadas.

Ao Instituto Federal Ciência e Tecnologia do Ceará, Campus Iguatu, na Pessoa de Francisco Heber da Silva, Diretor-Geral, pelo apoio e abertura dada ao acesso aos espaços da instituição. A Lucicleide Alexandre Pinto, Coordenadora do Controle Acadêmico por todas as informações repassadas.

À Pró-Reitoria de Pesquisa, na pessoa da Profa. Dr.^a Maria de Fátima Vanderlei de Souza, coordenadora dos Programas Acadêmicos e de Iniciação Científica,

por todo apoio e compreensão durante os momentos em que precisei me ausentar do trabalho para desenvolver alguma atividade referente ao doutorado.

Aos meus colegas de trabalho, Claudia Andrade de Freitas, Francisco Lopes Galvão Filho, Ieda Cantidiano de Andrade, Isabele Eleonora do Espírito Santo, Maria José da Silva, Raissa Carvalho Cavalcanti de Albuquerque, Rogério Oliveira Barbosa pela compreensão e apoio em todos os momentos.

Aos colegas e professores da Turma 40 do Doutorado em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba, pela partilha de saberes e conhecimentos. Em especial a Ângela Santos, aquela que esteve comigo em todos os momentos e se tornou uma verdadeira amiga.

Aos colegas do Grupo de Pesquisa pela partilha de saberes e conhecimentos, através das janelinhas do Google Meet, sempre sob a coordenação do nosso querido orientador.

Às formandas do Curso Técnico em Economia Doméstica da Escola Agrotécnica Federal, Iguatu, Ceará (Turma 1981-1983), na pessoa de Célia Maria Freitas Guedes Amorim.

**GÊNESE DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL FEMININA NO CEARÁ:
O Colégio de Economia Doméstica Rural no Município de Iguatu (1955-1983).**

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo fazer uma retrospectiva histórica do Colégio de Economia Doméstica Rural de Iguatu Ceará, com foco na gestão de Elze Alves Lima Verde Montenegro, primeira orientadora dos cursos que deram origem à instituição. Fundada em 1955, a instituição iniciou suas atividades voltadas para a educação profissional feminina. O estudo se situa no campo da História da Educação, em especial a história de instituições escolares e o ensino agrícola, ancorada na pertinente contribuição dos estudos historiográficos da História Cultural e da História Política, fundamentados no uso da memória. Buscamos, portanto, a reconstrução de uma memória a partir da práxis social de um sujeito fundamentado em autores como Bourdieu (2002, 2004, 2008) e Sirinelli (2003). Trabalhou-se com os conceitos de memória, representação e apropriação, educação agrícola, educação profissional, educação integral e as categorias de gênero, rural e urbano. Para a análise das fontes, aplicou-se a vertente historiográfica do Paradigma Indiciário (Ginzburg, 1989; 2008), aporte teórico utilizado no sentido de ajudar a preencher algumas lacunas deixadas pelas memórias expressas em nossos arquivos. Dentro do nosso recorte temporal, a escola pesquisada passa por quatro as fases: 1) (1955-1963) - Implantação - Primeiros cursos de Extensão em Economia Doméstica, regidos pelas diretrizes da Reforma Capanema e administrado pelo Ministério da Agricultura; 2) (1963-1967) - Construção da sede própria e início do funcionamento dos Cursos Técnico em Economia Doméstica, desdobramento da LDB de 1961; 3) (1967-1971) – As escolas agrícolas passam para o Ministério da Educação; 4) (1971-1983) – O Colégio de Economia Doméstica Rural “Elza Barreto” segue federalizado e se transforma em Escola Agrotécnica Federal. A tese a ser defendida é que os Cursos de Extensão em Economia Rural Doméstica, instalados na época, foram pensados não apenas para preparar as moças para a administração familiar, mas também, como uma alternativa de educação integral para a formação de recursos humanos aptos a atuar na defesa de interesses territoriais. Não bastava apenas ensinar a ler, escrever e contar, era preciso investir na formação moral e cívica dos sujeitos, de forma que estes se sentissem parte importante da sua localidade e corresponsáveis pelo desenvolvimento econômico, social e cultural de sua comunidade e, assim, evitar o êxodo rural. Era a educação o recurso social utilizado para preparar pessoas aptas a utilizar seus conhecimentos e as tecnologias a serviço de sua localidade e/ou região.

Palavras-chave: Educação Feminina. Instituição Escolar. Ensino Agrícola. Economia Doméstica. História da Educação.

GENESIS OF FEMALE PROFESSIONAL EDUCATION IN CEARÁ: The College of Rural Home Economics in the Municipality of Iguatu (1955-1983).

ABSTRACT

This research aimed to provide a historical retrospective of the College of Rural Home Economics of Iguatu Ceará (Colégio de Economia Doméstica Rural de Iguatu Ceará), focusing on management Elze Alves Lima Verde Montenegro, the first supervisor that gave rise to the institution. Founded in 1955, the institution began its activities focused on female professional education. The study is situated in the field of History of Education, especially the history of school institutions and agricultural education, anchored in the pertinent contribution of historiographic studies of Cultural History and Political History, based on the use of memory. We seek, therefore, to reconstruct a memory based on the social praxis of a subject based on authors such as Bourdieu (2002, 2004, 2008) and Sirinelli (2003). We work with the concepts of memory, representation and appropriation, agricultural education, professional education, integral education and the categories of gender, rural and urban. To analyze the sources, we used the historiographical aspect of the Indicial Paradigm (Ginzburg, 1989; 2008), a theoretical contribution used to help fill in some gaps left by the memories expressed in our archives. Within our time frame, the researched school goes through four phases: 1) (1955-1963) - Implementation - First Extension courses in Home Economics, governed by the guidelines of the Capanema Reform and administered by the Ministry of Agriculture; 2) (1963-1967) - Construction of its own headquarters and start of operation of the Technical Courses in Home Economics, an offshoot of the LDB of 1961; 3) (1967-1971) – Agricultural schools are transferred to the Ministry of Education; 4) (1971-1983) – The “Elza Barreto” Rural Home Economics College remains federalized and becomes the Federal Agrotechnical School. The thesis we intend to defend is that the Extension Courses in Domestic Rural Economics, installed at the time, were designed not only to prepare girls for family management, but also as an alternative to comprehensive education for the training of human resources capable to act in defense of territorial interests. It was not enough to just teach how to read, write and count, it was necessary to invest in the moral and civic training of the subjects, so that they felt an important part of their locality and co-responsible for the economic, social and cultural development of their community and, thus, avoid the rural exodus. Education was the social resource used to prepare people capable of using their knowledge and technologies to serve their locality and/or region.

Keywords: Women's Education. School Institution. Agricultural Education. Domestic economy. History of Education.

GÉNESIS DE LA EDUCACIÓN PROFESIONAL FEMENINA EN CEARÁ: La Facultad de Economía del Hogar Rural del Municipio de Iguatu (1955-1983).

RESUMEN

Esta encuesta tuvo como objetivo hacer una retrospectiva histórica de la Facultad de Economía del Hogar Rural de Iguatu Ceará (Colégio de Economia Doméstica Rural de Iguatu Ceará), guiada por la gestión de Elze Alves Lima Verde Montenegro, primera supervisora de los cursos que dieron origen a la institución. Fundada en 1955, la institución inició sus actividades enfocadas a la educación profesional femenina. El estudio se ubica en el campo de la Historia de la Educación, especialmente la historia de las instituciones escolares y la educación agrícola, anclado en el aporte pertinente de los estudios historiográficos de la Historia Cultural y la Historia Política, basados en el uso de la memoria. Buscamos, por tanto, reconstruir una memoria a partir de la praxis social de un sujeto a partir de autores como Bourdieu (2002, 2004, 2008) y Sirinelli (2003). Trabajamos con los conceptos de memoria, representación y apropiación, educación agrícola, educación profesional, educación integral y las categorías de género, rural y urbano. Para analizar las fuentes utilizamos la vertiente historiográfica del Paradigma Indicial (Ginzburg, 1989; 2008), aporte teórico que sirve para ayudar a llenar algunos vacíos que dejan las memorias expresadas en nuestros archivos. En nuestro marco temporal, la escuela investigada pasa por cuatro fases: 1) (1955-1963) - Implantação - Primeiros cursos de Extensão em Economia Doméstica, regidos pelas diretrizes da Reforma apanema e administrado pelo Ministério da Agricultura; 2) (1963-1967) - Construção da sede própria e início do funcionamento dos Cursos Técnico em Economia Doméstica, esdobramento da LDB de 1961; 3) (1967-1971) – Las escuelas agrícolas se transfieren al Ministerio de Educación; 4) (1971-1983) – La Facultad de Economía del Hogar Rural Elza Barreto permanece federalizada y pasa a ser Escuela Agrotécnica Federal. La tesis que pretendemos defender es que los Cursos de Extensión en Economía Rural Doméstica, instalados en su momento, fueron diseñados no sólo para preparar a las chicas para la gestión familiar, sino también como una alternativa de educación integral para la formación de recursos humanos capaces de actuar en defensa de los intereses territoriales. No bastaba sólo con enseñar a leer, escribir y contar, era necesario invertir en la formación moral y cívica de los sujetos, para que se sintieran parte importante de su localidad y corresponsables del desarrollo económico, social y desarrollo cultural de su comunidad y, así, evitar el éxodo rural. La educación fue el recurso social utilizado para preparar personas capaces de utilizar sus conocimientos y tecnologías al servicio de su localidad y/o región.

Palabras clave: Educación femenina. Institución Escolar. Educación Agrícola. Economía domestica. Historia de la Educación.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mentores, professores e estudantes do primeiro Curso de Extensão em Economia Doméstica	Dedicatória
Figura 2 - Tabelas numéricas aprovadas em 09 de fevereiro de 1955 e publicadas no DOU em 03 de março de 1955	65
Figura 3 - Distribuição dos estabelecimentos de Ensino de Economia Rural Doméstica de nível Médio, criados de 1950 até 31 de dezembro de 1969	69
Figura 4 - Entrevista com a Professora Elze Montenegro	74
Figura 5 - Foto de uma reunião de professores com a comunidade do Bairro Areias	75
Figura 6 - Carta do deputado Adahil Barreto a Elze Montenegro	77
Figura 7 - Carta Enviada pelo Senador Wilson Gonçalves.....	80
Figura 8 - Fachada da Maternidade Santana Montenegro, no final da década de 1970	83
Figura 9 - Foto Inauguração da Unidade Básica de Saúde Santana Montenegro	84
Figura 10 - Foto da primeira eucaristia dos netos de Elze Montenegro	85
Figura 11 - Foto da portaria de autorização da circulação das aeronaves da Eletra em Iguatu	90
Figura 12 - Tabela Numérica de classificação e retribuição das atribuições previstas para os Cursos de Extensão de Economia Rural Doméstica de Iguatu	93
Figura 13 - Foto dos primeiros professores e servidores da instituição.....	94
Figura 14 - Fotografia de atividades desenvolvidas nos primeiros cursos	95
Figura 15 - Portaria de nomeação de servidores da instituição.....	96
Figura 16 - Portaria de recondução de servidores.....	97
Figura 17 - Concorrência Administrativa nº 44	99
Figura 18 - Concorrência Administrativa nº 45	100
Figura 19 - Concorrência Administrativa nº 46	101

Figura 20 - Foto de estudantes em uma aula prática de corte e costura.....	102
Figura 21 - Galpão para armazenamento da produção da oficina de corte e costura	103
Figura 22 - Portaria designação equipe de professores - SEAV	104
Figura 23 - Foto da primeira turma do curso Colegial de Economia Doméstica Rural por ocasião de uma excursão à Fortaleza	105
Figura 24 - Registro de movimentos estudantis no Jornal Diário de Natal	110
Figura 25 - Registro de opinião favorável aos Acordos MEC-USAID	111
Figura 26 - Recorte de uma notícia sobre a visita técnica aos Estados Unidos	114
Figura 27 - Convite para solenidade de entrega do certificado	115
Figura 28 - Foto do Histórico da documentação recebida no ato da matrícula	120
Figura 29 - Foto de um Histórico anual do Curso Ginásial ano 1967-1970 ...	121
Figura 30 - Fotografia das turmas dos cursos de Economia Doméstica	122
Figura 31 - Fotografia de turmas em aulas práticas	123
Figura 32 - Foto da certidão de diplomação	125
Figura 33 - Fotografia da antiga Escola Rural Doméstica	130
Figura 34 - Foto do prédio onde atualmente funciona a Rádio Antena Sul FM	130
Figura 35 - Residência da Professora Elze Montenegro	131
Figura 36 - Escritura da compra do terreno - Unidade Areias	132
Figura 37 - Fotos da construção da escola.....	135
Figura 38 - Vias de construção da escola.....	135
Figura 39 - Portaria de nomeação da Professora Elze Montenegro - Colégio Agrícola Gonçalves de Carvalho	142

Figura 40 - Foto da portaria de nomeação da Professora Elze Montenegro - Escola Agrotécnica Federal.....	143
Figura 41 - Foto de Delegação de Competência.....	143
Figura 42 - Autorização de doação do terreno	144
Figura 43 - Foto da Escritura de Doação do Terreno	145
Figura 44 - Fotografia de um histórico escolar do Curso Técnico em Economia Doméstica -Turma 1978-1980.....	157
Figura 45 - Foto de uma turma em sala de aula.....	158
Figura 46 - Foto de uma aula expositiva	159
Figura 47 - Fotografia de uma turma em um momento de comemoração.....	160
Figura 48 - Fotografia de uma celebração religiosa	161
Figura 49 - Fotografia de uma representação teatral	161
Figura 50 - Fotografias do desfile de 7 de setembro	162
Figura 51 - Fotografias da festa de colação de uma concluinte da turma de 1983	153
Figura 52 - Diploma de conclusão - Turma 1981-1983	164
Figura 53 - Fotos do terreno da escola.....	167
Figura 54 - Relação de equipamentos - Campus II	169
Figura 55 - Foto de uma aula prática de abate de animal	170
Figura 56 - Foto de uma aula prática de agricultura	171
Figura 57 - Histórico de um concluinte da primeira turma do Curso Técnico em Agropecuária.....	172
Figura 58 - Histórico de um concluinte da primeira turma do Curso Técnico em Agropecuária.....	174
Figura 59 - Fotografia contendo assinatura da turma 1981-1983	190

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Relação dos Cursos de Economia Rural Doméstica previstos para funcionar no ano de 1955.....	30
Quadro 2 - Atividades desenvolvidas pela professora Elze Montenegro (1948-1987)	33
Quadro 3 - Pesquisas sobre educação feminina voltada para o ensino agrícola	40
Quadro 4 - Leis que mantinham ligação com o ensino agrícola.....	42
Quadro 5 - Cursos previstos para o ensino agrícola	59
Quadro 6 - Relação de Estabelecimentos de Ensino Agrícola que se dedicavam às Ciências Domésticas - 1950-1969.....	67
Quadro 7 - Instituições instaladas em Iguatu a partir da Reforma Capanema na década de 1950.....	91
Quadro 8 - Ações desenvolvidas no Ceará através dos acordos MEC-USAID	112
Quadro 9 - Estrutura Curricular do Ensino agrícola Colégio de Economia Doméstica Rural “Elza Barreto”	117
Quadro 10 - Número de concluintes reprovados, transferidos e desistentes dos Cursos Técnico Economia Doméstica de 1965 a 1973.....	127
Quadro 11 - Relação dos diretores nomeados para o Colégio Agrícola Gonçalves de Carvalho (1957-1972).....	140
Quadro 12 - Funções do ensino de segundo grau no Brasil associado à sociedade brasileira	148
Quadro 13 - Características das Habilitações nos Documentos Orientadores da Educação Profissional.....	149
Quadro 14 - Número de professores que participaram da primeira formação.....	152
Quadro 15 - Número de concluintes reprovados, transferidos e desistentes dos Cursos Técnico Economia Doméstica de 1974 a 1983.....	165
Quadro 16 - Atuação Profissional dos Concluintes das turmas de 1983.....	176

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEAS - Associação Brasileira de Educação Agrícola

BDTD - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

BNDigital - Hemeroteca Nacional Digital

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CETREDE - Centro de Treinamento e Desenvolvimento

CNER - Campanha Nacional de Educação Rural

CONEDU - Congresso Nacional de Educação

CERBO - Cooperativa de Eletrificação Rural da Bacia do Orós

CIDÃO - Industrial de Algodão e Óleos

DEA - Diretoria de Ensino Agrícola

DOU - Diário Oficial da União

ENRJN - Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte

EPI - Equipamento de Proteção Individual

HISTEDBR - História, Sociedade e Educação no Brasil

IFCE - Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC - Ministério da Educação

OMS - Organização Mundial de Saúde

PLAMEG - Plano de Metas Governamentais

SEDUC - Secretaria de Educação do Estado do Ceará

SANDU - Serviço de Assistência Médica Domiciliar e de Urgência da Previdência Social

SEAV - Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário do Ministério da Agricultura

TDIC - Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação

UECE - Universidade Estadual do Ceará

UFPB - Universidade Federal da Paraíba

UNITED STATES - A.I.D. MISSION BRASIL - Agência Norte-americana para o
Desenvolvimento Internacional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1. TECENDO A TEIA DE UMA PRODUÇÃO HISTÓRICA	20
1.1. Delineando a pesquisa: aproximações com a temática e definição do objeto	21
1.2. Trilhando o caminho: das produções acadêmicas à perspectiva interpretativa.....	36
1.3. Percurso do estudo	44
2. EDUCAÇÃO PROFISSIONAL FEMININA.....	47
2.1. Experiências de educação feminina no Brasil e no estado do Ceará. 47	
2.2. A educação profissional feminina dentro da política do ensino agrícola	57
2.3. Formação em Economia Doméstica: missão ou profissão?	70
3. FORMAÇÃO NO COLÉGIO DE ECONOMIA DOMÉSTICA RURAL “ELZA BARRETO”	73
3.1. Elze Alves Lima Verde Montenegro: uma intelectual a serviço da educação.....	73
3.2. Contexto sociopolítico.....	86
3.3. Dos Cursos de Extensão em Economia Rural Doméstica ao Curso de Magistério de Economia Doméstica	91
3.4. O Curso Técnico.....	116
3.5. Escola Técnica de Economia Doméstica Rural “Elza Barreto”: a luta pela construção da escola.....	127
4. ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL “ELZA BARRETO”: PROCESSO EVOLUTIVO E A CRIAÇÃO DE NOVOS CURSOS	138
4.1. O encontro com o Colégio Agrícola Gonçalves de Carvalho	138
4.2. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira de 1971 e as transformações para o ensino profissional	146
4.2.1 Novas habilitações profissionais para o ensino de segundo grau	156
4.2.2. O Curso Técnico em Agropecuária	166
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	184
REFERÊNCIAS.....	191

INTRODUÇÃO

Gostaria de socializar em que condições se iniciou esta pesquisa e as dificuldades que todo pesquisador teve que enfrentar quando foi surpreendido com uma pandemia que tomou conta do mundo em 2020. Antes mesmo de completar um mês do primeiro semestre do curso de doutoramento, a Organização Mundial de Saúde (OMS) caracterizou a COVID-2019¹ como uma pandemia, recomendando o isolamento social como a melhor forma de evitar o contágio da doença. Com a irrupção da pandemia, o país entra em quarentena e adota o trabalho remoto como uma alternativa para minimizar os efeitos da crise em alguns setores produtivos que poderiam dar continuidade às suas atividades, utilizando o uso das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC).

Diante desse cenário, o ensino remoto foi aprovado pelo Ministério da Educação (MEC)² como uma medida excepcional e temporária para minimizar os prejuízos na aprendizagem dos estudantes. Assim, escolas e universidades tiveram que suspender suas atividades presenciais. Como a suspensão das aulas presenciais teve que se prolongar por conta da rápida propagação do vírus, as instituições tiveram que fazer um replanejamento e buscar alternativas para dar continuidade às atividades previstas para o ano letivo.

No caso das instituições de ensino superior que oferecem cursos de graduação e pós-graduação de modo presencial, essas tiveram que suspender as aulas presenciais dos cursos de graduação e muitas delas optaram por adotar um calendário suplementar, com a oferta de minicursos e disciplinas eletivas sem obrigatoriedade de matrícula para os estudantes. Uma das alternativas encontradas foi o uso das plataformas digitais disponíveis e as aulas passaram a acontecer através de vídeo conferências, lives, ou reuniões on-line. Assim, o ensino presencial se transformava em ensino remoto, por entender que o setor educacional continuaria

¹ De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), a **COVID-19** é uma doença causada pelo coronavírus **SARS-CoV-2**, que apresenta um quadro clínico que varia de infecções assintomáticas a quadros respiratórios graves.

² Portaria nº 554, de 16 de junho de 2020, autoriza até 31 de dezembro, em caráter excepcional, as instituições de educação superior da rede federal de ensino a substituir as disciplinas presenciais, em cursos regularmente autorizados, por atividades letivas que utilizem recursos educacionais digitais, tecnologias de informação e comunicação ou outros meios convencionais. As universidades também podem optar por suspender as atividades acadêmicas presenciais pelo mesmo prazo para serem repostas posteriormente.

impactado por longo período e sem perspectivas de como as atividades presenciais seriam restabelecidas regularmente (Neves; Fialho; Machado, 2021).

Na pós-graduação que segue o calendário da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), embora o calendário das qualificações e defesas tenham sido flexibilizados em portaria, as atividades não puderam ser flexibilizadas e todas as disciplinas, obrigatórias e optativas, tiveram que ser desenvolvidas por meio das tecnologias disponíveis para dar continuidade às suas atividades, inclusive as qualificações e as defesas.

Como uma solução imediata em meio à tempestade, o ensino remoto expôs alguns problemas de ordem pedagógica. Uma delas foi a dificuldade do domínio das tecnologias digitais, mesmo que essas tecnologias estejam cada vez mais presentes em nossas atividades diárias e em nossos processos de comunicação. A situação relatada contribuiu para acentuar mais ainda a precarização do ensino e as condições de trabalho de professores e pesquisadores, pois a imposição do ensino remoto acabou gerando uma sobrecarga de trabalho muito grande, tanto para professores como para os estudantes pesquisadores, que tiveram que se adaptar às novas tecnologias, prover os meios de acesso a elas e se ressignificar para dar conta de suas atividades. É importante destacar que o cenário apresentado inaugurou uma nova fase para a educação brasileira, que passou a depender mais da tecnologia da internet para a realização das atividades de ensino.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad), realizada em 2017 pelo IBGE sobre Tecnologia Digitais da Informação e Comunicação (TDIC), revelou que o acesso à internet está presente em 74,9% dos domicílios brasileiros, o que representa 52 milhões de residências, 95% das pessoas usam com a finalidade enviar ou receber mensagens de texto, voz ou imagens por aplicativos diferentes de e-mail. Há ainda 17,6 milhões de domicílios do Brasil que não tem acesso à internet por considerar o serviço caro ou porque não sabem usar. Apesar dos números apresentarem o aumento no acesso à internet, se faz necessário considerar que muitos dos estudantes das Instituições Federais de Educação Superior moram nesses domicílios sem acesso à internet. Logo, torna-se urgente uma política de inclusão digital que abra a rede e proporcione internet de qualidade, inclusive nas localidades de difícil acesso e também invista na formação das habilidades digitais, tanto de professores como de estudantes, para o uso produtivo das tecnologias.

O cenário apresentado tornou-se desafiante para o pesquisador, ao mesmo tempo que abriu caminho para várias pesquisas. Como desdobramento, vários estudos foram feitos por pesquisadores das instituições da Rede Federal de Educação para o enfrentamento da pandemia, que resultaram na produção de Equipamento de Proteção Individual (EPI) e de outros equipamentos hospitalares, a produção de álcool em gel, glicerinado e/ou álcool 70%, o teleatendimento com a oferta de aconselhamento e/ou apoio psicológico, realização de exames para diagnosticar o coronavírus, o desenvolvimento de vacinas, produção de material pedagógico e capacitação de profissionais, conforme registra o painel de monitoramento criado pelo MEC³.

No caso desta pesquisa que foi desenvolvida em outro estado, acentuou-se a dificuldade de acesso a documentação física, porque todo contato passou a ser por meio das tecnologias digitais disponíveis. A alternativa encontrada foi entrar em contato por e-mail com familiares do sujeito da pesquisa e com amigos que trabalham na instituição objeto deste estudo, a fim de obter informações sobre a existência de documentos que pudessem contribuir com a pesquisa. Satisfatoriamente, as pessoas contatadas foram bastante receptivas e se disponibilizaram a escanear e enviar as fontes que conseguiram localizar. Mesmo assim, o trabalho não foi tão fácil, pois a instituição estava em trabalho remoto e o envio da documentação não começou de imediato.

Com isso, diante do contexto adverso vivenciado foi preciso superar as dificuldades, cultivar a intuição, ser criativo, pesquisar, afim de contribuir positivamente com os resultados da pesquisa. A nossa turma foi batizada como a “turma da pandemia” e, mesmo com o isolamento forçado, estivemos conectados através das reuniões on-line com o grupo de pesquisa, em momentos riquíssimos de aprendizagem, pois a cada encontro o nosso orientador trazia um convidado especial, muitos deles de outras instituições que vinha partilhar conosco as suas pesquisas. Nesses encontros,

mesmo entre paredes, nos fizeram refletir sobre questões complexas ou “por mares nunca dantes navegados”, em uma verdadeira aventura do conhecimento [...] É bem provável que as lições do tempo presente tragam sementes de transformação, fazendo brotar novos hábitos, novas leituras, novo jeito de viver. (Carvalho; Moraes; Lima, 2021, pp. 9-10).

³ Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/coronavirus/>. Acesso em 16 de dez. de 2021.

Com isso, os momentos de estudos coletivos foram também momentos de reflexão para entendermos o momento que estávamos vivendo, e ponderar sobre o desenvolvimento de nossas pesquisas, no sentido de ressignificar as práticas metodológicas a serem adotadas, considerando as dificuldades impostas pela realidade do tempo presente.

1. TECENDO A TEIA DE UMA PRODUÇÃO HISTÓRICA

Com o cenário que se instalou a partir da pandemia, “pode-se formular várias proposições que articulam de maneira nova os recortes sociais e as práticas culturais” (Chartier, 1991). Para o pesquisador, várias lições podem ser apreendidas, com o forçado isolamento social:

Existe um debate nas ciências sociais sobre se a verdade e a qualidade das instituições de uma dada sociedade se conhecem melhor em situações de normalidade, de funcionamento corrente, ou em situações excepcionais, de crise. Talvez os dois tipos de situação sejam igualmente indutores de conhecimento, mas certamente que nos permitem conhecer ou relevar coisas diferentes (Santos, 2020, p. 5).

De certo é que a forma de trabalho mudou e o professor pesquisador teve que se reinventar e ressignificar suas práticas diante do novo cenário. Para suprir a falta das atividades que envolviam o contato físico, intensificaram-se os encontros virtuais através das lives envolvendo diversas temáticas, de modo que a produção e a circulação do conhecimento se propagaram e se internacionalizaram na velocidade das tecnologias disponíveis. Nesse movimento constatou-se que ensino, pesquisa e extensão andaram em sintonia.

Este estudo desenvolvido em um contexto tão adverso será dedicado de forma especial a todas as mulheres, pelo fato de ter sido a atuação de uma mulher que despertou o interesse por esta pesquisa. Para elas,

[...] a quarentena será particularmente difícil [...] e, nalguns casos, pode mesmo ser perigosa. As mulheres são consideradas «**as cuidadoras do mundo**», dominam na prestação de cuidados dentro e fora das famílias. Dominam em profissões como enfermagem ou assistência social, que estarão na linha da frente da prestação de cuidados a doentes e idosos dentro e fora das instituições. Não se podem defender com uma quarentena para poderem garantir a quarentena de outros. São elas também que continuam a ter a seu cargo, exclusiva ou majoritariamente, o cuidado das famílias. (Santos, 2020, pp. 15-16, grifo da autora).

Para a maioria das mulheres pesquisadoras, conciliar as tarefas de cuidar da família, trabalhar, estudar e pesquisar no universo familiar durante a pandemia não foi uma tarefa fácil, já que suas colaboradoras também tiveram que ser dispensadas como medida para evitar o contágio. A situação exposta só acentuou o machismo e a discriminação que ainda imperam em pleno século XXI⁴.

Logo, é importante relembrar questões de desigualdades e preconceitos que atravessam o tempo e se cristalizam na estrutura social a ponto de, ainda hoje, marcadores de idade, etnia, classe social e origem dos indivíduos influenciarem no acesso às políticas públicas. Nesse sentido, as lutas e as reivindicações das mulheres sobre a imposição da divisão sexual do trabalho precisam continuar avançando para acompanhar o movimento histórico. Porque, por mais que a legislação tenha avançado, em uma sociedade capitalista, na prática, o trabalho produtivo continua associado ao gênero masculino e o trabalho reprodutivo associado ao gênero feminino.

Esta pesquisa dedicou-se ao estudo de uma instituição formativa que tem sua gênese ligada a uma profissão voltada para funções de trabalho reprodutivo, com atribuição de determinadas ocupações como sendo naturalmente femininas, mas que precisou incorporar um curso voltado para as funções do trabalho produtivo para fortalecer a sua estrutura e responder às aspirações políticas da sua época, e será apresentada nos capítulos que se seguem.

1.1. Delineando a pesquisa: aproximações com a temática e definição do objeto

Apesar das dificuldades apresentadas, as motivações do pesquisador podem superar alguns obstáculos. Então qual a motivação em pesquisar sobre a gênese da educação profissional de um município do interior do Ceará? Pode-se afirmar que esta pesquisa se situa na análise de questões que estão inscritas no meu percurso pessoal e profissional. Quando cheguei em Iguatu em 1988, a Escola Agrotécnica Federal era referência em ensino profissional para toda região centro-sul do estado do Ceará.

⁴ Feminicídio, assédio sexual, moral...entre outras formas, mesmo existindo legislação punitiva (Lei nº 13.104/2015; Lei 14.612/2023).

O histórico apresentado pela instituição afirmava que a escola começou a funcionar em 1955 sob a direção da professora Elze Alves Lima Verde Montenegro, com a oferta de um curso de Extensão em Economia Doméstica Rural destinado a moças da zona rural do município e, posteriormente, passou a ofertar cursos ginasiais e técnicos em Economia Doméstica. Esse histórico inicial chamou a atenção pela aproximação com a minha formação do ensino médio com habilitação para o magistério do ensino de primeiro grau, concluída em 1985, no Centro Educacional Professor Moreira de Sousa, antiga Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte (ENRJN).

Meu primeiro contato direto com a Escola Agrotécnica Federal se deu em 1998 quando me tornei professora da rede municipal e comecei a trabalhar em uma escola próxima a uma das unidades da instituição. Nessa época, desenvolvemos vários projetos que nos proporcionaram visitar e conhecer o funcionamento da escola. Durante essas visitas técnicas, era possível perceber o orgulho de quem nos recebia e apresentava as atividades desenvolvidas pelos estudantes; sempre ouvíamos que o objetivo da escola era preparar para o trabalho e para a vida⁵.

No ano de 2005, passei a desenvolver as minhas atividades na Secretaria de Educação Municipal e tive a oportunidade de participar de algumas reuniões com a direção geral e a equipe pedagógica da escola, por conta da parceria que o município mantinha com a escola na organização de seminários e eventos destinados a formação continuada dos professores da rede municipal. Nesses momentos, ouvíamos muitas histórias sobre os cursos de formação em Economia Doméstica, pois muitas professoras da escola eram egressas do Curso Técnico em Economia Doméstica. As memórias trazidas à tona pelas professoras transmitiam o orgulho de terem estudado naquela instituição e de estarem atuando enquanto profissionais na mesma instituição que estudaram. Era o presente revisitando o passado através das saudosas recordações, fazendo ressurgir memórias que me aproximavam daquela realidade. Como nos lembra Halbwachs (1990):

⁵ Nas diretrizes da Lei Orgânica para o ensino Agrícola os cursos de economia doméstica visavam preparar as moças para reproduzir os conhecimentos adquiridos no universo doméstico e os cursos agrícolas preparar os rapazes para o trabalho considerado produtivo. O ensino agrícola ofertado na época estava ligado aos interesses que o governo tinha para o desenvolvimento agrícola brasileiro.

Para que a nossa memória se auxilie com a dos outros, não basta que eles nos tragam seus depoimentos: é necessário ainda que ela não tenha cessado de concordar com suas memórias e que haja bastante pontos de contato entre uma e outras para que a lembrança que nos fazem recordar possa ser constituída sobre uma base comum (Halbwachs, 1990, p. 34).

De alguma forma, eu me sentia parte das memórias daquele grupo de professoras, o que despertou em mim o desejo de conhecer mais sobre uma instituição, que assim como a instituição que eu havia estudado, iniciou suas atividades voltadas exclusivamente para a educação profissional feminina. Nesse contexto, as primeiras interrogações foram surgindo: Qual era o objetivo e formato desses cursos? Qual o papel da professora Elze Alves Lima Verde nesse contexto?

Movida pelas curiosidades elencadas acima, em 2012 participei da seleção do Mestrado em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), mas não fui classificada. Nesse mesmo ano, aproveitando o projeto elaborado para a seleção apresentei junto com duas mestrandas do referido Programa de Pós-Graduação, um artigo intitulado “As contribuições de Elze Alves Lima Verde Montenegro para a educação de Iguatu Ceará” no IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisa, História, Sociedade e Educação no Brasil (HISTEDBR).

Ainda em 2012, participei da primeira seleção do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos Cidadania e Políticas Públicas da UFPB, no qual fui aprovada e passei a desenvolver a pesquisa intitulada “Políticas Públicas no ensino superior: ações afirmativas na UFPB”, concluindo a pesquisa em 2014.

Em 2016, surgiu a oportunidade de prestar colaboração técnica no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), campus Iguatu, onde fiquei por um ano. Mais uma vez a curiosidade que estava adormecida reacende. Assim, em parceria com três pedagogas da instituição, apresentamos o artigo intitulado “Educação para mulheres: práticas educativas em Iguatu CE (1955 -1970)” no III Congresso Nacional de Educação (CONEDU). Os artigos supracitados foram publicados no e-book dos respectivos eventos, e se constituíram como um ensaio para a esta proposta de tese.

A partir desse primeiro ensaio publicado, outras indagações foram surgindo: Qual o papel do Colégio de Economia Doméstica Rural “Elza Barreto”? Qual a proposta de formação dos cursos ofertados? Qual a relação entre a atuação de Elze

Montenegro e a política educacional vigente? O que impulsionou a criação de novos cursos? São essas as perguntas que movem esta pesquisa.

O que sabíamos sobre esse acontecimento vinha do pequeno histórico apresentado no site da instituição, de informações a partir das memórias de quem viveu no palco dos acontecimentos. Desta forma, considerou-se importante registrar o significado político do Colégio de Economia Doméstica Rural “Elza Barreto” para a cidade de Iguatu, pois “o único meio de salvar tais lembranças, é fixá-la por escrito em uma narrativa seguida, uma vez que as palavras e os pensamentos morrem, mas os escritos permanecem” (Halbwachs, 1990, p. 80).

Para tentar responder as indagações, elaborou-se um projeto intitulado: Gênese da Educação Profissional Feminina no Ceará: o Colégio de Economia Doméstica Rural no Município de Iguatu (1955 – 1983), cujo objetivo geral é reconstituir a história do Colégio de Economia Doméstica Rural de Iguatu Ceará, considerando a atuação de Elze Alves Lima Verde Montenegro, primeira orientadora dos cursos que deram origem à instituição. A partir do objetivo central elegemos como objetivos específicos:

- Problematicar o cenário sociopolítico, cultural e educacional, que marcou a criação e implantação dos cursos de economia doméstica.
- Compreender o percurso histórico da educação feminina no Brasil e no estado do Ceará.
- Evidenciar a construção histórica da educação profissional no município de Iguatu.
- Registrar a evolução e a criação de novos cursos profissionalizantes na instituição pesquisada.

O primeiro passo em busca de maiores informações foi entrar em contato com a família da Professora Elze Montenegro, na pessoa do seu filho José Hilton Montenegro, que já havia fornecido alguns documentos para a construção de dois artigos publicados e já citados. Na ocasião, foi apresentado o projeto de pesquisa por e-mail. Sua resposta foi bastante receptiva, falou que se sentia muito honrado com a pesquisa e se colocou à disposição para fornecer todas as informações que estivesse ao seu alcance.

A partir desse primeiro contato, a correspondência passou a ser também pelo WhatsApp, com o envio de arquivos como: fotos, recortes de jornais da época,

certificados de cursos que a professora havia feito, um discurso proferido pela professora em 2005 por ocasião de uma homenagem recebida pelo reconhecimento dos serviços prestados à escola, e algumas cartas trocada entre ela e o Deputado Adahil Barreto, mentor político do projeto da escola para o município, bem como com uma técnica do Ministério da Agricultura e pessoas que tinham certa influência política na época. Essa documentação foi fundamental, porque provocou a curiosidade de complementar algumas lacunas que iam se apresentando na leitura dos documentos disponibilizados. Isso comprova que:

Os arquivos pessoais constituem valiosa fonte de pesquisa para diversas áreas do conhecimento, não se restringindo à história da vida privada e à história do cotidiano. A relevância desses documentos deve se refletir na preocupação com sua preservação, organização e abertura à consulta pública⁶.

Essa mesma compreensão também é compartilhada por Machado, Fialho e Vasconcelos (2013), quando esses autores se debruçaram nos arquivos pessoais da escritora, bibliotecária e poetisa Zila da Costa Mamede, buscando compreender o protagonismo dessa intelectual no universo cultural da produção, organização e circulação do livro no Brasil. Nas palavras de Saviani (2013), “[...] às fontes estão na origem, constituem o ponto de partida, a base, o ponto de apoio da construção historiográfica que é a reconstrução, no plano do conhecimento, do objeto histórico estudado”.

Em seguida, foi a vez de buscar os arquivos da escola a procura de mais informações que pudessem fornecer pistas para responder as perguntas que iam se apresentando e, conseqüentemente, subsidiar a construção dos argumentos. Conforme exposto anteriormente, diante da dificuldade de acesso aos documentos físicos, essa busca ao acervo se deu por meio de e-mail enviado a Lucicleide Alexandre, servidora responsável pelo setor de documentação do atual Instituto Federal de Educação (IFCE), que se prontificou a escanear a documentação e me enviar por e-mail, assim que os trabalhos voltassem de forma presencial.

Apesar da disponibilidade da servidora, constatou-se que os arquivos preservados pela escola se resumiam a alguns modelos de certificados, algumas fotos escaneadas cedidas pela família da Professora Elze Montenegro e pastas com os

⁶ Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/acervo/arquivos-pessoais>.

históricos dos concluintes a partir do ano de 1965. Não foram encontradas documentação sobre os primeiros cursos que deram origem à instituição, o que revela um silenciamento quanto a esse período histórico e a necessidade de percorrer os indícios trazidos pela documentação disponível para registrar essa história.

Logo após a qualificação do projeto de pesquisa, que ocorreu em setembro de 2022, com a maioria da população já vacinada e o retorno das atividades presenciais em todas as instituições de ensino, em novembro do mesmo ano foi possível viajar para o Ceará e fazer a pesquisa de campo, com o objetivo de localizar mais alguma documentação que pudesse complementar a pesquisa.

Ao serem indagados sobre a memória da primeira década de funcionamento da instituição, alguns funcionários relataram que essa documentação antiga poderia estar com alguns funcionários ou ex-funcionários, que foram também estudantes da escola. A chefia de gabinete da escola se comprometeu a procurar em seus arquivos maiores informações sobre essa década. Em janeiro de 2023, foi enviado por e-mail as escrituras dos terrenos de cada campus e algumas fotos sem data. Constatou-se, portanto, um apagamento da memória dos fatos que remontam aos dez primeiros anos da história da fundação da escola.

Diante dessa constatação, em conversa com o diretor da escola, foi combinado de ver a possibilidade de reunir os documentos que estavam no arquivo da escola e os que se apresentaram durante esta pesquisa. Com isso, pretende-se organizar um acervo documental para a preservação da memória institucional do IFCE campus Iguatu e que possa ficar acessível a futuros pesquisadores. Essa constatação ratifica a necessidade de trazer à tona essas memórias e registrar esse capítulo histórico.

Segundo Almeida (1998), “uma das principais dificuldades para a pesquisa histórica consiste em conseguir impor certa coerência às fontes que, muitas vezes, se mostram fragmentadas”. Nesse sentido, cabe ao pesquisador unir os fios e construir uma teia que dê sustentação à sua narrativa. No caso desta pesquisa, a construção dessa teia foi um grande desafio, porque o acervo da instituição pesquisada se encontra de forma dispersa. Entretanto, “[...] mesmo uma documentação exígua, dispersa e renitente pode, portanto, ser aproveitada” (Guinzburg, 2008).

Nesse sentido, o esforço empreendido será para tornar possível “construir, sistematizar e reescrever o itinerário de vida de uma instituição (e das pessoas a elas

ligadas), na sua multidimensionalidade, assumindo o seu arquivo um papel fundamental” (Mogarro, 2005).

Com essa perspectiva, o recorte temporal iniciou considerando o momento em que o Brasil sofre influência das políticas desenvolvimentistas dos Estados Unidos, através dos acordos MEC USAID que apostaram nos cursos de extensão para o meio Rural, bem como a criação de campanhas, a exemplo da Campanha Nacional de Educação Rural (CNER), instalada através de um esforço conjunto da Secretaria de Educação e Saúde e o do Ministério da Agricultura, cuja coordenação ficou a cargo da primeira secretaria⁷.

Aprovada em 1952 pelo Ministro da Educação e Saúde Simões Filho, a campanha tinha como finalidade oferecer uma educação de base ao meio rural proporcionando às crianças, jovens e adultos “a compreensão dos problemas peculiares do meio em que vivem, a formarem uma ideia exata de seus deveres e direitos individuais e cívicos e a participarem eficazmente do progresso econômico e social da comunidade a que pertencem” (RCNER, 1959, p. 26).

Nesse sentido, foram criadas as missões rurais⁸ em todo país para a formação de lideranças locais:

Com a oferta de cursos práticos de economia doméstica, enfermagem, puericultura e preparação de auxiliares de maternidade de ambulatório, procurando, através de cursos intensivos dar-lhes noções básicas de pedagogia, higiene, educação sanitária, horticultura, avicultura, economia doméstica, indústrias domésticas, artesanatos e recreação, a fim de que possam levantar o nível do ensino em suas escolas e, por meio destas **erguer os padrões de vida da comunidade em que militam** (RCNER, 1959, p. 41, grifo da autora).

Ficava a cargo da CNER financiar os equipamentos necessários ao funcionamento dos cursos e a oferta de bolsas para as moças participantes dos cursos

⁷ Embora a coordenação da Campanha Nacional de Educação Rural tivesse ficado a cargo da Secretaria de Educação e Saúde, a equipe inicial de organização dos trabalhos tinha como coordenador geral o Dr. José Artur Rios, sociólogo rural, da Secretaria de Agricultura e os demais integrantes eram técnicos ligados à agricultura e à saúde: Drs. Osvaldo Medrado e Alberto Vieira Miranda, médicos sanitaristas, Drs. Bolívar de Miranda Lima e Renato Almeida Xavier, agrônomos, Dr. Maximiro Nogueira de Menezes, Veterinário” (RCNER, 1959).

⁸ A partir dessa iniciativa, a UNESCO, através do Centro Regional de Educação Fundamental para a América Latina (CREFAL), ofereceu bolsas de estudos ao então Ministério da Educação e Saúde, com o objetivo de colocar os educadores de base do Brasil em contato com a experiência das missões culturais realizadas no México. Em setembro de 1952 viajaram para o México os Agrônomos Francisco Gago Lourenço e Carlos Pinto Cesar e as professoras normalistas Odete de Paula Santos Ribeiro, Delcy de Oliveira e Marta Rovai (RCNER, 1959, p. 45).

de economia doméstica, por meio de acordos com a Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário (SEAV), do Ministério da Agricultura. Os cursos eram realizados em localidades rurais estratégicas, que não fossem muito distantes da capital. A CNER não adotava a prática da realização dos cursos nas capitais dos estados justamente para não favorecer e incentivar a migração das professoras do interior para os grandes centros urbanos (RCNER, 1959, p. 41).

Em 1952, a CNER firmou um acordo com a Arquidiocese do estado do Ceará, iniciando a oferta dos primeiros cursos, no Distrito de Jaranguadoeira, localizado no município de Caucaia, a 14 km da capital Fortaleza. No mesmo ano, a CNER firmou o primeiro acordo com a SEAV, através da oferta de bolsas para a realização de um curso na Escola de Economia Doméstica que funcionava no Distrito Federal, reunindo 16 alunas de diversos estados do Brasil. Dada a escassez de profissionais habilitados para atuar na zona rural, o objetivo desses cursos era evitar o êxodo rural e preparar técnicos polivalentes que pudessem atender as necessidades básicas da sua comunidade.

Importante lembrar que os organizadores da CNER representavam a classe de intelectuais que defendiam o discurso ruralista pedagógico. Nas palavras de Prado (1995),

[...] o ruralismo pedagógico pode ser caracterizado como uma tendência de pensamento articulada por alguns intelectuais que, no período em questão, formulam ideias que já vinham sendo discutidas desde a década de vinte e que, resumidamente, consistiam na defesa de uma escola adaptada e sempre referida aos interesses e necessidades hegemônicas. Estes encontram-se diluídos entre o que se pode perceber como interesses de caráter econômico das classes e grupos capitalistas rurais ou como interesses de grupos, principalmente políticos interessados na questão urbana. Legitimando e reforçando ambas as posturas, encontram-se os intelectuais ligados à educação, estudiosos do papel da educação rural naquele momento e das características e opções que a escola deveria assumir, a fim de compartilhar o projeto abrangente do Estado Nacional (Prado, 1995, p. 1).

Nesse contexto, nota-se que a postura adotada pelos intelectuais ligados ao governo brasileiro centrava-se no ruralismo pedagógico, pois a política dos cursos de Economia Doméstica geridas pelo Ministério da Agricultura⁹, sob a coordenação da

⁹ A Reforma Capanema, através da Lei Orgânica do Ensino Agrícola, conferiu igualdade de direitos a homens e mulheres dedicando um capítulo ao ensino agrícola feminino, com prescrições especiais quanto às adaptações indispensáveis em vista da natureza da personalidade feminina e do papel da mulher na vida do lar, na escola, por conseguinte, em toda comunidade.

SEAV defendia a visão de que os Cursos de Economia Rural Doméstica ofertados nas escolas, através de uma educação de base ou fundamental, se bem orientada, poderiam estabelecer ligações muito próximas com os interesses da preparação militar, através do ensino de enfermagem, higiene e alimentação, entre outras disciplinas (Belleza, 1955a, p. 475).

Esse pensamento revela que os esforços do governo para investir em uma educação de base, tinha a educação como a moeda de troca para resolver os problemas políticos. Um exemplo disso era a formação das populações do campo centrada no civismo e no patriotismo, enaltecendo sempre o trabalho pelo amor à terra e a comunidade em que esses grupos estavam inseridos, para assim evitar que esses grupos abandonassem suas comunidades.

A citação abaixo comprova o pensamento do Superintendente do Ensino Agrícola e Veterinário, expresso em um artigo publicado na Revista do Serviço Público Federal em 1955:

A cargo do Ministério da Agricultura, deverão funcionar, este ano, 86 estabelecimentos destinados ao ensino agrícola, com localização em zonas rurais dos pontos mais variados do país, ora pertencentes à rede federal permanente, ora mantidos sob a forma de acordo entre a União e os Estados ou Municípios, ora, a título precário, por conta de dotações da Verba 3, para o desenvolvimento da produção ou serviços educativos e culturais. Entre esses estabelecimentos, há alguns especializados que oferecem ligações muito próximas com os interesses da preparação militar, como sejam os destinados à formação de mecânicos agrícolas e de moças habilitadas na economia rural doméstica. Os cursos de mecânicos agrícolas, com uma preponderância para a formação de tratoristas em vista da enorme procura desses especialistas, podem servir à preparação simultânea de técnicos na utilização de tratores e de tanques de guerras, E os de economia rural doméstica, em que consta o ensino de enfermagem, higiene e alimentação, entre outras disciplinas, se convenientemente orientados, prestar-se-iam também à formação de enfermeiras para a reserva das forças armadas (Belleza, 1955a, pp. 474-475).

Entre os 86 cursos previstos para funcionar em 1955, treze seriam de Economia Rural Doméstica, entre eles o de Iguatu, conforme descrito no Quadro 1. A partir do posicionamento do Superintendente do Ensino Agrícola e Veterinário, pode-se inferir que caberia às escolas agrícolas a função de preparar as moças para o exercício de donas de casa e para atuação permanente sobre a vida da comunidade, por meio da oferta de cursos práticos que despertasse no indivíduo a importância do seu dever cívico e da participação consciente em situações críticas de interesse local, regional e nacional.

Quadro 1 - Relação dos Cursos de Economia Rural Doméstica previstos para funcionar no ano de 1955

Curso	Localidade
Cursos de Economia Rural Doméstica Licurgo Leite	Uberaba - MG
Cursos de Economia, Rural Doméstica de Vitória de Sant'Antão	Pernambuco
Curso de Extensão de Economia Rural Doméstica, da Escola Agrotécnica João Coimbra	Barreiros - PE
Curso de Extensão de Economia Rural Doméstica de "Petrolina	Pernambuco
Cursos de Economia Rural Doméstica de Souza	Paraíba
Cursos de Extensão de Economia Rural Doméstica, da Escola Agrotécnica Vidal de Negreiros	Bananeiras - PB
Curso de Extensão de Economia Rural Doméstica da Escola Agrícola - Floriano Peixoto	Satuba - AL
Curso de Extensão de Economia Rural Doméstica, da Escola Agrotécnica Visconde da Graça	Pelotas - RS
Curso de Extensão de Economia Rural Doméstica de Iguatu	Ceará
Curso de Extensão de Economia Rural Doméstica de Caicó	Rio Grande do Norte
Curso de Extensão de Economia Rural Doméstica, da Escola Agrotécnica de Barbacena	Minas Gerais
Curso de Extensão de Economia Rural Doméstica de "Guaxupé	Minas Gerais
Curso de Extensão de Economia Rural Doméstica, anexo a Escola Rural Miguel Couto	Mato Grosso

Fonte: Elaborado pela autora, a partir da Revista do Serviço Público (1955, v.66, n.3, grifo da autora)

O propósito seria proporcionar uma educação em massa, com a oferta de cursos de curta duração, organizados em disciplinas específicas e com a meta de matrícula de 40 alunas por curso. O Superintendente da SEAV reforçou que:

Essas escolas, em regra, já localizadas em pontos chaves da vida rural do país, oferecem, como se vê, um magnífico ponto de apoio para que, mediante observações e estudos adequados, se venha a instituir uma modalidade de preparação militar do nosso habitante rural em conjugação com o sistema em vigor de sua educação para as atividades agrícolas, a qual, por sua vez, se acha presentemente integrada no sistema nacional de educação. O seu aproveitamento para o fim indicado se baseia nas concepções modernas de guerra total e de educação integral, pelas quais os indivíduos são considerados como componentes de um todo que deve servir harmonicamente a um objetivo comum, sendo cada indivíduo, por seu turno, também encarado como um complexo de que não se podem, impunemente, separar as partes que o compõem, para garantia da normalidade de sua formação (Belleza, 1955a, p. 478).

Para o entendimento do que significava essa visão de guerra total, fez-se uma busca sobre a temática na internet que apresentou um artigo de autoria de António

Paulo Duarte¹⁰, intitulado: ‘A visão da “Guerra Total” no pensamento Militar’¹¹, no qual o autor analisa a origem do conceito de Guerra Total e sua genealogia a partir da leitura de algumas obras, entre elas a de Jean-Yves Guiomar, “*L’Invention de la Guerre Totale*”, a de Sven Lundquist, “*Historia de los Bombardeos*” e a de Erich Luddendorff, “A Guerra Total” (*Der Total Krieg*). Em sua análise, Duarte (2005) chama a atenção para o fato de que não basta vislumbrar a origem do conceito, mas compreender a sua genealogia.

O conceito de Guerra Total emerge com a Primeira e a Segunda Guerra Mundial, com a mobilização de todas as nações para o enfrentamento dos efeitos da guerra, ou seja, “mobilização não só militar, mas também tecnológica, industrial, intelectual e midiática. Ela caracterizava a massificação, não só humana, mas fundamentalmente material característica da guerra nas sociedades industriais” (Duarte, 2005).

A visão de guerra total se assemelha à Teoria do Capital Humano que surgiu em 1950 na Universidade de Chicago, nos Estados Unidos, com a disciplina de Economia Doméstica e teve como principal articulador da disciplina e da ideia do capital humano o professor Theodore W. Schultz:

Esta disciplina específica surgiu da preocupação em explicar os ganhos de produtividade gerados pelo “fator humano” na produção. A conclusão de tais esforços redundou na concepção de que o trabalho humano, quando qualificado por meio da educação, era um dos mais importantes meios para a ampliação da produtividade econômica, e, portanto, das taxas de lucro do capital. Aplicada ao campo educacional, a ideia de capital humano gerou toda uma concepção tecnicista sobre o ensino e sobre a organização da educação, o que acabou por mistificar seus reais objetivos. Sob a predominância desta visão tecnicista, passou-se a disseminar a ideia de que a educação é o pressuposto do desenvolvimento econômico, bem como do desenvolvimento do indivíduo, que, ao educar-se, estaria “valorizando” a si próprio, na mesma lógica em que se valoriza o capital (Minto, 2006)¹².

Dessa forma, os cursos pensados visavam atender a fabricação de sujeitos e torná-los agentes difusores das tecnologias visando a ampliação da produtividade econômica, através da educação. A partir desse cenário, a argumentação de tese é de que os Cursos de Economia Rural Doméstica instalados na época foram pensados não apenas para preparar as moças para a administração familiar, mas também como uma alternativa de educação integral que formasse recursos humanos aptos a atuar

¹⁰ Doutor em História Institucional e Política Contemporânea pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (2005).

¹¹ Disponível em https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/1150/1/NeD112_AntonioPauloDuarte.pdf

¹² Verbete elaborado por Lalo Watanabe Minto

na defesa de interesses territoriais e regionais, contribuindo para o desenvolvimento local e regional, previsto pelo projeto nacional.

A oferta desses cursos em Iguatu se justifica pelo fato de que economicamente tinha uma base agrária centrada na produção do algodão, com um manancial composto de várias lagoas, além do Rio Jaguaribe, cujo leito corta não só o município de Iguatu, mas vários municípios circunvizinhos. Entretanto, sofria ou com a seca ou com as enchentes do Rio Jaguaribe e, nessas ocasiões, havia intensa mobilização da população no sentido de ajudar os mais carentes. Na época das enchentes, os desabrigados eram socorridos pela comunidade e abrigados em escolas localizadas nos bairros mais altos da cidade, onde podiam contar com o trabalho voluntário da comunidade, sob a coordenação da gestão dessas escolas.

Nesse contexto, os cursos foram pensados não apenas para ensinar a ler, escrever e contar, foi preciso investir também na formação moral e cívica dos sujeitos, de forma que estes se sentissem parte importante da sua localidade e corresponsáveis pelo desenvolvimento econômico, social e cultural de sua comunidade e, assim, evitar o êxodo rural. Era a educação o recurso social utilizado para preparar pessoas aptas a utilizar seus conhecimentos e as tecnologias a serviço de sua localidade e/ou região.

Analisando os dados biográficos da Professora Elze Montenegro, primeira diretora e cofundadora da instituição pesquisada, percebe-se que, enquanto ela esteve à frente da gestão dos cursos de economia doméstica instalados no Colégio de Economia Doméstica Rural de Iguatu, atuou também em diversas instituições na área social do município.

O histórico da sua atuação demonstra uma forte ligação com a visão que a SEAV tinha de guerra total, bem como dos ideais das missões da Campanha de Educação Rural para uma educação de base, uma vez que a professora assumiu na mesma época a direção do Lactário da Maternidade do Município e foi assumindo ao longo do tempo a direção de outras instâncias de cunho social.

Os cursos implementados faziam parte, portanto, da política nacional para o ensino agrícola com fortes influências de modelos internacionais¹³, através de acordos e convênios realizados com alguns países, logo após o fim da Segunda Guerra

¹³ Principalmente da Organização das Nações Unidas (ONU), da União Panamericana, dos acordos com EUA e das Missões que estavam em plena atividade no México (RCNER, 1959, v. 08, p. 14).

Mundial, o que explica essa visão de guerra total como objetivo para alguns cursos ofertados. Abaixo, no Quadro 2, apresento as atividades realizadas pela professora Elze Montenegro entre os anos de 1948 e 1987:

Quadro 2 - Atividades desenvolvidas pela professora Elze Montenegro (1948-1987)

Ano	Atividade
1948	Concluiu o curso de Economia Doméstica na Escola Doméstica São Rafael, em Fortaleza.
1950	Desempenhou o cargo de professora de corte e costura da rede municipal. Lecionava também no Colégio São José.
1952	Participou de um Curso de Auxiliar de Puericultura, realizado pelo Departamento Nacional da Criança.
1954	Assumiu a direção do lactário Santa Terezinha da Casa de Saúde Agenor Araújo, sendo a primeira pessoa a prestar serviço à instituição.
1955	Foi designada orientadora do Curso de Extensão em Economia Rural Doméstica.
1962	Diretora da Sociedade Feminina de Auxílios Sociais
1966	Participou de um curso em Economia Doméstica realizado pela Purdue University, nos Estados Unidos.
1970	1. Treinamento de Dinâmica de Grupo realizado em Brasília, através do convênio MEC USAID; 2. Curso de Seção Técnica de Ensino realizado no Forte Duque de Caxias do Exército Nacional no Rio de Janeiro; 3. Participou do Encontro Nacional de Diretores, Orientadores, Técnicos e Professores de Economia Doméstica, de grau médio em Minas Gerais.
1971	Participou do Encontro Nacional de Diretores e Chefes de Administração dos Colégios Agrícolas e de Economia Doméstica Rural, realizado em Brasília.
1972	Designada para responder também pela Direção do Colégio Agrícola Gonçalves de Carvalho, através da Portaria nº. 189, de 9 de novembro de 1971, publicada no DOU em 14/01/1972.
1973	Participou da implantação do Projeto de Desenvolvimento Comunitário Integrado de Iguatu, realizado pela prefeitura de Iguatu e o Colégio de Economia Doméstica Rural “Elza Barreto ¹⁴ ”.
1980	Designada para exercer a função de Diretora da Escola Agrotécnica Federal de Iguatu, no Estado do Ceará, através da Portaria nº. 353, de 28 de abril de 1980, publicada no DOU em 29/04/1980
1982	Designada pelo Ministério da Educação para assinar junto à Secretaria do Estado do Ceará o termo de entrega e recebimento de um terreno doado pelo estado do Ceará a União que estava destinado ao funcionamento da Escola Agrotécnica Gonçalves de Carvalho.
1985	1. Foi indicada presidente da Comissão de Defesa Civil; 2. Recebeu da Cruz Vermelha Brasileira, Filial Municipal de Iguatu, reconhecimento de mérito na Campanha de Atendimento às vítimas das enchentes.
1987	Designada para compor a Comissão de Intervenção da Cooperativa de Eletrificação Rural da Bacia do Orós (CERBO), através da Portaria 57/87, do Secretário Nacional de Cooperativismo. Pela maneira como presidiu e conduziu a comissão de inquérito foi eleita patrona da referida cooperativa.

Fonte: Elaborado pela autora a partir do acervo pessoal Elze Montenegro, sob a guarda de José Hilton Montenegro, e Portarias do DOU.

¹⁴ Através do Decreto 52. 634 de 1963 a Escola Técnica de Economia Doméstica Rural de Iguatu passou a ter essa denominação em homenagem a Elza Maria Barreto Cavalcante, esposa do Deputado Federal Adahil Barreto.

Além das atividades acima citadas, a professora Elze Montenegro também foi proprietária da Farmácia São Sebastião que funcionou por muitos anos ao lado do consultório do seu esposo, José Holanda Montenegro. Observa-se que a atuação profissional da Professora Elze Montenegro envolveu várias ações que se enquadram no perfil de um profissional formado dentro da visão de guerra total, ou seja, no qual os conhecimentos adquiridos poderiam contribuir para o desenvolvimento socioeconômico da sua comunidade e região.

Sua atuação também comprova que ela era uma pessoa de confiança de gestores municipais e estaduais. Observa-se que, mesmo depois de aposentada, a professora continuou prestando serviço, não só em seu município, mas em toda região centro-sul do estado do Ceará, comprovando que ela havia se tornado uma grande liderança na área educacional e social.

Certa vez, em entrevista concedida a um jornal da cidade, quando indagada sobre ter optado pela educação como forma de atuar na realidade do município, ela respondeu categoricamente:

Não foi bem uma opção e sim uma aceitação. Aliás, não sei se é porque, embora com todos os afazeres tomando o meu tempo, sempre consigo meditar e nestas meditações concluo que pouco agimos por opção e sim por aceitação (Jornal de Fato, p. 2).

E continuou acrescentando que o fato de ter aceitado o desafio foi por ela ser a única pessoa em Iguatu que possuía o certificado do Curso Técnico de Economia Doméstica, e que não poderia se omitir e o município vir perder a oportunidade de poder contar com um curso de tanto valor para a região. Nesse sentido, a professora Elze Montenegro não só aceitou o seu ofício de professora e gestora como missão, mas também propagou, através de exemplos concretos, as ideias difundidas pelo projeto de nação que se queria para aquela época.

Ancorados nesses pressupostos, buscou-se desenvolver uma pesquisa no desígnio de trazer subsídios para que a história da educação de Iguatu (CE) possa ser ressignificada. O maior desafio foi enveredar nessa perspectiva de captar as mensagens contidas nas fontes escolhidas e nas subjetividades das narrativas para buscar os significados que delas advém. Como bem certifica Le Goff (1990), “o historiador não deve ser apenas capaz de discernir o que é ‘falso’, avaliar a

credibilidade do documento, mas também saber desmistificá-lo”. A tarefa centrou-se no exercício de redescobrir os gestos esquecidos, hábitos desaparecidos, a partir de um ponto de entrada particular (Chartier, 1991).

Logo, esta é uma pesquisa qualitativa, que priorizou fontes escritas (biográficas, legais e documentais) e iconográficas. Situou-se no campo da História da Educação, em especial a História das Instituições Escolares e contou com a pertinente contribuição dos estudos historiográficos da História Cultural e da História Política, fundamentados no uso da memória, que consiste em comprovar a construção do vivido, por meio da “ferramenta” principal para essa construção histórica, que é a memória, porque lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar (Bosi, 1995).

E, sobre essa questão, ainda enfatizam Machado, Nunes e Nascimento (2021) que:

[...] a memória é o objeto privilegiado por excelência, torna-se visível que o vivido, embora pessoal, constitui o coletivo e é por este constituído, numa ratificação de inserção do sujeito no social (Machado; Nunes; Nascimento, 2021, p. 179).

É importante deixar claro que este não é um estudo biográfico, mas foi extremamente necessário conhecer os lugares e as posições ocupadas por uma personagem que foi gestora e cofundadora da instituição pesquisada, cuja trajetória converge com o movimento histórico da instituição:

[...] o fundamental em pesquisa sobre instituições escolares, é relacionar o particular (o singular, dado empírico) com o geral, isto é, com sua totalidade social. dessa relação emergem a história e a filosofia da instituição em seu sentido pleno (Nosela, Buffa, 2008, p. 362).

Buscou-se, portanto, a reconstrução de uma memória a partir da práxis social de um sujeito, dentro de um contexto histórico mais amplo, em busca da história e da filosofia da instituição em seu sentido pleno, e, assim, revelar fatos importantes da história da educação (Bourdieu, 2002, 2004, 2008). Nesse sentido, foram explorados os conceitos de memória, representação e apropriação, educação agrícola, educação profissional, educação integral e as categorias de gênero, rural e urbano. Durante o processo de análise dos documentos, outras categorias foram surgindo, outros teóricos também foram sendo consultados ao longo da pesquisa e podem ser localizados em nossas referências.

1.2. Trilhando o caminho: das produções acadêmicas à perspectiva interpretativa

Além dos documentos e estudos já citados, buscou-se também verificar as informações contidas em dois periódicos oficiais que circulavam na época com foco nas publicações dos anos de 1955 a 1983¹⁵. Com a leitura desses impressos, foi possível analisar e refletir sobre a circulação das ideias dos estudos e debates das questões educacionais, das normativas que regem a educação, as ações desenvolvidas no período abordado nesta pesquisa, bem como confrontar informações presentes nos documentos disponibilizados. Desde a década de quarenta do século XX até os dias atuais, a Revista do Serviço Público¹⁶ e a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos¹⁷ são impressos de referência no campo de estudos sobre as políticas implementadas pela administração pública e nos estudos de questões relativas à educação brasileira. Nas primeiras décadas de suas publicações, circulavam textos de servidores públicos e intelectuais brasileiros como Lourenço Filho e Gustavo Capanema, Anísio Teixeira e Newton de Castro Belleza, que registravam mensalmente os estudos pedagógicos nacionais e internacionais e os resultados dos trabalhos realizados pelos diferentes órgãos dos Ministérios e dos departamentos estaduais de educação.

A vertente historiográfica do Paradigma Indiciário (Ginzburg, 1989, 2008) foi o aporte teórico utilizado no sentido de ajudar a preencher algumas lacunas deixadas pelas memórias expressas em nossos arquivos. Por falta do acesso aos documentos oficiais da escola, inúmeras vezes foram realizadas pesquisas na internet em busca de alguma informação sobre o objeto desta pesquisa. As pesquisas em sua grande

¹⁵ Revista do Serviço Público e Revista Brasileira de Estudos pedagógicos

¹⁶ A Revista do Serviço Público (RSP) foi editada pela primeira vez em 1937. “Desde então, a Revista do Serviço Público vem acompanhando a trajetória da administração pública brasileira. Sofreu interrupção de sua publicação, em alguns momentos, de 1975 a 1980, e de 1990 a 1993. Mas sua retomada e continuidade comprovam seu inegável valor. Nela escrevem servidores públicos a partir de suas próprias experiências de trabalho, bem como acadêmicos, e já contou com textos clássicos de importantes intelectuais brasileiros, como Celso Furtado, Guerreiro Ramos, Carlos Drummond de Andrade e Antônio Houaiss” (RSP, Edição Especial, p. 5, 2007).

¹⁷ A Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP) teve sua primeira edição no ano de 1944. A apresentação da revista foi feita pelo então Ministro da Educação Gustavo Capanema que definiu a revista como órgão oficial dos estudos e pesquisas pedagógicas do Ministério da Educação. Seu papel será reunir e divulgar, pôr em equação e em discussão não apenas os problemas mais gerais da pedagogia, mas sobretudo os problemas pedagógicos especiais que se deparam na vida educacional de país” (RBEP, v.1, n.1, p. 3, 1944).

maioria direcionaram para o JusBrasil¹⁸, Diretório Online dos Advogados, no qual foi possível o acesso às publicações antigas no Diário Oficial da União (DOU), como acordos e convênios feitos entre o Ministério da Agricultura e o estado do Ceará para a construção e instalação da escola; portarias que tratavam de nomeação dos servidores, do currículo e do direcionamento dos recursos destinados à escola. O uso da Hemeroteca Nacional Digital (BNDigital) proporcionou o acesso às publicações de alguns periódicos que circularam na época e complementou a pesquisa com informações sobre os lugares ocupados pelas mulheres, sobre a cultura imposta às classes populares e sobre a educação agrícola.

A busca por mais informações sobre a temática se deu através do Portal de Periódico da Capes e da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) com as seguintes palavras-chave: ensino rural agrícola, educação agrícola feminina, curso de economia doméstica, educação de mulheres. A cada palavra-chave colocada surgiam muitos trabalhos entre artigos, dissertações e teses, envolvendo algumas das palavras. Dessa forma, os trabalhos foram sendo escolhidos pela aproximação com a temática, bem como pela contribuição para a percepção dos modelos de educação feminina presentes na História da Educação do Brasil.

Após a leitura dos resumos dos trabalhos escolhidos, reservou-se nove artigos, três dissertações e sete teses para uma leitura mais aprofundada. Dessas pesquisas, algumas abordam a temática do ensino agrícola de uma forma mais geral, outras centram-se mais especificamente na escolarização feminina. As referências desses trabalhos possibilitaram o acesso a outros trabalhos que ajudaram bastante na construção desta tese.

Entre os artigos, destacou-se dois de Pinheiro (2017, 2018). No primeiro texto, a pesquisadora discute a introdução da Economia Doméstica, como ramo do conhecimento, no contexto rural brasileiro que durante a década de 1950 se tornou política pública em caráter nacional, compondo o extensionismo rural implantado pelo Ministério da Agricultura; no segundo texto, a autora analisa a influência dos Estados Unidos sobre a Economia Doméstica brasileira percebida em três momentos marcantes: na implantação da Extensão Rural, em 1948, na consolidação do

¹⁸ Empresa privada de tecnologia que atua no setor jurídico. O acesso às suas publicações só foi possível após fazer a assinatura do periódico.

extensionismo nos anos 1950 e 1960, com aprofundamento da presença norte-americana no país, coroado pelo golpe empresarial-militar de 1964, respectivamente.

Destacou-se ainda quatro artigos de Ferreira (2018a, 2018b, 2019, 2020). No primeiro e no segundo artigo, a autora faz uma reflexão sobre a contradição entre a importância desempenhada pela campanha empreendida pela CNER e a formação de professoras/professores para a atuação no Brasil rural dos anos de 1952, quando a CNER foi implantada, a 1963, quando a campanha foi extinta. No terceiro e quarto artigo, a lente se voltou-se para os cursos ofertados nas escolas rurais domésticas procurando analisar os percursos formativos destinados à educação feminina e a maneira como esses fenômenos se articularam à formação que foi oferecida às moças brasileiras nas décadas de 1950 e 1960.

Com relação aos trabalhos de teses e dissertações, a primeira pesquisa que apareceu na filtragem ao abrir a BDTD foi a tese de Ana Carolina de Almeida Bergamaschi (2017), intitulada “Modernizar o campo pelo ensino agrícola: a organização da Escola Agrícola de Barbacena (1933-1964)”, que para além da temática, trouxe grandes contribuições para a busca da fundamentação teórica, pois a autora apresentou um levantamento bibliográfico de pesquisas realizadas no âmbito do ensino agrícola.

Foi a partir da tese supracitada que chegou-se mais rápido às tese de Nilce Vieira Campos Ferreira (2012) intitulada “Escola de Economia Rural Doméstica: Ensino Secundário Profissionalizante no Triângulo Mineiro (1935-1997)” e a de José Wagner de Almeida (2016) cujo título é “Escola Agrícola de Lavras da Mangabeira CE (1947 - 2008): Elite Rural, Ingerência Estrangeira e Circulação de Ideias Pedagógicas para o Progresso do Brasil e do Ceará”, cuja leitura foi fundamental para a construção do meu objeto de Pesquisa.

A tese de Ferreira (2012) está inserida nas pesquisas sobre instituições escolares e investiga o curso de Formação em Economia Doméstica no Ensino Secundário. A autora chega a citar os cursos de Economia Doméstica ofertados em Iguatu como exemplo de iniciativas desenvolvidas pelas Escolas Agrotécnicas Federais em outros estados.

As contribuições da tese de José Wagner de Almeida (2016) foram muito importantes, uma vez que o autor analisa a política de implementação da Escola

Agrícola de Lavras da Mangabeira, município que fica a 55 km de Iguatu e que sofreu influências políticas semelhantes no processo de construção histórica da instituição.

Desse modo, essas três teses proporcionaram uma visão geral sobre a política e o gerenciamento da educação agrícola no Brasil, possibilitando, assim, leituras mais ampliadas sobre a temática.

Outras pesquisas foram sendo incluídas nos estudos empreendidos nesta tese revelando como a educação feminina voltada para ensino agrícola foi se configurando no Brasil e no estado do Ceará ao longo do tempo, conforme descritas no Quadro 3 a seguir:

Quadro 3 - Pesquisas sobre educação feminina voltada para o ensino agrícola

Autor(a) e ano	Título da pesquisa	Descrição resumida
Nailda Marinho da Costa Bonato (2003)	A escola profissional para o sexo feminino através da imagem fotográfica	Bonato (2003) investigou a educação profissional feminina tendo como fonte privilegiada a imagem fotográfica, com foco em três instituições que foram criadas na rede pública de ensino do Distrito federal na Primeira República, quais sejam: Instituto Profissional Feminino (1898); Primeira Escola Profissional Feminina [Bento Ribeiro] (1913); Segunda Escola Profissional Feminina [Rivadavia Correa] (1913) e Escola Profissional Paulo de Frontin (1919). O objetivo foi reconstruir as atividades didático-pedagógicas realizadas por estas instituições, conhecer sua estrutura e funcionamento e o que representou para a educação feminina no projeto educativo republicano do poder municipal.
Claudia Medianeira da Costa Gomes (2004)	A Educação Feminina: Escola de Belas Artes e Ofícios Santa Terezinha no município de Santa Maria/RS-Um estudo de caso	Gomes (2004) investigou o processo histórico e pedagógico da Escola de Artes e Ofícios Santa Teresinha, fundada em 1922 na cidade de Santa Maria (RS), bem como suas influências na educação de meninas no início do século XX. A escola estava ligada aos interesses do empreendimento ferroviário da cidade e atendia as filhas dos ferroviários.
Delane Lima Nogueira (2008)	Amália Xavier e a Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte: registros sobre a constituição de uma cultura docente para a educação no campo	Nogueira (2008) apresenta o panorama histórico da criação da Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte considerando as contribuições de Amália Xavier de Oliveira, priorizando o marco temporal de 1930, quando a escola começou a se organizar para a sua criação até 1946, ano da promulgação da Lei do ensino normal (Reforma Capanema). Em suas considerações finais, afirma que as moças que por lá passavam aprendiam a ser professoras capazes de atuar tanto em meios rurais como em urbanistas e saíam preparadas para auxiliar e instruir a população, trabalhando em favor do meio rural.
Maria Goretti Lopes Pereira e Silva (2009)	A Escola Normal Rural do Ceará nos anos de 1930-1950: palco de debates políticos e pedagógicos no calor das Reformas	Silva (2009), ao estudar o processo de criação da Escola Normal do Ceará, percebeu que a escola foi o ambiente motivador para as reformas educacionais ocorridas no período de 1930 a 1950. Com isso, defendeu a tese de que a Escola Normal durante esse período foi muito mais um palco dos embates políticos, do que mesmo de debates pedagógicos e que foi perdendo sua importância e centralidade por volta dos anos de 1950. A escola seguiu, portanto, o mesmo caminho trilhado pela maioria das escolas normais brasileiras, no que diz respeito à formação de professores, sempre conectada com o que havia de mais moderno em termos de estudos pedagógicos no mundo, contando para isso com a atuação dos intelectuais cearenses da época.
Danielle Gross de Freitas (2011)	Entre ofícios e prendas domésticas: a Escola Profissional Feminina de Curitiba (1917-1974)	Freitas (2011) buscou compreender o processo de criação e funcionamento da Escola Profissional Feminina de Curitiba para tentar construir a conceituação de educação profissional desenvolvida pela Escola. Instituída na capital do estado do Paraná em 1917, a instituição destinava-se a atender o público

		feminino na aprendizagem de artes aplicada ao trabalho e funcionou com esse modelo de ensino até 1974, quando a escola passou a atender também o público masculino.
Vivian Machado Dutra (2013)	De Nilo Peçanha a Aurelino Leal: conflitos inter-oligárquicos em torno da Escola Profissional Feminina de Niterói (Primeira República)	Dutra (2013) analisou os conflitos entre as oligarquias do Estado do Rio de Janeiro e a Capital Niterói em torno da Escola Profissional Feminina de Niterói, primeira instituição feminina mantida pelo estado, no período da Primeira República, buscando compreender o projeto de nação e jogo político que se desencadeou para a implantação de um modelo de educação feminina a ser ofertado em Niterói.
Gabriel Battaza Lonza (2019)	A educação das mulheres no Brasil: Nísia Floresta e a experiência do Colégio Augusto (1838-1849)	Lonza (2019) refletiu sobre o impacto do trabalho de Nísia Floresta Brasileira Augusta na história da educação feminina no Brasil, especificamente a partir da experiência do Colégio Augusto no Rio de Janeiro em 1938, que foi fundado e dirigido por ela por onze anos, período em que implementou uma pedagogia inovadora incluindo no currículo a oferta de algumas disciplinas que eram ministradas apenas em colégios masculinos. Lonza (2019) conclui que a atuação de Nísia Floresta à frente do Colégio Augusto influenciou a sociedade de modo geral, através de suas obras didáticas publicadas nas quais ela deixava claro a sua concepção de como devia ser a educação das mulheres, bem como pelas publicações de artigos sobre ela e sobre o Colégio Augusto nos jornais que circulavam na época no Rio de Janeiro.
Wanderléia Farias Santos (2019)	O Primeiro Curso de Economia Rural Doméstica na Paraíba: Bananeiras (1950-1959)	Santos (2019) apresenta uma narrativa histórica do primeiro Curso de Economia Rural Doméstica da Paraíba, localizado na cidade de Bananeiras (PB), no período de 1950 a 1959, a partir das práticas curriculares recomendadas pelos Manuais de Economia Doméstica, diários de classe, planos de trabalho, fotografias, Diários Oficiais e testemunhos de ex-professoras da instituição, concluindo que o “Curso de Economia Rural Doméstica em Bananeiras, difundia uma educação moderna/conservadora, voltada para os valores morais, de disciplina, controle e dominação do grupo social predominante da época”.
Maria Maroni Lopes (2020)	O Ensino de Matemática na Escola Doméstica de Natal: contribuições para um diálogo sobre o papel da mulher Norte-rio-grandense (1911-1961)	Lopes (2020) estudou as práticas educativas desenvolvidas no âmbito da Escola Doméstica de Natal, no Rio Grande do Norte (RN), no período de 1911 a 1961, do século passado, e seus desdobramentos no presente. Para tanto, analisa a sua criação a partir da Liga de Ensino do Rio Grande do Norte, instituição que criou a Escola Doméstica de Natal, até o redirecionamento do ensino promovido pela primeira Lei de Diretrizes e Bases em 1961.
Rosa Santos Mendes da Silva (2020)	História e Memória da Formação Docente: Curso Normal do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora Petrolina (1929-1989)	Silva (2020) procurou compreender o processo histórico da formação docente a partir do Curso Normal Rural do colégio Nossa Senhora Auxiliadora para a atuação das professoras na educação rural, dentro do recorte temporal de 1929 a 1989, ano de início das atividades do curso até o ano de sua suspensão. Em seus estudos, foi detectada a criação de mais quatorze escolas normais de ensino confessional distribuídas no estado de Pernambuco.

A partir da leitura das pesquisas mencionadas, procurou-se compreender os modelos e as influências presentes nas primeiras iniciativas voltadas para a educação profissional feminina no país e no estado de Ceará, bem como situar o modelo de educação presente em nosso objeto de pesquisa. Então, o passo seguinte foi buscar conhecer os dispositivos legais que regiam a educação brasileira, pois, “nunca se explica plenamente um fenômeno histórico fora do estudo de seu momento” (Bloch, 2001, p. 60).

Nessa perspectiva, os dispositivos legais que estão dentro do marco temporal desta pesquisa agrupou quatro momentos. O primeiro tratou da Reforma Capanema na década de 1940, que elaborou um conjunto de leis para fixar as bases do funcionamento da educação nacional; cada lei tratava de um nível de ensino de maneira separada. O segundo abordou as leis de equivalência na década de 1950, que possibilitou aos egressos do ensino agrícola do segundo ciclo o prosseguimento nos estudos. O terceiro momento envolveu as modificações incorporadas pela Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961 que fixou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e o Decreto nº 60.731, de 19 de maio de 1967, que transferiu para o Ministério da Educação e Cultura os órgãos de ensino do Ministério da Agricultura, passando o ensino agrícola a ser regido exclusivamente pelo Ministério da Educação. O quarto momento referiu-se a Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, que fixou as Diretrizes e Bases da Educação Nacional e vigorou até a aprovação da atual LDB 9396/96. No Quadro 4, constam as leis que mantinham relação com o ensino agrícola.

Quadro 4 - Leis que mantinham relação com o ensino agrícola

Lei	Determinação
Decreto-lei nº 4.244 de 09 de abril de 1942	Lei orgânica do Ensino Secundário dividida em dois ciclos: o ginasial, com quatro anos de duração compreendendo um só curso, e o colegial, com três anos de duração com dois cursos: o curso clássico e o curso científico.
Decreto-lei nº 8.529, de 02 de janeiro de 1946	Lei Orgânica do Ensino Primário com as seguintes categorias de ensino: o ensino primário fundamental, destinado às crianças de sete a doze anos e ensino primário supletivo, destinado aos adolescentes e adultos.
Decreto-lei nº 8.530, de 02 de janeiro de 1946	Lei Orgânica do Ensino Normal ministrado em dois ciclos: o primeiro dará o curso de regentes de ensino primário, em quatro anos, e o segundo, o curso de formação de professores primários, em três anos, com oferta de cursos de especialização para professores primários, e cursos de habilitação para administradores escolares do grau primário.

Decreto-lei nº 9.613, de 20 de agosto de 1946	Lei Orgânica do Ensino agrícola ministrado em dois ciclos e dentro de cada ciclo havia os cursos de formação, de continuação e de aperfeiçoamento.
Lei nº 1.076, de 31 de março de 1950	Assegurou aos estudantes que concluírem curso de primeiro ciclo do ensino comercial, industrial ou agrícola, o direito à matrícula nos cursos clássico e científico.
Lei nº 1.821, de 12 de março de 1953	Dispôs sobre o regime de equivalência entre diversos cursos de graus médios para efeito de matrícula no ciclo colegial e nos cursos superiores.
Decreto nº 38.042, de 10 de outubro de 1955	Aprovou o Regulamento dos Currículos do Ensino Agrícola.
Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961	Fixou as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
Decreto nº 52.634, de 08 de outubro de 1963	Dispõe sobre denominação de instituição de ensino e dá outras providências.
Decreto nº 60.731, de 19 de maio de 1967	Transferiu para o Ministério da Educação e Cultura os órgãos de ensino do Ministério da Agricultura.
Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971	Fixa as Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus.
Decreto nº 83.935, de 04 de setembro de 1979	Altera a denominação dos estabelecimentos de ensino que indica

Fonte: Elaborado pela autora.

O conjunto dessas leis e as leituras das teses e dissertações denotou que o ensino agrícola era ofertado em escolas geridas tanto pelo Ministério da Agricultura como pelo Ministério da Educação. Somente em 1967 é que essa modalidade de ensino passou a ser regida exclusivamente pela pasta da Educação, quando ocorreu a transferência dos órgãos de ensino do Ministério da Agricultura para o Ministério da Educação e Cultura.

Existiam também escolas femininas geridas por congregações religiosas, a exemplo do Colégio São José de Iguatu, ou por associações criadas para a manutenção das despesas da escola, como no caso da Escola Normal de Juazeiro do Norte e a Escola Normal de Natal, que poderiam receber recursos financeiros do governo federal.

Assim, esta pesquisa se justifica e será de extrema importância para a História da Educação, porque dentro do recorte temporal abordado será colocado em evidência quatro as fases que a escola passou, acompanhando as reformas educacionais, quais sejam:

- 1) (1955-1963) – Implantação – Primeiros cursos de Extensão em Economia Doméstica, regidos pelas diretrizes da Reforma Capanema e administrado pelo Ministério da Agricultura;
- 2) (1963-1967) – Construção da sede própria e início do funcionamento dos Cursos Técnico em Economia Doméstica, desdobramento da LDB de 1961;
- 3) (1967-1971) – As escolas agrícolas passam para o Ministério da Educação;
- 4) (1971-1983) – O Colégio de Economia Doméstica Rural “Elza Barreto” segue federalizado, recebe a estrutura física do estado do Ceará, onde deveria funcionar o Colégio Agrícola Gonçalves de Carvalho ainda em fase de construção. Após o término de sua construção em 1981 se tornou uma das unidades da Escola Agrotécnica Federal de Iguatu, Ceará – “Elza Barreto”.

Aliado a isso, a pesquisa poderá preencher uma lacuna e complementar alguns estudos já realizados, no que diz respeito a política de funcionamento das escolas agrícolas no Ceará. Em 1994, num estudo encomendado pela Secretaria de Educação do Estado do Ceará (SEDUC), conveniada com a Universidade Estadual do Ceará (UECE), através da sua Faculdade de Veterinária, visando um diagnóstico situacional capaz de abranger todos os aspectos relevantes envolvidos e a dar sugestões para melhorar as condições das escolas agrícolas do Ceará, apresentou-se a rede estadual de ensino agrícola do Estado, com apenas cinco colégios agrícolas: os colégios agrícolas de Lavras da Mangabeira, Granja, Mombaça, Pacatuba e Itapipoca (Almeida, 2016). Neste estudo, não são contabilizados o Colégio Agrícola de Crato e nem a Escola de Economia Doméstica Rural de Iguatu - “Elza Barreto”, pois estes não foram estadualizados¹⁹.

1.3. Percurso do estudo

A partir da identificação das bases e produções teóricas, tornou-se possível traçar os caminhos da pesquisa, refletir sobre experiências já estudadas, e com esta pesquisa apresentar acrescentar novos fatos ainda não percebidos sobre a política voltada para a educação agrícola, em especial o ensino agrícola feminino, que são extremamente importantes para a História da Educação.

¹⁹ Na Década de 1970, deu-se início a política de cessão de estabelecimentos de ensino agrícola, da rede federal, a Governos Estaduais.

A tese, além do prólogo, está estruturada em cinco capítulos. No prólogo, fez-se uma rápida introdução para evidenciar o contexto pandêmico vivenciado pela população mundial, os desdobramentos na gestão da educação brasileira e os desafios que impactaram nessa operação historiográfica.

No primeiro capítulo descreveu-se a aproximação com a temática, nossos objetivos, os caminhos percorridos, as leituras realizadas até a chegada do nosso objeto de estudo, e o roteiro para o desenvolvimento da pesquisa.

O segundo capítulo, “Educação profissional feminina”, colocou em evidência as experiências de Educação Feminina no Brasil e no Estado do Ceará, tanto quanto foi possível. O objetivo deste capítulo foi analisar a educação profissional feminina dentro da política do ensino agrícola, buscando as simetrias e as contradições entre as experiências postas em prática, os marcos legais e os repertórios analíticos presentes nos aportes teóricos, refletindo sobre qual eram os objetivos dos currículos ofertados para os cursos de Economia Rural Doméstica. Seria missão ou profissão? Neste capítulo fez-se também uma reflexão do conjunto de leis da Reforma Capanema na década de 1940, seguida das leis de equivalência na década de 1950; das modificações incorporadas pela Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961; dos impactos do Decreto nº 60.731, de 19 de maio de 1967, na execução do ensino agrícola feminino, a partir da transferência dos órgãos de ensino do Ministério da Agricultura para o Ministério da Educação.

O terceiro capítulo, “Formação no Colégio de Economia Doméstica Rural “Elza Barreto”, dedicou-se a destacar as contribuições da Professora Elze Montenegro para construção, funcionamento e consolidação do colégio, apresentar o contexto sociopolítico em que foram implementados os primeiros cursos de extensão e as adaptações ocorridas a partir da LDB de 1961, quando estes se transformaram em cursos técnicos.

A construção do terceiro capítulo pautou-se no acervo particular da professora Elze Montenegro, composto por cartas, um discurso proferido pela professora por ocasião da comemoração dos 50 anos da escola, momento em que foi homenageada pela instituição e um documento intitulado “Exposição de motivos”, enviado pela professora à SEAV em 1967. Nas cartas e no discurso foi possível mapear alguns

personagens que faziam parte de sua rede de sociabilidade²⁰ e que colaboraram com o processo de construção da Escola. O relatório apresentou as seguintes categorias: séries, turmas, matrículas, dirigentes, professores, estágio, localização, construção, equipamentos. Essas categorias apresentam em números as condições em que se encontrava a escola e as necessidades de melhoria. O acervo mencionado, além de apresentar as informações já relatadas, forneceu pistas para a busca de outros documentos.

Outro documento importante na construção do terceiro capítulo foi o relatório de um curso que a professora Elze Montenegro fez nos Estados Unidos da América - EUA em 1966, oferecido pela Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (UNITED STATES - A.I.D. MISSION BRASIL), no qual ela fez o registro diário de todas as atividades realizadas. Somado a isso, vários documentos oficiais publicados no DOU e algumas notícias publicadas em jornais de circulação da época, comprovaram a forte influência dos EUA na educação brasileira e cearense.

No quarto capítulo, “Escola Agrotécnica Federal “Elza Barreto”: processo evolutivo e criação de novos cursos”, avaliou-se como se deram as mudanças e a evolução dos cursos a partir da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971 que fixou as Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, com o objetivo de evidenciar os impactos da implementação compulsória do ensino técnico profissionalizante, as transformações sofridas pelos currículos e registrar o encontro da Escola Agrotécnica Federal “Elza Barreto” com o Colégio Agrícola Gonçalves de Carvalho.

Nas considerações finais foram adicionadas as reflexões, a partir dos resultados obtidos na pesquisa, evidenciando que esse trabalho, além de apresentar contribuições significativas para o estudo de uma temática ainda pouco explorada, abrirá novas possibilidades de pesquisa.

²⁰ 1. Aracy Bezerra Duarte, professora do ensino agrícola técnico; 2. Dona Amália, esposa do Senador Wilson Gonçalves (1963-1970, 1971-1978); 3. Oscar Lamounier Godofredo Júnior, diretor da COAGRI - Coordenação Nacional de Ensino Agropecuário; 4. Deputado Federal Edilson Melo Távora por quatro mandatos (1959-1975); 5. José Liberal de Castro, arquiteto e professor da Universidade Federal do Ceará (1956-1993); 6. Antônio de Albuquerque Sousa Filho, Secretário de Ensino de 1º e 2º graus do Ministério da Educação e Cultura (1981-1983); 7. José Elpídio Cavalcante, prefeito de Iguatu (1982-1986).

2. EDUCAÇÃO PROFISSIONAL FEMININA

“A periodização, enquanto uma exigência de compreensão do objeto é, antes, uma questão teórica que se põe para o historiador ao enfrentar a tarefa de organizar os dados visando a explicar o fenômeno que se propôs investigar” (Saviani, 2013, p. 12).

Para situar o contexto desta pesquisa, fez-se um recuo histórico como ferramenta para a compreensão das transformações políticas que foram ocorrendo no processo de escolarização e profissionalização das mulheres ao longo do tempo, bem como refletiu-se sobre os impactos dessas transformações, em cada momento político vivenciado pela instituição pesquisada.

Nessa perspectiva, neste capítulo apresentou-se inicialmente um breve histórico sobre o processo de escolarização feminina ao longo do tempo, buscando compreender como se desenvolveu a educação profissional feminina dentro da política traçada para o ensino agrícola, que tinham como foco as ciências domésticas. Claro que para entender os objetivos desse projeto de nação sempre haverá novas perguntas, mesmo para temas antigos e, conseqüentemente, outras possibilidades de respostas que podem se complementar e apresentar uma nova versão dos fatos. Espera-se que esta versão responda as indagações e inquietações que motivaram esta pesquisa.

2.1. Experiências de educação feminina no Brasil e no estado do Ceará

O processo de colonização do Brasil deixou heranças que se perpetuam até hoje e, como em todo país colonizado, essas heranças foram se naturalizando ao longo do tempo, o que não impedia os movimentos de resistência encampados por alguns grupos, em busca de melhores condições de vida. Nesse contexto, a História das mulheres sempre esteve associada às concepções do sistema patriarcal, no qual estas deveriam ser dóceis e obedientes aos seus pais e ou seus maridos. Como bem assevera Ribeiro (2003):

No Brasil-colônia, o homem decidia as ações. Era ele que dominava, por meio da família patriarcal. Aliás, a palavra família vem de *famulus*, uma expressão latina que quer dizer: escravos domésticos de um mesmo senhor. Ou seja: todos deviam obediência ao senhor patriarcal. Sua esposa e filhas também.

Elas o chamavam de “senhor meu marido; senhor meu pai” (Ribeiro, 2003, pp. 82-83).

Quanto ao processo de escolarização das mulheres neste período, poucos são os estudos, talvez porque não se considere a forma como os índios passavam seus ensinamentos aos seus filhos e filhas. Ao contrário, com a colonização se iniciou um processo de aculturação dos povos originários logo após a instalação de algumas ordens religiosas, com destaque para a ordem jesuíta que liderou as primeiras experiências de educação com seus métodos de ensino.

A impressão que nos é passada, em grande parte dos livros didáticos e nas obras clássicas, é a de que os indígenas não raciocinavam, não tinham sentimentos nem mesmo consciência do que lhes ocorria. Para muitos autores, viviam eles alienadamente felizes na sua condição ‘natural’. As mulheres indígenas, infelizmente, subjugadas às vontades sexuais do colono português, calaram seus receios e medos (Ribeiro, 2006, pp. 4-5).

Nesse cenário, as mulheres brancas, inclusive as brancas portuguesas, eram trazidas para o Brasil para se casarem com os portugueses e, assim, evitar que os colonos vivessem no pecado com as mulheres indígenas.

Essa subjugação também existia, e com o apoio da igreja, pois a atuação dos Jesuítas não oferecia às mulheres nenhum instrumento de libertação, mas ensinava-as a se submeterem à Igreja e ao marido. De acordo com os estudos de Saffioti, (1976), “na civilização portuguesa não havia lugar para a instrução feminina, considerada verdadeira heresia social. O ideal de educação feminina circunscrevia-se exclusivamente às prendas domésticas”.

Segundo Almeida (1998), para os positivistas, o trabalho intelectual não devia cansar as mulheres, mas prepará-las para atuar no espaço doméstico, como cuidar do marido e dos filhos, não se cogitando que pudesse desempenhar uma profissão assalariada. A mulher educada dentro das aspirações masculinas seria uma companhia mais agradável para o homem que transitava regularmente no espaço urbano, diferentemente do período colonial com seu recolhimento e distanciamento do espaço da sociabilidade. Ainda segundo Almeida (1998), em contraposição ao positivismo, os trabalhos acadêmicos publicados nos anos 60 e 70 do século XX adotaram uma visão marxista, no qual a mulher era vista como vítima do sistema patriarcal que lhes impunha a dominação e opressão.

No Brasil Império, a ideia de proporcionar instrução ao sexo feminino esteve presente na Constituinte de 1823. Entretanto, com a dissolução da Assembleia Constituinte, a Constituição outorgada em março de 1824 pelo Imperador do Brasil

menção apenas que a instrução primária seria gratuita a todos os cidadãos, colégios e universidades onde seriam ensinados os elementos das ciências e belas-artes (Saffioti, 1976).

Quanto a isso, esta pesquisa aponta como marco oficial a Lei de 15 de outubro de 1827 que determinou a criação de Escolas de Primeiras Letras. O Art. 11 previa a criação de “escolas de meninas nas cidades e vilas mais populosas, em que os Presidentes em Conselho, julgarem necessário este estabelecimento”. Entretanto, mesmo quando o Conselho julgava necessário, o currículo destinado às meninas era diferenciado do currículo oferecido aos meninos. As meninas tinham o ensino elementar de Língua Portuguesa, aprendiam as quatro operações e as prendas que servem a economia doméstica. Para ir além do que preconizou esse artigo, muitos esforços tiveram que ser empreendidos, através da luta de mulheres que impunham sua resistência às regras e ousavam lutar por sua emancipação, através da educação.

No caso da luta pela educação profissional feminina, o magistério como profissão foi uma conquista muito importante, foi quando começaram a ser criadas as primeiras escolas normais para a formação de docentes. Entretanto, essas escolas tiveram dificuldades de se estruturarem por não representarem uma exigência da sociedade brasileira de então, mas constituía meramente um item no conjunto de ideias liberais nascidas em países de economia mais integrada e para aqui transplantadas pela intelligentsia²¹ nacional, bem como pela falta de um sistema nacional de educação articulado. Somente nos últimos anos do Império é que começa a se implantar definitivamente as escolas normais.

Mesmo assim, sendo o Brasil um país essencialmente católico, a coeducação foi adotada mais por medida de economia e não pelo significado social que poderia representar a educação conjunta dos sexos. Assim, ao mesmo tempo que as escolas normais representaram uma inovação para o ensino primário, também contribuíram para a segregação sexual que permaneceu por muito tempo nas escolas secundárias (Saffioti, 1976).

Muitas pesquisas já foram feitas sobre as escolas normais, em todas elas constata-se que a criação das escolas normais foi um desdobramento da Lei de 15 de

²¹ O termo de origem russa usualmente refere-se a uma categoria ou grupo de pessoas envolvida em trabalho intelectual, direcionado ao estudo, desenvolvimento e disseminação de informações.

outubro de 1827, idealizadas pelo poder público, a maioria delas experiências confessionais.

Houve também iniciativa particular, a exemplo do Colégio Augusto (1838-1849) fundado e dirigido por Nísia Floresta²², que implementou uma pedagogia inovadora, incluindo no currículo a oferta de algumas disciplinas que eram ministradas apenas em colégios masculinos. Sua ousadia em inaugurar uma escola de nível secundário para mulheres foi notificada pelos jornais da época, alguns com elogios a sua atuação, outros com ataques à vida pessoal da educadora (Lonza, 2019). À frente do Colégio Augusto, Nísia Floresta influenciou a sociedade de modo geral, através de suas obras didáticas publicadas nas quais ela deixava claro a sua concepção de como devia ser a educação das mulheres, bem como pelas publicações de artigos sobre ela e sobre o Colégio Augusto nos jornais que circulavam na época no Rio de Janeiro.

Segundo Silva (2001), as primeiras escolas normais foram implementadas na da Capital da Província do Rio de Janeiro, em Niterói, (1835), em Minas Gerais em 1840, na Bahia em 1836 (instalada apenas em 1841), a de São Paulo em 1848, a de Pernambuco em 1864 e a do Piauí em 1865, a de Goiás em 1858. Com relação a Escola Normal do Ceará, Silva (2001) apresenta um estudo histórico detalhado que vai desde a primeira iniciativa nesse sentido em 1837 até a sua consolidação de fato em 1887.

Com o fim da escravidão e o surgimento do “livre emprego”, surge um movimento por uma educação eminentemente agrícola e pela modernização da agricultura brasileira, através da difusão do ensino agrícola. Um estudo realizado pela professora Sônia Regina Mendonça sobre o ruralismo sinaliza que, dentro desse movimento histórico, de um lado estava a elite brasileira representada pelos proprietários de terra e produtores rurais; do outro, a representação estatal, com destaque para a Sociedade Nacional da Agricultura (SNA), criada em 1860 e que posteriormente se transformou no Ministério da Agricultura²³. Nessa perspectiva, para atender a essas representações, a educação agrícola deveria aglutinar os interesses

²² Dionísia Pinto Lisboa, ou Dionísia Gonçalves Pinto, ou Nísia Floresta Brasileira Augusta, ou apenas Nísia Floresta, nasceu em 1810 em Papari, Capitania da Paraíba, atual Rio Grande do Norte e faleceu em e faleceu em 1885 em Ruão, França. Defensora de ideais abolicionistas, republicanos e principalmente feministas, posicionamentos inovadores na época, influenciou a prática educacional brasileira, rompendo limites do lugar social destinado à mulher (Wikipédia).

²³ O Decreto 1.606 de 29 de novembro de 1906 cria uma Secretaria de Estado com a denominação de Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio.

da elite brasileira de modernizar o campo com aplicações de novas técnicas, através da instrução e da produção agrícola.

Assim, com o fim do trabalho escravo e a implementação do “trabalho livre”, foi criada uma rede de estabelecimentos voltados para o ensino. Nesse primeiro momento, escolas, institutos, estabelecimentos rurais, colônias operaram uma ressignificação do ensino agrícola, no sentido de atuarem como agências formadoras²⁴.

Um exemplo dessas instituições foi a Colônia Agrícola e Orfanológica Cristina que funcionou no estado do Ceará, criada na administração de José Júlio de Albuquerque Barros, pela lei provincial de 14 de novembro de 1879. Destinada a recolher meninos e meninas órfãos de pai, entre 07 e 18 anos, para a oferta da escolarização que pudessem torna-los úteis ao país:

Entre as atividades que seriam desenvolvidas pelos jovens do sexo masculino destacamos as relacionadas às instruções para o trabalho no campo, tais como: plantação em roçados, descaroçamento de algodão, fabricação de farinha, além da criação de gado e cavalo, em razão destas colônias terem sido criadas com um viés formador para o trabalho na agricultura. Além destas atividades voltadas para a agricultura, o público masculino poderia aprender o ofício-de-ferreiro, carpintaria, sapateiro e alfaiate. Quanto ao público feminino, este se envolveria com as atividades domésticas e em trabalhos de agulha, fiação, tecelagem e flores artificiais (Almeida, 2016, p. 76).

Segundo Saffioti (1976), na fase Pré-Republicana, a agitação do problema educacional nos anos de 1880 criava as condições para a apresentação de numerosos projetos de lei visando a organizar o ensino em seus vários níveis, e mesmo especificamente o ensino feminino, com propostas de criação de Liceus femininos para a oferta do ensino secundário. Entretanto, sem a criação de sistema articulado de educação no período republicano, tais propostas foram abortadas, fortalecendo cada vez mais a atuação dos colégios religiosos que, por não serem gratuitos, acabavam por marginalizar o ensino e atender apenas aquelas mulheres que a família tinha condições de pagar pela educação de suas filhas.

Nos primeiros anos do século XX, o Governo brasileiro, através do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC), desenvolveu uma política de educação que envolveu a criação das Escolas de Aprendizizes Artífices, através da publicação do Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, com o objetivo de oferecer o ensino

²⁴ Para saber mais sobre essas instituições veja o tópico 2.1 da tese de Almeida (2016).

profissional primário e gratuito, por meio de conhecimentos técnicos e práticos para menores das classes menos favorecidas. Essas escolas foram instaladas em todas as capitais dos estados do Brasil, em edifícios pertencentes à União ou cedidos pelos governos locais. Havia também a possibilidade da fundação de escolas custeadas pelos Estados, Municipalidades ou associações particulares, que poderiam ter verbas complementares com subvenção da União.

No ano seguinte, o Decreto nº 8.319, de 20 de outubro de 1910, cria o Ensino Agrônômico e aprova o respectivo regulamento com as seguintes divisões: ensino superior, ensino médio ou teórico-prático, ensino prático, aprendizados agrícolas, ensino primário agrícola, escolas especiais de agricultura, escolas domésticas agrícolas, cursos ambulantes, cursos conexos com o ensino agrícola, consultas agrícolas e conferências agrícolas.

As escolas domésticas agrícolas tinham por objetivo “preparar as filhas dos cultivadores para os misteres da vida agrícola ministrando-lhes com esse propósito, educação apropriada ao sexo e aos serviços rurais que lhes são adequados” (Brasil, 1910). O programa dos cursos visava a prática elementar de horticultura, fruticultura, jardinocultura, floricultura, zootecnia, indústrias rurais, inclusive a de laticínios, economia doméstica, economia social, noções de higiene geral, de direito usual, de comércio e contabilidade agrícola. Para as filhas dos cultivadores, ainda havia a possibilidade de se matricularem nos cursos abreviados dos aprendizados agrícolas para a instrução de pequenas indústrias agrícolas, tais como apicultura, sericultura, avicultura, alimentação e tratamento dos animais domésticos, fabricação do queijo e da manteiga. Nota-se que o ensino deveria ser essencialmente prático e focado em técnicas agrícolas caseiras, sem a preocupação com a formação intelectual.

Os anos de 1920 foram marcados pelas reformas educacionais em vários estados do país. No Estado do Ceará, a Lei nº 1.953, de 02 de agosto de 1922, dividiu o ensino público em ensino preliminar com duração de três anos, oferecido pelas escolas isoladas e nas escolas reunidas; ensino primário com duração de quatro anos, nos grupos escolares; o ensino complementar com duração de dois anos, na escola complementar, anexa à escola normal; o ensino secundário e especial, no Lyceu e na Escola Normal; o profissional nas escolas profissionais; e o superior, na Faculdade de Direito da Capital. No regimento não ficou claro como seria ofertado o ensino

profissional, nem quais os possíveis cursos que poderiam ser ofertados. A Escola Normal seria a responsável pela formação do magistério para o ensino primário.

A partir da década de 1930, as ideias do movimento pela ruralização do ensino ganharam repercussão em âmbito internacional, tendo como principal articulador desse movimento no Brasil o intelectual Sud Mennucci. Um dossiê organizado por Rosa Fátima de Souza Chaloba, Macioniro Celeste Filho e Ilka Miglio de Mesquita, intitulado “História e memória da educação rural no século XX”, publicado em formato digital, reuniu várias pesquisas sobre o ruralismo pedagógico. As leituras realizadas sobre as pesquisas retratadas no Dossiê e a pesquisa realizada pela professora Sônia Regina Mendonça sobre o ruralismo brasileiro, proporcionaram uma visão de como começou a se organizar a educação no Brasil nos séculos XIX e XX.

Pode-se afirmar que o ruralismo brasileiro e o ruralismo pedagógico foram movimentos complementares que tiveram como objetivo proporcionar condições favoráveis para as populações rurais e incentivar a permanência desse público no campo, adotando a educação como mola propulsora para conseguir este fim. O ensino deveria focar suas práticas no sentido de ajustar o estudante ao seu ambiente, desenvolver um caráter nacionalista e incentivar o sentimento de solidariedade humana. Nesse sentido, o sujeito ao obter uma formação poderia contribuir com o desenvolvimento da sua localidade, através do seu trabalho.

No contexto do ruralismo pedagógico, de um lado havia os pensadores escolanovistas que apostaram na escola primária comum. Do outro, os ligados ao movimento pela ruralização do ensino. Essas duas concepções impulsionaram a implantação de novas escolas normais destinadas à formação de professores e professoras primárias:

A ênfase de suas iniciativas era a formação de professores ruralizados, nas tão defendidas Escolas Normais Rurais, pois os professores formados nessas Escolas colocariam em prática e contribuíram para a difusão e implementação das propostas de Movimento (Moraes, 2019, p. 140).

Segundo Moraes (2019), as ideias desse movimento foram defendidas por sujeitos de várias regiões do país, entre os nomes citados na rede de sociabilidade do intelectual Sud Mennucci, identificou-se a professora Amália Xavier de Oliveira e o professor Moreira de Sousa, que foram diretores da ENRJN no estado do Ceará.

A instituição, fundada em 1934, foi pioneira ao adotar a concepção do ruralismo pedagógico para a formação de professoras no estado. Experiências de iniciativas de ordens religiosas ou de associações ligadas a esse movimento foram surgindo no estado do Ceará, a exemplo do Colégio Sagrado Coração de Jesus, em Quixadá (1938); Escola Normal Rural de Limoeiro do Norte (1939); Colégio Senhora Santana, em Iguatu (1939); Escola Normal Rural de Crateús (1942) e a Escola Normal Rural Joaquim Magalhães (1945).

Com a reforma Capanema na década de 1940, foram publicadas as Leis orgânicas do ensino industrial, comercial, agrícola secundário, normal e primário, através de Decretos-lei, todas impostas pelo governo sem participação da sociedade civil. No contexto geral da reforma, havia a previsão da articulação entre a formação profissional com o ensino secundário, bem como a igualdade de direito de ingresso para homens e mulheres. Uma das recomendações era para que a educação das mulheres se fizesse em estabelecimentos de ensino de exclusiva frequência feminina e, nos frequentados por homens e mulheres, em classes exclusivamente femininas. Dentro das práticas educativas previstas para cada curso, além das práticas de educação física e de canto orfeônico, aos homens seria dada a educação militar e, às mulheres, educação doméstica.

A Lei Orgânica do Ensino Normal e a Lei Orgânica do Ensino Agrícola, ambas publicadas em 1946, contribuíram respectivamente, com o fortalecimento das escolas normais, dedicados a formação de professoras primárias; para a criação de vários estabelecimentos de ensino agrícola, voltados para a oferta de cursos de extensão e de magistério em economia doméstica.

Nota-se que a Reforma Capanema fragmentou o ensino com várias regulamentações, com possibilidades de articulação entre si, mas a ideia de educação profissional feminina se manteve associada às concepções do sistema patriarcal. Esse tipo de profissionalização limitava o acesso das mulheres ao ensino secundário e o acesso ao mercado de trabalho à profissão docente, ou a profissões que estivessem no raio do universo familiar.

A LDB de 1961 dividiu o ensino nos graus pré-primário, destinado aos menores até sete anos, ofertado em escolas maternas ou jardins-de-infância; primário, com o objetivo de desenvolver o raciocínio e as atividades de expressão da criança, bem como a sua integração no meio físico e social; médio, ofertados em dois ciclos, ginasial

e colegial, abrangendo, entre outros, os cursos secundários, técnicos, de formação de professores para o ensino primário e pré-primário; superior, centrado na pesquisa, no desenvolvimento das ciências, letras e artes, na formação de profissionais de nível universitário; e ratificou a orientação educativa e da inspeção. Com isso, observa-se que o único impacto positivo foi a equivalência conferida ao Curso Colegial de Economia Doméstica, garantindo aos egressos o acesso ao ensino superior.

Quase trinta anos depois, ocorreu uma reforma no ensino médio, que tornou compulsório o ensino profissionalizante, com a publicação da Lei nº 5.692, de 1971²⁵. A referida lei “uniu os ramos do ensino médio, ou seja, por determinação dessa norma, fundiram-se: o ensino secundário, o ensino normal, o ensino técnico industrial, o ensino técnico comercial e o ensino agrotécnico” (Medeiros Neta; Fernandes; Carlos, 2020, p. 44). A regulamentação do ensino profissional compulsório se deu com a aprovação dos pareceres 45/72 e 76/75, que instituíram as habilitações profissionais e as habilitações básicas, respectivamente. Os cursos técnicos foram divididos por área do conhecimento, abrangendo os setores primário, secundário e terciário.

O Curso de Economia Doméstica, presente no rol de cursos técnicos, deixou de ser um curso voltado para o magistério, mas permaneceu no campo de conhecimento voltado ao universo feminino. Os egressos desses cursos, em sua grande maioria, optavam por seguir suas carreiras em cursos de magistério, assistência social, enfermagem ou o próprio curso superior em economia doméstica, promovendo uma falsa ideia de inclusão da mulher na universidade e na vida pública, e um real distanciamento entre os mundos “masculino” e “feminino” (Amaral Júnior, 2013).

A década de 1970 foi significativa, pelo fato de que os profissionais começaram a pensar na identificação da atuação do técnico em Economia Doméstica e na caracterização da clientela a ser atendida (Brasil, 1980). Registra-se que em 1974 aconteceu o “Seminário sobre novas perspectivas domésticas no desenvolvimento nacional”²⁶, organizado pela Comissão Técnica de Ciências Domésticas da Associação Brasileira de Educação Agrícola (ABEAS).

²⁵ A reforma será detalhada no capítulo quatro desta tese.

²⁶ O evento foi realizado em Piracicaba de 23 a 27 de setembro de 1974.

Entretanto, somente as instituições de Ensino Superior de Ciências Domésticas²⁷ estiveram presentes no evento, debatendo temas relacionados à situação atual dessas instituições, da profissionalização dos egressos e a opinião de alguns empregadores entrevistados, nenhum representante de escolas de nível médio participou do debate.

Em 1980, o MEC publicou um documento²⁸ resultado de um estudo feito em várias instituições de nível médio²⁹ que ofertavam cursos técnicos de Economia Doméstica, entre essas instituições estava o Colégio de Economia Doméstica Rural Elza Barreto. O referido documento tornou-se referência para a elaboração de uma proposta curricular, tendo em vista o técnico de Economia Doméstica como agente de transformação nas comunidades em que atuam. De acordo com o documento, o profissional técnico em Economia Doméstica tinha como função orientar a família e/ou a comunidade na tomada de decisões quanto à seleção e à administração racional dos recursos humanos, sociais e materiais, visando a melhoria do nível de vida e integração do homem com a comunidade. A realização dessas funções deveria ser realizada sob supervisão do profissional de nível superior (Brasil, 1980).

Com as vicissitudes sociais e políticas ocorridas nas décadas de 1970 e 1980, e com o movimento feminista avançando em busca de seus direitos por acesso às políticas públicas, muitas foram as reivindicações. Uma dessas reivindicações foi o reconhecimento da profissão do economista doméstico, fato que só veio se concretizar em 1985 com a implementação da Lei nº 7.387, considerando apenas os bacharéis e os licenciados em Ciências Domésticas, ou Economia Doméstica ou Educação Familiar, obtida em curso superior devidamente reconhecido, desconsiderando a formação técnica. Os poucos cursos técnicos de Economia

²⁷ Curso de Economia Doméstica da Universidade Federal do Ceará, Curso de Educação Familiar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de Graduação em Ciências Domésticas da ESALQ/USP, Escola superior de Ciências Doméstica da Universidade Federal de Viçosa - MG, Escola Superior de Ciências Doméstica e Educação Rural de Lorena - SP. Faculdade de Ciências Domésticas da Universidade Federal de Pelotas.

²⁸ Subsídios para uma proposta curricular. Brasília, MEC/DDD, 1980.

²⁹ Região Centro Oeste: Colégio de Economia Doméstica Rural de Brasília Região; Nordeste: Colégio de Economia Doméstica Rural "ELZA BARRETO" - Iguatu-CE, Colégio de Economia Doméstica Rural "JOÃO CLEÓFAS" - Vitória de Santo Antão-PE, Colégio Agrícola "BENJAMIN CONSTANT" - Aracaju-SE - Região Sudeste: Colégio Técnico Agrícola da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, - Colégio Agrícola "DIAULAS DE ABREU" - Barbacena-MG, Colégio Técnico Agrícola de Cafelândia - Cafelândia-SP; Região Sul: Colégio Agrícola "AUGUSTO RIBAS" - Ponta Grossa-PR, Escola Municipal de 1º e 2º graus de Ijuí-RS, Conjunto Agrotécnico "VISCONDE DA GRAÇA" da Universidade Federal de Pelotas-RS.

Doméstica que conseguiram se manter formaram suas últimas turmas no início dos anos 2000, como foi o caso do município de Iguatu.

O passeio pela cultura política que perpassou o recorte temporal desta tese evidenciou que, historicamente, o ensino profissional de nível médio sempre esteve voltado aos interesses das elites dominantes, com a oferta de cursos práticos e de curto prazo, para ingresso imediato desses profissionais aos postos de trabalho disponíveis. Nesse contexto, dois modelos de escolas foram destinados a formação das mulheres no Brasil, as escolas normais e as escolas de economia doméstica.

Já a educação profissional de nível superior esteve voltada principalmente para a formação das elites que comandam os grandes conglomerados econômicos, que anseiam por mão de obra barata “qualificada”. De modo geral, as políticas pensadas para a educação profissional das mulheres foram ao longo do tempo camuflando as características historicamente associadas ao gênero feminino pelo sistema patriarcal.

2.2. A educação profissional feminina dentro da política do ensino agrícola

O projeto de Educação Feminina idealizado pela Reforma Capanema dá seu primeiro passo com a Lei Orgânica do Ensino Industrial. Promulgada em janeiro de 1942, inaugurou o conjunto de leis publicadas para a regulamentação da educação no Brasil. Na referida lei, havia a obrigatoriedade de práticas de economia doméstica para as mulheres e a possibilidade de criação de estabelecimentos de ensino industrial para frequência exclusivamente feminina, e destinados à preparação de profissões femininas, próprias da administração do lar.

Em seguida foi promulgada a Lei Orgânica do Ensino secundário, que dedicou um título exclusivo para a Educação feminina e recomendou que a educação das mulheres se fizesse em estabelecimentos de frequência exclusiva feminina. Nos estabelecimentos mistos, a educação das mulheres deveria ser dada em classes exclusivas femininas. Além disso, foi incluída na terceira e na quarta série do curso ginasial e em todas as séries dos cursos clássico e científico, a disciplina de economia doméstica e a orientação metodológica dos programas deveria ter a natureza da personalidade feminina e bem assim a missão da mulher dentro do lar.

Na exposição de motivos da referida Lei, Gustavo Capanema justifica que mesmo com as prescrições previstas para o ensino profissional feminino, “sob o ponto

de vista do valor da preparação intelectual, o ensino secundário feminino permanecerá identificado com o ensino secundário masculino” (Brasil, 1942). Entretanto, a oferta de disciplinas específicas para as mulheres e as práticas educativas adotadas comprovam que não havia a preocupação com a formação intelectual. Ao contrário, as recomendações voltadas para a educação feminina era uma forma de camuflar o pensamento conservador, preservar a estrutura patriarcal da família, incutir os valores morais e cívicos, e conduzir a formação das estudantes para atender a estrutura social vigente.

A Lei Orgânica do ensino Comercial promulgada em 1943, destinada a formar profissionais para atuarem no comércio ofertando cursos de comércio, propaganda, administração, contabilidade, estatística e secretariado, não fez menção à educação profissional feminina. Posteriormente, foi publicado o Decreto nº 14.373, de 28 de dezembro de 1943, que regulamentou a estrutura dos cursos comerciais e acrescentou a quarta série do curso comercial básico, a disciplina de Economia Doméstica para os estudantes do sexo feminino, na qual a habilitação se dava por frequência e aproveitamento nos exercícios escolares respectivos (Brasil, 1943).

No Governo de Eurico Gaspar (1946-1951), deu-se continuidade a reforma educacional com a promulgação Lei Orgânica do Ensino Normal em 1946, com a finalidade de formar pessoal docente e habilitar administradores escolares para atuarem nas escolas primárias. A promulgação da lei serviu para uniformizar a formação para o magistério que já funcionava nas escolas normais, sob a responsabilidade dos estados, municípios ou das congregações religiosas. Logo em seguida, é publicada a Lei Orgânica do Ensino Agrícola, que tinha por objetivo a formação dos trabalhadores agrícolas promovendo a preparação técnica e a formação humana, no sentido de formar mão de obra qualificada para o trabalho nas propriedades ou estabelecimentos agrícolas, sempre de acordo com os interesses da nação e dos grandes latifundiários. Para o governo, era sua responsabilidade mobilizar esforços para a formação moral e cívica dos trabalhadores, como uma forma de integrá-los à sua comunidade.

Assim, com a publicação das respectivas leis em 1946, começa a se desenhar de fato a educação profissional feminina dentro da Reforma Capanema, com a reorganização das Escolas Normais, que tinha como maior público as mulheres e com

a criação de escolas femininas específicas para a oferta de cursos de formação em Economia Doméstica Rural.

A Lei Orgânica do Ensino Agrícola trazia um título especial para ensino agrícola feminino, da seguinte forma:

DO ENSINO AGRÍCOLA FEMININO

Art. 51. O direito de ingressar nos cursos de ensino agrícola é igual para homens e mulheres.

Art. 52. No ensino agrícola feminino serão observadas as seguintes prescrições especiais:

1. É recomendável que os cursos do ensino agrícola para mulheres sejam dados em estabelecimentos de ensino de exclusiva frequência feminina.
2. As mulheres não se permitirão, nos estabelecimentos do ensino agrícola, trabalho que, sob o ponto de vista de saúde, não lhes seja adequado.
3. Na execução dos programas, em todos os cursos, ter-se-á em mira a natureza da personalidade feminina e o papel da mulher na vida do lar.
4. Nos dois cursos de formação do primeiro ciclo, incluir-se-á o ensino de economia rural doméstica.
5. Além dos cursos de e continuação para mulheres que trabalhem na agricultura e destinados a dar-lhes sumário ensino de um ofício agrícola, ministrarão os estabelecimentos de ensino agrícola a mulheres que trabalharem nas lides do lar cursos de continuação de economia rural doméstica para ensino rápido e prático dos comuns misteres da vida doméstica rural (Brasil, 1946).

Os cursos de continuação previstos na lei foram denominados de cursos práticos de agricultura (ver Quadro 5), pertenciam ao primeiro ciclo do ensino agrícola e eram destinados a dar a jovens e adultos não diplomados uma sumária preparação de um ofício agrícola, uma técnica ou processo de aplicação usual ou recomendável na agricultura. O Decreto nº 38.042, de 10 de outubro de 1955, regulamentou os currículos do ensino agrícola com uma proposta de formação prevista para as populações rurais com a oferta de cursos que se dividiram em dois ciclos:

Quadro 5 - Cursos previstos para o ensino agrícola

Primeiro ciclo do ensino agrícola	
Curso de iniciação agrícola	Com a duração de dois anos, destina-se a dar a preparação profissional necessária execução do trabalho de operário agrícola qualificado
Curso de mestria agrícola	Com a duração de dois anos, e sequente ao curso de iniciação agrícola, tem por finalidade dar a preparação profissional necessária ao exercício do trabalho de mestre agrícola.
Segundo ciclo do ensino agrícola	

Cursos agrícola técnicos 1. Curso de agricultura 2. Curso de horticultura 3. Curso de zootecnia 4. Curso de práticas veterinárias 5. Curso de indústrias agrícolas 6. Curso de laticínios 7. Curso de mecânica agrícola	Cada qual com a duração de três anos, destinam-se ao ensino de técnicos próprios ao exercício de funções de caráter especial na agricultura.
Cursos agrícolas pedagógicos 1. Curso de magistério de economia rural doméstica 2. Curso de didática de ensino agrícola 3. Curso de administração de ensino agrícola	Destinam-se à formação de pessoal docente para o ensino de disciplinas peculiares ao ensino agrícola ou de pessoal administrativo do ensino agrícola, o primeiro com a duração de dois anos e os outros com a duração de um ano.

Fonte: Elaborado pela autora com base no Decreto nº. 38.042/1955.

As mulheres poderiam escolher fazer qualquer curso de formação, entretanto, os trabalhos nas oficinas seriam substituídos pela disciplina de Economia Rural Doméstica e as aulas práticas deveriam ser adaptadas às condições físicas da mulher. De caráter extensionista, os cursos de formação deveriam organizar, em cunho obrigatório, seminários e estudos coletivos sobre assuntos relativos aos cursos, com objetivo de desenvolver a educação social dos educandos (Brasil, 1955). Os cursos pensados para a população do meio rural mostram que “a seleção dos conhecimentos é reveladora das divisões sociais e da legitimação de alguns grupos em detrimento de outros” (Louro, 1997, p. 85).

De acordo com o Artigo 14 do Decreto-lei nº 9.613/1946, o ensino agrícola deveria se articular com as demais modalidades de ensino, da seguinte forma:

- I. Os cursos de formação do ensino agrícola se articularão entre si de modo que os alunos possam progredir de um a outro segundo a sua vocação e capacidade.
- II. O curso de Iniciação agrícola estará articulado com o ensino primário, e os cursos agrícolas técnicos e o Curso de Magistério de Economia Doméstica Agrícola, com o ensino secundário e o ensino normal do primeiro ciclo.
- III. É assegurado ao portador do diploma conferido em virtude da conclusão de um curso agrícola técnico a possibilidade de ingressar em estabelecimentos de ensino superior, para matrícula em curso diretamente relacionado com o curso agrícola técnico concluído, uma vez verificada a satisfação das condições de admissão determinadas pela legislação competente (Brasil, 1946).

Ressalta-se que os cursos agrícolas técnicos tinham a duração de três anos e o Curso de Magistério de Economia Doméstica Agrícola apenas dois anos. Portanto,

mesmo que o Curso de Magistério de Economia Doméstica Agrícola estivesse articulado com o ensino secundário, não assegurava ao portador do diploma o acesso ao ensino superior, mesmo para um curso diretamente relacionado com o curso agrícola técnico concluído. Ficou claro no inciso terceiro que apenas o portador do diploma de um curso agrícola técnico teria essa possibilidade assegurada. Nesse sentido, a articulação da educação profissional feminina com os demais níveis de ensino dentro da Reforma Capanema procurou, de alguma forma, limitar a profissionalização das mulheres a profissões ligadas ao universo familiar e o processo de escolarização ao ensino secundário.

De acordo com o artigo 72 da Lei Orgânica do Ensino Agrícola, caberia ao Ministério da Agricultura prescrever as seguintes medidas de ordem geral:

I. Estudar, em entendimento com os governos estaduais e as administrações municipais, e com os meios agrícolas interessados, um programa de conjunto de caráter funcional, para o desenvolvimento do ensino agrícola, mediante a instituição de um sistema geral de Escolas Agrícolas e de Escolas de Iniciação Agrícola. Nesse programa se incluirá a instituição de estabelecimentos de ensino agrícola **para frequência exclusivamente feminina**.

II. Estabelecer, mediante os necessários estudos, as diretrizes gerais relativas aos diferentes problemas de ensino agrícola, especialmente, quanto à determinação dos conhecimentos que devem entrar na preparação profissional de cada modalidade de ofício ou técnica, à definição da metodologia própria do ensino agrícola e à organização das atividades escolares da orientação educacional e profissional (Brasil, 1946, grifo da autora).

Nota-se que o Ministério da Agricultura foi o órgão responsável pela mediação e articulação entre estados, municípios e as elites ligadas ao setor agrícola. Juntos deveriam pensar, dentro do sistema de instituições a serem ofertadas, a adoção de um currículo, com metodologias específicas para cada curso e com prescrições que iam desde a organização das atividades escolares até a orientação educacional e profissional.

A Revista do Serviço Público, ano 1955, v.69, n.01, publicada em onze de outubro de 1955, traz um artigo de Newton Belleza, no qual ele afirma que a Lei Orgânica do Ensino Agrícola, baixada pelo Decreto-lei nº 9.613, de 20 de agosto de 1946, encerra a etapa mais significativa na evolução do ensino agrícola entre nós,

marcando a terceira fase³⁰ de integração no sistema brasileiro de educação pela possibilidade de articulação dessa modalidade de ensino aos demais níveis de ensino, inclusive para acesso ao ensino superior. Na visão de Belleza (1955), a Lei Orgânica do Ensino Agrícola trouxe:

Uma concepção educativa com fundamento nas atividades sociais, visando a integrar a escola nas tendências, aspirações e interesses da comunidade a que serve. Recomenda a ação da escola sobre o meio para que contribua para o seu desenvolvimento geral ao mesmo tempo em que dêe recolhe as vivências que orientarão e fortalecerão a obra educativa, em regime de intermose. Deverá, portanto, a escola funcionar como núcleo de constante aperfeiçoamento da comunidade que se tornará uma consequência ao mesmo tempo que um elemento de propulsão (Belleza, 1955, p. 29).

Mais uma vez, fica clara a concepção de ensino agrícola adotada pela SEAV, uma concepção na qual o papel da escola seria a de formar sujeitos e integrá-los às atividades locais, de forma que sua atuação estivesse ligada às tendências, aspirações e interesses da comunidade a que serve. A ação educativa direcionada a população rural procurava limitar o ensino profissionalizante ao desenvolvimento econômico local. Nesse processo, caberia às mulheres um papel coadjuvante, uma vez que,

Conferiu a Lei Orgânica do Ensino Agrícola igualdade de direitos a homens e mulheres na obra educativa de que trata, corrigindo assim a omissão das mulheres na legislação anterior para o ensino desta especialidade. **Todo um capítulo é consagrado ao ensino agrícola feminino, com prescrições especiais quanto às adaptações indispensáveis em vista da natureza da personalidade feminina e do papel da mulher na vida do lar.** Corrigiu-se, desse modo, uma grave omissão na estrutura do ensino agrícola porquanto, além de ter a mulher, de modo geral, o direito de tratamento igual ao conferido ao homem, não será possível promover-se o melhoramento das condições de vida do meio rural, sem a sua participação consciente. O raio de ação de sua influência é, em verdade, maior e de efeitos mais constantes que o do homem pelas posições privilegiadas que ocupa, principalmente na escola, no lar e, por conseguinte, em toda a comunidade (Belleza, 1955, p. 31, grifo da autora).

É justamente pelas prescrições especiais dedicadas ao ensino feminino, que se pode afirmar que não houve a correção da omissão na construção das políticas

³⁰ Primeira fase: do reinado de D. João VI, que determinou a criação de um curso de agricultura na cidade da Bahia, até o advento do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, criado pela Lei nº 1.606/1906, e posto em execução pelo Governo Nilo Peçanha, com o Decreto nº 7.501/1909. Segunda fase: instalação do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio em 1909, que criou o sistema de ensino agrônomo em nível nacional, destinado à formação exclusiva de técnicos de diferentes graus para o exercício de atividades agrícolas.

públicas até então pensadas para o público feminino. Ao contrário, o capítulo especialmente voltado para educação feminina, previsto pela lei, pode ser considerado um dispositivo de controle de até onde a mulher poderia ir, uma forma de manter o *status quo* do sistema patriarcal. O raio de influência da mulher fica limitado à família e, por extensão, à escola e à comunidade. Nesse sentido, as instituições ficariam autorizadas a determinar os conhecimentos e práticas a serem ensinados, de acordo com as concepções hegemônicas do feminino da época (Louro, 2014). Ainda nas palavras de Louro (1997),

O processo de 'fabricação' dos sujeitos é continuado e geralmente muito sutil, quase imperceptível. Antes de tentar percebê-lo pela leitura das leis ou dos decretos que instalam e regulam as instituições ou percebê-lo nos solenes discursos das autoridades (embora todas essas instâncias também façam sentido), nosso olhar deve se voltar especialmente para as práticas cotidianas em que se envolvem todos os sujeitos. São, pois, as práticas rotineiras e comuns, os gestos e as palavras banalizadas que precisam se tornar alvos de atenção renovada, de questionamento e, em especial, de desconfiança. A tarefa mais urgente talvez seja exatamente essa: desconfiar do que é tomado como 'natural' (Louro, 1997, p. 63).

O processo de fabricação das futuras economistas domésticas ficou evidenciado no engessamento da proposta curricular voltada para a natureza da personalidade feminina e do papel da mulher na vida do lar. É tanto que coube à Presidência da República expedir o regulamento dos currículos do ensino agrícola, e o trabalho dos estados e municípios foi adaptá-los às suas condições. Aos administradores das escolas caberia replicar esse currículo de acordo com as metas traçadas para sua região geográfica.

A Lei Orgânica do Ensino Agrícola também previu controle da administração de cada estabelecimento através da autoridade do diretor, responsável pelos serviços escolares de forma geral e do orientador educacional, que além de apoiar o trabalho do professor, tinha um papel fundamental junto aos estudantes e às famílias, no sentido de procurar conduzir a escolha da profissão dos estudantes.

Segundo Ferreira (2012), o primeiro curso de economia doméstica foi instalado no Rio de Janeiro, no Instituto Familiar e Social, sob a influência do modelo francês e perdeu espaço na década de 1950 para o modelo americano, através de acordos técnicos assinados entre o Brasil e os Estados Unidos. A autora afirma que:

O primeiro Curso de Economia Doméstica implantado no Brasil, conforme o modelo americano em decorrência dos acordos de cooperação técnica com os Estados Unidos foi o da Universidade Rural do Estado de Minas Gerais em Viçosa. Precedido pela experiência de um curso de extensão rural, realizado em 1952, em 1954, se tornou universitário e os demais cursos que surgiram posteriormente o tomaram como modelo (Ferreira, 2012, p. 121).

A partir de então, os cursos de extensão se propagaram por todo país com a intenção de oferecer conhecimentos básicos às mulheres na administração de seus lares e de suas comunidades. De março a junho do ano de 1955, foram localizadas dezenove publicações de Tabelas Numéricas³¹ com a previsão anual de aplicação dos recursos a serem aplicados na execução dos cursos. Cada tabela especificava o tipo de profissional que seria contratado e o seu respectivo salário. Os salários dos profissionais tinham como referência o artigo 17 da Lei nº 1.765, de 13 de dezembro de 1952, que concedeu abono de emergência aos servidores civis do Poder Executivo e dos Territórios, conforme redação abaixo:

Art. 17. O Diretor ou Chefe de Serviço que destinar a pagamentos de pessoal parte dos recursos à conta da Verba 3 - Serviços e Encargos, deverá submeter anualmente ao Ministério de Estado, ou ao dirigente do órgão subordinado diretamente ao Presidente da República, o plano de sua aplicação, do qual conste a classificação e a retribuição do trabalho, respeitados os níveis iniciais do cargo ou função análoga do servidor público federal.

Parágrafo único. Aprovadas as tabelas e publicadas no *Diário Oficial*, serão submetidas, mediante cópia, ao Tribunal de Contas para efeito de comprovação das despesas realizadas à conta da respectiva rubrica orçamentária (Brasil, 1952).

Dessa forma, anualmente o superintendente do Ensino Agrícola Veterinário deveria publicar uma tabela numérica especificando os recursos para o funcionamento de cada curso. Nas publicações localizadas (ver Figura2), foi possível identificar que

³¹ Tabelas numéricas de classificação e retribuição das atribuições previstas para os cursos de Extensão de Economia Rural Doméstica publicada no DOU em março de 1955: Licurgo Leite em Uberaba, Minas Gerais; Escola Vidal de Negreira em Bananeiras, Paraíba; Escola Agrotécnica João Coimbra, Barreiras Pernambuco; Escola de Economia Doméstica de Vitória, Pernambuco; Escola Agrícola Floriano Peixoto, Satuba, Alagoas; Escola Agrotécnica Visconde da Graça, Pelotas, Rio Grande do Sul; Escola Rural Miguel Couto, Campos grande, mato Grosso do Sul; Escola de Petrolina, Pernambuco; Escola Agrotécnica de Barbacena, Minas gerais. 2) Tabelas numéricas de classificação e retribuição das atribuições previstas para os cursos de Extensão de Economia Rural Doméstica publicadas no DOU em 14 de abril de 1955: Escola Elza Barreto, Iguatu, Ceará; 3) Tabelas numéricas de classificação e retribuição das atribuições previstas para os cursos de Extensão de Economia Rural Doméstica publicadas no DOU em 11 de junho de 1955: Escola de Economia Doméstica de Caicó, Rio Grande do Norte; Escola de Economia Doméstica de Guaxupé, Minas Gerais; Escola de Economia Doméstica de Sousa, Paraíba; Escola Agrotécnica de Alegrete, Rio Grande do Sul.

havia diferença dos valores de salários a serem pagos aos profissionais, mesmo para o mesmo cargo. Isso porque segundo a Lei nº 1.765/1952, a retribuição do pessoal era estabelecida de acordo com o salário mínimo de cada região. O tempo de serviço dos servidores admitidos ou nomeados para qualquer das categorias de servidor público da União era considerado para efeito de aposentadoria, desde que o servidor estivesse cadastrado no Instituto Agrícola da região. Ao observar as nomeações dos profissionais designados para cada escola, constatou-se que também havia diferença de salários na mesma região nas funções desempenhadas por homens e mulheres: os professores recebiam remunerações maiores do que as professoras colocando em evidência a prática da discriminação salarial e remuneratória entre homens e mulheres.

Figura 2 - Tabelas numéricas aprovadas em 09 de fevereiro de 1955 e publicadas no DOU em 03 de março de 1955

Quinta-feira 3			DIÁRIO OFICIAL (Seção I)			Março de 1955 3452		
Tabela Numérica de classificação e retribuição das atribuições previstas para os Cursos de Extensão de Economia Rural Doméstica da Escola Agrotécnica "Visconde da Graça", Pelotas — Rio Grande do Sul, para o período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 1955 de acordo com o art. 17 da Lei nº 1.765, de 18 de dezembro de 1952, à conta da Verba 3 — Consignação 3 — Serviço, etc. — Subconsignação 11 — Serviços Educativos, etc. — 19) SEAV — 01) SEAV — 10) Manutenção dos cursos, etc., do orçamento vigente.			Tabela Numérica de classificação e retribuição das atribuições previstas para os Cursos de Extensão de Economia Rural Doméstica, da Escola Agrotécnica de Barbacena — Barbacena — Minas Gerais, para o período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 1955 de 18 de dezembro de 1952, à conta da Verba 3 — Consignação 3 — Serviços, etc. — Subconsignação 11 — Serviços Educativos, etc. — 19) SEAV — 01) SEAV — 10) Manutenção dos cursos, etc., do orçamento vigente.					
FUNÇÃO	MENSAL	ANUAL	FUNÇÃO	MENSAL	ANUAL			
	cr\$	cr\$		cr\$	cr\$			
1. Orientadora	1.800,00	21.600,00	1. Orientadora	2.200,00	26.400,00			
3. Professoras a Cr\$ 1.500,00 cada ..	4.500,00	54.000,00	3. Professores a Cr\$ 1.800,00 cada ..	5.400,00	64.800,00			
1. Técnico Agrícola (gratificação) ..	1.000,00	12.000,00	1. Técnico Agrícola (gratificação) ..	1.000,00	12.000,00			
1. Dentista (gratificação)	500,00	6.000,00	1. Escrevente Dactilógrafo	1.500,00	18.000,00			
1. Auxiliar de Serviço	500,00	6.000,00	1. Servente	800,00	10.800,00			
Total	8.300,00	99.600,00	Total	11.000,00	132.000,00			
Em 9 de fevereiro de 1955. — Newton Belleza, Superintendente. — Aprovo: Costa Porto.			Em 9 de fevereiro de 1955. — Newton Belleza, Superintendente. — Aprovo: Costa Porto.					
Tabela Numérica de classificação e retribuição das atribuições previstas para os Cursos de Extensão de Economia Rural Doméstica da Escola da Petrolina — Pernambuco para o período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 1955, de acordo com o art. 17 da Lei nº 1.765 de 18 de dezembro de 1952, à conta da Verba 3 — Consignação 3 — Serviços, etc. — Subconsignação 11 — Serviços Educativos etc. — 19) SEAV — 01) SEAV — 10) Manutenção dos cursos, etc., do orçamento vigente.			Tabela Numérica de classificação e retribuição das atribuições previstas para os Cursos de Extensão de Economia Rural Doméstica, anexo à Escola Rural "Miguel Couto", de Campo Grande, em Mato Grosso, para o período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 1955 de acordo com o art. 17 da Lei nº 1.765, de 18 de dezembro de 1952, à conta da Verba 3 — Consignação 3 — Serviços, etc. — Subconsignação 11 — Serviços Educativos, etc. — 19) SEAV — 01) SEAV — 10) Manutenção dos cursos, etc., do orçamento vigente.					
FUNÇÃO	MENSAL	ANUAL	FUNÇÃO	MENSAL	ANUAL			
	cr\$	cr\$		cr\$	cr\$			
1. Orientadora	3.000,00	36.000,00	1. Orientadora	2.000,00	24.000,00			
1. Auxiliar Administrativo	1.500,00	18.000,00	3. Professores a Cr\$ 1.500,00 cada ..	4.500,00	54.000,00			
3. Professores a Cr\$ 1.500,00 cada ..	4.500,00	54.000,00	1. Técnico Agrícola (gratificação) ..	1.000,00	12.000,00			
1. Astrônomo (gratificação)	1.700,00	20.400,00	1. Servente	1.200,00	14.400,00			
1. Operário Agrícola	1.300,00	15.600,00	Total	8.700,00	104.400,00			
1. Servente	500,00	6.000,00						
Total	23.500,00	150.000,00						
Em 9 de fevereiro de 1955. — Newton Belleza, Superintendente. — Aprovo: Costa Porto.			Em 9 de fevereiro de 1955. — Newton Belleza, Superintendente. — Aprovo: Costa Porto.					

Fonte: Fotografia produzida pela autora da tese, a partir do DOU de 03 de março de 1955.

Nessa década observa-se um pequeno avanço na evolução do sistema educacional brasileiro com a publicação das Leis de Equivalência do Ensino, que aparecem “para suprir as limitações existentes nas Leis Orgânicas do Ensino e já não respondiam às aspirações da sociedade vigente, em plena expansão econômica e industrial” (Medeiros Neta *et al.*, 2018).

As leis de nº 1.076/1950, nº 1.821/1953 e nº 3.552/1959, promulgadas ao longo da década, tinham o propósito de conferir a equivalência dos certificados de conclusão dos estudos nas escolas técnicas e a democratização do acesso ao ensino superior. Entretanto, esse direito não contemplava as diplomadas nos Cursos Agrícolas Pedagógicos, que eram os cursos destinados à educação profissional feminina. Os cursos foram planejados para atender um modelo de formação para as futuras donas de casas empreendedoras do seu lar.

Para o funcionamento desses cursos, a Lei Orgânica do Ensino Agrícola proporcionou a criação de vários estabelecimentos de ensino agrícola³². Os estabelecimentos poderiam ser federais³³, equiparados³⁴ ou reconhecidos³⁵ que passassem pela avaliação do Ministério da Agricultura.

Em 1970, o Serviço de Documentação do Ministério da Educação (MEC), publicou sob a forma de ementário a relação dos estabelecimentos de ensino de grau médio no Brasil, governamentais ou particulares, criados até 31 de dezembro de 1969, “abrangendo os seguintes ramos: Agrícola, Auxiliar de Enfermagem, Excepcionais, Música e outros agrupados sob o título de Diversos, por serem de especialidades várias que se enquadram nos currículos do nível médio”. Dentre esses estabelecimentos, 233 eram instituições destinadas ao ensino agrícola. Nesse ramo de ensino, observa-se que foram criados dois tipos de escolas, as escolas mais direcionadas às ciências agrícolas com ofertas de cursos prioritários para o público

³² Escolas de Iniciação Agrícolas eram destinadas a ministrar o curso de iniciação agrícola. Já as Escolas Agrícolas tinham por objetivo ministrar o curso de mestría agrícola e o curso de iniciação agrícola. Por sua vez, as Escolas Agrotécnicas destinam a dar um ou mais cursos agrícolas técnicos. As Escolas Agrotécnicas poderiam ainda ministrar um ou mais cursos agrícolas pedagógicos e bem assim o Curso de Mestría Agrícola e o Curso de Iniciação Agrícola.

³³ Estabelecimentos mantidos e administrados sob a responsabilidade direta da União.

³⁴ Estabelecimentos de ensino agrícola mantidos pelos Estados ou pelo Distrito Federal, e que tenham sido autorizados pelo Governo Federal.

³⁵ Estabelecimentos de ensino agrícola mantidos pelos Municípios ou por pessoa natural ou pessoa jurídica de direito privado, e que tenham sido autorizados pelo Governo Federal.

masculino e escolas que se dedicavam às ciências domésticas voltadas para a educação feminina. Abaixo, no Quadro 6, a relação das 28 escolas que se dedicavam às Ciências Domésticas.

Quadro 6 - Relação de Estabelecimentos de Ensino Agrícola que se dedicavam às Ciências Domésticas - 1950 - 1969

Estabelecimento	Localidade
Curso de Preparação de Economia Doméstica Rural	Pinheiro - MA
Colégio de Economia Doméstica Rural Elza Barreto	Iguatu - CE
Curso de Preparação de Economia Doméstica Rural, Anexo Ao Colégio de Economia Doméstica Rural De Iguatu.	Iguatu - CE
Curso de Preparação de Economia Doméstica Rural. Anexo Ao Colégio Agrícola de Lavras da Mangabeira	Lavras da Mangabeira - CE
Curso de Preparação de Economia Doméstica Rural	Caicó - RN
Colégio de Economia Doméstica Rural de Sousa	Sousa - PB
Curso de Magistério de Economia Rural Doméstica	Recife - PE Escola de Magistério de Economia Rural Doméstica da Universidade Rural de Pernambuco
Curso Técnico de Economia Doméstica Rural	Integrante da Universidade Rural de Pernambuco
Escola de Magistério de Economia Rural Doméstica da Universidade Rural De Pernambuco	Recife - PE
Colégio de Economia Doméstica Rural João Cleófas	Vitória de Santo Antão - PE
Curso de Preparação de Economia Doméstica Rural Santo Antônio. Anexo ao Colégio Agrícola Benjamin Constant - Aracaju	Aracaju - SE
Curso de Preparação de Economia Doméstica Rural. Anexo ao Colégio Agrícola Benjamin Constant - Aracaju	Maruim - SE
Curso de Preparação de Economia Doméstica Rural	Santo Amaro - BA
Curso de Preparação de Economia Doméstica Rural De Várzea Alegre	Várzea Alegre - CE
Colégio de Economia Doméstica Rural de Barbacena	Barbacena - MG
Curso de Preparação de Economia Doméstica Rural	Guarani - MG
Colégio de Economia Doméstica Rural	Guaxupé - MG
Curso Técnico de Economia Doméstica Rural da Fazenda Do Rosário	Ibirité - MG

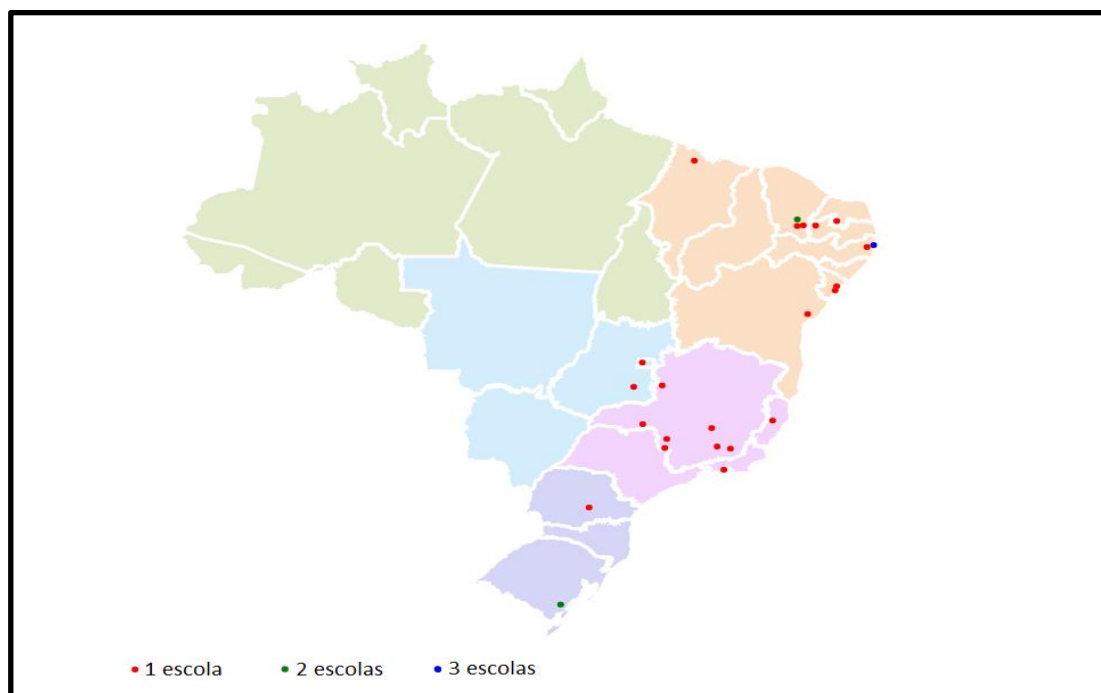
Curso de Preparação de Economia Doméstica Rural	Paracatu - MG
Curso de Preparação de Economia Doméstica Rural de Passos	Passos - MG
Colégio de Economia Doméstica Rural Lycurgo Leite	Uberaba - MG
Curso de Preparação de Economia Doméstica Rural	Baunilha - ES
Curso de Preparação de Economia Doméstica Rural Junto a Escola São José	Heliópolis - RJ
Curso de Preparação de Economia Doméstica Rural	Prudentópolis - PR
Colégio de Economia Doméstica Rural	Pelotas - RS
Colégio de Economia Doméstica Rural de Pelotas	Pelotas - RS
Curso de Preparação De Economia Doméstica Rural	Santa Cruz de Goiás - GO
Colégio de Economia Doméstica Rural de Brasília	Brasília - DF

Fonte: Elaborado pela autora, baseado no documento do Ministério da Educação e Cultura - MEC - Secretária Geral - Serviço de documentação (1970).

A instalação dessas instituições pela SEAV iniciou na década de 1950. Das 28 instituições que ofertaram Curso de Economia Rural Doméstica, a Região Nordeste apresentou um número expressivo de escolas, num total de 14. Destas, três no estado do Ceará, todas no interior. Em seguida vem a Região Sudeste com 09 instituições, seguido pela Região Sul com 03 instituições e Centro-Oeste com 02 instituições.

Na projeção do mapa apresentado na Figura 3, observa-se maior concentração de instituições nas regiões Nordeste e Sudeste. Pode-se supor que a escolha dessas regiões ocorreu pelo fato de que a região Sudeste era uma das mais promissoras na área da agricultura e tinha uma produção diversificada como o café, o algodão e a cana de açúcar dentre outros. O Nordeste, apesar de ter uma população considerada como uma das mais carentes, possuía um arsenal bélico natural propício para a produção agrícola e ganhou notoriedade pela sua hidrografia, pela sua produção de algodão, cana de açúcar e pela criação de gado. Nessas regiões, de 1955 a 1963, os partidos políticos que predominaram nos governos estaduais foram o Partido Social Democrático (PSD), com orientação política moderada, e a União Democrática Nacional (UDN), de orientação política conservadora.

Figura 3 - Distribuição dos estabelecimentos de Ensino de Economia Rural Doméstica de nível Médio, criados de 1950 até 31 de dezembro de 1969



Fonte: Elaborado pela autora, baseado no documento do Ministério da Educação e Cultura - MEC - Secretária Geral - Serviço de documentação (1970).

De 1955 a 1961, a Presidência da República esteve sob o comando de Juscelino Kubitschek, eleito pelo PSD, partido majoritário no Congresso Nacional com 119 parlamentares na Câmara de Deputados e 20 Senadores (Fundação Getúlio Vargas, 2017). De 1961 a 1964, governou o Brasil o presidente João Goulart, que foi vice-presidente de na gestão de Juscelino Kubitschek. Com o golpe Militar implantado em 1964, assumiu o comando da Presidência da República o militar cearense Humberto Castelo Branco, pela Aliança Renovadora Nacional ARENA, e governou o país de 1964 a 1966. Com o Regime Militar implantado, novas reformas educacionais foram se estruturando. Nesse contexto,

A Economia Doméstica também foi resultado de uma política de Estado, pois deveria suprir a demanda extensionista rumo à solução dos problemas "do atraso" brasileiro. Sua implementação não ocorreu exclusivamente pela decisão dos centros e instituições universitárias, mas por ações políticas no contexto dos acordos de cooperação e da efetivação do projeto extensionista (Amaral Júnior, 2020, p. 122).

Os acordos de cooperação para a criação de escolas selaram a parceria com o projeto extensionista já desenvolvido pelo MEC, através das ações desenvolvidas pela CNER, sob a liderança de uma comissão técnica formada por educadores, sociólogos rurais, geógrafos, médicos sanitaristas, veterinários e cinegrafistas que acreditavam que o problema do atraso brasileiro estava na cultura em que se encontravam mergulhadas as populações rurais na época.

Nesse sentido, realizavam um trabalho junto às populações com a criação centros sociais, realização das missões rurais, criação de centros audiovisuais, produção e exibição de filmes, realização de seminários regionais, oferta de cursos de professores rurais, treinamentos agrícolas para jovens rurais (homens) e orientações de líderes rurais (mulheres), bem como pela criação de uma revista para a circulação e divulgação das atividades desenvolvidas pela campanha.

Nessa perspectiva, os cursos implementados pela SEAV adotaram o modelo pedagógico centrado nas ciências domésticas, com a oferta de cursos rápidos e práticos direcionados ao público feminino do meio rural, cujo objetivo seria preparar as mulheres para a administração das atividades domésticas e de extensão, com vistas ao desenvolvimento de suas comunidades locais.

2.3. Formação em Economia Doméstica: missão ou profissão?

No período Imperial, quando a Lei de 15 de outubro de 1827 determinou a criação de Escolas de Primeiras Letras e limitou a instrução das mulheres ao estudo das quatro operações e a das práticas das prendas que servem à economia doméstica:

O projeto original, redigido pelos deputados, não continha tal disciplina prática. As prendas domésticas foram introduzidas pelos senadores tradicionalmente mais conservadores do que os deputados. Da mesma forma, foram mudanças feitas pelo Senado na proposta inicial da Câmara que deixaram o currículo de matemática dos meninos mais longo e complexo que o das meninas (Agência Senado, 2020, p. 3)³⁶.

³⁶ Para saber sobre o debate travado pelos senadores sobre o assunto acesse a Agência do Senado, disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/nas-escolas-do-imperio-menino-estudava-geometria-e-menina-aprendia-corte-e-costura>. Acesso em 05 de jul. 2022.

Nessa perspectiva, as mulheres bastariam ser alfabetizadas e aprender as quatro operações para poder lidar com as questões cotidianas do universo familiar, como a saúde dos membros da sua família e a educação dos filhos. Logo, a abertura para o acesso à educação das mulheres se deu pelo estudo das prendas domésticas, que nos períodos seguintes foram se constituindo como disciplinas e, posteriormente, como cursos técnicos e superiores.

Cinquenta anos depois, a Reforma Francisco Campos ampliou o número de escolas normais e limitou o processo de escolarização das mulheres ao ensino primário e a instrução profissional através de cursos ambulantes, segundo Silva (2015):

Em 1931, foi realizada a Reforma Francisco Campos, que extingue os exames de madureza e preparatórios e dá amplitude à oficialização das escolas particulares. O Decreto 19.890/31 promove a oficialização dos currículos no âmbito do ensino secundário, equipara todos os colégios oficiais e privados secundários ao Colégio Pedro II, mediante inspeção federal, mantendo, entretanto, o sistema dual das escolas de ensino profissional e propedêutico. Com exceção do Ensino Comercial, os demais ramos do ensino profissional, tanto o agrícola como o industrial, não foram regulamentados, mantendo-se a desarticulação destes com a educação superior. O acesso ao ensino superior era permitido somente mediante a conclusão do ensino secundário (Silva, 2015, p. 88).

Na esteira dessa concepção política sobre a escolarização feminina, nota-se cada vez mais que a desarticulação do sistema de ensino brasileiro dificultava as possibilidades de acesso das mulheres ao ensino superior. Conforme exposto anteriormente, o conjunto de leis publicadas com a Reforma Capanema na década de 1940 manteve a tradição da Reforma de Francisco Campos, só permitindo o acesso ao ensino superior no ramo profissional correspondente:

Isso quer dizer que o alinhamento dessa Economia Doméstica difundida na primeira metade do século XX estava dado com aquela proposta menos científica, para aplicação cotidiana e formação pessoal das mulheres. Pode-se supor que o teor das políticas educacionais da época estimulou esse tipo de absorção, na medida em que tanto a regulamentação do ensino técnico profissional de 1909 quanto a Lei Orgânica do Ensino Secundário de 09 de abril de 1942, orientam e determinam certa divisão vocacionalista e utilitária dos saberes escolares entre homens e mulheres. O fato dessa objetivação se dar, também, quase exclusivamente por meio do ensino regular técnico e secundário pode ter impulsionado a implantação de um modelo de Economia Doméstica mais ligado à vida cotidiana e à aplicação imediata em detrimento da formação de multiplicadores ou profissionais intervencionistas (Amaral Júnior, 2020, pp. 103-104).

Segundo Lopes (1995), as economistas domésticas assumiram e encararam como desafio a profissionalização de um saber rotineiro, cujo aprendizado, até então, seguia outra lógica que não a da ordem da academia, mas sim do mundo empresarial,

para realização das tarefas domésticas. Mesmo assim, segundo autora o curso de economia doméstica conviveu com o paradoxo:

Por um lado, abre espaço profissional para as mulheres; por outro lado, ainda é visto como uma fábrica de fazer Amélias na medida em que inscrevem em suas áreas temáticas assuntos que remetem diretamente ao universo doméstico; é ainda fábrica de fazer Amélias, porque reforça a visão mais tradicional da mulher e do doméstico, mantendo-se na função de divulgar conhecimentos técnicos aplicados ao espaço doméstico (Lopes, 1995, p. 300).

Esse paradoxo retrata bem a política adotada pela Reforma Capanema para a formação feminina, uma vez que a proposta de formação para a Economista Doméstica era direcionada à vida cotidiana e à administração do lar. Elas eram preparadas para o exercício do cuidado e o pagamento seria o carinho, o amor e o bem-estar da família e da sua comunidade. Essa questão é reforçada por Menezes, Machado e Nunes (2009), ao compararem as concepções subjacentes na oferta educacional para homens e mulheres:

Enquanto a escolarização dos homens visava prepará-los para a inserção no espaço público e para o desempenho profissional, a das mulheres tinha por finalidade melhor prepará-las para administrar o lar, servir ao marido e educar os filhos (Menezes; Machado; Nunes, 2009, p. 45).

Para uma mulher educada nesses moldes, mesmo conseguindo estender suas atividades do espaço doméstico para o espaço público, não bastava apenas ser conhecedora dos conhecimentos a serem transmitidos, mas, sobretudo um modelo a ser seguido, tornar-se especialista cuidadosamente preparada para exercer o seu ofício, como uma missão que exige doação (Louro, 1997).

Elas poderiam ser professoras, cuja formação lhes dava um reconhecimento social relevante, também poderiam trabalhar em fábricas de confecções de roupas, em restaurantes, hotéis e até mesmo em casas de maternidade, desenvolvendo atividades ligadas à promoção da saúde das crianças, dos adolescentes e dos idosos, com orientações de higiene, vestuário, atividades físicas e alimentação saudável, atividades quase sempre mal remuneradas. O caráter missionário atribuído a essas funções caracteriza a idealização do cuidado como uma tendência natural da mulher.

3. FORMAÇÃO NO COLÉGIO DE ECONOMIA DOMÉSTICA RURAL ELZA BARRETO

Neste capítulo, foram abordadas as primeiras iniciativas que deram origem a Escola de Economia Doméstica Rural Elza Barreto, instituição criada por iniciativas do governo federal em parceria com município, dentro dos proclames da Lei Orgânica do Ensino Agrícola. Idealizada pela oligarquia iguatense, mediada por representantes políticos locais e que teve como primeira gestora uma mulher, a professora Elze Alves Lima Verde Montenegro.

O esforço empreendido neste capítulo também foi no sentido de contribuir para os estudos sobre a política do ensino agrícola voltada para as mulheres a nível nacional e estadual, bem como seus reflexos no município de Iguatu, Ceará, dentro do recorte temporal abarcado.

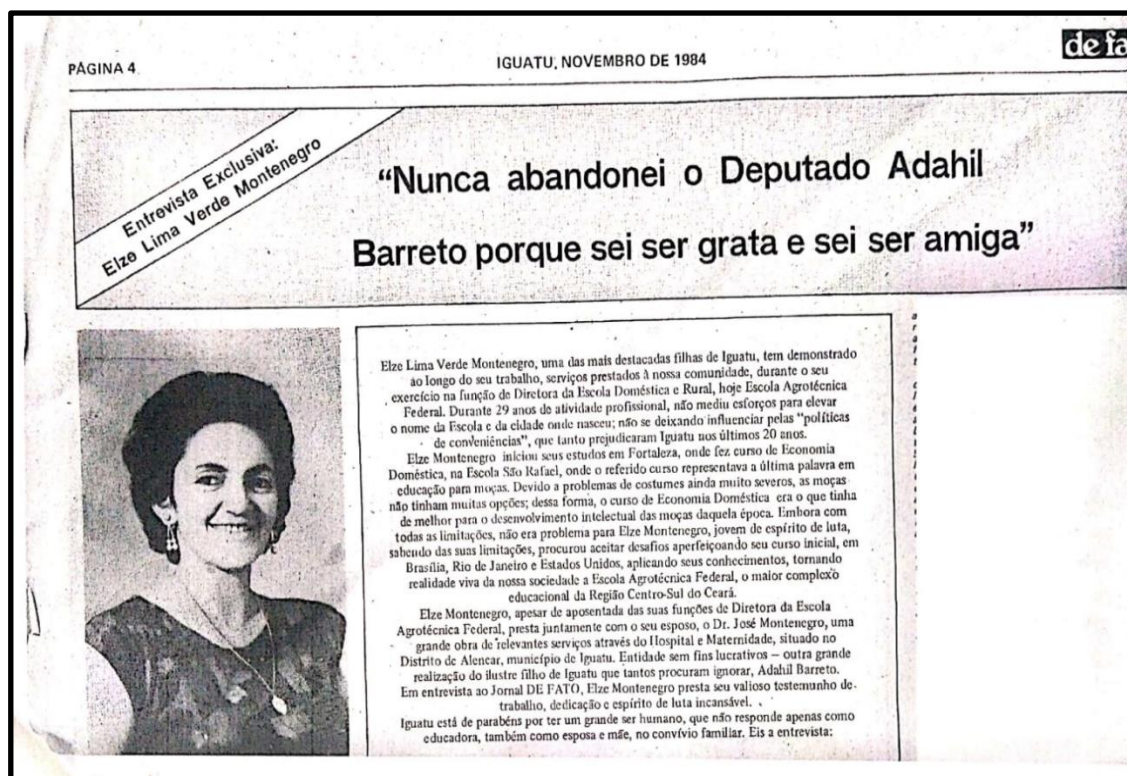
3.1. Elze Alves Lima Verde Montenegro: uma intelectual a serviço da educação

Toda história de vida é única, mas está ligada a outras vidas. Nessa teia que se forma, narrativas se encontram. Dizem que alguns já nascem predestinados a realizarem suas aspirações. Uns nascem para ser grandes heróis, outros nascem para ser meros coadjuvantes. Mas, quem define tudo isso, ninguém sabe. O certo é que mesmo os coadjuvantes possuem uma narrativa que pode ser contada. Nesse sentido, para compreender o processo histórico de uma instituição de gênese feminina, foi preciso focar em alguns personagens que atuaram nesse palco e considerar a cultura política que atravessou a história da instituição pesquisada, para examinar através de um fato particular a legitimidade de sua história (Certeau, 2007).

A educadora Elze Montenegro (ver Figura4), como era conhecida, nasceu no município de Iguatu em 1930. Filha única, iniciou seus estudos aos sete anos de idade e sempre estudou internamente em colégios de freiras. Primeiro na cidade de Crato, onde cursou o primário e o ginásio, e depois em Fortaleza, onde concluiu o curso de Economia Doméstica. Casou-se com o com o médico Dr. José Holanda Montenegro, que foi uma das maiores lideranças políticas de Iguatu, integrando diversas associações que tinha por objetivo o desenvolvimento do município. Com a união do casal, nasceram os filhos José Elson Lima Montenegro, José Hilton Virginia Maria

Montenegro Ribeiro, José Helder Lima Verde Montenegro, Ana Claudia Lima Verde Montenegro, José Hilton Lima Verde Montenegro e Geisa Maria Lima Verde Montenegro, que procuram manter viva a memória da família Lima Verde Montenegro.

Figura 4 - Entrevista com a Professora Elze Montenegro



Fonte: Fotografia produzida pela autora, retirada do Jornal de Fato novembro de 1984 (APEM).

Elze Montenegro Iniciou suas atividades funcionais em 1950 como professora de corte e costura na rede municipal de ensino de Iguatu e no Colégio São José. Casou-se em 1955 e dois dias depois recebeu a designação de orientadora do Curso de Extensão de Economia Rural Doméstica. Essa designação foi renovada anualmente até 1960, quando se tornou efetiva no serviço público federal. Foi a primeira diretora e cofundadora da Escola de Economia Doméstica Rural de Iguatu, entidade em que atuou ativamente por 28 anos.

Durante muitos anos, a instituição funcionou como Escola Agrotécnica Federal de Iguatu, cujas denominações foram se alterando acompanhando as reformas

educacionais³⁷. Posteriormente, a instituição se transformou em um Instituto Federal através da Lei nº 11.892/2008.

Metodologicamente, recorreu-se ao Acervo Pessoal de Elze Montenegro (APEM). O ponto de partida para a construção deste tópico foi a sua correspondência particular. Foi a partir das suas correspondências, composta essencialmente de cartas passivas, que se conseguiu traçar um caminho para a reconstrução histórica da instituição, bem como mapear sua rede de sociabilidade. Como esposa do médico e político Dr. José Holanda Montenegro, a professora Elze Montenegro circulava em todos os espaços sociais dos quais seu esposo fazia parte. A figura 5 registra um desses momentos.

Figura 5 - Foto de uma reunião de professores com a comunidade do Bairro Areias



Fonte: Fotografia produzida pela autora a partir de Montenegro (2017, p. 139)

³⁷ Em 1955, o Ministério da Agricultura autoriza o funcionamento do Curso de Extensão de Economia Rural Doméstica, um curso prático de agricultura com duração de um ano. Em 1962, o Ministério da Agricultura criou a Escola de Magistério de Economia Doméstica em nível de segundo grau, com o objetivo de formar técnicas em Economia Doméstica. Em 1966, passa para a denominação Colégio de Economia Rural Elza Barreto. Em 1979, o Decreto nº 83.935/1979 altera a denominação para Escola Agrotécnica Federal de Iguatu. Em 2008, a instituição se transformou em Instituto Federal através da Lei nº 11.892/2008.

A foto foi da Figura 5 foi produzida a partir do livro de autoria de José Hilton Montenegro, no qual o autor narra a história do Dr. José Holanda Montenegro, esposo da professora Elze Montenegro e registra uma reunião de professores com a comunidade do Bairro Areias, realizada no espaço da Escola Profissional Batista de Oliveira. A referida escola abrigou por algum tempo os cursos de extensão que a professora Elze Montenegro era diretamente responsável.

Observa-se na mesa de autoridades representada na Figura 5 a presença do esposo da professora Elze Montenegro, fato que comprova o apoio dele ao exercício da sua profissão. A representação imagética tanto pode ser de uma reunião com as famílias da Escola Profissional Batista de Oliveira como da Escola Elza Barreto, já que a professora era diretora desta última. Ou, ainda, pode ter sido uma reunião conjunta envolvendo as famílias das duas escolas, dentro das atividades desenvolvidas pelo planejamento curricular integrado, umas das experiências pedagógicas desenvolvidas pelas Escolas Agrotécnicas Federais (EAF), na década de 1980 (Brasil, 1982).

Durante os 28 anos como diretora da escola, a professora Elze Montenegro manteve uma rede de sociabilidade com pessoas ligadas ao Ministério da Agricultura e com alguns políticos, entre eles o Deputado Federal Adahil Barreto³⁸ que era iguatense, amigo e compadre da professora e atuou como representante político do estado do Ceará por quatro mandatos consecutivos, de 1950 a 1964, quando teve o seu mandato cassado por força do Ato Institucional nº 01, editado pelo Regime Militar. O referido deputado de orientação progressista foi articulador ativo junto aos Ministérios em busca da liberação dos recursos que pudessem beneficiar a sua terra natal³⁹.

Quando a professora Elze Montenegro foi convidada pelo Deputado Adahil Barreto para assumir a orientação de um curso de economia doméstica, ela não hesitou e nem teve medo das dificuldades que iria enfrentar. Nessa época, o Plano de Metas do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960) tinha como foco cinco

³⁸ Deputado(a) Federal - 1951-1955, CE, UDN, data da posse: 11/03/1951; Deputado(a) Federal - 1955-1959, CE, UDN, data da posse: 02/02/1955; Deputado(a) Federal - 1959-1963, CE, UDN, data da posse: 02/02/1959; Deputado(a) Federal - 1963-1964, CE, PTB, data da posse: 02/02/1963. Informações disponíveis em: <https://www.camara.leg.br/deputados/130883/biografia>. Acesso em 11 de fev. de 2023.

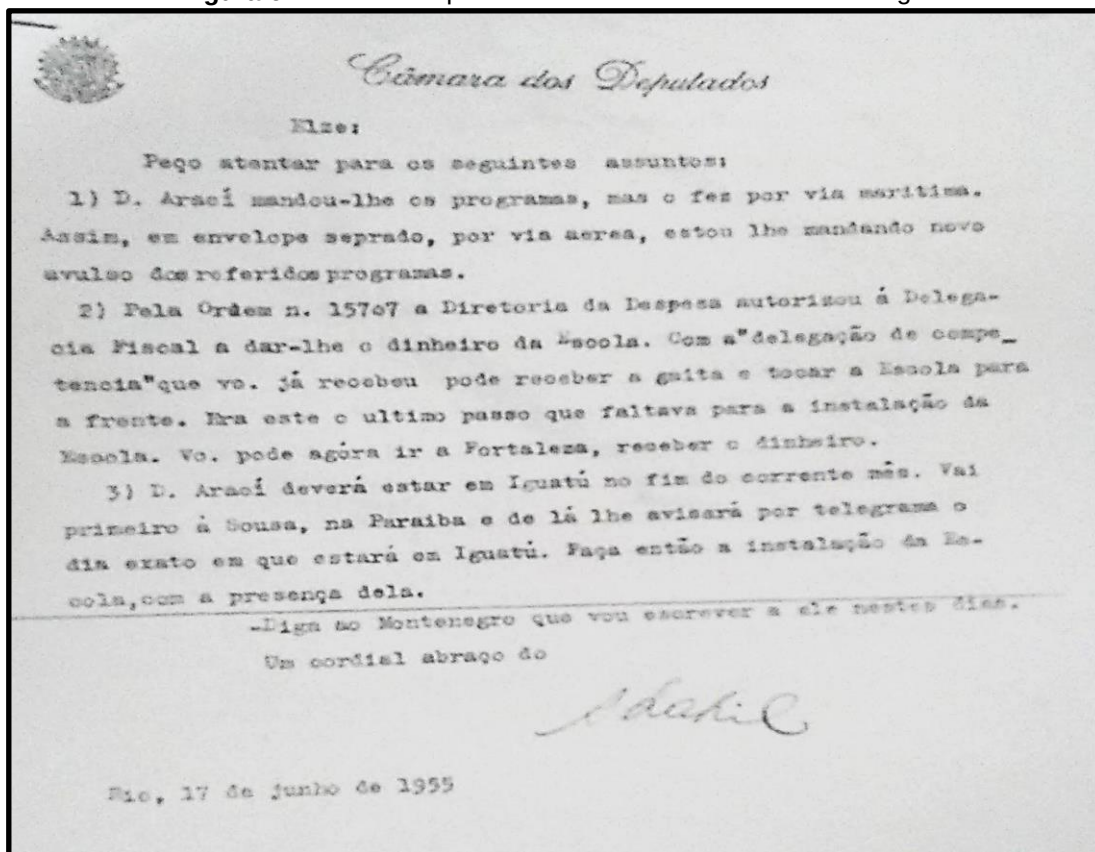
³⁹ Escola Elza Barreto, Parque de Exposição Agropecuária, Casa de Saúde Agenor Araújo, Hospital Santo Antônio, Lactário Casa de Saúde do distrito de José de Alencar.

grandes frentes de atuação para o desenvolvimento do país: energia, transporte, indústria, educação e alimentação.

Em dezembro de 1957, Iguatu ganha sua companhia telefônica, mas foi apenas em maio de 1961 que foram inauguradas as 200 primeiras linhas telefônicas. A energia elétrica não cobria toda cidade e o curso implantado começou a funcionar com muitas dificuldades, pois a rede de energia não chegava até onde estava localizada a escola.

As dificuldades apresentadas contribuíram para que as orientações referentes ao funcionamento do curso demorassem a chegar. Por causa da deficiência dos meios de transportes, somada as precárias condições das estradas, muitas vezes, a professora teve de se deslocar até a capital Fortaleza para buscar documentos ou resolver assuntos referentes aos recursos destinados à escola. A carta apresentada na Figura 5, datilografada em papel timbrado da Câmara dos Deputados e remetida pelo deputado Adahil Barreto à professora Elze Montenegro, informou as orientações referente à implantação dos primeiros cursos.

Figura 6 - Carta do deputado Adahil Barreto a Elze Montenegro



Fonte: Fotografia produzida pela autora a partir do Acervo Pessoal de Elze Montenegro (APEM).

Na carta, o deputado Federal Adahil Barreto mencionou os programas do curso que foram enviados por uma técnica do Ministério da Agricultura. Também enfatizou a delegação de competência dada à professora para recebimento e gerenciamento dos recursos destinados às despesas necessárias para a instalação dos cursos e descreveu as orientações quanto à instalação da escola. Pela data da carta, pode-se afirmar que a instalação da escola provavelmente ocorreu em julho de 1955. Infelizmente, não foi possível conseguir encontrar nenhum registro desse momento.

Seguindo a ordem cronológica das missivas, constata-se que a professora Elze Montenegro conseguiu implantar o curso e manter o seu funcionamento a cada ano, mesmo diante das dificuldades enfrentadas. O fragmento abaixo foi extraído de uma carta escrita em papel timbrado do Ministério da Agricultura, datilografada e assinada à mão e remetida à professora Elze Montenegro, a qual demonstra o apoio e reconhecimento pelo esforço da referida professora quanto a sua atuação à frente do funcionamento dos cursos:

Rio, 2/8/1965

Prezada Elze,

[...] não pense que os outros estabelecimentos de ensino andam melhor do que o seu. Todos eles enfrentam dificuldades imensas, pois enquanto estivermos na categoria dos subdesenvolvidos temos que lutar muito para levar avante qualquer empreendimento de interesse social. Você pertence a classe dos grandes lutadores, portanto não pode desanimar, mesmo que não tenha a recompensa que merece. Um dia quando olhar para trás, sentir-se-á recompensada pelo muito que realizou em meio às decepções e dificuldades de toda ordem. Digo-lhe sem nenhum intuito de lisonja: Se houvesse no Brasil alguns milhões de pessoas iguais a você, nossa terra seria um paraíso para todos seus habitantes. Infelizmente, poucos brasileiros têm a visão empreendedora e capacidade de trabalho de que você é dotada [...]

Um grande abraço da amiga
Aracy (APEM)

A senhora Aracy era cearense, tia de um médico natural de Iguatu, professora do ensino agrícola técnico do Ministério da Agricultura com quem Elze Montenegro se correspondia constantemente. No trecho destacado da carta, percebe-se que o ensino agrícola, especialmente os destinados à formação feminina, de um modo geral, passava por dificuldades. Percebe-se ainda, que ao mesmo tempo em que houve o objetivo de estimular Elze Montenegro a não desistir diante das dificuldades; a remetente também revelou o que pensa da destinatária. A representação deixada pela redação da missiva é de que a professora Elze Montenegro é uma mulher forte, com

visão empreendedora e acredita que pessoas com esse perfil não devem desistir diante das dificuldades. O conteúdo expresso também revela todo patriotismo e dever cívico da remetente.

Esse sentimento de patriotismo e dever cívico são perceptíveis na única carta ativa escrita por Elze Montenegro a uma amiga, na qual a professora revela todo seu empenho referente em prol da educação do município:

Iguatu, 22 de novembro de 1977

Prezada Dona Amália,
Saudações.

[...] Meu pedido dirijo a senhora, que é mãe e sabe medir o amor que se tem a um filho e o colégio é irmão gêmeo de meu filho mais velho, pois os dois nasceram ao mesmo tempo e caminharam juntos sob a minha orientação até a presente data e Iguatu está de prova de o quanto este colégio tem sido para a cidade [...].

Elze Montenegro (APEM)

O trecho da carta acima tinha como objetivo pedir a Dona Amália para intervir junto ao seu esposo, o então Senador Wilson Gonçalves, para que este pudesse conseguir com o Ministro Ney Braga que a escola não passasse para a rede estadual de ensino, pois no início dos anos 1970, o então Presidente Emílio Garrastazu Médici havia iniciado o processo de cessão de escolas agrícolas para os estados⁴⁰.

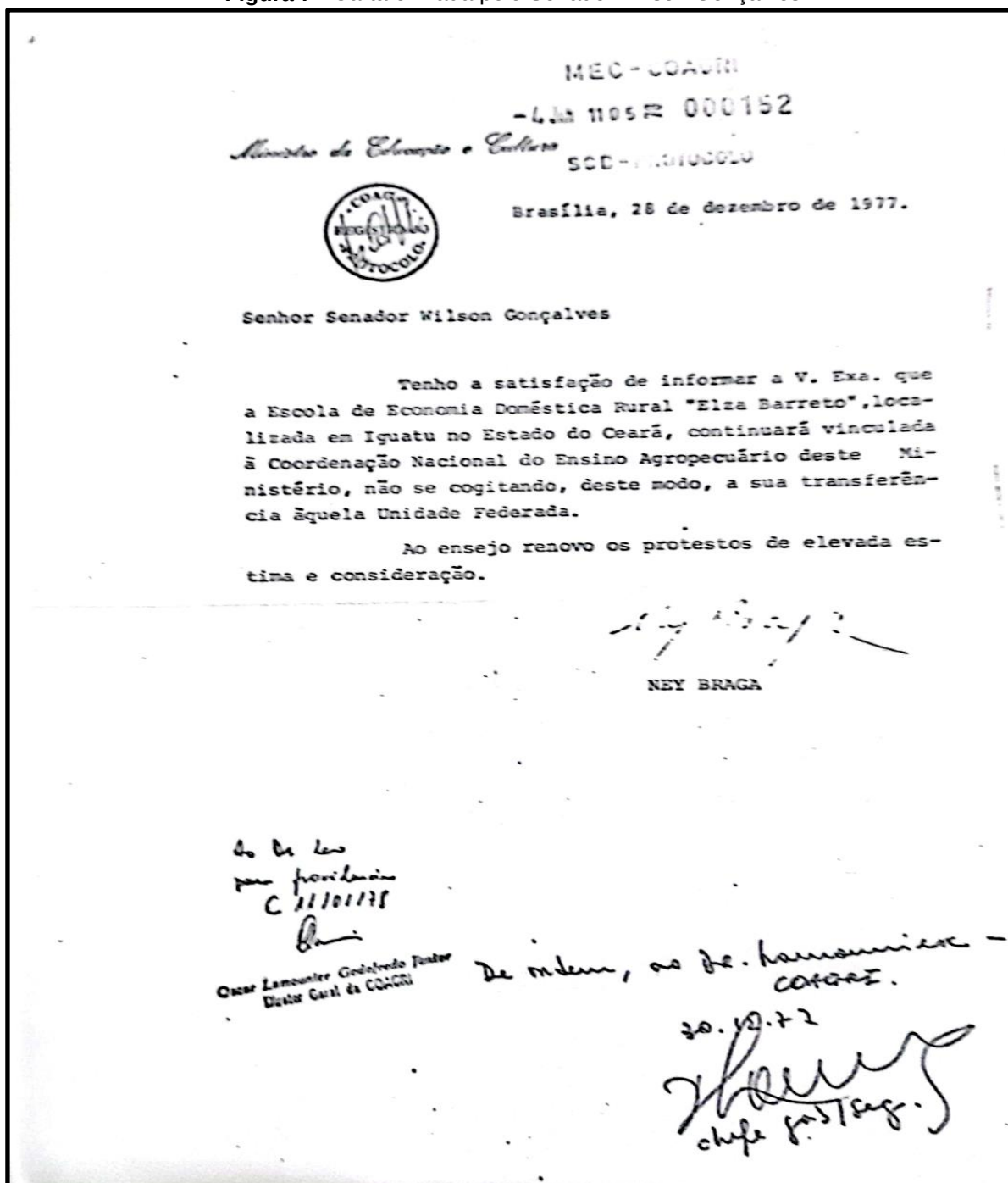
Como primeira orientadora dos cursos, Elze Montenegro se considerava mãe da escola e demonstrou todo o seu amor à instituição ao afirmar que esta, a instituição, era irmã gêmea de seu filho mais velho. Seu pedido foi prontamente atendido, conforme informação do próprio Ministro, conforme Figura 7, que registra o retorno do Ministro Ney Braga ao senador Wilson Gonçalves, que prontamente remete uma cópia da carta recebida a Elze Montenegro para seu conhecimento.

A carta recebida pela professora veio acrescentada de algumas orientações escritas e assinadas à mão pelo chefe de gabinete do senador, datada de 30 de dezembro de 1977 e estava escrito: “De ordem ao Dr. Lamounier - COAGRI” - sigla da Coordenação Nacional do Ensino Agrícola. Ao lado da escrita encontra-se o

⁴⁰ O Decreto nº 70.689/1972, publicado no DOU em 08/06/1972, página 5043, autorizou a cessão de seis estabelecimentos de ensino agrícola da rede federal aos estados do Ceará, Pernambuco e Rio Grande do Norte, dois em cada estado. O Colégio Agrícola de Lavras da Mangabeira, localizado a 60km de Iguatu, estava entre eles.

carimbo do Diretor da COAGRI e acima do carimbo, escrito à mão, adicionado: “para providenciar”, com data do dia 01 de janeiro de 1978. Nesse sentido, infere-se que a decisão do Ministro foi encaminhada para conhecimento e providência do responsável estadual.

Figura 7 - Carta enviada pelo Senador Wilson Gonçalves



Fonte: Fotografia produzida pela autora, a partir do APEM.

Em 2005, em um discurso proferido por ocasião da comemoração dos 50 anos de fundação da escola, momento em foi homenageada pela instituição, Elze Montenegro retomou o sentimento de se sentir mãe da escola, ao voltar ao passado e revelar que todas as dificuldades e vitórias vividas durante os 28 anos na instituição se confundiram com sua história de vida, pois havia assumido a escola com apenas 24 anos de idade, dois dias após o seu casamento. Ao longo do seu discurso, ela faz uma retrospectiva histórica de sua atuação e relata algumas das dificuldades pelas quais passou:

[...] Nas Areias não tinha energia, trabalhávamos à luz de lampiões até altas horas da noite, sem receber hora extra. Máquinas de escrever só existiam as mecânicas e as calculadoras ainda não tinham surgido. Devido a quantidade de mosquitos e besouros, tínhamos que trabalhar de portas e janelas fechadas, tornando o calor insuportável. Recorremos ao uso de baldes de água derramados sobre o piso para esfriar o ambiente. Só depois de algum tempo conseguimos com o prefeito Adil Mendonça, a eletrificação do Bairro Areias. Vale salientar que naquela época conseguir energia para qualquer logradouro demandava soma de esforços junto às autoridades [...]. Enfrentamos várias pressões de pessoas daqui que em oposição a Dr. Adahil, diziam em alto e bom som que ninguém deveria matricular suas filhas na escola, pois as mesmas seriam prejudicadas por falta de equivalência do curso aos demais cursos de 2º grau. [...] Com a cassação do Deputado Adahil Barreto, em 1964, as dificuldades aumentaram bastante. Por um bom período, não podíamos nos corresponder, pois as cartas corriam o risco de serem censuradas. Era regra do regime Militar, principalmente com aqueles cujas lideranças tinham amplitude nacional. A construção do prédio da Rua Deoclécio Lima Verde, no Bairro Areias, que já tinha sido iniciada, ficou parada por muitos anos. [...] (Montenegro, 2005, p. 1-2) (APEM).

A citação resumiu um pouco as dificuldades enfrentadas com relação a infraestrutura da instituição, o que dificultava o trabalho da equipe. Também abordou a situação política do momento, sua marcação nesse processo histórico e tocou em um ponto crucial sobre a validade e equivalência dos cursos destinados às mulheres, o que fazia com que a instituição perdesse um pouco a sua credibilidade.

É necessário também pontuar que o discurso proferido por Elze Montenegro serviu de palco para os atores que compunham a sua rede de sociabilidade; ela não esqueceu nenhum, assim como a contribuição de cada um nesse processo histórico. Ao longo do discurso, ela vai colocando as dificuldades enfrentadas e revelando quem a ajudou a resolver cada situação.

Com isso, consegue-se perceber as tensões, as alianças e as mediações em torno dos projetos e da política educacional que vigoram entre os anos de 1955 e

1983, época em que ela foi responsável pela instituição. Para Elze Montenegro, sua atuação junto a escola era uma missão e isso fica claro em suas palavras finais:

[...] Agradeço de coração essa homenagem. Não sei se fiz muito, mas o que fiz foi por amor e dedicação. Precisei de muita força e coragem para lutar e acima de tudo, humildade de recorrer a quem pudesse ajudar a alcançar o objetivo de bem servir a nossa terra e quando lutamos com perseverança, com coragem e fé em Deus, alcançamos GRANDES VITÓRIAS. Muito obrigada. (Montenegro, 2005, p. 4) (APEM).

Suas palavras reforçaram o seu civismo e patriotismo à sua terra natal, tanto que a sua atuação como educadora se estendeu a outros espaços institucionais. Em sua trajetória, ela também dirigiu o lactário, a creche da primeira maternidade do município e a Sociedade Feminina de Auxílios Sociais⁴¹, presidiu a comissão de Defesa Civil da região e fundou uma escola particular, atualmente administrada por seus filhos e que é referência na região centro-sul do estado do Ceará. A carta abaixo ilustra sua atuação na Sociedade Feminina de Auxílios Sociais.

Brasília, 24/11/1962

Elze,

Levo ao seu conhecimento que aumentei a subvenção ordinária da Sociedade Feminina de Auxílios Sociais, que assim passará a contar em 1963 com 260 mil cruzeiros. Espero ainda à conta global do Ministério da Agricultura conseguir outro auxílio para a sociedade, a fim de que ela continue prestando os bons serviços que, sob sua esclarecida direção, vem dando às mulheres pobres da nossa terra.

Um atencioso abraço do
Adahil (APEM)

As práticas da professora Elze Montenegro demonstraram que seu engajamento político foi de encontro aos objetivos traçados pelo Ministério da Agricultura para os cursos de economia doméstica implantados na época, ao propagar as ideias pedagógicas traçadas para o ensino agrícola voltado ao público feminino.

Em entrevista ao Jornal de Fato em 1984, ela afirma que também esteve envolvida nas atividades da Maternidade Santana Montenegro do Distrito de José de Alencar, com o clube das mães, e acompanhava a alimentação de 96 crianças que

⁴¹ Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e Infância do Município de Iguatu, que recebia subvenção do Governo Federal.

faziam duas refeições diárias na Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e à Infância de Alencar.

Destaca-se que as instituições supracitadas foram criadas por iniciativa de seu esposo, o senhor José Holanda Montenegro, através da fundação da Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e a Infância de Alencar - Iguatu, em 03 de março de 1958. A sede da instituição foi construída em um terreno doado por sua mãe, com verbas conseguidas pelo deputado Adahil Barreto.

Em 03 de outubro desse mesmo ano, o senhor José Holanda Montenegro foi eleito o segundo vereador mais votado do Iguatu pelo Partido UND. Segundo Montenegro (2017), o prefeito eleito foi Dr. Manoel Carlos de Gouveia do PSD, que na sua sucessão em 1962, sinalizou formalizar o apoio político do PSD ao candidato a prefeito da UND, caso este partido lançasse como candidato a prefeito o Dr. José Holanda Montenegro. Entretanto, optou por encerrar sua carreira política e ficar atuando apenas nos bastidores como apoiador político, ajudando a eleger os candidatos de sua legenda até quando sua saúde permitiu.

Figura 8 - Fachada da Maternidade Santana Montenegro, no final da década de 1970



Fonte: Fotografia produzida pela autora a partir de Montenegro (2017, p. 135).

Atualmente, a Maternidade Santana Montenegro funciona como uma Unidade de Saúde Básica do Município.

Figura 9 - Foto da Inauguração da Unidade Básica de Saúde Santana Montenegro



Fonte: Fotografia produzida pela autora a partir de Montenegro (2017, p. 136).

Nota-se que a Professora Elze circulou facilmente por todas essas instituições, sempre acompanhada e conduzida por seu esposo que a apoiava em sua profissão. Nesses espaços, construiu a sua trajetória como educadora, sem deixar de desempenhar o seu papel de mãe e esposa, como se esperava das mulheres de sua época. Mesmo envolvida em muitas atividades, sempre se dedicou à família e procurou educar os filhos e os netos pautada nos princípios da religião católica.

Montenegro (2017) relata que houve um dia especial para a família por ocasião da celebração da primeira eucaristia dos cinco primeiros netos da professora, todos no mesmo dia, tendo sido 14 de julho de 1998 o dia escolhido, conforme registro da Figura 10. A celebração foi realizada pelo seu tio, Monsenhor Francisco Holanda Montenegro, na Capela de Nossa Senhora da Conceição, construída por ele em Granjeiro no Crato. Com a concordância do Bispo de Iguatu, Dom Mauro Ramalho, a professora Elze Montenegro foi a catequista dos netos.

A professora Elze Montenegro considerava que o seu trabalho e as viagens que fazia a serviço eram provas de que ela sempre foi a favor da mulher que trabalha

para ajudar no orçamento da família. Entretanto, posicionava-se contrária a mulher trabalhar fora de casa e não conseguir conciliar uma profissão com sua missão de esposa (Jornal de Fato, p. 4).

Nessa perspectiva, pode-se afirmar que a sua trajetória convergiu com a história da instituição. Por isso foi importante conhecer a trajetória, a rede de sociabilidade, os espaços percorridos e posições assumidas por esta personagem, para que possamos compreender melhor o histórico da instituição pesquisada (Rocha, 2022). A professora Elze Montenegro faleceu no dia 6 de agosto de 2013 e deixou um legado educacional digno de ser registrado.

Figura 10 - Foto da primeira eucaristia dos netos de Elze Montenegro



Fonte: Fotografia produzida pela autora a partir de Montenegro (2017, p. 196).

Os valores e os ensinamentos transmitidos pela professora Elze Montenegro comprovam que ela atuou como intelectual mediadora ao reproduzir e propagar as diretrizes traçadas pelo governo (Sirinelli, 2003). Sua atuação em diversos espaços sociais demonstra que a educadora “atravessou a fronteira da vida doméstica obtendo lugar de prestígio conseguido por poucas mulheres, por outro, o fez sem romper com as características desejáveis socialmente do gênero feminino” (Galvêncio; Costa, 2021, p. 4).

3.2. Contexto sociopolítico

Por que um curso destinado à educação das mulheres foi implantado no município de Iguatu? Para responder a esta pergunta, além de conhecer a trajetória da primeira gestora da instituição pesquisada, fez-se necessário conhecer o contexto social e político em que esses cursos se desenvolveram.

Iguatu, com a denominação de Vila Telha, foi desmembrado da cidade de Icó no ano de 1851. Em agosto de 1856 foi aprovada uma Lei Provincial criando salas de aulas de Primeiras Letras, período que marca o início da instrução pública no município.

Na década de 1910, Iguatu se estabelece como um município de base agrária, como um manancial composto de várias lagoas, além do Rio Jaguaribe, cujo leito corta não só o município de Iguatu, mas vários municípios circunvizinhos. Com uma força produtiva centrada na produção de algodão, começava a entrar nos trilhos da urbanização e industrialização. De acordo com Montenegro (2008), foi nessa década que aconteceu a inauguração das Estações Ferroviárias de Iguatu e dos distritos de Lages, Suassurana e Alencar.

Com a inauguração da ponte metálica da Estrada de Ferro sobre o Rio Jaguaribe em 1916, Iguatu ganha mais um trecho de estrada com rota para a cidade de Cedro, ampliando a rota que ligava Iguatu à capital Fortaleza, através da Estrada de Ferro de Baturité. Montenegro (2010) afirma que a construção da estrada de ferro passou seis anos tendo Iguatu como ponto inicial de quem vinha do Cariri para seguir para Fortaleza, e o ponto final de quem vinha de Fortaleza. Muitos passageiros precisavam pernoitar em Iguatu antes de seguir sua viagem, o que ocasionou a necessidade da construção de hotéis na cidade.

Lima (2011) em sua dissertação de mestrado nos apresenta com um capítulo em que faz uma análise substancial sobre a cultura algodoeira de Iguatu na década de 1920. Os argumentos são de que a força produtiva do algodão em Iguatu começou a ganhar destaque em escala estadual nessa década, o que justifica a instalação dos primeiros estabelecimentos industriais, com uso de maquinários modernos, lojas de insumos, serviços bancários que garantiam o crédito no campo, além dos serviços educacionais e de saúde.

A criação de infraestruturas foi fundamental na relação campo-cidade, já que havia a necessidade de escoamento das culturas agrícolas do município. A estrada de ferro foi essencial na realização da produção por permitir maior contato com Fortaleza, a capital do Estado, de onde saía o produto para o mundo. Este fato imprimiu nova dinâmica regional a Iguatu, que se constituiu em uma nova centralidade na rede urbana cearense, dado o importante papel que assumia no contexto das relações intermunicipais da região centro-sul do Estado, sobretudo na dinamização do comércio (Lima, 2011, pp. 150-151).

O contexto apresentado revelou que Iguatu, apesar de ser um município de pequeno porte, tinha um potencial agrícola capaz de despertar o interesse do movimento capitalista local, ligando o município à sua capital como primeiro passo para seguir os trilhos do desenvolvimento econômico do país. Assim, percebe-se claramente que na década de 1920 Iguatu começou a apresentar os sinais do seu desenvolvimento.

Segundo Montenegro (2008), em março de 1921, instalou-se em Iguatu a Industrial de Algodão e Óleos (CIDAO) e várias outras fábricas de beneficiamento de algodão e arroz de proprietários locais⁴². Em janeiro de 1922, chegou a Iguatu a firma Lundgren Tecidos S/A, que posteriormente transformou-se nas Casas Pernambucanas. Em 20 de junho de 1923, criou-se a Associação Comercial de Iguatu. A instalação de várias indústrias nessa década impulsionou a importação de maquinários, a compra de pesticidas, ofertas de empregos, a criação de vilas operárias e a construção de escolas para a formação dos operários e seus filhos. A cultura algodoeira foi a força motora para o desenvolvimento econômico, social e cultural do município.

A década de 1920 representou um momento fértil da educação brasileira e cearense. Nesse período, aconteceram importantes reformas educacionais em vários estados do Brasil. As mudanças começaram pelo Ceará, sob a coordenação do educador paulista Lourenço Filho, que promoveu a reforma da instrução pública de 1922 (Vieira; Farias, 2006). A reforma foi introduzida através de dois instrumentos legais: a Lei Nº 1.953, de 2 de agosto de 1922 e o Regulamento da Instrução Pública.

⁴² a) Fábrica Benevides - Beneficiamento de Algodão; b) Fábrica Benevides - Beneficiamento de arroz; c) Fábrica Gustavo Corrêa Lima – Beneficiamento de Algodão e Usina Elétrica; d) Fábrica Santa Margarida -. Beneficiamento de algodão; e) Fábrica Santa Margarida - Virgílio Corrêa Lima. Beneficiamento de arroz; f) Fábrica São José - Beneficiamento de algodão (década de 20); g) Fábrica São José - Beneficiamento de arroz; h) Fábrica Romeiro - Beneficiamento de algodão; i) CIDAO – Companhia Industrial de Algodão e Óleos (sucessora da organização Trajano de Medeiros, dividida em três departamentos específicos compreendendo produção de óleo vegetal, descaroçamento de algodão e produção de sabão; j) Fábrica São Gerardo - Beneficiamento de algodão.

Essa década também foi marcada pela administração de dois iguatenses que assumiram em julho de 1928 o governo do estado, tendo como presidente o Dr. José Carlos de Mattos Peixoto e como vice-presidente o Dr. Demosthenes de Carvalho (1928-1932).

Destaca-se que, a nível nacional, havia uma preocupação em relação ao ensino agrícola por causa da migração do homem do campo para o trabalho nas fábricas, o que justifica a criação de escolas proletárias para a educação dos trabalhadores e de seus filhos, bem como a criação de escolas destinada à educação feminina baseado no ruralismo pedagógico que “credita à ampliação dos conhecimentos do homem do campo o aumento das possibilidades de fixá-lo à terra” (Barreiro, 2010. p. 29).

Conforme registro encontrado no Almanaque Laemmert de 1929, volume IV, foram instalados em Iguatu: um grupo escolar, duas escolas isoladas, duas escolas proletárias⁴³ e três escolas confessionais destinadas ao ensino feminino.

Para Iguatu, as décadas de 1930 e 1940 se apresentaram de forma tímida no que diz respeito à criação de escolas, mesmo que essas décadas se apresentassem como um período fértil para a educação brasileira, com a criação do Ministério da Educação em 1930 e o Manifesto dos Pioneiros em 1932.

Sabe-se que, historicamente, as décadas de 1930 e 1940 foram marcadas pelas reformas educacionais de Francisco Campos e Gustavo Capanema, respectivamente. A chamada “Reforma Francisco Campos” (1931) procurou implantar a seriação do currículo para o ensino secundário dividindo-o em dois ciclos e um sistema de avaliação discente aliado à reestruturação da inspeção federal. “Essas medidas procuravam produzir estudantes secundaristas autorregulados e produtivos, em sintonia com a sociedade disciplinar e capitalista que se consolidava, no Brasil, nos anos de 1930” (Dallabrida, 2009, p. 185). A reforma Capanema, na década de 1940, promulgou as leis orgânicas do ensino, por meio de oito decretos leis, cuja ordem lógica obedecia às conveniências políticas (Saviani, 2013).

As reformas supracitadas ratificaram a concepção instaurada após a Segunda Guerra Mundial de que a educação seria um recurso utilizado para a formação patriótica dos sujeitos. Nesse cenário, foi possível identificar em Iguatu o registro da fundação do Colégio Senhora Santana, posteriormente denominado Escola Rural Santana e, por último, Colégio São José, que em 1939 passou a ser administrado pela

⁴³ Escolas noturnas destinadas à formação dos trabalhadores das empresas comerciais.

Congregação das Filhas de Santa Teresa de Jesus. O Colégio São José iniciou suas atividades prestando relevantes serviços na formação de professoras rurais, acompanhou as reformas educacionais e se consolidou como umas das melhores escolas de Iguatu até 2009, quando foi extinta.

Na década de 1950, com o desdobramento da reforma encampada por Gustavo Capanema, através de vários decretos, o Governo Federal investe de forma subsidiária no desenvolvimento do ensino industrial, comercial e agrícola. O presidente eleito Juscelino Kubitschek, do PSD, com o slogan “50 anos em 5”, investiu pesado no processo de industrialização com foco em cinco áreas: energia, transporte, indústria, educação e alimentação, sendo a educação considerada a base para a formação de técnicos especializados para atuar no mercado de trabalho, o que motivou a implantação de várias escolas profissionais por todo país.

Dentro desse movimento político, o município de Iguatu contou com um articulador político, o Deputado Federal Dr. Adahil Barreto Cavalcante, que mediou os acordos entre a União, o estado do Ceará e o município, representando, portanto, os interesses da oligarquia iguatense. Com isso, Iguatu pôde contar com vários benefícios, a exemplo de uma pista de pouso de aviões ainda no final do ano de 1949, quando o Diretor Geral de Aeronáutica aprovou a abertura de aeroportos, em vários municípios brasileiros, conforme descritos na Figura 11. Assim, com a estrada de ferro e uma pista de pouso, pode-se afirmar que a oligarquia iguatense conseguiu inserir o município de Iguatu na rota do desenvolvimento traçado pelo governo brasileiro com relação à área dos transportes.

Figura 11 - Foto da portaria de autorização da circulação das aeronaves da Eletra em Iguatu

Segunda-feira 26

DIÁRIO OFICIAL (Seção I)

Dezembro de 1949 17815

PORTARIA Nº 339 — DE 22 DE DEZEMBRO DE 1949

O Diretor Geral de Aeronáutica Civil, em cumprimento da determinação constante do item IV da Portaria nº 173, do Exm.º Sr. Ministro da Aeronáutica de 4-10-49, publicada no *Diário Oficial* de 6-10-49, aprova a discriminação, que baixa com esta Portaria, dos seguintes aeroportos, de acordo com as homologações do Comando da 2.ª Zona Aérea.

AEROPORTOS

AERONAVES

ESTADO DO CEARÁ:

Aracati	L. ELETRA
Campos Sales	L. ELETRA
Cascavel	L. ELETRA
Camocim (utilizável na época das secas)	C-47
Iguatú	L. ELETRA
Joazeiro do Norte	L. ELETRA

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE:

Açu (utilizável na época das secas)	C-47
Canguaretama	L. ELETRA
Jardim de Angicos	L. ELETRA
Mossoró	C-46

ESTADO DA PARAÍBA:

João Pessoa (antigo campo)	L. ELETRA
João Pessoa (S. Rita)	C-46
Sousa (utilizável na época das secas)	C-47

ESTADO DE PERNAMBUCO:

Arco Verde	L. ELETRA
Caruarú	C-47
Exú	L. ELETRA
Garanhuns	L. ELETRA
Goiana (utilizável na época das secas)	C-47
Petrolina	C-46
Pesqueira	L. ELETRA
Serra Talhada	L. ELETRA
Tamandaré	C-47

ESTADO DE ALAGOAS:

Delmiro	L. ELETRA
Maceió	C-46
Palmeira dos Índios	L. ELETRA
Penedo (utilizável na época das secas)	C-47

ESTADO DA BAHIA:

Barra	L. ELETRA
Bonfim	L. ELETRA
Caravelas	C-46
Conquista (utilizável na época das secas)	C-47
Caculé (utilizável na época das secas)	C-47
Carinhanha (utilizável na época das secas)	C-47
Cipó	L. ELETRA
Esplanada (utilizável na época das secas)	C-47
Felra de Santana (utilizável na época das secas)	C-47
Jequié	L. ELETRA
Porto Seguro	L. ELETRA
Paulo Afonso	C-46
Queimadas	L. ELETRA
Remanso	L. ELETRA

TERRITÓRIO DE FERNANDO NORONHA:

Fernando de Noronha	C-46
---------------------------	------

Fonte: Fotografia produzida pela autora a partir do DOU (20 de dezembro de 1949)

Na esteira da rota traçada para a área da educação, o município de Iguatu espelhou o desdobramento da Reforma Capanema com a criação de importantes instituições que iriam desenvolver a educação profissional no município, conforme descrito no Quadro 7. A criação de escolas profissionais retratou os interesses locais e nacionais, assim como as relações internacionais que se estabeleceram nesse momento político.

A criação destas instituições que abrangem o ensino industrial, comercial e agrícola explicam, em grande parte, o protagonismo econômico e político de Iguatu com suas demandas próprias de desenvolvimento. Caberia, portanto, um estudo mais específico sobre cada instituição, para tentar entender o contexto de cada uma, no que diz respeito a sua atuação, as contradições e as resistências que possam ter acontecido em sua direção histórica.

Quadro 7 - Instituições instaladas em Iguatu a partir da Reforma Capanema na década de 1950

Ano	Instituição	Evento / Órgão responsável	Modelo de ensino
1955	Escola de Economia Doméstica Rural de Iguatu	Implantação de um Curso de Extensão em Economia Rural Doméstica - Portaria nº 299, de 23 de março de 1955, do Ministério da Agricultura	Extensão Agrícola dedicada à educação feminina - Lei nº 9.613/1946
1956	Escola Profissional Dr. Batista de Oliveira	Termo de Acordo Especial celebrado entre o Ministério da Educação e Cultura e a Associação de Educação Profissional de Iguatu, para investimento na continuação da construção da obra do pavilhão de ensino. Publicado no DOU em 17 de setembro de 1956.	Industrial - Lei nº 4.073/1942
1957	Escola Agrícola Gonçalves de Carvalho	Termo de Acordo celebrado entre o Governo da União e o do Estado do Ceará para instalação de uma Escola Agrotécnica no Município de Iguatu, publicado no DOU em 26 de novembro de 1957.	Externato Agrícola - Lei nº 9.613/1946.

Fonte: Elaborado pela autora a partir do DOU (1955, 1956, 1957).

Além dessas instituições voltadas para a educação profissional, em 1955 a Associação Educadora Iguatuense funda o Ginásio de Iguatu, uma instituição de grau médio voltada para a educação masculina. A instituição era mantida pela associação, mas também recebia subvenções do Ministério da Educação e Cultura, conseguidas pelo deputado Adahil Barreto.

O contexto apresentado revelou que a implantação de uma escola feminina no município foi pensada para oferecer a educação “necessária” às moças e senhoras da região, para que elas pudessem administrar melhor suas famílias e colaborar no processo de desenvolvimento do município e região, exercendo um papel coadjuvante nesse processo.

3.3. Dos Cursos de Extensão em Economia Rural Doméstica ao Curso de Magistério de Economia Doméstica

Implantado em 1955, o Curso de Extensão em Economia Doméstica ofertado pela Escola de Economia Doméstica Rural de Iguatu tinha como público-alvo às senhoras do ambiente rural que almejavam se aperfeiçoar nas artes domésticas e melhorar o nível da administração familiar.

Para dar início às atividades do curso, foi publicado no DOU no dia 14 de abril de 1955, uma Tabela Numérica de classificação e retribuição prevista para funcionamento e manutenção do curso dentro das orientações da Lei nº 1.765, de 12 de dezembro de 1952⁴⁴.

De acordo com a classificação da tabela apresentada na Figura 12, o curso iria funcionar com uma orientadora com o salário de CR\$ 2.500,00, um auxiliar administrativo com o salário de CR\$ 1.500,00, dois serventes com o salário de CR\$ 500,00 cada, três professoras para disciplinas específicas com o salário de CR\$ 1.500,00 cada, um professor encarregado das atividades agrícolas com uma gratificação de CR\$ 2.000,00 e um bibliotecário com o salário de CR\$ 1.000,00. O recurso total aprovado para aquele ano foi de CR\$ 150.000,00.

O referido curso começou suas atividades no centro da cidade em uma casa alugada, onde atualmente funciona a Galeria Gustavo Correia Lima, com um quadro de profissionais assim designados: Orientadora do curso: Elze Alves Lima Verde Montenegro; Professora de Trabalhos Manuais: Rubeni Duarte Ferreira; Professor de Higiene, Dietética, Enfermagem e Puericultura: Durval Mendonça; Professor encarregado das atividades agrícolas: Oscar Salvino Macedo; Professora de Indústrias Rurais Caseira: Ivonete Araújo Nogueira; Bibliotecária: Raimunda Gomes Costa; Auxiliar Administrativo: Mirian Moreno Cavalcanti; Serventes: Elvina Gomes Santos e José Humberto Côrtes, conforme Portaria nº 85, de 19 de abril de 1955, publicada no DOU em 05 de maio de 1955.

⁴⁴ Art. 15. A retribuição do pessoal pago à conta da Verba 3 - Serviços e Encargos será estabelecida de acordo com o salário mínimo da região e o valor atribuído, no mercado de trabalho local, ao tipo de atividade a ser desempenhada.

Figura 12 - Tabela Numérica de classificação e retribuição das atribuições previstas para os Cursos de Extensão de Economia Rural Doméstica de Iguatu

Newton Belleza, Superintendente — Aprovo: Costa Porto.

Tabela Numérica de classificação e retribuição das atribuições previstas para os Cursos de Extensão de Economia Rural Doméstica de Iguatu. — Ceará, para o período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 1955, de acordo com o art. 17 da Lei n.º 1 765, de 12-12-52, à conta da Verba 3 — Consignação 3 — Serviço, etc. — Subconsignação 11 — Serviços educativos, etc. — 19) SEAV — 01) SEAV — 10) Manutenção dos cursos, etc., do orçamento vigente.

FUNÇÃO	Mensal	Anual
	CR\$	CR\$
1 — Orientadora	2 500,00	30.000,00
1 — Auxiliar Administrativo	1 500,00	18.000,00
2 — Servente a Cr\$ 500,00 cada	1 000,00	12.000,00
3 — Professôras a Cr\$ 1 500,00 cada	4 500,00	54.000,00
1 — Professor encarregado das atividades agrícolas — (gratificação)	2 000,00	24 000,00
1 — Bibliotecário	1 000,00	12.000,00
Total	12 500,00	150.000,00

Em 9-2-1955 — Newton Belleza, Superintendente. — Aprovo: Costa Porto,

Fonte: Fotografia produzida pela autora a partir do DOU (14 de abril de 1955).

A fotografia da Figura 13 apresenta onze profissionais que trabalharam durante a primeira fase da implantação dos cursos, sendo seis mulheres e cinco homens. Pela nomeação dos servidores, percebe-se que as mulheres são designadas para disciplinas ligadas diretamente à organização e administração familiar e os homens, para as disciplinas ligadas à saúde e as atividades agrícolas, deixando clara a divisão dos papéis sociais entre homens e mulheres no trato diário do conhecimento.

Figura 13 - Foto dos primeiros professores e servidores da instituição



Fonte: Fotografia produzida pela autora a partir de Montenegro (2017, p. 152)

Percebe-se também a falta de disciplinas como Português, Matemática, Ciências Biológicas, História e Geografia. A falta dessas disciplinas demonstra o caráter prático dos cursos em oferecer em curto prazo “um ofício agrícola especial ou uma técnica ou processo de aplicação usual ou recomendável na agricultura” (Brasil, 1946). Não havia, portanto, o interesse em oferecer uma formação que despertasse a consciência crítica para o desempenho de suas funções, como foi amplamente difundido pelo Ministério da Agricultura, através de sua legislação, normatização e discurso político.

Conforme o texto da Portaria nº 85, de 19 de abril de 1955, publicada no DOU em 05 de maio de 1955, as alunas deveriam ter aulas de trabalhos como Corte e Costura, Bordado, Pintura, Crochê, Tricô; de Arte Culinária e Indústrias Rurais Caseiras; atividades agrícolas de Horta, Jardim e Criação de pequenos animais

domésticos; Higiene, Dietética, Enfermagem e Puericultura. Abaixo, na Figura 14, o registro de algumas atividades desenvolvidas nos primeiros cursos.

Figura 14 - Fotografia de atividades desenvolvidas nos primeiros cursos



Fonte: Acervo da escola (195?)

Na Figura 14, observa-se uma atividade de horta e jardinagem, na qual a professora e uma estudante desenvolvem a atividade e algumas moças que não estão fardadas observam o processo de uma certa distância. Percebe-se o cuidado em manter uma postura elegante durante a realização da atividade, o que demonstra a inculcação dos ensinamentos de que as atividades práticas deveriam levar em conta a natureza da personalidade feminina. As atividades agrícolas ficavam limitadas a atividades que não demandassem muito esforço físico como a plantação de jardins, hortas e a criação de pequenos animais domésticos para o suprimento da família.

Anualmente, de 1955 a 1965 (ano inicial e final do funcionamento dos cursos de extensão, respectivamente), os profissionais foram reconduzidos às suas funções

e novos servidores foram designados para exercerem as atividades previstas para o funcionamento do curso através de portarias publicadas no DOU. Abaixo, nas Figuras 15 e 16, alguns exemplos dessas portarias.

Figura 15 - Portaria de nomeação de servidores da instituição

DIÁRIO OFICIAL (Seção I)

Quinta-feira 9 09 de fevereiro de 1956 2417

**DEPARTAMENTO NACIONAL
DA PRODUÇÃO ANIMAL**

**Superintendência do Ensino
Agrícola e Veterinário**

**PORTARIA N.º 5, DE 20 DE JA-
NEIRO DE 1956 ***

O Superintendente do Ensino Agrícola e Veterinário, resolve admitir de acordo com a Portaria Ministerial n.º 138, de 5 de fevereiro de 1954, o Veterinário Amaro Pinheiro de Albuquerque e Melo, para reger as disciplinas "Criação de Animais Domésticos" e "Noções de Veterinária", nos Cursos de Iniciação e Mestría Agrícola, da Escola Agrotécnica "João Coimbra", em Barreiros, Estado de Pernambuco.

Newton Belleza.

**PORTARIA N.º 10, DE 1 de FE-
VEREIRO DE 1956**

O Diretor do Ensino Agrícola e Veterinário, designa os servi-

dores abaixo relacionados, para o Curso de Extensão de Economia Rural Doméstica de Iguatu, Ceará, a partir de 1 de fevereiro do corrente ano, de acordo com a Tabela Numérica aprovada pelo Senhor. Ministro, para o exercício de 1956:

1 — Terezinha Ferreira Nobre, Professor de Trabalhos Manuais, com o salário mensal de Cr\$.. 1.500,00 (um mil e quinhentos cruzeiros).

2 — Valdimir Albuquerque e Sousa, Professor Encarregado das Atividades Agrícolas, com a gratificação mensal de Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros).

3 — Maria Eudócia de Pinho Barbosa, Auxiliar Administrativo, com o salário mensal de Cr\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos cruzeiros).

4 — Raimundo Batista de Assis, Operário Agrícola, com o salário mensal de Cr\$ 900,00 (novecentos cruzeiros).

Fonte: Fotografia produzida pela autora a partir do DOU (09 de fevereiro de 1956).

Figura 16 - Portaria de recondução

DIÁRIO OFICIAL (Seção I)

Sábado 4

Fevereiro de 1956 2109

Superintendência do Ensino
Agrícola e VeterinárioPORTARIA N.º 9, DE 1 DE
FEVEREIRO DE 1956

O Superintendente do Ensino Agrícola e Veterinário, reconduz os servidores abaixo relacionados, do Curso de Extensão de Economia Rural Doméstica de Iguatu — Ceará, de acordo com a Tabela Numérica aprovada pelo Sr. Ministro, para o exercício de 1956:

1 — Elze Alves Lima Verde Montenegro, Orientadora do Curso, com o salário mensal de Cr\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos cruzeiros).

2 — Rubeni Duarte Ferreira, Professor de Trabalhos Manuais, com o salário mensal de Cr\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos cruzeiros).

3 — Durval Mendonça, Professor de Higiene, Dietética, Enfermagem e Puericultura, com o salário mensal de Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros).

4 — Maria Luísa Romeiro, Professor de Trabalhos Manuais, com o salário mensal de Cr\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos cruzeiros).

5 — Raimunda Gomes Costa, Professor de Indústrias Rurais Caseiras e Arte Culinária, com o salário mensal de Cr\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos cruzeiros).

6 — Ivonete Araújo Nogueira, Dactilógrafo, com o salário mensal de Cr\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos cruzeiros).

7 — Mirian Moreno Cavalcante, Bibliotecário, com o salário mensal de Cr\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos cruzeiros).

8 — Elvina Gomes Santos, Auxiliar de Serviços Domésticos, com o salário mensal de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros).

9 — José Humberto Côrtes Varela, Servente, com o salário mensal de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros). — *Newton Belleza.*

Fonte: Fotografia produzida pela autora a partir do DOU (04 de fevereiro de 1956).

A coordenação do curso ficava a cargo da orientadora educacional, que tinha o papel de administrar os recursos financeiros, orientar e mediar a relação entre professores, estudantes e pais. O papel da orientadora envolvia todo processo de planejamento, acompanhamento e avaliação das atividades desenvolvidas no curso, o que consistia em coordenar o planejamento das aulas, as reuniões coletivas e individuais com as estudantes com o objetivo de prestar orientação educacional, sempre dentro das diretrizes traçadas pelo Ministério da Agricultura, que anualmente

reunia diretores, orientadores e técnicos para discussão e repasse das orientações gerais.

Na questão da valorização profissional, constata-se que o professor recebia uma remuneração salarial maior do que as professoras. Essa diferença salarial retrata a desvalorização e a invisibilidade que foi atribuída historicamente ao trabalho desempenhado pelas mulheres em todas as esferas de trabalho, inclusive na educação. As disciplinas para qual as professoras eram designadas traduz a cristalização do padrão que atribui a elas a responsabilidade pelos ensinamentos do cuidado com a família, através das atividades de culinária, corte e costura, bordado, crochê, tricô etc.

Observa-se que algumas pessoas vão assumir funções diferentes, como no caso de Elvina Gomes Santos que no primeiro ano de funcionamento do curso foi nomeada como servente e no ano seguinte foi nomeada como Auxiliar de Serviços Domésticos. Provavelmente a função exercida como servente seria a de merendeira, e a portaria de 1956 apenas especificou uma função feminina já desenvolvida.

Além das Tabelas Numéricas e das nomeações de professores e funcionários, foram encontradas Concorrências Administrativas para aquisição de material correspondente à parte das instalações de oficinas e para as atividades práticas do Curso de Extensão de Economia Rural Doméstica de Iguatu. As portarias foram publicadas no Diário Oficial no dia 11 de setembro de 1959, na Seção I, páginas 51 e 52.

Em resumo, os produtos adquiridos nas concorrências administrativas de nº 44 (Figura 17) e número 45 (Figura 18) comporiam a oficina de Arte culinária, com os seguintes equipamentos: Cozinha Americana contendo gabinetes com gavetas, armários para panelas; armário para pia, pia de ferro, tampo de mármore, fogão com dois fornos, picador de carne, mesa de ferro, um refrigerador, um cilindro manual motorizado, mesa de ferro com tampo de aço inoxidável e duas gavetas, quatro panela de pressão 4 litros, quatro panela de pressão 7 litros, quatro panela de pressão 10 litros; e um Refrigerador GE;

Figura 17 - Concorrências Administrativas nº 44

Sexta-feira 11

DIÁRIO OFICIAL (Seção I — Parte I)

Setembro de 1959

Departamento de Administração Divisão do Material

CONCORRÊNCIA ADMINISTRATIVA Nº 44

Para aquisição de material abaixo relacionado em proveito da Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário, deste Ministério.

Conforme despacho exarado no processo SC. 35.898-59, faço público para conhecimento dos interessados que, às 14 horas do dia 30 de setembro de 1959, na Divisão do Material, 1º andar do edifício-sede do Ministério da Agricultura, à Praça Marechal

Ancora, onde se reunirá a Comissão de Concorrência, desta Divisão, presidida pelo Chefe da Seção Administrativa, serão recebidas propostas conforme especificações abaixo:

Material correspondente à parte das instalações da oficina de Indústrias Rurais Caseiras e Arte Culinária do Curso de Extensão de Economia Rural Doméstica de Iguatu, Ceará:

1 — Cozinha Americana, composta das seguintes peças:

a) Gabinete com 2 gavetas, 2 portas e 1 prateleira, medindo 79x80x51 — 1 (um);

b) Gabinete com 1 gaveta, 1 porta e 3 gavetas internas, medindo 79x40x51 (2 dois);

c) Gabinete para pia com 2 (duas) frentes de gavetas — 2 portas e 1 prateleira — medindo 79x80x51 — 1 (um);

d) Cantoneira superior para armários com friso — medindo 55x31x31 — 2 (duas);

e) Cantoneira circular com friso — medindo 55x15x31 — 2 (duas);

f) Porta-copos — medindo 15x30x10 1 (um);

g) Armário duplo com 2 portas e 1 prateleira — medindo 55x80x33 — 2 (dois);

h) Armário para cima de pia ou geladeira com 2 portas medindo 30x80x33 — 2 (dois);

i) Armário para painéis com 2 portas superiores, 2 inferiores, 2 gavetas, 1 divisão fixa, 4 prateleiras e 15 ganchos — medindo 190x80x45 — 2 (dois).

Obs. 1 — Confeccionados em chapa laminada de recozimento a frio — Sulfatizada (Proteção contra ferrugem), com molas de versão nas portas — Acabamento Branco Sintético.

j) Tampo de mármore branco — medindo 240x55x003 — 1 (um);

1) Pia de ferro esmaltado nº 2, com válvula e sifão niquelados 1 (uma);

2 — Fogão com 2 fornos — 2 churrasqueiras — 6 bocas — 1 chapa para bife em aço inoxidável — sendo 2 bocas conversíveis em queimador peixeira — medindo 100x60-80 — Esmaltado internamente e externamente — para uso de gás liquefeito s/equipamento 1 (um);

3 — Picador de carne, ref. Hobart — Mod. B-212 — com motor de ¼ HP, para corrente de 110/220 Volts — 1 (um). Obs. — 2 Material embalado para despacho por via rodoviária. Para garantir a entrega dos materiais, será exigida a caução de Cr\$ 15.000,00 (quinze mil cruzeiros).

1 — Da sessão pública de julgamento de idoneidade e de recebimento e abertura de proposta

1ª Condição — No dia e hora fixados neste edital, nesta Divisão de Material, situada no 1º andar do edifício-sede do Ministério da Agricultura, à Praça Marechal Ancora, reunir-se-á a Comissão incumbida do julgamento da idoneidade dos licitantes e do recebimento das respectivas propostas, a qual será presidida pelo Chefe da Seção Administrativa da referida Divisão.

2ª Condição — Em primeiro lugar será verificada a idoneidade dos concorrentes, sendo desclassificados aqueles que não satisfizerem as condições previstas neste edital, sob o título "Da idoneidade".

3ª Condição — Após o julgamento da idoneidade, serão abertos apenas invólucros contendo as propostas dos concorrentes julgados idôneos.

4ª Condição — As propostas serão lidas em voz alta na presença dos concorrentes julgados idôneos e que não houverem incidido em qualquer impugnação.

II — Da idoneidade

5ª Condição — As firmas proponentes, no ato da realização da concorrência, deverão apresentar os seguintes documentos:

a) prova de existência legal da firma (contrato social registrado no D. N. I. C. ou Junta Comercial);

b) prova de quitação de impostos devidos, federais, estaduais e municipais;

c) certidão de que trata o Decreto nº 1.843, de 7-12-1939, referente à nacionalização do trabalho (Lei dos 2/3);

d) certidão negativa do Imposto de Renda (arts. 131 e 135 do Decreto nº 24.239 de 22-XII-1947);

e) prova de quitação com as instituições de seguro social (Decreto-lei nº 2.765, de 9-XI-1940);

f) prova de quitação com o serviço militar (caderneta ou certificação do Exército, Marinha ou Aeronáutica); se estrangeiro, caderneta modelo 19;

g) serão dispensados de apresentação dos documentos mencionados com exceção da letra "f" os concorrentes que apresentarem certificado do registro no D. F. C. ou na Divisão do Material deste Ministério.

6ª Condição — Os concorrentes que não apresentarem em forma legal e perfeita ordem os documentos exigidos na condição anterior serão excluídos da concorrência sem direito a qualquer reclamação ou recurso.

7ª Condição — Em invólucros fechados e lacrados com indicação do nome da firma e do conteúdo deverão as propostas, dactilografadas, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, e devidamente datadas e assinadas serem apresentadas em três vias e conter uma forma de completa submissão a todas as condições deste edital e os preços, por unidade, em algarismos e por extenso, que o proponente oferecer.

8ª Condição — Não se tomarão em consideração quaisquer vantagens não previstas neste edital nem as propostas que contiverem apenas o oferecimento de uma redução sobre a proposta mais barata.

III — Da adjudicação

9ª Condição — Após a organização e exame do processo da concorrência, se nenhuma irregularidade for verificada, serão os fornecimentos adjudicados as firmas autoras das propostas de preços mais baixos.

10ª Condição — No caso de absoluta igualdade entre duas ou mais propostas a Comissão procederá de acordo com os artigos 742 e 756 do Regulamento Geral de Contabilidade Pública.

IV — Diversos

11ª Condição — No interesse da administração a presente concorrência poderá ser anulada pelo Diretor desta Divisão, sem que por esse motivo tenham os concorrentes direito a qualquer reclamação ou indenização.

12ª Condição — Nesta Divisão de Material à Praça Marechal Ancora sem número — 1º andar do edifício-sede do Ministério da Agricultura, serão atendidas, diariamente, das 12 às 17 horas as firmas que desejarem quaisquer esclarecimentos sobre a presente concorrência.

Divisão do Material, 9 de setembro de 1959. — Urbano de Mesquita Heráculano Câmara, Diretor Substituto.

Figura 18 - Concorrências Administrativas nº 45

CONCORRÊNCIA
ADMINISTRATIVA Nº 45,
Para aquisição do material abaixo relacionado em proveito da Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário deste Ministério.

Conforme despacho exarado no processo SC. 36.290-59 taço público para conhecimento dos interessados que às 15 horas do dia 30 de setembro de 1959, na Divisão do Material, 1º andar do edifício sede do Ministério da Agricultura, à Praça Marechal Ancorá, onde se reunirá a Comissão de Concorrência desta Divisão, presidida pelo Chefe da Seção Administrativa serão recebidas propostas conforme especificações abaixo:

Material correspondente a parte das instalações da oficina de Indústrias Rurais, Caseiras e Arte Culinária do Curso de Extensão de Economia Rural Doméstica de Iguatu-Ceará:

- a) 1 (um) Refrigerador "GE" — Mod. Hotpoint — LPB 120 — 12 pés cúbicos — unidade selada "GE", garantido por 5 anos — Altura 1,52 — largura 0,75 — profundidade 0,76 — 110/115 Volts — Equipado com 1 Auto Transformador;
- b) Cilindro manual ou motorizado com motor monofásico 110 Volts de ½ HP — 1 (um);
- c) Mesa de ferro com tampo de aço inoxidável e duas gavetas — Tampo de 1,50 por 0,75 — 1 (uma);
- d) 4 (quatro) painéis de pressão ref. Marmicoc — Capac. 4 litros;
- e) 4 (Quatro) Painéis de pressão ref. Marmicoc — cap. 7 litros;
- f) 4 (Quatro) Painéis de pressão ref. Marmicoc — capac. 10 litros.

Obs. — Para garantir a entrega dos materiais, será exigida a caução de Cr\$ 15.000,00 (quinze mil cruzeiros).

I — Da Sessão pública de julgamento de idoneidade e de recebimento e abertura de proposta

1ª Condição — No dia e hora fixados neste Edital, nesta Divisão do Material, situada no 1º andar do edifício sede do Ministério da Agricultura, à Praça Marechal Ancorá, reunir-se-á a Comissão incumbida do julgamento de idoneidade dos licitantes e do recebimento das respectivas propostas, a qual será presidida pelo Chefe da Seção Administrativa da referida Divisão.

2ª Condição — Em primeiro lugar será verificada a idoneidade dos concorrentes, sendo desclassificados aqueles que não satisfizerem as condições previstas neste edital sob o título "Da idoneidade".

3ª Condição — Após o julgamento da idoneidade serão abertos apenas invólucros contendo as propostas dos concorrentes julgados idôneos.

4ª Condição — As propostas serão lidas em voz alta na presença dos concorrentes julgados idôneos e que não houverem incidido em qualquer impugnação.

II — Da Idoneidade

5ª Condição — As firmas proponentes, no ato da realização da concorrência, deverão apresentar os seguintes documentos:

a) prova de existência legal da firma (contrato social registrado no D. N. I. C. ou Junta Comercial);

b) prova de quitação de impostos devidos: federais, estaduais e municipais;

c) certidão de que trata o Decreto nº 1.843, de 7 de dezembro de 1939, referente à nacionalização do trabalho (Lei dos Dois Terços);

d) certidão negativa de Imposto de Renda (arts 131 e 135 do Decreto nº 24.239, de 22 de dezembro de 1947);

e) prova de quitação com as instituições de seguro social (Decreto-lei nº 2.765, de 9 de novembro de 1940);

f) prova de quitação com o serviço militar (caderneta ou certificado do Exército, Marinha ou Aeronáutica) se estrangeiro, caderneta modelo 19;

g) serão dispensados de apresentação dos documentos mencionados com exceção da letra f) os concorrentes que apresentarem certificado de registro do D. P. C. ou na Divisão do Material deste Ministério.

6ª Condição — Os concorrentes que não apresentarem, em forma legal e perfeita ordem, os documentos exigidos na condição anterior, serão excluídos da concorrência sem direito a qualquer reclamação ou recurso.

7ª Condição — Em invólucros fechados e lacrados com indicação do nome da firma e do conteúdo, deverão as propostas, datilografadas sem emendas, rasuras ou entrelinhas, e devidamente datadas e assinadas, serem apresentadas em três vias, e conter uma forma de complexa sub-

missão a todas as condições deste edital e os preços por unidade em algarismos e por extenso, que o proponente oferecer.

8ª Condição — Não se tomarão em consideração quaisquer vantagens não previstas neste edital nem as propostas que contiverem apenas o oferecimento de uma redução sobre a proposta mais barata.

III — Da adjudicação

9ª Condição — Após a organização e exame do processo da concorrência, se nenhuma irregularidade for verificada, serão os fornecimentos adjudicados às firmas autoras das propostas de preços mais baixos.

10ª Condição — No caso de absoluta igualdade entre duas ou mais propostas, a Comissão procederá de acordo com os artigos 742 e 756 do Regulamento Geral de Contabilidade Pública.

IV — Diversos

11ª Condição — No interesse da administração, a presente concorrência poderá ser anulada pelo Diretor desta Divisão, sem que por esse motivo tenham os concorrentes direito a qualquer reclamação ou indenização.

12ª Condição — Nesta Divisão do Material, à Praça Marechal Ancorá sem número, 1º andar do edifício sede do Ministério da Agricultura, serão atendidas, diariamente, das 12 às 17 horas, as firmas que desejarem quaisquer esclarecimentos sobre a presente concorrência.

Rio de Janeiro, 9 de setembro de 1959 — **Urbano Wenceslau Herculano Camara**, Diretor Substituto.

A concorrência administrativa de nº 46 (Figura 19) seria para a compra dos equipamentos da oficina de Corte e Costura, composta por oito máquinas de costura de pé, com 5 gavetas, ref. Singer, estilo 404 em cor clara.

Figura 19 - Concorrências Administrativas nº 46

CONCORRÊNCIA ADMINISTRATIVA Nº 46

Para aquisição do material abaixo relacionado, em proveito da Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário, deste Ministério.

Conforme despacho exarado no processo SC/36.823-59 faço publico para conhecimento dos interessados, que, às 15 horas do dia 1º de outubro de 1959, na Divisão do Material, 1º andar do edificio-sede do Ministério da Agricultura, na Praça Marechal Ancora, onde se reunirá a Comissão de Concorrência, desta Divisão, presidida pelo Chefe da Seção Administrativa, serão recebidas propostas conforme especificações abaixo.

Material correspondente a parte das instalações da oficina de Corte e Costura do Curso de Extensão de Economia Rural Doméstica de Iguaçu-Ceará:

8 (oito) Máquinas de costura de pé, com 5 gavetas, ref. Singer, estilo 404 — cor clara.

Obs. — para garantir a entrega dos materiais, será exigida a caução de Cr\$ 15.000,00 (quinze mil cruzreiros).

I — Da sessão pública de julgamento de idoneidade e de recebimento e abertura de proposta.

1.ª Condição — No dia e hora fixados neste edital, nesta Divisão de Material, situada no 1º andar do edificio-sede do Ministério da Agricultura, na Praça Marechal Ancora, reunir-se-á a Comissão incumbida do julgamento de idoneidade dos licitantes e do recebimento das respectivas propostas, a qual será presidida pelo Chefe da Seção Administrativa da referida Divisão.

2.ª Condição — Em primeiro lugar será verificada a idoneidade dos concorrentes, sendo desclassificados aqueles que não satisfizerem as condições previstas neste edital, sob o título "Da idoneidade".

3.ª Condição — Após o julgamento da idoneidade, serão abertos, apenas, invólucros contendo as propostas dos concorrentes julgados idôneos.

4.ª Condição — As propostas serão lidas em voz alta na presença dos concorrentes julgados idôneos e que não houverem incidido em qualquer impugnação.

II — Da Idoneidade

5.ª Condição — As firmas proponentes, no ato da realização da concorrência, deverão apresentar os seguintes documentos:

a) prova de existência legal da firma (contrato social registrado no D. N. I. C. ou Junta Comercial);

b) prova de quitação de impostos devidos federais, estaduais e municipais;

c) certidão de que trata o Decreto nº 1.843, de 7-12-1939, referente à nacionalização do trabalho (Lei dos 2/3);

d) certidão negativa do Imposto de Renda (arts. 131 e 135 do Decreto nº 24.239, de 22-12-47);

e) prova de quitação com as instituições de seguro social (Decreto-lei nº 2.765, de 9-11-1940);

f) prova de quitação com o serviço militar (caderneta ou certificado do Exército, Marinha ou Aeronáutica); se estrangeiro, caderneta modelo 19;

g) serão dispensados de apresentação dos documentos mencionados, com exceção da letra a, os concorrentes que apresentarem certificado do registro no D. F. C. ou na Divisão do Material deste Ministério.

6.ª Condição — Os concorrentes que não apresentarem em forma legal e perfeita ordem, os documentos exigidos na condição anterior, serão excluídos da concorrência sem direito a qualquer reclamação ou recurso.

7.ª Condição — Em invólucros fechados e lacrados com indicação do nome da firma e do conteúdo, deverão as propostas, dactilografadas sem emendas, rasuras ou entrelinhas, e devidamente datadas e assinadas, serem apresentadas em três vias, e conter uma forma de completa submissão a todas as condições deste edital e os preços por unidade em algarismos e por extenso, que o proponente oferecer.

8.ª Condição — Não se tomarão em consideração quaisquer vantagens não previstas neste edital nem as propostas que contiverem apenas o oferecimento de uma redução sobre a proposta mais barata.

III — Da Adjudicação

9.ª Condição — Após a organização e exame do processo da concorrência, se nenhuma irregularidade for verificada, serão os fornecimentos adjudicados às firmas autoras das propostas de preços mais baixos.

10.ª Condição — No caso de absoluta igualdade entre duas ou mais propostas, a Comissão procederá de acordo com os arts. 742 e 756 do Regulamento Geral de Contabilidade Pública.

IV — Diversos

11.ª Condição — No interesse da administração, a presente concorrência poderá ser anulada pelo Diretor desta Divisão, sem que por esse motivo tenham os concorrentes direito a qualquer reclamação ou indenização.

12.ª Condição — Nesta Divisão do Material, na Praça Marechal Ancora sem número, 1º andar do edificio-sede do Ministério da Agricultura, serão atendidas, diariamente, das 12 às 17 horas, as firmas que desejarem quaisquer esclarecimentos sobre a presente concorrência.

Divisão do Material, em 9 de setembro de 1959. — Wenceslau Herculano Câmara — Diretor Substituto.

Observa-se que todos os produtos descritos nas concorrências administrativas eram de origem americana, a exemplo da empresa Singer que foi fundada em Nova York em 1851. Logo em seguida, em 1858 foi aberta no Rio de Janeiro, na Rua da Quitanda o primeiro ponto de vendas das máquinas de costura no Brasil, conseguindo

o registro para operar no país. Em um de seus planos de expansão, foi instalada uma unidade em Juazeiro do Norte que funcionou de 1997 a 2019, quando mudou sua produção para a Ásia (Wikipédia).⁴⁵ Na Figura 19, uma foto de uma turma em uma atividade da oficina de Corte e Costura.

A representação imagética da Figura 20 mostra um espaço amplo e arejado onde funcionava a oficina de corte e costura, com apenas oito máquinas. Como nessa época a escola ainda não dispunha de energia elétrica, essa foi a primeira oficina a ser inaugurada, pois as máquinas eram manuais. Percebe-se que se trata de uma aula inicial para conhecer o maquinário, na qual as estudantes estavam bem concentradas em uma atividade de enfiar a linha na agulha e manusear o pedal da máquina. Além da sala para o maquinário, havia um outro espaço com mesas, armários e cabides onde as peças de roupas eram cortadas e armazenadas. Também havia uma lousa, onde provavelmente deveriam ser anotadas as medidas das roupas.

Figura 20 - Foto de estudantes em uma aula prática de corte e costura



Fonte: Acervo da escola (195?)

Na imagem da Figura 21, observa-se várias peças já produzidas, o que nos faz indagar sobre qual seria o destino desses itens. Importante destacar que, nessa

⁴⁵ https://pt.wikipedia.org/wiki/Singer_Corporation

época, a comercialização de roupas prontas e padronizadas era difícil de chegar aos municípios pequenos, por serem produtos de pouca circulação. Portanto, saber costurar era uma necessidade essencial para as mulheres da época, pois através dessa arte poderiam confeccionar roupas, lençóis, toalhas, entre outros acessórios, para toda família.

Figura 21 - Galpão para armazenamento da produção da oficina de corte e costura



Fonte: Acervo da escola (198?).

De acordo com o Relatório Geral das ações realizadas pelas EAFs em 1982 uma das atividades de integração escola comunidade era a oferta de Oficinas de Corte e Costura realizadas pelas EAFs de Iguatu, São Luis e Vitória de Santo Antão. Outras atividades com o objetivo de integrar escola e comunidade realizadas pela EAF de Iguatu era Campanha de Vacinação de Raiva Bovina, Oficina de Tratoristas, Oficina de Ensilagem, Oficina de Primeiros Socorros. Somado a isso as estudantes do 3º ano entrava em contato direto com a população periférica para fazer levantamento e análise dos problemas existentes na área da Saúde e Nutrição.

A escola realizava também outras experiências pedagógicas que faziam não parte dos projetos voltados para agricultura, zootecnia e agroindústria como a

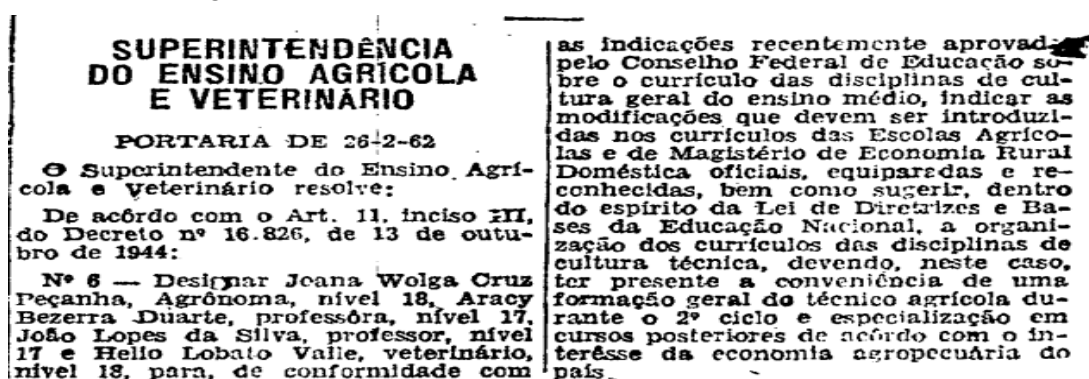
organização e manutenção de um coral que participava de algumas atividades culturais do município e a oferta de oficinas de Pintura em Cerâmica. (Brasil, 1982)

Um documento encontrado no acervo pessoal da professora Elze Montenegro, intitulado “Exposição de Motivos” e que foi remetido ao Ministério da Agricultura, registrou que de 1955 a 1962 foram matriculadas 370 moças nos Cursos de Extensão de Economia Rural Doméstica. Entretanto, não foi encontrado na escola nenhum documento com registro de matrícula que pudesse fornecer maiores informações, tais como nome, idade ou local de residência das estudantes.

A portaria Ministerial nº 264, de 31 de maio de 1962, autorizou o funcionamento do Curso de Magistério de Economia Rural Doméstica com duração de dois anos, ainda dentro das diretrizes da Lei Orgânica do Ensino Agrícola. Em 04 de outubro do mesmo ano, foi publicado um termo de Ajuste entre a Comissão de Amparo à Produção Agropecuária e a SEAV para a aplicação de CR\$ 310.000,00 (trezentos e dez mil cruzeiros) para a aquisição de material didático para o início das atividades do curso. Entretanto, o Curso de Magistério de Economia Rural Doméstica não chegou a ser implementado.

Sabe-se que na década de 1960 há uma reconfiguração no ensino agrícola com a publicação da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro 1961, a LDB, de modo que os cursos de magistério primário só poderiam ser ofertados pelas escolas normais. No dia 04 de abril de 1962, a SEAV publicou uma portaria (Figura 22) designando uma equipe de professores para indicar as modificações a serem inseridas nos currículos, tendo como referência as diretrizes implementadas pela referida LDB. Observa-se que a professora Aracy Bezerra Duarte, com quem a professora Elze Montenegro se correspondia constantemente, fez parte dessa equipe.

Figura 22 - Portaria designação equipe de professores - SEAV



Fonte: Fotografia produzida pela autora a partir do DOU (1962).

Para atender às novas modificações, a instituição passou a ter a denominação de Escola Técnica de Economia Doméstica Rural Elza Barreto, através do Decreto nº 52.634, de 8 de outubro de 1963. Assim, em face da nova realidade, passou a ofertar o ensino médio em dois ciclos: o ginásial, com a duração de quatro anos, e o colegial, no mínimo de três anos (Brasil, 1961).

Ainda sem prédio próprio, no ano de 1963, a escola passou a funcionar ofertando o primeiro ano do Curso Colegial de Economia Doméstica com duração de três anos para 10 alunas e o Curso de Preparação de Economia Doméstica Rural com um ano de duração para 42 alunas.

Figura 23 - Foto da primeira turma do curso Colegial de Economia Doméstica Rural por ocasião de uma excursão à Fortaleza



Fonte: Fotografia produzida pela autora a partir de recortes do Jornal o Povo (APEM).

A foto acima (Figura 23) registra uma excursão feita pelas concludentes da primeira turma do curso Colegial de Economia Rural Doméstica em 1965. No primeiro momento as estudantes visitaram as instalações da Secretaria de Agricultura do Ceará e foram recebidas pelo Deputado Estadual Edival de Melo Távora, que era igatuense. No segundo momento foram conhecer as instalações e o funcionamento do Jornal O Povo. A excursão foi autorizada pela SEAV. Isso ficou claro em um trecho de uma carta enviada à professora Elze Montenegro pela técnica do Ministério da

Agricultura, a senhora Aracy Duarte, na qual ela informa que a solicitação enviada pela professora havia sido despachada favoravelmente e a SEAV havia telegrafado autorizando a excursão (APEM, 1965).

Na reportagem, ficou explícito que o cronograma da excursão foi elaborado pela Delegacia da Agricultura, órgão ao qual a escola estava subordinada. As estudantes presentes na excursão foram: Suzete Oliveira, Vera Lúcia Cavalcante, Marluce Cavalcante, Maria Amélia Cavalcante, Maria Onete Diniz, Guiomar Cavalcante, Zenith Chagas, Irani Maria Matos Cavalcante, Maria Altair Alencar Rolim.

A partir de 1966, o Curso de Preparação de Economia Doméstica Rural passa por uma reformulação. Em maio do mesmo ano, a professora Elze Montenegro recebe uma carta da professora Aracy Duarte explicando que o curso teria nova orientação. Seria um curso rápido destinado às jovens e senhoras que residiam na zona rural.

Com a nova orientação do curso conclui-se que os cursos de preparação foram direcionados às jovens e senhoras que residiam nas localidades próximas aos municípios de Iguatu e Várzea Alegre, oferecendo apenas disciplinas de cultura técnica. Com a reformulação, foi ofertado um curso de formação para as professoras que iriam participar do programa educativo elaborado.

Nessa perspectiva, foi solicitado fazer um levantamento das professoras diplomadas normalistas⁴⁶ e das técnicas em Economia Doméstica que trabalhavam nas escolas rurais da região com o objetivo de selecionar aquelas que poderiam apresentar um bom trabalho para desenvolverem um programa educativo, no qual as professoras iriam ensinar as crianças na escola e as mães das crianças fora da escola. O pagamento de quem fazia parte da execução do programa (orientadora e professoras) seria em forma de bolsa, como forma de gratificação. Na carta, a professora Aracy esclarece ainda a possibilidade de entrosamento com o MEC para conseguir o registro de professoras de economia doméstica para atuarem também nos ginásios agrícolas.

Registros de portarias encontradas no DOU comprovam que esses cursos também foram ofertados no município de Várzea Alegre, que fica a 60 km de Iguatu, sob a orientação da Professora Elze Lima Verde. A Portaria nº 86, de 23 de fevereiro de 1966, do Ministro de Estado dos Negócios da Agricultura, publicada no DOU em 08 de março do mesmo ano, delega competência aos responsáveis por instituições

⁴⁶ Diplomadas nas escolas normais.

para movimentar os recursos destinados ao funcionamento de seus estabelecimentos para pagamento de pessoal: “aquisição de passagens nas empresas ferroviárias, marítimas e aéreas do país, quando em objeto de serviço público”. A professora foi assim designada:

Elze Alves Lima Verde Montenegro - Professora de Ensino Pré-Primário, nível 11, Diretora do Colégio de Economia Doméstica Rural "Elza Barreto", em Iguatu.

Elze Alves Lima Verde Montenegro - Para o Curso de Preparação de Economia Doméstica Rural de Várzea Alegre (Portaria nº 86 de 23 de fevereiro de 1966, Ministério da Agricultura).

Constata-se na portaria, a Professora Elze Montenegro foi designada não mais como orientadora e sim como Diretora do Colégio de Economia Doméstica Rural "Elza Barreto", em Iguatu, ampliando a sua função. Ou seja, passando agora a assumir a administração de todas as atividades referentes “ao funcionamento dos serviços escolares, ao trabalho dos professores e orientadores, às atividades dos alunos e às relações de comunidade escolar com a vida exterior” (Brasil, 1946).

Ao ser nomeada como diretora, Elze Montenegro passou a ser a responsável por acompanhar também as atividades do curso ofertado pela escola de Várzea Alegre como orientadora educacional.

Sabe-se que as décadas de 50 e 60 do século XX foram marcadas pelos acordos feitos entre Brasil e EUA que impactou significativamente na forma de organização da educação brasileira. Os cursos de Economia Doméstica que foram implantados no Brasil no pós Segunda Guerra Mundial seguiam os padrões utilizados pelos Acordos MEC-USAID, acordos estes que suscitaram questionamentos tanto de estudantes, educadores e políticos, como foi o caso do Deputado Federal Márcio Moreira Alves (MDB 1966-1968, PMDB 1982-1990), que exigiu a publicidade desses acordos alegando que os governos Castelo Branco e Costa e Silva entregaram o planejamento do ensino brasileiro dos setores de ensino primário, médio e superior aos Estados Unidos, com a justificativa de descentralizar o ensino brasileiro para a área dos Estados respaldados pela LDB de 1961.

Porém, essa já era uma técnica adotada Ministério da Agricultura com relação ao ensino agrícola e doméstico, ao firmar os convênios para a implantação de cursos e escolas diretamente com os estados, municípios e/ou através de associações

responsáveis pelo gerenciamento dos recursos. Na verdade, a LDB de 1961 só trouxe a permissão constitucional para a realização de uma prática que já era existente.

Os Acordos MEC-USAID, segundo Alves (1968), era uma espiral que levava a novos acordos e à transferência de mais encargos à USAID. Ainda segundo este autor, um dos primeiros acordos foi firmado em 26 de junho de 1964, para o financiamento do custo de um contrato para a formação de 6 especialistas em educação para auxiliar o Ministério em seu programa de aperfeiçoamento do ensino primário no Brasil.

O Primeiro acordo para ensino médio foi assinado a 31 de março de 1965 cuja finalidade explícita era:

[...] assistir os Conselhos e Secretarias Estaduais de Educação no preparo de seus planos para o ensino de nível secundário e no treinamento de uma equipe de técnicos brasileiros em planejamento de ensino que prestem serviços consultivos em caráter permanente (Alves, 1968. p. 61).

A principal crítica a essa assistência recaía sobre a formação direcionada aos funcionários e membros dos conselhos e secretarias estaduais de educação por profissionais dos EUA, uma vez que a LDB de 1961 delegou aos estados, através dos conselhos de educação, a formulação de planos estaduais e municipais de ensino. Com isso, os profissionais treinados ficavam autorizados a orientar e assessorar, em caráter permanente, os estados e os municípios no setor do planejamento do ensino secundário. Nesse sentido, constatou-se que o planejamento do ensino brasileiro para a formação de técnicos realmente ficava à mercê dos interesses dos EUA.

Para o programa do ensino superior, foi assinado um acordo em 30 de junho de 1966, cujo objetivo era:

[...] estimular e prestar assistência a um máximo de 18 universidades brasileiras, públicas e particulares, nos seus esforços para executar e institucionalizar reformas administrativas que resultarão em maior economia e eficiência operacional (Alves, 1968. p. 35).

Com a aprovação da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, fixaram-se as normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média. As universidades se tornaram autarquias que poderiam funcionar em regime especial ou em fundações de direito público e, quando particulares, sob a forma de fundações. Essa forma de organização reforçava a dependência do sistema

universitário brasileiro aos interesses econômicos norte-americanos, uma vez que o acordo feito com os EUA era justamente prestar assistência na institucionalização das reformas das universidades.

No âmbito da assistência mencionada, estavam previstas as atividades de consultoria técnica às instituições, seminários para instituições interessadas em realizar suas reformas e cursos de curta duração nos EUA para técnicos brasileiros.

Nesse espiral, em 1967, o Ministério da Educação e Cultura, através de sua Diretoria do Ensino Agrícola (DEA), o Conselho de Cooperação Técnica da Aliança Para o Progresso (CONTAP), a Agência Norte-Americana Para o Desenvolvimento Internacional (USAID/BRASIL), com o assentimento do Escritório do Governo Brasileiro para Cooperação Técnica, foi assinado um acordo com os seguintes objetivos:

- a) Adotar as providências pedagógicas e administrativas necessárias à adaptação material das três escolas médias rurais da rede federal destacadas pelo Ministério, para que possam funcionar como escolas-piloto.
- b) Proporcionar aos estudantes, além dos conhecimentos técnicos, um ambiente onde possam exercer atividades práticas agrícolas.
- c) **Criar cooperativas escolares, a fim de educar os alunos dentro dos princípios cooperativistas**, inculcando-lhes hábitos de economia e de previsão.
- d) **Planejar e efetivar a adaptação das escolas agrícolas de nível médio em escolas-fazenda** e, tanto quanto possível, orientar a produção de alimentos em condições econômicas.
- e) Propiciar a elevação gradativa de escolas médias agrícolas ao nível colegial, com vistas à generalização do processo nas demais escolas do sistema de ensino médio agrícola existente.
- f) **Integrar a escola-agrícola média, de modo a interessá-la na solução dos problemas do meio rural.**
- g) Interessar as universidades rurais e com elas cooperar na organização de **programas de formação de professores de técnicas agropecuárias e economia doméstica rural.**
- h) Desenvolver cursos de treinamento em serviço para aperfeiçoamento dos professores do ensino técnico médio.
- i) Planejar e experimentar o acréscimo de 1 ano escolar nos cursos técnicos agrícolas de nível colegial existentes (Alves, 1968. p. 91, grifo da autora).

Nota-se a intenção de adotar um modelo educativo de ensino para as escolas técnicas agrícolas com o objetivo de educar para o cooperativismo comunitário, de modo a integrar escola e comunidade, tendo em vista a solução dos problemas do meio rural. A Cooperativa Escola proporcionaria o ambiente destinado ao exercício das atividades de práticas agrícolas. Por meio da cooperativa eram firmados os contratos com a Secretaria de Ensino de 2º Grau do Ministério da Educação, para

aquisição e gerenciamento dos recursos destinados aos projetos orientados desenvolvidos pela escola, nos quais o orientador educacional desempenhava a sua função de conselheiro educacional.

Mesmo com as restrições impostas pelo regime militar à época, ainda houve resistência de estudantes acadêmicos aos acordos MEC-USAID, principalmente os acordos feitos para o ensino superior. Muitos jornais da época registraram mobilizações estudantis em vários estados do Brasil. Abaixo uma reportagem do Jornal Diário de Natal publicada em 15 de maio de 1967.

De acordo com as informações da Figura 24, em O Diário de Natal foi registrada a mobilização de estudantes universitários do Rio Grande do Sul, Alagoas, Recife, Belo Horizonte e Niterói que protestaram pela cobrança de anuidades nas universidades, a punição de líderes universitários e o problema de não aproveitamento de excedentes. Em todos os locais citados houve conflitos e queima da Bandeira dos EUA, como focos de resistência estudantil, pondo em ameaça à ordem estabelecida (Machado, 2009).

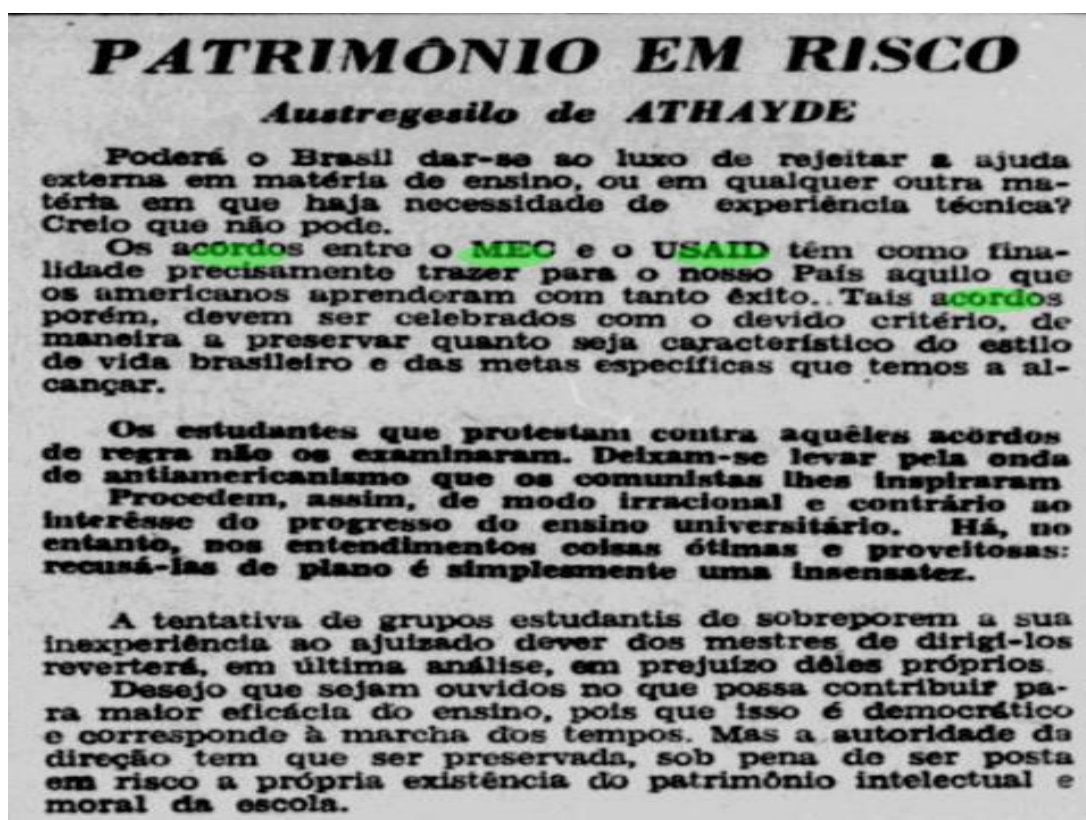
Figura 24 - Registro de movimentos estudantis no Jornal Diário de Natal



Fonte: Fotografia produzida pela autora a partir da Hemeroteca Digital (Diário de Natal 15 de maio de 1967)

Enquanto de um lado aconteciam os protestos dos estudantes, do outro lado, havia aqueles que defendiam os objetivos dos acordos e tentavam tirar o mérito dos estudantes, alegando falta de experiência para analisar a situação brasileira em relação às propostas para o progresso universitário, conforme expresso em uma reportagem no Diário de Notícias de Porto Alegre de 03 de maio de 1967 e assinada pelo jornalista pernambucano Austregésilo Athayde.

Figura 25 - Registro de opinião favorável aos Acordos MEC-USAID



Fonte: Fotografia produzida pela autora a partir da Hemeroteca Digital (Diário de Notícias de Porto Alegre, 03 de maio de 1967).

Com o objetivo de obter informações sobre como estava sendo desenvolvida a política com relação aos acordos feitos pelo Ceará com os EUA foi feita uma busca na Hemeroteca Digital com foco no período (1960-1969), utilizando as palavras-chave “MEC-USAID” e “Ceará”. Na primeira opção da pesquisa, escolheu-se o período, seguido do estado do Ceará. Como resultado da busca indicou que nenhum dos 05 periódicos que circulavam nessa época havia publicado algo sobre o assunto, então optou-se por verificar todos os períodos. Com isso, o filtro da pesquisa indicou que 24 periódicos publicaram notícias relacionadas às palavras-chave selecionadas. Destes, escolhemos os 05 periódicos do Nordeste, uma vez que os acordos eram feitos pela

Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste SUDENE⁴⁷, órgão com sede em Recife.

Após a leitura dos periódicos, escolhemos o periódico Diário de Pernambuco pois o conteúdo publicado, composto de 53 publicações, permitiu fazer um mapeamento das ações que estavam sendo desenvolvidas no Ceará através dos acordos MEC-USAID, dentro do programa Aliança para o Progresso e que estão descritas no Quadro 8:

Quadro 8 - Ações desenvolvidas no Ceará através dos acordos MEC-USAID

Área	Ações
Educação	1. Instalação de um Centro de Treinamento e Desenvolvimento (CETREDE). 2. Formação de profissionais, técnicos e conselheiros de educação. 3. Bolsas de estudos para técnicos e estudantes de segundo ciclo secundário que desejavam seguir carreira técnica de engenharia, agronomia e economia.
Saúde	Campanha contra a malária
Infraestrutura	1. Construção de estradas. 2. Compras de maquinários e veículos. 3. Programas de ampliação do fornecimento de energia. 4. Programas de abastecimento de água para as comunidades rurais. 5. Programas habitacionais.

Fonte: Elaborado pela autora a partir da Hemeroteca Digital (Diário de Pernambuco, 10 de outubro de 1963)

Na década de 1960, o Ceará manteve a aliança com os EUA, através do Governo Virgílio Távora (UDN), que venceu o seu adversário político Adahil Barreto (PTB) nas eleições de 1962 e governou o estado de 1963-1966, pela coligação “União pelo Ceará”.

Logo após a posse do governador Virgílio Távora, o jornal Diário de Pernambuco publicou em março de 1963 uma notícia informando que o governador eleito do Ceará havia feito contatos de utilidade com os Estados Unidos. De acordo com a notícia, as informações chegaram ao jornal através da Assessoria de Imprensa da USAID, órgão coordenador da Aliança para o Progresso. O governador visitou os estados da Califórnia, Arizona, Illinois, Washington e Nova York e na ocasião planejou

⁴⁷ Criada originalmente pela Lei nº 3.692, de 1959, a Sudene veio substituir o modelo dos dois órgãos precedentes a ela (GTDN e CODENO). Foi idealizada no governo do presidente Juscelino Kubitschek, tendo à frente o economista Celso Furtado, como parte do programa desenvolvimentista então adotado.

programas conjuntos para o desenvolvimento industrial e agrícola entre a Universidade do Ceará, a Universidade da Califórnia e a Universidade do Arizona.

Em junho do mesmo ano, o Diário do Pernambuco voltou a informar que o Ceará participou da assinatura do convênio para a área da educação do Nordeste. Para o Ceará, foram destinados mais de cinco bilhões de cruzeiros. O convênio foi assinado pelo Ministro do Planejamento Celso Furtado, o governador Virgílio Távora e pelo diretor da USAID John C. Diefenderfer.

Em outubro, outra reportagem é publicada. Nela é evidenciado que governador Virgílio Távora declarou estar satisfeito com as ações desenvolvidas no Ceará pelo programa Aliança para o Progresso e destacou os programas voltados para a educação com a instalação de um CETREDE no Ceará, em parceria com Universidade do Arizona para a educação agrícola, e com a Fundação Ford para reforçar os programas de treinamentos das jovens economistas.

Segundo Lage (2001), a Aliança para o Progresso foi uma das principais fontes financiadoras do Plano de Metas Governamentais (PLAMEG) do governo Virgílio Távora. Mesmo com o redimensionamento do quadro político após o golpe militar em 1964, o governador conseguiu manter a aliança com o presidente Humberto de Alencar Castello Branco, que também era cearense.

Nesse contexto, pode-se afirmar que os cursos implantados em Iguatu foram contemplados com a política dos acordos MEC-USAID, uma vez que a responsável pela coordenação dos cursos implantados nos municípios de Iguatu e Várzea Alegre participou no ano de 1966 de um curso realizado nos EUA. Nos arquivos da professora Elze Montenegro, foi encontrado parte do relatório dessa viagem. No relatório foram identificadas as atividades realizadas na segunda semana do curso, na qual consta uma descrição detalhada das visitas feitas a algumas instituições americanas.

No primeiro dia da segunda semana de atividades, o grupo de professoras foram recepcionadas pelas professoras encarregadas pelo Colégio de Economia Doméstica da Universidade de Maryland, onde tiveram a oportunidade de conhecer a oficina de corte e costura com seus maquinários e uma cozinha planejada para pessoas com deficiência. Também tiveram oportunidade de assistirem palestras informativas sobre o funcionamento dos cursos, seus programas e formação de seus professores. Nos dias seguintes, o grupo teve a oportunidade de visitar outras instituições. Na terça-feira puderam visitar o Museu Têxtil, onde estava acontecendo

uma exposição. Na quarta-feira, foram ao Centro de Pesquisas do Departamento de Agricultura conhecer o histórico da instituição e seu funcionamento. Na quinta-feira pela manhã, a visita foi na Associação Americana de Economia Doméstica e à tarde, no Building-Howard University/Home Economics.

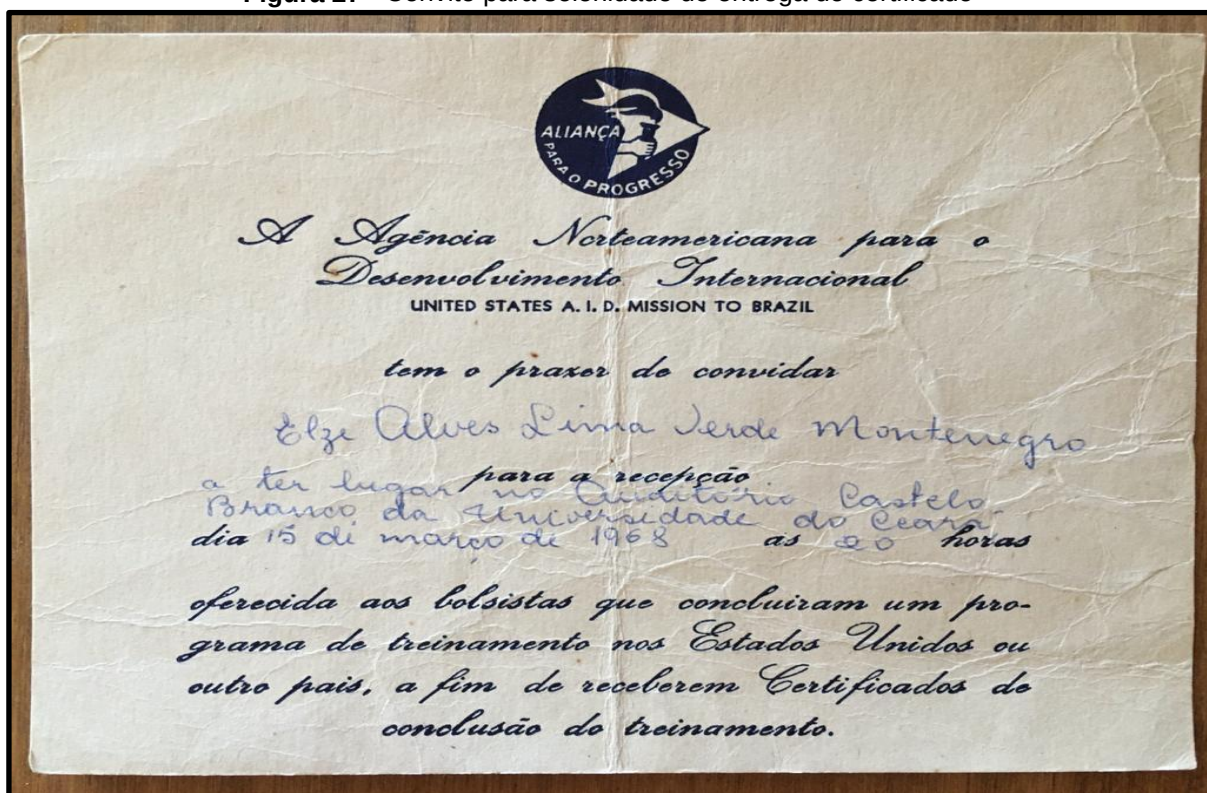
O grupo de estudantes também teve a oportunidade de visitar o Departamento de Educação para receber a programação para os dias seguintes. Apesar de só termos tido acesso ao relatório da segunda semana, este revelou que a visita durou todo mês de outubro de 1966. Abaixo registros sobre esta visita (Figuras 26 e 27).

Figura 26 - Recorte de uma notícia sobre a visita técnica aos Estados Unidos



Fonte: Fotografia produzida pela autora da tese a partir do APEM (2023).

Figura 27 - Convite para solenidade de entrega do certificado



Fonte: Fotografia produzida pela autora da tese com base no APEM (2023).

Na Figura 26, em tradução livre, a manchete anunciou que a Fountain Central recebe convidadas do Brasil. O texto da reportagem do *Journal-Review* informa que o corpo docente de uma turma de economia doméstica da Fountain Central High School acompanhou 13 mulheres visitantes do governo do Brasil na escola na quarta-feira. Ainda segundo a matéria do referido jornal, as mulheres estavam no país aprendendo novos e melhores métodos de ensino de economia doméstica nas escolas.

Como convidadas do Departamento Estadual de Saúde, Educação e Bem-Estar, elas participaram de um Workshop da Universidade de Purdue. Na foto, ao fundo, a professora Elze Montenegro é a terceira pessoa contando da esquerda para a direita. Ela está de óculos e usando cabelos curtos.

A Figura 27 trata de um convite feito pela Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional feito à professora Elze Montenegro para receber certificado de um treinamento realizado nos Estados Unidos. A recepção estava marcada para 15 de março de 1968 e seria realizada na Universidade Federal do

Ceará. A data do convite revela um intervalo de dois anos entre o registro que se tem da visita da Professora Elze Montenegro, o que conduz a duas interpretações possíveis: a primeira de que o certificado demorou para ser entregue e a segunda de que a professora pode ter feito mais de uma viagem aos Estados Unidos.

Nas palavras de Amorim (2017), uma viagem de estudos para o exterior em busca de aprofundamento teórico sinaliza uma ação moderna, uma forma de ver e viver experiências modernas, uma cultura de formação docente e de atuação na produção de saberes. A viagem é uma prática social que possui diversos significados e diversas finalidades: religiosa, militar, política, econômica, diplomáticas, literárias, culturais, de lazer, intercâmbio, oficial ou particular.

A viagem feita pela professora Elze Montenegro revelou que o Ministério da Agricultura do Brasil ao enviar treze economistas domésticas aos Estados Unidos buscava o aprofundamento teórico e a vivência de experiências modernas e produção de saberes que pudessem ser aplicados no ensino dos cursos de Economia Doméstica do Brasil.

3.4. O Curso Técnico

O Decreto nº 60.731, de 19 de maio de 1967, transfere para o Ministério da Educação e Cultura os órgãos de ensino do Ministério da Agricultura. A SEAV também é transferida para o Ministério da Educação e Cultura, com a denominação de Diretoria de Ensino Agrícola (DEA)⁴⁸.

Em 1969, o Ministério da Educação e Cultura, através da DEA, publica um documento⁴⁹ regulamentando o sistema curricular do ensino agrícola de grau médio, para enquadrar às mudanças trazidas pela de LDB de 1961. Este documento foi resultado das recomendações da equipe designada pela SEAV em 1962. No referido documento, Iguatu ficou autorizada a ofertar, no primeiro ciclo, o Curso Ginásial de Economia Doméstica Rural com duração de quatro anos e, no segundo ciclo, o Curso Colegial de Economia Doméstica Rural com duração de três anos.

⁴⁸ Direção criada em substituição à antiga SEAV por ocasião da transferência dos órgãos.

⁴⁹ Primeira Edição disponível em: http://arquivohistorico.inep.gov.br/uploads/r/instituto-nacional-de-estudos-e-pesquisas-educacionais-anisio-teixeira-t-2/6/7/b/67b8ba1a5561fb0313cbef1844e5f9fe7fed1ae74e95763bc4dc8287da9a148e/CODI-UNIPER_m0895p01_EstruturaCurricularDoEnsinoAgricolaDeGrauMedio_1969.pdf. Acesso em 22 de maio de 2022.

Em 1970, o Ministério da Educação e Cultura, sob a coordenação da DEA, republicou a Estrutura Curricular para o ensino agrícola de grau médio⁵⁰, para atender o Decreto-Lei no 869 de 12 de setembro de 1969 que incluiu a Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória nas escolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas de ensino no País.

A Educação Moral e Cívica seria uma disciplina prática e educativa e deveria ser ministrada com a apropriada adequação, em todos os graus e ramos de escolarização. A Lei esclareceu ainda que nos estabelecimentos de grau médio, além da Educação Moral e Cívica, deveria ser ministrado a disciplina de “Organização Social e Política Brasileira”.

A obrigatoriedade das disciplinas tinha por objetivo formar o cidadão apto a absorver os conteúdos planejados para cada nível de ensino. De acordo com Machado, tais disciplinas se sustentavam em conteúdos que visavam entre outras coisas:

Promover o equilíbrio moral, da pátria, da família, da igreja e do civismo, na perspectiva de consolidação de valores de apreço, respeito e obediência às instituições de poder da sociedade. Ou seja, a educação deveria em sua essência se ajustar à política de controle da época (Machado, p. 77, 2009).

Assim, de acordo com o documento, o Colégio de Economia Doméstica Rural Elza Barreto foi autorizado a oferecer quatro cursos que eram distribuídos conforme o Quadro 9:

Quadro 9 - Estrutura Curricular do Ensino Agrícola - Colégio de Economia Doméstica Rural Elza Barreto

Curso de Preparação em de Economia Doméstica Rural – Duração: 01 ano Aprovado através de informação DESPE no 09/70, em 27/02/1970		
Cultura Geral Educação Moral e Cívica	Cultura Técnica Vestuário Arte e Habitação Administração do lar Nutrição e Preparo de Alimentos Noções de Higiene Enfermagem e Puericultura Industrialização e conservação de produtos Agropecuários	Práticas Educativas Educação Física Atividades Agropecuárias

Curso Ginásial Agrícola – Duração: 04 anos Processo DEA no 1.801/1969 e SC 278 669/1969 – Aprovado em 04/02/1970		
Cultura Geral Português Matemática Ciências Físicas e Biológicas Educação Moral e Cívica Disciplinas optativas: Inglês no primeiro ano e Desenho no segundo ano	Cultura Técnica Agricultura Zootecnia Mecânica Agrícola no primeiro ano Indústrias Rurais no segundo ano	Práticas Educativas Educação Física Educação Artística Programa Agrícola Orientado.
Curso Ginásial de Economia Doméstica Rural – Duração: 04 anos Processo SC 231 891/68 - Aprovado em 20/9/68. Obs.: Modificado pelo Decreto-lei no 869/69. Aprovado em 27/2/70.		
Cultura geral Português Matemática Ciências Físicas e Biológicas Educação Moral e Cívica Disciplinas optativas: Desenho no primeiro ano e Inglês no segundo ano	Cultura Técnica Vestuário, Organização Administração do Lar Nutrição e Preparação dos Alimentos, Higiene, Enfermagem e Puericultura	Práticas Educativas Educação Física Educação Artística Atividade Agropecuária
Curso Colegial de Economia Doméstica Rural – Duração: 03 anos Processo SC 231 891/1968 aprovado em 20/09/1968 Obs: Modificado pelo Decreto-lei nº 869/1969 e Portaria DEA nº 83/1969. Aprovado em 27/02/1970.		
Cultura Geral Português Matemática Biologia Química Educação Moral e Cívica Disciplinas optativas: Desenho no primeiro ano, Física e Ciências Sociais no segundo ano	Cultura Técnica Nutrição e Preparação dos Alimentos Vestuário Higiene Enfermagem e Puericultura, Arte e Habitação no segundo e terceiro ano, Organização do lar no terceiro ano	Práticas Educativas as Educação Física Educação Artística Atividades Agropecuárias no primeiro e segundo ano e Relações Humanas no terceiro ano

Fonte: Elaborado pela autora a partir da Estrutura Curricular do Ensino Agrícola, 2ª Edição (1970).

Observa-se na republicação do documento que o Colégio de Economia Doméstica Rural Elza Barreto foi contemplado com mais dois cursos e ficou autorizado a oferecer três cursos na área das Ciências Domésticas, sendo um curso inicial de preparação, um curso ginásial e outro colegial e um curso ginásial voltado para as Ciências Agrárias.

Observa-se, também, que quem desejasse seguir estudando na escola tinha como destino o Curso Colegial de Economia Doméstica Rural. O Curso de Preparação de Economia Doméstica Rural, que só ofertava as disciplinas de Cultura Técnica e Práticas Educativas, passa a ofertar a disciplina de Moral e Cívica na parte de Cultura

Geral. O referido curso foi extinto em dezembro de 1970 e o Colégio de Economia Doméstica Rural Elza Barreto passou a oferecer apenas os cursos Ginásial e Colegial.

Nos arquivos da escola, constatou-se que em dezembro de 1966 a escola ofertou o primeiro exame de admissão para a primeira turma do Curso Ginásial com duração de quatro anos. O respectivo curso teve início em 1967 com uma turma mista de 20 estudantes matriculados, sendo sete destes do sexo masculino. Ao final dos quatro anos, apenas 11 alunos conseguiram concluir o curso.

Segundo o documento Exposição de Motivos em 1967, o estabelecimento contou com a matrícula de 180 estudantes distribuídos em seis turmas, sendo três turmas do Curso Colegial (1º, 2º e 3º ano) e o 1º ano do Curso Ginásial, o Curso de preparação em Economia Doméstica e o Curso de Admissão. No ato da matrícula para qualquer um dos cursos, o estudante deveria entregar alguns documentos que comprovasse o atestado de vacinação e de saúde física e mental.

De acordo com o histórico, o atestado de vacinação antivariólica e o atestado de saúde física e mental eram exigidos por lei⁵¹, demonstrando a presença da doutrina higienista. Tal exigência seria uma tecnologia de poder utilizada para educar a população para as questões de saúde física e mental (Foucault, 2001).

Também pode se afirmar que a exigência desses atestados de saúde era uma contradição do sistema, uma vez que não havia postos de saúde em todas as localidades e essas vacinas eram ofertadas apenas em épocas de campanhas.

⁵¹ Artigo 25 da Lei Orgânica do Ensino Agrícola.

Figura 28 - Foto do histórico da documentação recebida no ato da matrícula


 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
 DIRETORIA DO ENSINO AGRÍCOLA
 COLÉGIO DE ECONOMIA DOMÉSTICA RURAL
 "ELZA BARRETO"
 IGUAÇU - CEARÁ

HISTÓRICO ESCOLAR

Nome da aluna ALBERTINA BEZERRA LIMA
 Filha de Luiz Raimundo Bezerra
 e de D. Silvina Bezerra Lima Estado Ceará
 Natural de Iguaçu
 Data do nascimento 9 de agosto de 1952
 Em 19 67 matriculou-se na Primeira Série do Curso Ginásial
 deste Colégio, apresentando os seguintes documentos exigidos por lei:

- 1 — Certidão de nascimento
- 2 — Atestado de vacinação anti-varicélica
- 3 — Atestado de sanidade física e mental
- 4 — Retratos 3 X 4
- 5 —
- 6 —
- 7 —

OBSERVAÇÕES:

Fonte: Fotografia produzida pela autora a partir do arquivo da escola.

No currículo do curso ginásial de grau médio, as disciplinas eram distribuídas em Cultura Geral, Cultura Técnica e Técnica e Práticas Educativas. As disciplinas de Cultura Geral prometiam uma formação básica nos conhecimentos de Português, Matemática, Ciências Biológicas, História e Geografia do Brasil. A grade curricular demonstrava a necessidade de outras disciplinas para garantir uma formação de preparação para o acesso ao nível superior.

As escolas técnicas poderiam ofertar, entre o primeiro e o segundo ciclo, um curso pré-técnico de um ano para a oferta das cinco disciplinas de curso colegial secundário, haja vista que para o Curso Colegial havia a previsão de um currículo diversificado com no mínimo, quatro, e no máximo, seis disciplinas, visando o preparo para os cursos superiores (Brasil, 1961).

Conforme se observa na Figura 29, a disciplina de Educação Moral e Cívica fazia parte da Cultura Técnica, compondo a parte vocacional do curso. A referida disciplina reforçava as práticas de orientação educacional, que começavam antes mesmo dos estudantes entrarem nas salas. A oferta da disciplina tinha por objetivo formar/moralizar/civilizar os estudantes para um tipo de comportamento esperado pelo governo, um dispositivo que expressa um tipo de controle e manipulação dos corpos e das mentes dos estudantes.

Figura 29 - Foto de um Histórico anual do Curso Ginásial anos 1967-1970

HISTÓRICO ESCOLAR - CURSO GINÁSIAL

ALUNO: ALBERTINA BEZERRA LIMA
Data nascimento: 2 de agosto de 1952
Localidade: Igatu
Estado: Ceará
Filiação: Luiz Raimundo Bezerra
Silvina Bezerra Lima

EXAME DE ADMISSÃO
Realizado em 14 e 15 de dezembro de 1966
Colégio de Economia Doméstica Rural "Elza Barreto"
MATERIAS: Português: 5,0
Matemática: 7,5
Ciências: 7,5
MÉDIA GERAL: 7,2

PRIMEIRA SÉRIE - 1967 Estabelecimento: Colégio de Economia Doméstica Rural "Elza Barreto"
Localidade: Igatu Estado: Ceará

DISCIPLINAS	FREQUÊNCIA		APROVEITAMENTO				MÉDIA FINAL
	Aulas dadas	FALTAS	Notas (0 a 10)	P. Especial	P. Especial	P. Especial	
C. GERAL							
Português	148	3	6,6	6,0	-	-	6,4
Matemática	122	5	6,4	4,5	-	-	5,7
História do Brasil	122	4	9,1	-	-	-	9,1
Geografia do Brasil	122	2	7,8	-	-	-	7,8
Ciências	65	-	6,4	7,0	-	-	6,6
OPRATIVA							
Desenho	68	2	7,3	-	-	-	7,3
Francês	58	1	6,5	6,5	-	-	7,3
PRÁT. EDUCATIVAS							
Atividades Agropecuárias	50	6	7,3	-	-	-	7,3
Preparo de Alimentos	48	2	9,3	-	-	-	9,3
PRÁTICAS EDUCATIVAS							
Ativ. Agropecuárias	50	2	Disciplina	695	17	97,6	
Preparo de Alimentos	48	-	Práticas Educativas	98	2	98	
Educação Física	49	3	Educação Física	49	3	93,9	

SEGUNDA SÉRIE - 1968 Estabelecimento: Colégio de Economia Doméstica Rural "Elza Barreto"
Localidade: Igatu Estado: Ceará

DISCIPLINAS	FREQUÊNCIA		APROVEITAMENTO				MÉDIA FINAL
	Aulas dadas	FALTAS	Notas (0 a 10)	P. Especial	P. Especial	P. Especial	
C. GERAL							
Português	136	1	7,0	-	-	-	7,0
Matemática	126	-	6,1	6,0	-	-	6,4
Geografia do Brasil	108	-	7,3	-	-	-	7,3
História do Brasil	114	-	7,9	-	-	-	7,9
Ciências F. Biológicas	100	1	7,0	-	-	-	7,0
PRÁT. EDUCATIVAS							
Educação Artística	27	1	7,1	-	-	-	7,1
Prática Vocacional	171	2	8,3	-	-	-	8,3
PRÁTICAS EDUCATIVAS							
Educação Artística	27	3	Disciplina	584	2	99,7	
Prática Vocacional	171	-	Práticas Educativas	198	3	98,5	
Educação Física	97	2	Educação Física	97	2	98	

HISTÓRICO ESCOLAR - CURSO GINÁSIAL

Doméstica Rural "Elza Barreto"
Localidade: Igatu Estado: Ceará

DISCIPLINAS	FREQUÊNCIA		APROVEITAMENTO				MÉDIA FINAL
	Aulas dadas	FALTAS	Notas (0 a 10)	P. Especial	P. Especial	P. Especial	
C. GERAL							
Português	119	-	8,3	-	-	-	8,3
Matemática	92	-	6,7	3,5	-	-	5,4
Ciências F. Biológicas	95	2	7,2	-	-	-	7,2
OPRATIVA							
Desenho	89	-	8,3	-	-	-	8,3
C. TÉCNICA							
Matemática	95	2	8,1	-	-	-	6,1
Vestufário	67	-	8,7	-	-	-	8,7
Higiene	63	-	8,0	-	-	-	8,0
PR. EDUC.							
Educação Artística	60	12	9,9	-	-	-	9,9
PRÁTICAS EDUCATIVAS							
Educação Artística	60	6	Disciplina	620	4	99,4	
Educação Física	54	11	Práticas Educativas	60	6	90	
			Educação Física	54	11	97,7	

Doméstica Rural "Elza Barreto"
Localidade: Igatu Estado: Ceará

DISCIPLINAS	FREQUÊNCIA		APROVEITAMENTO				MÉDIA FINAL
	Aulas dadas	FALTAS	Notas (0 a 10)	P. Especial	P. Especial	P. Especial	
C. GERAL							
Português	97	1	7,4	-	-	-	7,4
Matemática	92	4	6,5	6,0	-	-	6,3
Ciências F. Biológicas	88	2	7,7	-	-	-	7,7
Inglês	93	-	8,2	-	-	-	8,2
C. TÉCNICA							
Vestufário	162	6	9,5	-	-	-	9,5
Org. Adm. do Lar	118	6	8,8	-	-	-	8,8
Mat. Prep. Alimentos	166	8	8,7	-	-	-	8,7
PRÁT. EDUC.							
Ed. Moral e Cívica	46	1	8,8	-	-	-	8,8
Ativ. Agropecuárias	62	6	8,8	-	-	-	8,8
PRÁTICAS EDUCATIVAS							
Educação Artística	62	3	Disciplina	816	27	96,7	
Ed. Moral e Cívica	46	1	Práticas Educativas	237	13	94,5	
Ativ. Agropecuárias	62	6	Educação Física	67	3	95,6	

OBSERVAÇÕES:

Igatu - CE. 8 de dezembro de 1970

VISTO: *Elza Maria Barreto Montenegro*
Elza Maria Barreto Montenegro
Rua 15 de Novembro, 100 - Igatu - CE.
Mestre de Ensino

Maria Marlene Teixeira
Maria Marlene Teixeira
Rua 15 de Novembro, 100 - Igatu - CE.
Mestre de Ensino

Fonte: Fotografia produzida pela autora a partir do arquivo da escola (1970)

Era cultura na época que os estudantes se organizarem em filas ao ouvirem o sinal e aguardassem a vez de cada turma se dirigir a sua respectiva sala, como se vê na imagem da Figura 30. Este era o momento dos avisos, dos ensinamentos sobre organização, postura, como se vestir e respeitar os horários estabelecidos, visando assim, consolidar uma cultura de retidão moral, como previstos nos alicerces do modelo de escolarização tradicional (Machado, 2009).

Figura 30 - Fotografia das turmas dos cursos de Economia Doméstica



Fonte: Arquivo da escola (196?)

Nessa perspectiva, o currículo poderia ser uma ferramenta de controle que perpassava todas as atividades desenvolvidas, a exemplo das atividades práticas de cultura técnica e práticas educativas como nutrição, higiene, preparo dos alimentos e

educação física, nas quais as estudantes teriam que estar vestidas de acordo com cada atividade, mas sempre com roupas “bem-comportadas”.

Figura 31 - Fotografia de turmas em aulas práticas



Fonte: Acervo da escola (196?)

Observa-se nas fotos da Figura 31 que as atividades práticas eram realizadas dentro das possibilidades da escola. De um lado, se pregava uma modernização das práticas de ensino com a compra de equipamentos modernos, por outro, não havia a infraestrutura física necessária para o funcionamento desses equipamentos.

As práticas de educação física aconteciam em um campo improvisado e as aulas de arte culinária sem o uso de utensílios domésticos da cozinha americana que a escola havia recebido, pois a escola ainda não tinha acesso à energia elétrica.

Mesmo assim, as representações imagéticas revelam que essas aulas conseguiram ser prazerosas e se transformam em momentos de integração e de lazer. A prática de educação física resultava em campeonatos entre as turmas e reunia a comunidade escolar que vinha prestigiar esses momentos. As práticas de arte culinária resultaram em momentos de degustação para os grupos provarem as receitas elaboradas.

Segundo o documento *Exposição de Motivos*, não havia um laboratório para as aulas práticas de enfermagem, estas eram realizadas na maternidade local e no antigo Serviço de Assistência Médica Domiciliar e de Urgência da Providência Social (SANDU). E em relação ao corpo docente, esse era carente de professores nomeados para as disciplinas básicas e de maiores cargas horárias.

No referido documento, a diretora relata a necessidade de formação para professores de cultura técnica e de funcionários. Mesmo assim, os professores utilizavam todos os momentos para desenvolver as habilidades previstas para um técnico em economia doméstica. As dificuldades enfrentadas e os poucos recursos serviam de motivação para ensinar a aprender fazendo.

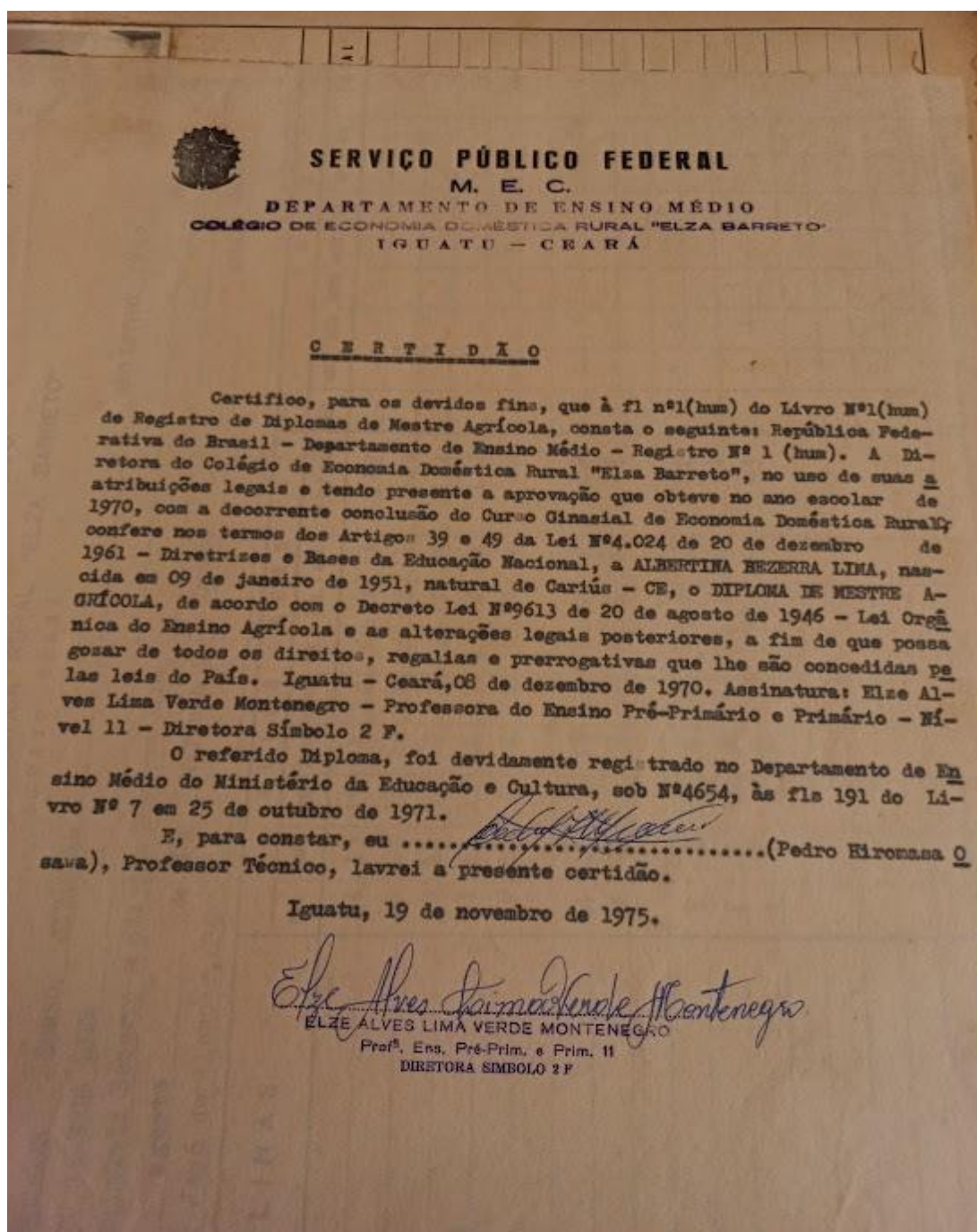
Nas aulas de arte culinária, era ensinado a aproveitar-se tudo que tinha disponível para o preparo de boas receitas; também havia a orientação para a organização do espaço, mesmo uma mesa simples merecia uma boa toalha, além do cuidado com a etiqueta na hora de servir as pessoas.

A noção de economia, criatividade e organização deveria se fazer presente em qualquer atividade desenvolvida. Acredita-se que por parte dos estudantes havia todo empenho na realização de todas as atividades propostas, sejam elas práticas ou teóricas, haja vista que a Lei nº 4.024/1961 preconizava que “nos estabelecimentos oficiais de ensino médio e superior seria recusada a matrícula ao aluno reprovado mais de uma vez em qualquer série ou conjunto de disciplinas”.

Ao concluir o Curso Ginásial de Economia Doméstica Rural, era conferido às formandas o diploma de Mestre Agrícola, ainda dentro do disposto no artigo 42 da Lei Orgânica do Ensino Agrícola. Já a certificação foi feita como estava previsto nos artigos 39 e 49 da LDB de 1961, portanto não se configurava mais como um curso de magistério, pois de acordo com a que preconizava a Lei Orgânica do Ensino Agrícola, na conclusão de um Curso de Magistério de Economia Rural Doméstica, seria concedido o Diploma de Licenciado em Economia Rural Doméstica para atuar no ensino primário.

O documento da certidão revela que a estudante iniciou o curso em 1967 e concluiu em 1970, sob as diretrizes da LDB de 1961. Nota-se que o certificado foi expedido em novembro de 1975, entretanto o diploma foi registrado no departamento de Ensino Médio do Ministério da Educação e Cultura em 25 de outubro de 1971. Percebe-se uma lentidão burocrática até a certificação, em uma época em que o recurso de comunicação utilizado para o registro dos diplomas no Ministério da Educação e Cultura eram feitos pelos Correios.

Figura 32 - Foto da certidão de diplomação



Fonte: Fotografia produzida pela autora com base no arquivo da escola (1975)

Os certificados só teriam validade quando devidamente registrados no Ministério da Educação e Cultura. Quanto a isso, a professora Elze Montenegro relata que pela dificuldade de comunicação dos correios e a falta de uma rede de telefonia no município, no ano de 1966 teve que ir a capital do estado para telefonar dos

Correios de Fortaleza para o Ministério da Agricultura do Rio de Janeiro, a fim de resolver um assunto urgente da escola (Jornal de Fato, 1984, p. 3).

Apesar das dificuldades relatadas, de 1965 a 1973, o Colégio de Economia Doméstica Rural Elza Barreto, mesmo mantendo uma média baixa de concluintes, conseguiu manter os cursos ginásial e colegial em Economia Doméstica em funcionamento.

A partir da Lei nº 5.692/1971, os cursos tiveram que passar por uma reestruturação curricular gradativa para se enquadrar nas novas diretrizes, isso porque estavam dentro das normas previstas para o sistema federal. O Parecer nº 45/1972 especificou que os estudantes que começaram ciclo ginásial em 1970 e o ciclo colegial em 1971 poderiam, a critério da escola, continuar seus estudos até o término do mesmo. Nessa perspectiva, acredita-se que o Colégio de Economia Doméstica Rural Elza Barreto concluiu a sua transição curricular para atender as novas diretrizes apenas em 1973.

Observa-se que mesmo com a equivalência dos cursos de economia doméstica aos cursos técnicos, no geral, o número de reprovados, transferidos e desistentes chegou a ser maior do que conseguiram concluir os cursos (ver Quadro 10). Ao se posicionar sobre as lutas travadas para consolidar o curso de economia doméstica de nível de segundo grau, a professora Elze Montenegro expressa:

Era um curso de uma clientela muito limitada, pois exigia que a aluna já tivesse concluído o curso ginásial e haviam poucos ginásios em Iguatu. Com raras exceções, as alunas poderiam fazer o segundo grau onde terminaram o ginásio e esse segundo grau era geralmente o curso normal (Jornal de Fato, 1984, p. 2).

Conclui-se que a questão das transferências não estava somente no fato de não ter muitos ginásios em Iguatu, mas pelas estudantes optarem pelo curso normal que era considerado um símbolo de status social para as mulheres da época, aliado ao fato de que o curso sempre garantiu aos egressos o acesso ao ensino superior.

Quadro 10 - Número de concluintes reprovados, transferidos e desistentes⁵² dos Curso Técnico Economia Doméstica de 1965 a 1973

Concluintes				Reprovados, transferidos e desistentes			Total geral
Ano	Gênero masculino	Gênero feminino	Total	Gênero masculino	Gênero feminino	Total	
1965	-	10	10		01	01	11
1966	01	04	05	01	10	11	16
1967	01	10	11	03	06	09	20
1968	-	03	03	06	23	29	32
1969	-	-	-	09	12	21	21
1970	08	15	23	03	22	25	48
1971	09	10	19		18	18	37
1972	-	19	19		36	36	55
1973	-	16	16	04	21	25	41
Total	19	87	106	26	149	175	281

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da escola.

Numa pesquisa feita no Portal da Transparência e no Portal da Transparência do Estado do Ceará, contatou-se que das turmas de 1965 a 1973, 10 estudantes conseguiram sua estabilidade como servidores públicos, 1 (uma) como Técnica Administrativa da UFC, 3 (três) como professoras do Estado do Ceará, 1 (um) médico do SUS e 1 (uma) técnica da EMATERCE, 4 (quatro) como professores do IFCE, sendo três mulheres e um homem. Esse resultado pode ser considerado significativo, uma vez que outros estudantes podem ter conseguido sua estabilidade em algum outro emprego, ou até mesmo ter seu próprio empreendimento e ser um empregador.

3.5. Escola Técnica de Economia Doméstica Rural Elza Barreto: a luta pela construção da escola

Após seis anos de funcionamento dos cursos de extensão em economia doméstica, finalmente foi dado o pontapé inicial para a construção do prédio da tão

⁵² Na planilha que a escola disponibiliza, esses dados não estão separados.

sonhada Escola de Economia Doméstica, destinada à formação das mulheres de Iguatu e das localidades circunvizinhas.

O passo inicial foi dado no dia 29 de setembro de 1961, com a publicação no DOU do convênio para a construção de um prédio destinado ao funcionamento dos cursos de extensão por ocasião da assinatura do convênio, o Deputado Adahil Barreto representou o Rotary Clube de Iguatu. A cláusula primeira do convênio destacou:

O Governo da União firma o presente convênio com o Rotary Club de Iguatu, Estado do Ceará, a fim de prosseguir a construção ou conclusão do Parque de Exposições Agropecuários no Município de Iguatu e das novas instalações do Curso de Extensão de Economia Rural-Domésticas, no referido Estado, de conformidade com a legislação vigente e das cláusulas deste convênio (Brasil, 1961).

O convênio, composto de onze cláusulas, definiu que o responsável pelas obras deveria ser um servidor do Ministério da Agricultura, de preferência lotado no município de Iguatu. Quem assumiu a responsabilidade pelo gerenciamento dos recursos foi a professora Elze Montenegro.

Na ocasião, foram disponibilizados 3 milhões de cruzeiros. Destes, 2 milhões de cruzeiros foram destinados à construção ou conclusão do Parque de Exposições Agropecuários no Município de Iguatu e 1 milhão de cruzeiros às novas instalações do Curso de Extensão de Economia Rural-Doméstica.

De acordo com a cláusula 8 do convênio, o Rotary Club de Iguatu poderia fiscalizar a execução do convênio e examinar a aplicação da dotação, ficando a cargo do seu Presidente ou pessoa por ele indicada a fiscalização mencionada (Brasil, 1961). Vale salientar que o Rotary Clube de Iguatu integra uma associação internacional de clubes de serviços, cujo objetivo declarado é unir voluntários a fim de prestar serviços humanitários e promover valores éticos e a paz a nível internacional.

Existem mais de 34 mil clubes Rotary no mundo, com cerca de 1,3 milhões de membros, chamados rotarianos. Fundado em 1953, o Rotary Clube de Iguatu vem, ao longo de seus 70 anos de fundação, realizando diversas atividades culturais e sociais com prestações de serviço à população iguatense⁵³. As primeiras atividades desenvolvidas pela instituição, ainda em 1955, foram o apoio dado para a construção

⁵³ Para saber mais, acesse <https://rotaryclubdeiguatu.wordpress.com>.

do Ginásio de Iguatu para a formação masculina⁵⁴, da Escola Elza Barreto para a formação feminina e do Parque de Exposições Agropecuária, que realiza desde 1963 eventos anuais com a exposição de animais e produtos agrícolas, com uma programação social para atrair compradores e divulgar a cultura local.

Com isso, percebe-se que os produtores agrícolas de Iguatu, aproveitando-se de suas relações políticas, firmaram parcerias com o governo nacional visando o desenvolvimento do município. Para tanto, se organizaram através de clubes e associações⁵⁵ dos quais faziam parte representantes políticos como médicos, engenheiros, advogados, bancários que também assumiram funções de professores das escolas implantadas na época, a exemplo do esposo da professora Elze Montenegro que era médico, rotariano desde a sua fundação e foi responsável pela gestão 1959/1960 do Rotary Clube de Iguatu. Ele chegou a assumir, durante algum tempo, algumas disciplinas na Escola Rural Doméstica que estava sob a direção da professora Elze Montenegro. Ressalta-se que a professora Elze Montenegro, acompanhada pelo seu esposo, circulava livremente nesse universo masculino que dominava a elite iguatense.

Como desdobramento da Lei nº 4.024/1961, a Escola Rural Doméstica passou a oferecer, além dos cursos de extensão, cursos ginásial e colegial de nível médio. Para atender a demanda, a escola teve que se mudar para uma casa maior, onde atualmente funciona a Rádio Antena Sul, que fica em frente à residência da professora Elze Lima Verde, atualmente ocupada pela sua filha Virginia Montenegro.

É importante destacar que Iguatu não tem uma política cultural voltada para a conservação dos prédios antigos, muitos deles já foram demolidos ou reformados, como é o caso do prédio que abrigou a escola por um tempo (ver Figura 33) e atualmente funciona a Rádio Antena Sul FM (Figura 34).

Como se pode perceber na Figura 35, a professora Elze Montenegro manteve preservada a sua residência que foi construída por seu pai em 1908. Lima (2017) afirma que graças ao seu esforço também continua preservada a casa onde seu esposo nasceu no Distrito de Alencar, e a casa construída pelo seu avô materno no sítio no sítio Coati em 1911.

⁵⁴ Instituição criada e mantida pela Sociedade Educadora Iguatuense. Também recebia recursos federais conseguidos pelo deputado Adahil Barreto.

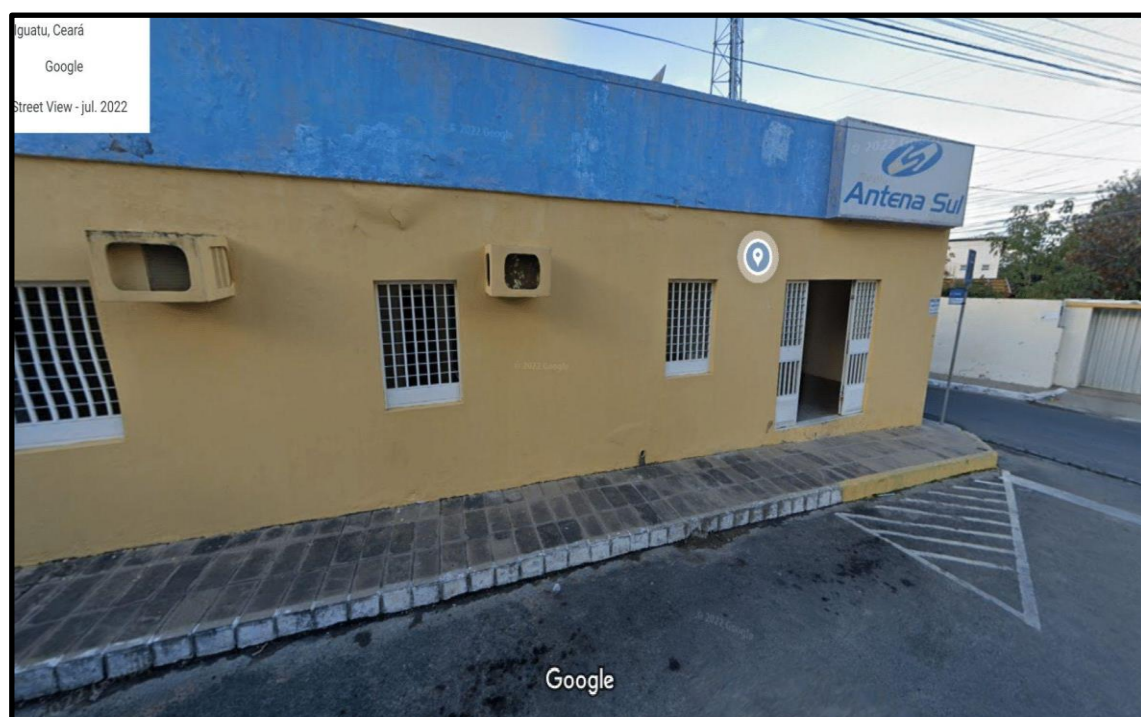
⁵⁵ Círculo Operário de Iguatu; Liga iguatense de Proteção e Amparo à maternidade e à Infância; Sociedade Educadora Iguatuense; União Artística iguatense;

Figura 33 - Fotografia da antiga Escola Rural Doméstica



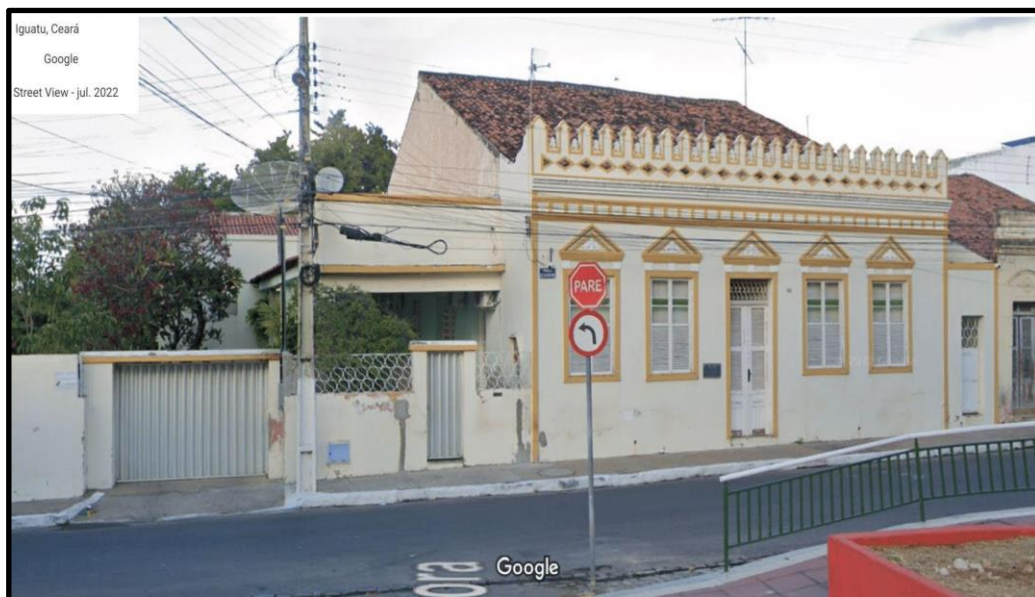
Fonte: Fotografia produzida pela autora com base no arquivo da escola (196?).

Figura 34 - Foto do prédio onde atualmente funciona a Rádio Antena Sul FM



Fonte: Google Maps (2022).

Figura 35 - Residência da Professora Elze Montenegro



Fonte: Google Maps (2022).

Alguns anos depois, a Escola Profissional Batista de Oliveira, que ficava localizada vizinho ao terreno previsto para a construção da Escola Elza Barreto, cedeu um espaço para o funcionamento dos cursos. Na época, o seu esposo alugou uma casa em frente à escola para que seus filhos pudessem passar o maior tempo possível perto da mãe.

No dia 10 de outubro de 1962, o Tribunal de Contas da União publicou no DOU o contrato P. 52.684-61, para início da execução das obras planejadas. Inicia um novo desafio para a professora Elze Montenegro, que sempre contou com o apoio político do seu compadre, o deputado Adahil Barreto.

Até a conclusão do prédio, foram muitas as dificuldades enfrentadas por conta do momento político que o país enfrentava. Jânio Quadros, que havia vencido as eleições de 1960, mas sem compromisso com partidos, não se dispôs a fazer o ajuste da ideologia política da União Democrática Nacional, um partido marcado pelas contradições e cisões. Sem apoio, Jânio decidiu renunciar (Saviani, 2013). Quanto a esse momento, o deputado Adahil Barreto, respondendo a uma das solicitações da professora Elze Montenegro, lhe retorna da seguinte forma:

Rio, 18 de setembro de 1961.

Elze

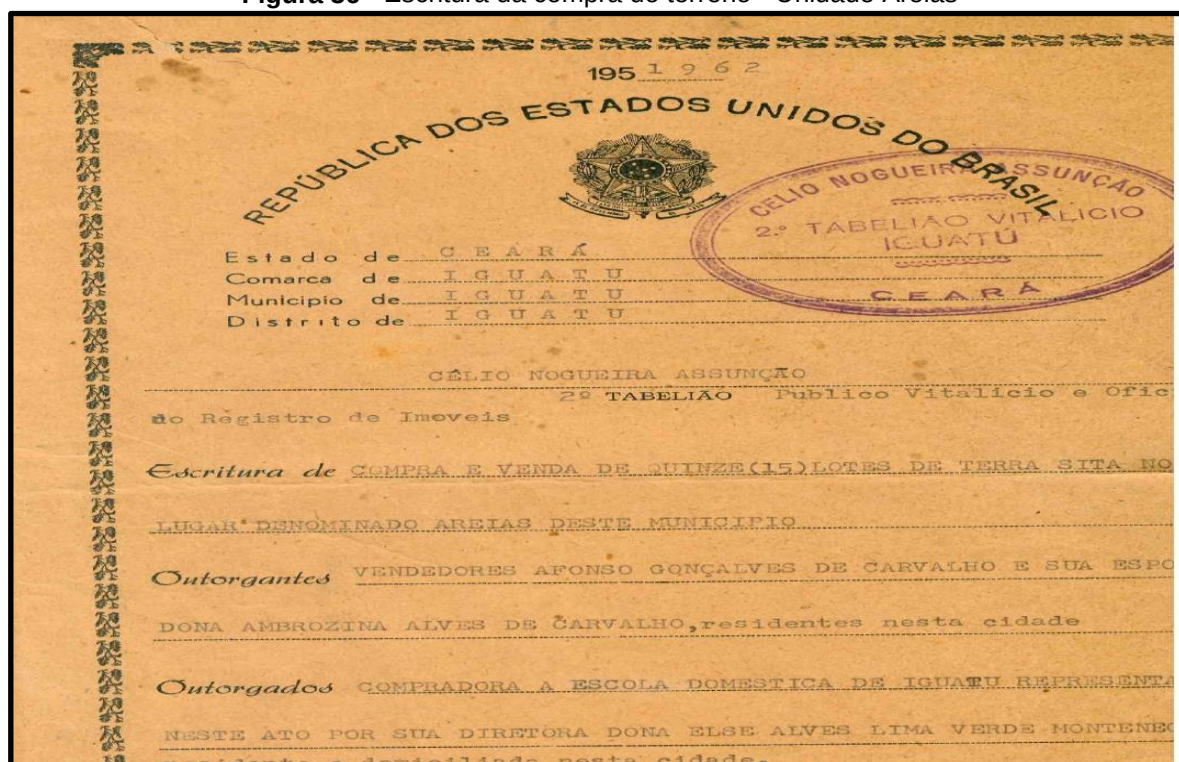
Reclamei à SEAV as providências aludidas na sua carta. Toda a administração federal quando começa a ajeitar-se deu outra marcha ré tremenda com a intempestiva renúncia do Jânio. Tudo parou. Agora é começar tudo de novo, inclusive com novos administradores.

Adahil (APEM)

Mesmo com a mudança dos administradores, o quadro político em relação ao plano socioeconômico continuava o mesmo, as diretrizes instituídas pela LDB de 1961 não sofreu nenhuma mudança. Ao contrário, “foram alteradas as bases organizacionais, tendo em vista ajustar a educação aos reclamos postos pelo modelo econômico do capitalismo de mercado associado dependente, articulado com a doutrina de interdependência” (Saviani, 2013, p. 26).

Apesar da instabilidade política e a derrota do deputado Adahil Barreto na eleição para governador em 1962, tendo como adversário o governador Virgílio Távora que venceu o pleito, os planos para a construção da escola seguiram com a compra de quinze lotes de terra para a construção do prédio do campus I, localizado no Bairro Areias (ver Figura 36). Na ocasião, a professora Elze Montenegro representou a escola.

Figura 36 - Escritura da compra do terreno - Unidade Areias



Fonte: Fotografia produzida pela autora com base no arquivo da escola (196?)

Em 1963, as obras da construção da escola ainda não haviam começado, mas a Escola de Economia Rural Doméstica de Iguatu, que não tinha denominação própria oficial, passou a ter a denominação de Escola Técnica de Economia Doméstica Rural 'Elza Barreto, através do Decreto nº. 52.634, de 08 de outubro de 1963, em homenagem à esposa do deputado Adahil Barreto. Nas cartas do dia 04 de outubro e 08 de dezembro de 1963, percebe-se a luta conjunta da professora Elze Montenegro e do deputado Adahil Barreto para dar continuidade à construção da escola.

Brasília, 04 de outubro de 1963

Elze,

Peço que me mande com maior urgência possível um requerimento de acordo com o modelo anexo e junte a ele o seguinte:

1. Planta do prédio da escola;
2. Fotografias do estado atual das obras;
3. Orçamento assinado por um engenheiro com o dinheiro necessário para o término da construção.

Veja se manda um orçamento modesto para não assustar o Ministro.

Recomende-me aos nossos.

Um abraço,

Adahil (APEM)

Brasília, 08 de dezembro de 1963,

Amiga Elze,

O Ministro da Agricultura me assegurou que concederia pelo Fundo Agropecuário, vinte milhões para a construção do prédio da escola.

[...] Como vê, é um dinheiro bom, mas só para o próximo ano. Já vou dar entrada no Fundo do processo, com seu despacho favorável, mas daqui pra lá, o que acontecerá? Fala-se em reforma ministerial. Estou torcendo que ela não atinja o Ministro da Agricultura que é meu amigo. De qualquer forma, é uma boa promessa. Vamos confiar em que ela se concretize.

Adahil (APEM)

As cartas acima foram escritas em papel timbrado da Câmara dos Deputados. A primeira carta representa uma forma de organização para reivindicar recursos para a continuidade da obra em construção. Percebe-se um cuidado por parte do deputado Adahil Barreto em orientar a professora Elze para enviar um orçamento não muito grande, para não assustar o Ministro.

Na segunda carta, Adahil Barreto demonstra receio e esperança na promessa do ministro José Émílio de Moraes, último do governo João Goulart. Nessa conjuntura,

o referido deputado teve sua candidatura cassada por ser considerado de uma corrente mais progressista.

Mesmo com a cassação de Adahil Barreto, foi localizada na pesquisa uma publicação no DOU do dia 16 de novembro de 1964, com o registro de um Termo de Contrato celebrado entre a Divisão de Obras do Departamento de Administração do Ministério da Agricultura e a Firma Flávio Espírito Santo para a construção do Pavilhão de Economia Doméstica; um refeitório; uma lavanderia, uma caixa d'água elevada e uma subterrânea no valor Cr\$ de 84.800,000,00 (oitenta e quatro milhões e oitocentos mil de cruzeiros). O recurso liberado foi até maior do que o previsto inicialmente pelo deputado. Destaca-se que com o golpe militar, assumiu a presidência o cearense Humberto de Alencar Castelo Branco, primeiro presidente da Ditadura Militar (1964 - 1967).

No dia 20 de janeiro de 1965, deu-se início a construção do prédio da escola com muitas dificuldades, pois o terreno adquirido ficava no bairro denominado Areias, próximo ao Parque de Exposição Agropecuária, distante dois quilômetros do centro da cidade, mas sem acesso à energia elétrica. O ponto mais próximo de energia elétrica ficava em torno de 400 metros da escola.

Além disso, com a instabilidade política proveniente do golpe militar e a cassação do deputado Adahil Barreto, as obras ficaram paradas por algum tempo. Constatou-se que somente em 15 de março de 1978 foi publicado no DOU um extrato de um contrato no valor de Cr\$ 899.711,00 (oitocentos e oitenta e nove mil, setecentos e onze mil cruzeiros), para que no prazo de 90 dias fossem concluídas as obras do Pavilhão de Aulas, das caixas de água; dos pavilhões dos refeitórios e cozinha; e a construção de alpendres interligando os pavilhões. Abaixo fotos relacionadas à construção da escola (Figuras 37 e 38).

A esquerda da Figura 38 percebe-se a localização do terreno antes do início da construção do prédio que iria abrigar a escola, a via de acesso sem residências próximas, e os postes ainda sem a fiação elétrica. A direita da Figura 38, os postes já se encontram com a fiação elétrica, mas ainda sem acesso à energia. Na representação imagética nota-se que a pavimentação da rua na época das chuvas ficava cheia de poças de água, o que dificultava o acesso das pessoas por essa via. Nas palavras de Montenegro:

Em compensação a essas e outras dificuldades, conseguimos construir os prédios do bairro Areias, com exceção do prédio da frente, este tem uma história longa que, se relatada em um livro, inclusive com fatos indesejáveis que como me fez levar gente para a cadeia por roubo, e em represália a minha atitude de não aceitar falcatuas, denunciaram-me a Ministério da Educação, informando que eu estava construindo um prédio fantasma, já que a escola não recebera verba suficiente para a construção. Mas, quando se escreve certo, mesmo em linhas tortas, Deus nos protege. Na ocasião da denúncia, quem se encontrava no gabinete do Ministro era o nosso digno e saudoso conterrâneo e meu hóspede quando vinha a Iguatu, o então Deputado Federal Dr. Edilson de Melo Távora que depois comentou comigo dizendo a resposta do Ministro Ney Braga, que me confortou. A resposta do Ministro foi apenas essa: “Santo fantasma. Há quem recebe verba para construção e não constrói, essa diretora sem receber está construindo. Foi no prédio fantasma que pela falta de engenheiros na região assumi de certa forma inconsequente a responsabilidade de início e andamento da obra, recebendo orientação por correspondência do arquiteto e professor da Universidade Federal do Ceará Dr. Liberal de Castro (Montenegro, 2005).

Figura 37 - Fotos da construção da escola



Fonte: Acervo da escola (196?).

Figura 38 - Vias de construção da escola



Fonte: Acervo da escola (196?).

No relato da professora Elze Montenegro ficou claro que foram muitos desafios enfrentados. Além dos recursos escassos e das dificuldades de infraestrutura, havia

também a falta de profissionais capacitados na área de engenharia para gerenciar e acompanhar as etapas de construção das obras da escola. Foi preciso esforço e muita coragem da gestora da instituição em assumir várias responsabilidades que não faziam parte da sua função. Certamente, fazer chegar eletrificação à escola para o desenvolvimento das atividades práticas, cujos equipamentos necessitavam de energia elétrica para sua execução, foi um grande desafio. Nessa época, ser diretora, professora ou funcionária de uma instituição era assumir uma missão. Segundo relato da professora Elze Montenegro:

Num determinado ano, do qual não me lembro, nós professores e funcionários, tivemos que renunciar a dois ou três meses de ordenado para mantermos a escola em funcionamento, visto que em pleno mês de junho ainda não tínhamos recebido qualquer dinheiro para a manutenção do curso, nem pagamento de pessoal. Em resposta a um ofício que remetemos relatando as dificuldades e informando que podíamos continuar com as aulas devido à falta de verbas, obtivemos como resposta “fechem a escola” (Montenegro, 2005).

Nota-se que o papel desempenhado pelos profissionais da escola ia além das questões pedagógicas; eles absorviam várias atividades que não faziam parte da sua função. Ademais, havia lentidão no envio dos recursos financeiros para a manutenção da escola, inclusive para pagamento dos servidores. Os recursos chegavam na Delegacia Fiscal, localizada em Fortaleza, e só depois eram liberados para o recebimento.

Além dessas dificuldades, existiam outras lutas a serem travadas, como a de provar à sociedade a validade dos cursos ofertados pela instituição que nem prédio próprio tinha ainda:

Uma série de incompreensões gerou um grande déficit de alunos para a escola, em parte devido ao medo e a ignorância de alguns pais, uma vez que naquela época, escolas diretamente subordinadas ao plano federal eram inéditas em nossa região. Esses pais temiam a veracidade de nossas informações, por que não dizer, alguns realmente não acreditavam. Isso me levou a fazer uma peregrinação nas cidades da região, lutando contra o tempo, a fim de arregimentar alunos (Montenegro, 2005).

A instituição precisou também adquirir credibilidade na oferta de seus cursos, ainda mais por ser a Economia Doméstica um curso destinado a um público específico

e ainda ter que competir com uma escola normal que já existia no município desde a década de 1930.

Somado a isso, nessa época o número de funcionários era bem pequeno e as decisões estavam centradas na gestão da instituição, que não contava com coordenações de apoio. De acordo com Ferreira (2012, pp. 205-206) “Durante anos inexistiram outras estruturas de coordenação para apoiar ou auxiliar a direção. Foi só a partir da gestão da Coordenação Nacional do Ensino Agrícola-COAGRI que outras estruturas funcionais foram surgindo”.

4. ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL ELZA BARRETO: PROCESSO EVOLUTIVO E A CRIAÇÃO DE NOVOS CURSOS

Perscrutar o sentido histórico de uma instituição é enveredar pelas tramas políticas que perpassam a sua construção. Ao longo deste texto, foram descortinados vários desses cenários. Neste capítulo serão destacados os fatos que contribuíram para que a instituição se transformasse na Escola Agrotécnica Federal. Muitos foram os embates políticos, inclusive perpassando um período muito tenso da história do Brasil, que foi o Regime Militar. Foi justamente nesse contexto que a escola começou o seu processo evolutivo e a criação de novos cursos.

A Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, fixou as Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus e implantou a profissionalização compulsória no ensino médio, com a oferta de habilitações profissionais e habilitações básicas específicas. Diante do novo cenário, a escola passa por outra transformação com a publicação do Decreto n.º 83.935, de 04 de dezembro de 1979. Com isso, a Escola Técnica de Economia Doméstica Rural Elza Barreto recebe a denominação de Escola Agrotécnica Federal Elza Barreto.

Neste capítulo também será evidenciado como se deu o encontro da Escola Agrotécnica Federal “Elza Barreto” com o Colégio Agrícola Gonçalves de Carvalho, quando a professora Elze Montenegro foi nomeada como diretora do referido colégio, acumulando a gestão das duas instituições. Com a fusão das escolas, a instituição passou a contar com duas unidades escolares e ofertar novas habilitações técnicas.

4.1. O encontro com o Colégio Agrícola Gonçalves de Carvalho

Como já exposto anteriormente, ainda na década de 1950 o município de Iguatu foi contemplado com a implantação de três escolas de ensino profissional: 1) Escola Profissional Batista de Oliveira para a oferta do ensino industrial; 2) Escola de Economia Doméstica Rural de Iguatu dedicada à educação feminina; 3) Colégio Agrícola Gonçalves de Carvalho, em regime de externato dedicada à educação masculina. Precisamente no dia 25 do mês de novembro de 1957, na Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura foi celebrado um Termo de Acordo entre o Governo da União e o do Estado do Ceará para instalação do Colégio Agrícola

Gonçalves de Carvalho⁵⁶, em regime de externato para os filhos dos trabalhadores rurais da Região Centro Sul do Estado do Ceará, ocasião em que se reuniram o Ministro, Senhor Doutor Mário Meneghetti, por parte do Governo da União e o Sr. Governador Dr. Paulo Sarasate Ferreira Lopes, representando o Estado do Ceará, para a assinarem um Termo de Acordo fixando o orçamento para a realização das obras e as responsabilidades de cada governo.

O Governo do Estado do Ceará seria o responsável por fazer a doação de uma área mínima de 200 hectares de terras férteis, com boas aguadas, em zona salubre, próxima da sede do município, servidas por fáceis vias de comunicação, de preferência a via férrea, a critério do Ministério da Agricultura. O Ministério da Agricultura, por intermédio da SEAV, ficaria responsável pela instalação, obrigando-se a: a) zelar pelos bens durante a vigência do presente acordo; b) promover as instalações que se tornarem necessárias para a maior eficiência do ensino; c) manter a escola, em perfeito funcionamento, e d) a organizar os vários cursos previstos na lei do ensino agrícola.

Os recursos para a construção estavam previstos na Lei nº 2.296, de 10 de dezembro de 1956, que estimou a receita e fixou as despesas da União para o exercício de 1957, devidamente deduzida na escrituração da SEAV, para distribuição à Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional, do Estado do Ceará. De acordo com os termos do convênio, a contribuição anual da União seria de Cr\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil cruzeiros) e o do Estado do Ceará Cr\$ 600.000,00 (com seiscentos mil cruzeiros), ambas depositadas na Agência do Banco do Brasil de Iguatu, Ceará.

Os valores dos recursos deveriam ser aumentados a cada ano com a concordância das partes do acordo e ficariam sob a responsabilidade do diretor da escola, que seria designado pelo Ministério de Estado dos Negócios para movimentar os recursos e emitir relatórios anuais sobre as atividades referentes à obra.

O diretor designado foi o fitotecnista Waldemir de Albuquerque de Souza, através da Portaria 1.280 de 1957, publicada no DOU em 2 de janeiro de 1958, sendo este autorizado a assinar a escritura referente à doação pelo Governo do Estado do Ceará de terras do município de Iguatu, destinadas à instalação do Colégio Agrícola Gonçalves de Carvalho (Brasil, 1957, 1958). Cabia ainda a este, a responsabilidade

⁵⁶ Publicado na Seção I do DOU, no dia 26 de setembro de 1957.

por apresentar um relatório anual sobre os trabalhos executados até o dia 31 de março de cada ano.

Nas pesquisas realizadas no JusBrasil, procurou-se encontrar alguma informação sobre o funcionamento da escola e que pudessem fornecer pistas sobre os cursos ofertados. Entretanto, foram localizadas apenas algumas portarias com nomeação de diretores designados para acompanhar a execução da obra. Esses diretores faziam parte da Inspetoria Regional de Fomento Agrícola do Ceará, atuavam como inspetores regionais e estavam sempre sendo nomeados para exercerem a função de diretores de algumas escolas do Ceará, cuja função seria movimentar os recursos destinados às obras de construção da instituição. Abaixo a relação dos diretores nomeados para o Colégio Agrícola Gonçalves de Carvalho que foram identificados (Quadro 11).

Quadro 11 - Relação dos diretores nomeados para o Colégio Agrícola Gonçalves de Carvalho (1957-1972)

Diretor	Ato oficial
Waldemir de Albuquerque de Souza	1. Portaria 1.280 de 1957 - publicada no DOU - Seção I, em 2 de janeiro de 1958 2. Portaria nº. 121 de 30 de junho de 1969, publicada no DOU Seção I, em 17 de julho de 1970.
Zilton. Cosme Figueirôa de Sena	1. Portaria nº. 1.190 de 17 de dezembro de 1959, publicada no DOU Seção I, em 18 de dezembro de 1959. 2. Portaria nº. 90 de 22 de janeiro de 1960, publicada no DOU Seção I, em 27 de janeiro de 1960 3. Portaria nº. 65 de 28 de abril de 1969, publicada no DOU Seção I, em 08 de maio de 1969. 3. Portaria nº 257 de 27 de setembro de 1971, publicada no DOU Seção I, em 07 de outubro de 1971.
Elze Alves Lima Verde Montenegro	Portaria nº. 189 de 09 de novembro de 1971, publicada no DOU em 14 de janeiro de 1972.

Fonte: Elaborado pela autora, com base no DOU (1959-1972).

Na pesquisa de campo realizada em novembro de 2022 no IFCE, Campus Iguatu, não foi encontrado nenhum documento que comprovasse o funcionamento do Colégio Agrícola Gonçalves de Carvalho. A direção do IFCE informou que não tinha conhecimento e nem registro do funcionamento da escola no município. Em uma publicação no DOU no dia 30 de novembro de 2000, foi possível localizar um indício sobre o funcionamento da escola: a publicação tratava sobre o exame da aposentadoria do Sr. Valdir Ramos Menezes, no cargo de Artífice de Mecânica, do

Ministério de Agricultura, para a contagem de tempo de serviço referente aos anos de 1961 a 1963. Com parecer negado pela ausência de prova material, em resposta, a Escola Agrotécnica Federal de Iguatu-CE Elza Barreto informou não ser este um remanescente do Colégio Agrícola Gonçalves de Carvalho. Ou seja, que apenas havia recebido do Governo do Estado do Ceará a doação do imóvel daquele Colégio para a implantação do Curso Técnico em Agropecuária. Esclareceu ainda que não possuía nenhuma documentação de ordem administrativa e contábil do citado colégio agrícola.

Seguindo a ordem das informações encontradas e analisadas, pode-se inferir que a construção da unidade onde deveria funcionar o Colégio Agrícola Gonçalves de Carvalho prosseguiu a passos lentos. Nos anos de 1960 e 1961, foram assinados aditivos ao Termo de Acordo celebrado em 25 de novembro de 1957 e registrados no Tribunal de Contas do Estado do Ceará, aumentando a contribuição anual da União para Cr\$ 3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros) e o do Estado com Cr\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil cruzeiros).

Em 1963, outro convênio foi publicado com o objetivo de dar continuidade à instalação e à manutenção da escola. A cláusula sexta sinalizava o aumento dos recursos da seguinte forma: a União contribuiria com a Importância de seis milhões de cruzeiros (Cr \$6.000.000,00) e o Governo do Estado com dois milhões e quinhentos mil cruzeiros (Cr \$2.500.000,00). A cota da União seria de seis milhões de cruzeiros (Cr \$6.000.000,00) por conta do Orçamento da República - Lei nº. 3.994, de 9 de dezembro de 1961.

Nota-se que de 1957, quando o termo para a construção do Colégio Agrícola Gonçalves de Carvalho foi publicado, até o final da década de 1970, os diretores foram nomeados para gerenciar os recursos destinados à construção da instituição escolar. A publicação que tratou sobre o exame da aposentadoria do Sr. Valdir Ramos Menezes apresenta indícios de que até a professora Elze Montenegro ser nomeada para responder também pelo Colégio Agrícola Gonçalves de Carvalho, não havia nenhum curso em funcionamento e os diretores anteriores apenas movimentaram os recursos destinados às obras de construção da instituição.

Acredita-se que o encontro do Colégio Agrícola Gonçalves de Carvalho com a Escola de Economia Elza Barreto ocorreu em 1972, quando a professora Elze Montenegro passou a responder pelas duas instituições, assumindo a

responsabilidade pela construção da escola que ainda estava em andamento. Na Figura 39, apresenta-se a portaria de nomeação da professora.

Figura 39 - Portaria de nomeação da professora Elze Montenegro - Colégio Agrícola Gonçalves de Carvalho

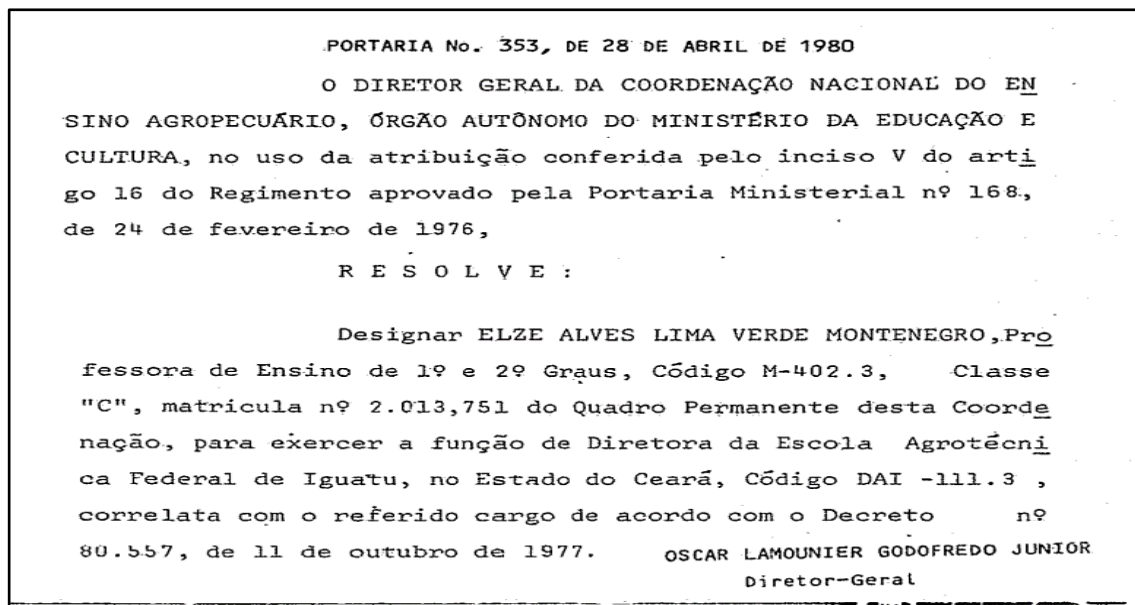


Fonte: Fotografia produzida pela autora do DOU (14 de janeiro de 1972)

Nas portarias localizadas, constata-se que a denominação da instituição variou de escola para colégio. Em algumas portarias, a denominação aparece como Colégio Agrícola Gonçalves de Carvalho; em outras, Escola Agrotécnica Gonçalves de Carvalho, acompanhando as reformas educacionais.

Nomeada como diretora do Colégio Agrícola Gonçalves de Carvalho, a professora passou a ser a responsável pelo gerenciamento dos recursos da obra. Após a publicação do Decreto 83.935, de 04 de setembro de 1979, que transformou o Colégio de Economia Doméstica Rural “Elza Barreto” - CE na Escola Agrotécnica Federal de Iguatu, CE – “Elza Barreto”, em abril de 1980, a professora Elze Montenegro assume a Escola Agrotécnica nos termos da portaria descritos na figura acima.

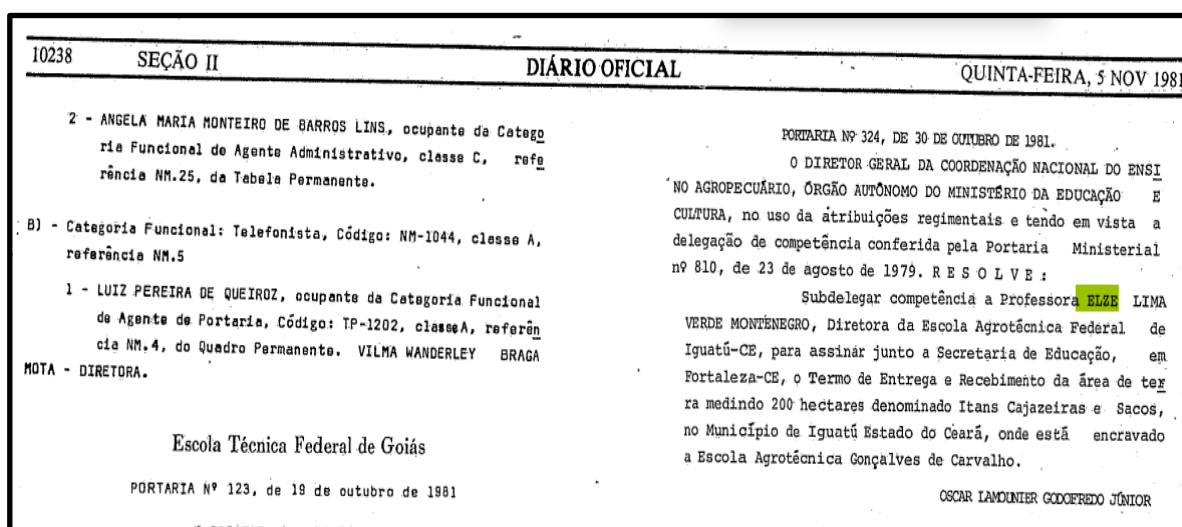
Figura 40 - Foto da portaria de nomeação da Professora Elze Montenegro - Escola Agrotécnica Federal



Fonte: Fotografia produzida pela autora com base no DECE (29 de abril de 1980)

Nesse período, outra luta foi travada: a professora Elze Montenegro, que já havia conseguido que a Escola de Economia Doméstica Rural Elza Barreto não fosse transferida para o estado, buscou apoio em sua rede de sociabilidade para que o estado oficializasse a doação do terreno onde deveria funcionar o Colégio Agrícola Gonçalves de Carvalho, para a atual Escola Agrotécnica Federal Elza Barreto. No ano seguinte, o Ministério da Educação publicou uma portaria autorizando a professora Elze Montenegro a assinar o termo de entrega e recebimento do imóvel, que passaria do Estado à União.

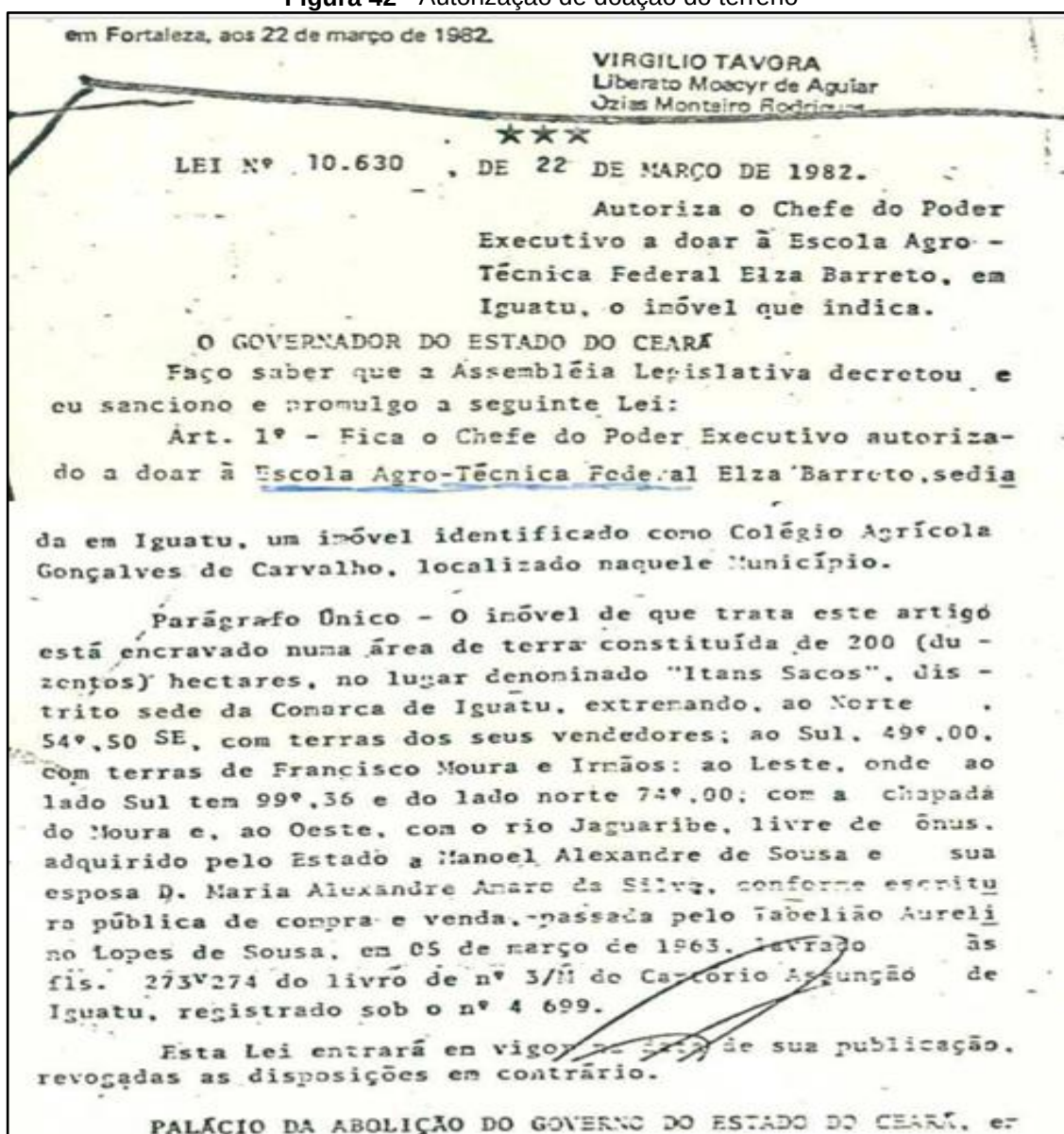
Figura 41 - Foto de Delegação de Competência



Fonte: Fotografia produzida pela autora com base no DOU (05 de novembro de 1981)

Em seguida, foi a vez do Estado publicar a Lei nº 10.630, de 22 de março de 1982, autorizando o chefe do poder executivo a fazer a doação do imóvel à Escola Agrotécnica Federal Elza Barreto. Destaca-se que a autorização foi feita no último mês de governo de Virgílio Távora, personagem política que governou o Ceará pela segunda vez, de março de 1979 a março de 1982, comprovando a sua parceria com o deputado Adahil Barreto, mesmo que tenha disputado com ele o governo do estado nas eleições de 1962.

Figura 42 - Autorização de doação do terreno



Fonte: Fotografia produzida pela autora DECE (22 de março de 1982)

No dia 30 de junho de 1982, lavra-se no Cartório Assunção, município de Iguatu, a Escritura Pública de Doação do terreno de área rural, registrada em 05 de janeiro de 1983. De acordo com a escritura, compareceram ao cartório o Senhor Adalberto Holanda Feitosa, coletor estadual do município de Iguatu, representando o Governador Virgílio Távora; a professora Elze Montenegro de posse de sua portaria, representando União; como testemunhas Djalma Tomaz e Gilvan Ferreira Lima.

Figura 43 - Foto da Escritura de Doação do Terreno

19 83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Cartório Assunção

ESTADO DO CEARÁ

COMARCA DE IGUATU

CARTÓRIO DO 2.º OFÍCIO

Célio Nogueira Assunção

TABELLIÃO

Escritura de DOAÇÃO

Outorgantes - DOADOR- O ESTADO DO CEARÁ

Outorgados - DONATÁRIO- A ESCOLA AGRO-TECNICA FEDERAL,

Data - Escritura passada em 30 de Junho de 1.982 e Registrada em /

Valor Cr\$ (NÃO TEM VALOR DECLARADO)

Fonte: Acervo da escola (1983)

De acordo com o memorial descritivo datado de 1985 e assinado pelo engenheiro civil Marcelo Lima Macedo, CREA 14.355, a Escola Agrotécnica Federal passou a contar com duas áreas distintas. O Campus I, situado no perímetro urbano

denominado Areias, com 6.600 m², perfazendo um total de 1.937 m² de área construída, onde funcionava o Curso Técnico de Economia Doméstica.

Na outra área denominada Campus II, com 200 hectares, localizada na comunidade “Itans Cajazeiras e Secos”, no município, comarca de Iguatu. A área do terreno se estende de um lado a outro da rodovia CE-021. Na época já possuía linha de transmissão de energia elétrica e apresentava em confrontação com o Rio Jaguaribe uma estrada de barro que dava acesso à residência de moradores ao longo da propriedade. O Campus II passou a funcionar como sede administrativa e abrigou o Curso Técnico em Agropecuária, dentro do sistema Escola-Fazenda.

Com isso, apoiados nos documentos disponíveis, procurou-se a aproximação da materialidade dos fatos que indicaram o encontro e a fusão das duas instituições. Mais uma vez constata-se como uma trajetória individual pode estar ligada ao projeto nacional (Rocha, 2022). Pode-se afirmar, também, que a professora Elze Montenegro representou muito bem os interesses da sociedade civil organizada de Iguatu, que alinhada aos interesses nacionais, se uniu em uma rede de sociabilidade e aproveitou todas as oportunidades oferecidas em cada momento político para a transformação econômica e social de sua região.

4.2. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira de 1971 e as transformações para o ensino profissional

Para evidenciar a reforma educacional nesse período histórico e seus reflexos na Escola Agrotécnica Federal de Iguatu - Elza Barreto, buscou-se base em um trabalho apresentado pelo INEP à XVIII, na Reunião Conjunta do Conselho Federal de Educação com os Conselhos Estaduais de Educação, em 1982 em Brasília. No documento intitulado “A profissionalização do ensino na Lei nº 5.692/1971”, elaborado por Carlos Roberto Jamil Cury, Maria Ignez Saad Bedran Tambini, Maria Umbelina Caiafa Salgado e Sandra Azzi⁵⁷, os autores fazem uma análise substancial sobre as características, os problemas e possíveis caminhos para a profissionalização do ensino de segundo grau no Brasil, baseado em estudos já realizados sobre a avaliação do processo e dos efeitos da profissionalização do ensino. Esse documento

⁵⁷ Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002257.pdf>. Acesso em 14 de fev. de 2023.

foi fundamental para esse estudo específico, porque ele forneceu indícios para o conhecimento de outros documentos que corroboraram com a elaboração deste Capítulo.

Pensar a relação entre formas de organização do trabalho e educação é considerar que existiram e existem várias formas de relação do homem com o outro homem e com a natureza:

A essas formas estão subjacentes diferentes modos de organização do trabalho, desde o sistema artesanal, em um extremo, até o regido pela automação, no outro. Em cada um desses sistemas, a educação revestiu-se de características peculiares, embora não se possa dizer que ela apenas reflete a estrutura do sistema econômico, uma vez que, como instituição, possui seu próprio campo de atuação, além de interagir com outras instituições sociais e políticas (Cury *et al.*, 1982, p. 12).

Sabe-se que as estruturas do sistema econômico evoluíram e passaram a exigir cada vez mais que o profissional dominasse a leitura e o cálculo aritmético para melhor desenvolver suas atividades de maneira eficiente. Com a implantação do sistema capitalista, a educação passou a ser essencial para a organização do trabalho e um canal para a ascensão social.

De acordo com Cury *et al.* (1982), observou-se três funções do ensino de segundo grau no Brasil associado à sociedade brasileira: a formativa, a propedêutica e a profissionalizante. Uma característica comum marca todas elas: a importância dada à atividade intelectual, o menosprezo pela atividade manual e o significado do diploma de curso superior. No Quadro 12 apresenta-se uma síntese dessas três fases.

Essa retrospectiva foi importante para a compreensão das combinações e dicotomias que perpassaram as funções do ensino de segundo grau ao longo do tempo. A Lei nº 5692/1971 foi aprovada em pleno regime militar e fixou as Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º grau com o objetivo geral de “proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de autorrealização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania” (Brasil, 1971).

A lei preconizou em âmbito nacional, que os currículos deveriam oferecer um núcleo comum complementado por uma parte diversificada para atender às

necessidades e possibilidades concretas, às peculiaridades locais, aos planos dos estabelecimentos e às diferenças individuais dos alunos. (Brasil, 1971).

Quadro 12 - Funções do ensino de segundo grau no Brasil associado à sociedade brasileira

Educação e trabalho no modelo agrário exportador Período colonial - primeira república	- Função propedêutica, caráter discriminatório. - No período colonial, o processo de aculturação na educação dada aos negros e aos índios. - No período imperial, ensino primário vocacional de ofício para os homens e prendas para as mulheres. Escolas normais de nível secundário com matrícula predominantemente feminina, que adquiriram prestígio equivalente ao acadêmico. - No período republicano, o ensino de 2º grau, de caráter acadêmico, desempenhava função explicitamente propedêutica. O ensino profissional, de nível elementar, voltava-se declaradamente para os pobres, desamparados e órfãos.
Educação e trabalho no modelo urbano industrial período 1930-1961	- Funções dicotômicas - Reforma Francisco Campos (1931) - Constituição de 1937 - Leis Orgânicas do Ensino Industrial, Comercial, Agrícola, Secundário e Normal Agrícola. - Leis de Equivalência. - Lei 4.024/61
Educação e trabalho no modelo urbano industrial período 1961-1981	- Função profissionalizante - Reforma Universitária em 1968 - Reforma do Ensino de 1º e 2º Grau em 1971. - Parecer 45/72 fixa as Habilitações profissionais técnicas. - Parecer 76/75 fixa as Habilitações Básicas

Fonte: Elaborado pela pesquisadora, adaptado de INEP (1982).

Nessa perspectiva, pressupõe-se uma relação estreita e racional entre escola e mercado de trabalho, com o objetivo claro de suprir a carência de técnicos de nível médio para atender os interesses das empresas locais. A escola estaria, portanto, a serviço do mercado de trabalho e não para o exercício consciente da cidadania dos estudantes, uma vez que as opções de escolhas de um curso estariam condicionadas aos interesses locais e às condições das escolas, consequentemente diminuindo as oportunidades de ascensão profissional (Cury *et al.*, 1982).

O primeiro passo dado para orientar as escolas sobre a implantação dos currículos foi a aprovação do Parecer 853/71, que fixou o núcleo comum para os currículos do ensino de 1º e 2º grau pelo Conselho Federal de Educação. Em seguida, o Conselho Federal de Educação regulamentou as Habilitações Profissionais através do Parecer 45/72 e as Habilitações Básicas com o Parecer 75/76. Cada parecer

apresentou suas características próprias, definiu a carga horária mínima e as respectivas disciplinas para a formação geral e a profissional para cada habilitação. O Quadro 13 resume as principais características de cada parecer.

Quadro 13 - Características das Habilitações nos Documentos Orientadores da Educação Profissional

Parecer 853/71	Fixou o núcleo comum para os currículos do ensino de 1º e 2º grau. Anexa ao parecer estava a Resolução nº 02 de 27 de janeiro de 1971, que detalhou e definiu os objetivos e a amplitude do núcleo comum.
Parecer 45/72, aprovado em 12 de janeiro de 1972	- Criou as habilitações profissionais para o ensino regular, com o objetivo de fixar o currículo mínimo a ser exigido em cada habilitação profissional. Anexa ao parecer estava a Resolução nº 02 de 27 de janeiro de 1972 que apresentou um catálogo com as habilitações profissionais ou o conjunto de habilitações afins com seus respectivos. - Habilitações profissionais para técnicos com ocupações definidas: habilitação profissional parcial⁵⁸ ou plena⁵⁹ de técnico. - A lista geral levantada pelos técnicos constava de 130 habilitações profissionais para o ensino de segundo grau. - Criou a Suplência Profissionalizante com o objetivo de promover a habilitação de técnicos através de exames supletivos e a certificação na área profissionalizante. - Certificação: Técnico - O parecer traz um tópico especial para a implantação dos cursos técnicos de magistério.
Parecer 76/75, aprovado em 23 de janeiro de 1975	- Reinterpretação da política de profissionalização preconizada pelo Parecer 45/72. - Criou 10 Habilitações Básicas - setor primário: Agropecuária; no setor secundário: Construção Civil, Eletricidade, Eletrônica, Mecânica, Química; no setor terciário: Administração, Comércio, Crédito e Finanças, Saúde. - Habilita para uma das famílias ocupacionais, preparando para o ingresso no trabalho, em ocupações que só se definem no próprio emprego. Após o treinamento necessário numa perspectiva mais geral e abrangente prepara o técnico para o exercício de diversas ocupações, em determinado ramo ou área de atividade. - Certificação: Habilitação Básica

Fonte: Elaborado pela pesquisadora, adaptado de INEP (1982).

A síntese das características do conjunto normativo retrata a nova configuração da educação profissional proposta para o país, com duas modalidades de habilitações com funções assim definidas:

⁵⁸ Habilitação que prepara o aluno em nível de auxiliar técnico e que exige pelo menos 300 h de conteúdo profissionalizante.

⁵⁹ Habilitação que prepara o aluno em nível de técnico e que exige pelo menos 1.200 h de conteúdo profissionalizante para os técnicos do setor primário e secundário e 900 h para os técnicos do setor terciário.

As duas grandes funções do ensino de 2º grau — terminalidade e continuidade — estão presentes nas duas modalidades. A continuidade possibilita ao educando o prosseguimento de estudos em grau superior; a terminalidade assume, nas duas modalidades, formas diferentes, mas, em ambas, pretende-se preparar uma infraestrutura de recursos humanos, em nível médio, para o desenvolvimento do País. Na primeira modalidade (Parecer 45/72), o aluno conclui o 2º grau capacitado ao exercício de uma profissão, pronto a ingressar na força de trabalho. Na segunda modalidade (Parecer 76/75), o aluno conclui o 2º grau com conhecimentos tecnológicos e técnicas que facilitam o seu ingresso e adaptação a uma ocupação a ser definida com o treinamento profissional. Só, então, terá lugar a terminalidade. (Brasil, 1974, p. 15).

Dentre as funções previstas para a formação do profissional técnico, o foco estava na terminalidade. Ou seja, capacitar recursos humanos para a entrada imediata no mercado de trabalho, visando o desenvolvimento do país e evitar o deslocamento dessa força de trabalho para outras regiões do país. A continuidade ficava para as elites, que tinham condições de continuar bancando a formação dos seus filhos, pois nessa época as instituições de nível superior se concentravam nas capitais dos estados.

Na esteira dessa política, a modalidade adotada pelo Parecer 45/72 provocou sérias dificuldades para a oferta de seus cursos por causa da falta de pessoal docente qualificado para as disciplinas específicas e de recursos financeiros para a aquisição de materiais para as aulas práticas como laboratórios e bibliotecas específicas para atender as três áreas do conhecimento.

Nesse sentido, o Parecer 76/75 abordou as principais dificuldades de implantação do novo sistema dentro da proposta do Parecer 45/72, apontou possíveis soluções para cada uma das dificuldades e aprovou 10 habilitações específicas⁶⁰, cuja proposta seria “orientar a habilitação profissional para um preparo por áreas de atividades, a ser completado com treinamento operacional no emprego” (Cury *et al.*, 1982).

Com relação à falta de profissionais habilitados para as áreas específicas, o Conselho Nacional de Educação (CNE) recomendou o curso emergencial de formação para os professores aprovado pela Portaria BSB 432, de 19 de julho de 1971. O curso aprovado deveria seguir dois esquemas:

⁶⁰ No setor primário - Habilitação Básica em Agropecuária; No setor secundário - Habilitação Básica em Mecânica Habilitação Básica em Eletricidade Habilitação Básica em Eletrônica Habilitação Básica em Química Habilitação Básica em Construção Civil Habilitação; No setor terciário - Básica em Administração Habilitação Básica em Comércio Habilitação Básica em Crédito e Finanças Habilitação Básica em Saúde.

Esquema 1 para portadores de diplomas de grau superior relacionados à habilitação pretendida, sujeitos a complementação pedagógica, com duração de 600 horas. O Esquema II para portadores de técnico de nível médio nas áreas econômicas primária, secundária e terciária, com duração de 1.080, 1.280 e 1480 horas. Ao longo do seu texto a referida portaria detalha todo procedimento, aponta as disciplinas e atividades que integram o Esquema I e II, delega competência ao CENAFOR, aos Centros de Educação Técnica das várias unidades da Federação e das regiões do país para ministrarem os 2 cursos, promovendo-os diretamente ou em convênio com outras entidades oficiais ou reconhecidas, além dos cursos que poderão ser oferecidos dentro do que dispõe a Portaria, pelas instituições de ensino superior autorizadas pelo Conselho federal de Educação [...] Deste modo, temos como agências de formação dos professores para disciplinas específicas as Universidades, as demais instituições de ensino superior e os Centros de Educação Técnica, (Parecer 76/75, p. 35).

Após a aprovação do plano de formação, se fez necessário buscar o apoio das instituições especializadas para, através de levantamentos e estudos, elaborarem os planos emergenciais de implantação das habilitações. “Para isso, aliou aos recursos e aos trabalhos programados pelo seu Departamento do Ensino Médio e órgãos subsidiários que já vinham operando nesse campo” (Brasil, 1978, p. 33). A parceria se deu através de convênios com instituições especializadas na oferta de formação para o magistério.

O primeiro convênio foi firmado em 1977 com a Fundação Getúlio Vargas (FGV), com a finalidade de orientar quanto à formação dos profissionais e promover estudos para orientar a remodelação de ambientes e aquisição de equipamentos. Valendo-se do artigo 30 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, que fixou as normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, foi elaborado um plano de formação de professores para a oferta de um curso emergencial de Licenciatura plena para graduação de professores de habilitações básicas.

Para o desenvolvimento das formações, foram criados convênios com as seguintes instituições de educação superior: Universidade Federal de Viçosa, Universidade Federal do Pará, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade Católica de Salvador, Fundação Centro de Desenvolvimento de Recursos Humanos e Fundação Centro de Educação Técnica da Bahia. A partir desse primeiro convênio, as instituições elaboraram seus planos de formação e publicaram manuais didáticos

para cada uma das habilitações básica⁶¹, que deveriam ser utilizados na formação de professores.

A primeira realização desses cursos em regime intensivo reuniu 1.506 candidatos a professores. Destes, apenas 25 eram do estado do Ceará (Brasil, 1978, p. 33-34). Abaixo, o Quadro 14 apresenta a quantidade de professores indicados a participar do primeiro curso de formação.

Quadro 14 - Número de professores que participaram da primeira formação

Habilitações	Número de Professores
Habilitação Básica em Agropecuária	50
Habilitação Básica em Construção Civil	154
Habilitação Básica em Eletricidade	94
Habilitação Básica em Eletrônica	60
Habilitação Básica em Mecânica	60
Habilitação Básica em Química	156
Habilitação Básica em Administração	302
Habilitação Básica em Comércio	150
Habilitação Básica em Crédito e Finanças	139
Habilitação Básica em Saúde	331
Total de Professores	1.506

Fonte: Elaborado pela autora adaptado de Brasil (1978).

Nota-se que a maior participação no curso se deu nas habilitações voltadas para o setor terciário, seguido do setor secundário, o setor primário contou com apenas 50 participantes. Com isso, pode-se inferir que os estados estavam apostando na oferta de habilitações no setor terciário pelo fato da infraestrutura das escolas não ter salas especiais ou equipamentos necessários para a oferta das habilitações do setor secundário e do setor primário. Nota-se também que um número reduzido de professores participantes em detrimento da demanda necessária de profissionais capacitados para cobrir a nova proposta da oferta compulsória do ensino profissional, aliado a isso:

⁶¹ <http://www.dominipublico.gov.br/pesquisa/ResultadoPesquisaObraForm.do>

As propostas de formação de professores para os conteúdos de educação geral não conseguiram plena aceitação e muitas escolas superiores se recusaram a adotá-las. A formação de professores para as disciplinas profissionalizantes foi praticamente ignorada (Cury et al., 1982, p. 47).

Nesse sentido, pode-se concluir que a nova configuração para o ensino profissional em nível de 2º grau proposta pela Lei nº 5.692/1971 foi lançada de forma intempestiva e provocou uma série de outras demandas para os sistemas de ensino e suas respectivas escolas. Ao mesmo tempo em que se pensou em formar profissionais de nível médio aptos a atuarem no mercado de trabalho, desconsideraram a necessidade de uma formação específica para os professores .

Aliado a esse fato, as escolas precisavam oferecer infraestrutura física específica para cada curso. De certo que os cursos da área afins poderiam compartilhar alguns espaços como laboratórios e bibliotecas, mas isso também poderia limitar as escolas na oferta de cursos dentro de uma única área ou setor, tolhendo assim as oportunidades de escolha dos/as estudantes.

Os cursos do setor primário foram os que mais demandaram infraestrutura física, e as escolas agrícolas acabaram por absorver a oferta dos cursos desse setor, por serem as que estavam mais preparadas, pelo menos no quesito infraestrutura física. O anuário do Estado do Ceará publicado em 1972⁶² retratou a situação da educação no estado da seguinte forma:

O setor educacional no Ceará é ministrado nos níveis pré-primário, primário, médio, superior e supletivo. Enquanto 480.000 crianças estão sem escolas, o número de matrículas de todos os níveis atinge a 657.386. A reforma do ensino está sendo implantada gradativamente, começando pelos colégios oficiais. O ensino do primeiro grau virá substituir o primário e ginasial (8 anos) e o segundo grau os três anos do Colegial [...] A capacidade de absorção de alunos pelo ensino médio atende às necessidades presentes. O número de matrículas é de 1 09.068. Dos 411 cursos existentes no Ceará, 64,2% correspondem ao secundário, 22,4% ao normal e 13,4% aos cursos técnicos. O nível do professorado é de 1.920 formados por Faculdades de Filosofia, num total de 6.330 professores, sendo 3.005 do sexo masculino e 3.325 do feminino. Ensino Supletivo dedica-se àqueles que já passaram da idade normal para a frequência escolar. O número de matrículas é de 3.000 [...] O Estado do Ceará dispõe de 24 estabelecimentos de ensino superior, sendo 50% federais, 29% particulares e 12% estaduais. Os referidos estabelecimentos oferecem 42 cursos: agronomia, engenharia, biblioteconomia, comunicação (jornalismo), farmácia, filosofia, medicina, odontologia, física, matemática, química, tecnologia, administração, economia, veterinária, música, enfermagem, serviço social e teologia. A

⁶² Disponível em: <http://memoria.org.br/pub/meb000000421/anuario1972ce/anuario1972ce.pdf>. Acesso em fev. de 2023.

maioria encontra-se localizada em Fortaleza, estando no interior apenas quatro faculdades: Faculdade de Ciências Económicas e Faculdade de Filosofia, em Crato; Faculdade de Filosofia de Sobral; e Faculdade Estadual de Filosofia de Limoeiro do Norte. A relação candidato/vaga demonstra que a demanda é maior que a oferta. O número de matrículas é de 1.000. Do corpo docente universitário, 75 tem curso de mestrado e 6 de doutoramento. Quanto aos cursos de pós Graduação, funciona desde 1966 no Instituto de Matemática, estando prevista a instalação de mais dois: um de Economia Agrícola, na Escola de Agronomia da UFC. e outro de Economia no Centro de Aperfeiçoamento de Economistas do Nordeste (CAEN) (Sampaio; Costa, 1972, p. 295).

A situação retratada revelou que a maior parte das escolas de ensino médio ofertava o nível secundário de formação propedêutica. Essas escolas precisariam de mais tempo para se organizarem, já que o ensino seria compulsoriamente profissionalizante.

O anuário listou todas as instituições de nível médio que existiam em 1972 no Ceará, em um total de 184; dessas, 58 na capital. Do total de escolas, 20 eram escolas técnicas de comércio com a oferta de cursos focados no setor terciário, o que justifica a maior procura pela formação nesse setor. Na lista aparecem sete colégios agrícolas, 15 escolas normais e dois colégios de economia doméstica, um em Iguatu e outro em Várzea Alegre.

No município de Iguatu, além do Colégio de Economia Doméstica Rural Elza Barreto, existiam três colégios de nível secundário, uma escola normal e uma escola técnica de comércio. Dessas instituições, apenas o Colégio de Economia Doméstica Rural Elza Barreto funciona atualmente como um campus do IFCE.

Sabe-se que a década de 1970 foi marcada pela repressão e pela intensificação da urbanização. Nessa década, foi instituído o início da Década das Mulheres por ocasião da Primeira Conferência Mundial que aconteceu no Rio de Janeiro em 1975, ocasião em que foram debatidas várias questões, entre elas, o aborto e a questão da subordinação da mulher em uma sociedade patriarcal. Mulheres de todas as classes sociais já consideravam a ideia de continuar seus estudos, se formar em um curso superior, ter uma profissão e se tornar financeiramente independente.

Entretanto, o acesso ao ensino superior para quem estudava no interior não era fácil, uma vez que a oferta desse nível de ensino estava centrada na capital do estado. Quem se aventurasse a prosseguir seus estudos teria que fixar residência na capital, ou escolher entre as faculdades com sede no interior do estado que ficava mais próxima da sua localidade, o que demandava recursos financeiros que só os

filhos da elite poderiam bancar. Para as mulheres, essa situação era bem mais complexa, pois só poderiam morar em outros locais se fossem para casa de pessoas da confiança de seus pais.

Diante desse panorama, mais uma vez a sociedade civil organizada de Iguatu, formada pelo Bispo da Diocese de Iguatu, pelo pároco da cidade, pelo prefeito do município e por alguns professores, se une para conseguir uma instituição que ofertasse o ensino superior, e assim, possibilitar a quem concluísse o segundo grau uma formação acadêmica. De acordo com o histórico da Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Iguatu (FECLI)⁶³:

Em 1972, em Iguatu, através de um grupo representativo, formado por Dom José Mauro Ramalho de Arlacon e Santiago, Padre Afonso Queiroga, Dr. José Elpídio Cavalcante, Dr. Edson Luiz Cavalcante de Gouvêa, Dr. João Alves Bezerra, Dr. Girão, Professora Irmã Gilza, Professor José Eriton Barros Costa e a Professora Maria do Socorro Assunção, surgiu um movimento para dotar a Região Centro Sul de uma Escola de Ensino Superior. Iguatu, nessa época, se destacava como centro comercial e industrial da região. Convergiam, também para essa cidade, um grande número de jovens dos municípios circunvizinhos para estudarem em diversos cursos secundários profissionalizantes, tais como, Contabilidade, Economia Doméstica, Agrícola e Pedagógico. No entanto, faltava uma maior expansão cultural, mais especificamente, uma Instituição de Ensino Superior. Comprometida com o progresso sócio – cultural da região e imbuída pelo desejo de realizar o sonho coletivo de acesso à Universidade e ao diploma de estudo superior, surge a Fundação Universitária Centro Sul – FUCS, inscrita com CGC Nº. 057116873/0001-19 como entidade mantenedora, para instalação de tão desejada instituição. Várias providências foram tomadas a partir da criação da FUCS, entre as mais importantes destacamos: visitas aos prefeitos das cidades adjacentes para divulgação do andamento das ações e formação de parcerias, visitas às Instituições de Ensino Superior de Cajazeiras (PB), Crato, Sobral e Fortaleza (CE), parceria com a UFC para preparação dos discentes, doação pela Diocese de Iguatu do imóvel para funcionamento da Faculdade. Em 1979, aproveitando o trabalho realizado pela FUCS, e por decisão do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Iguatu Dr. João Elmo Moreno Cavalcante, através da Lei Municipal nº. 558/79 de 24 de dezembro de 1979, complementada pelas Leis Nº559/79 e nº. 1006/80, da mesma procedência, foi criada a Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Iguatu - FECLI, sob Regime de Autarquia de Natureza Especial [...] em março de 1981, através de autorização do Conselho de Educação do Ceará, foi instituído o 1º curso de Educação Superior: Licenciatura Curta em Pedagogia, com habilitações em Administração, Supervisão e Inspeção Escolar. Posteriormente, diante das dificuldades socioeconômicas enfrentadas pela região Centro-Sul e reivindicações da comunidade acadêmica, no ano de 1983, a antiga FUCS foi incorporada pela UECE, passando agora a se chamar Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Iguatu - FECLI, tendo como seu primeiro diretor o professor José Ériton Barros Costa (in memoriam). A partir de 1990, sucessivamente, implantaram-se os cursos de Licenciatura em Pedagogia, Letras/Língua Portuguesa, Letras/Língua Inglesa, Matemática, Física e Ciências Biológicas.

⁶³ <https://www.uece.br/fecli/institucional/historico/>

Nesse sentido, a Fundação Universitária Centro Sul (FUCS) se configurou como uma rede de apoio que uniu as instâncias religiosas, políticas e educacionais, com o objetivo de proporcionar o acesso ao nível superior a quem desejasse seguir a carreira do magistério. Logo, a instituição pensada foi de encontro à resolução de dois problemas: a) a falta de professor qualificado para atuar nas escolas do município e regiões circunvizinhas; b) garantir que os estudantes que optassem por seguir sua carreira no magistério, ao obter um título de nível superior, e pudessem exercer sua profissão sem precisar se deslocar para outras localidades mais distantes.

Após a implantação da FECLI, os cursos ofertados atraíram egressos não só da Escola Agrotécnica Federal Elza Barreto, mas também de outras escolas do município e de outras regiões do estado. A maioria dos profissionais formados pela FECLI atualmente são professores efetivos, ou técnico administrativos da Escola Agrotécnica Federal Elza Barreto, outros se efetivaram na rede estadual e outros na rede municipal de ensino.

4.2.1 Novas habilitações profissionais para o ensino de segundo grau

Com a aprovação dos pareceres 45/72 e 76/75, que instituíram as habilitações profissionais e as habilitações básicas, o Colégio de Economia Doméstica Rural Elza Barreto precisou se adaptar ao novo sistema de ensino e passou a ofertar o Curso Técnico em Economia Doméstica regido pelo Parecer 45/72, que indicou o mínimo de disciplinas exigidas para a formação específica em cada formação. Para o Curso Técnico em Economia Doméstica, as disciplinas recomendadas foram as de Alimentação e Nutrição, Arte e Habitação, Administração do Lar, Higiene, Enfermagem, Puericultura e Vestuário.

Para a formação geral, a Resolução nº 08/71 detalhou e definiu os objetivos e a amplitude do núcleo comum da seguinte forma: Comunicação e Expressão com o ensino da Língua Portuguesa; Geografia, História e Organização Social e Política do Brasil no ensino de Estudos Sociais; Matemática e as Ciências Físicas e Biológicas no ensino das Ciências; Educação Moral e Cívica, Educação Física, Educação Artística, Programa de saúde e ensino religioso, este último obrigatório para a escola e facultativo para o estudante.

Assim, com base nos dispositivos legais supracitados, o curso colegial que era ofertado pelo Colégio de Economia Doméstica Rural “Elza Barreto” passou por uma reestruturação curricular e se enquadrou ao novo sistema de forma gradativa. A Figura 42 demonstra a estrutura curricular adotada na transição do Colégio de Economia Doméstica Rural Elza Barreto para a Escola Agrotécnica Federal Elza Barreto.

O histórico apresentado nos revela que o Curso Técnico em Economia Doméstica tinha a duração de três anos. O colégio optou por acrescentar na parte da formação especial as disciplinas de Psicologia e Relações Humanas como fundamentos da educação. O Estágio Supervisionado, oferecido nos três anos do curso, era realizado nas campanhas de vacinação, na Casa de Saúde e Maternidade Dr. Agenor Araújo na atenção aos cuidados dos idosos, das gestantes e das crianças, e na Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará - EMATERCE⁶⁴, uma instituição que desenvolve atividades extensionistas tendo como público-alvo o agricultor de base familiar.

Figura 44 - Fotografia de um histórico escolar do Curso Técnico em Economia Doméstica -Turma 1978-1980

HISTÓRICO ESCOLAR - CURSO TÉCNICO DE ECONOMIA DOMÉSTICA RURAL

Aluno: **AGUIAR, JOSÉ ROBERTO**
 Data matricul.: **01 de setembro de 1978**
 Localidade: **Ipueira**
 Estado: **Ceará**
 Filiação: **Francisco Aguiar de Jesus**
 Rua: **Alameda da Silva**

CURSO ANTERIOR
 Matrícula no 1º ano da série em: **01 de setembro de 1978**
 de 1º ano em: **01 de setembro de 1978**
 de 2º ano em: **01 de setembro de 1978**
 de 3º ano em: **01 de setembro de 1978**

TERCEIRA SÉRIE 1980 CURSO: **Técnico de Economia Doméstica**
 ESTABELECIMENTO: **Escola Agrotécnica Federal de Ipueira - "Elza Barreto"**

DISCIPLINAS	FREQUÊNCIA		PROVA FINAL	MÉDIA FINAL
	Aulas dadas	Faltas		
FORMAÇÃO GERAL				
Ling. Port. e Lit. Nacional	60	1	7,0	7,0
Matemática	31	-	10,0	10,0
Educação Artística	90	5	-	-
Educação Física	35	-	8,0	8,0
Química	64	-	7,5	7,5
Física	60	-	7,0	7,0
Religião	64	-	9,0	9,0
FORMAÇÃO ESPECIAL				
Relação e Expressão	60	2	7,0	7,0
Administração do Lar	53	1	9,0	9,0
Desenho Técnico	64	-	7,5	7,5
Psicologia e Rel. Humanas	33	2	9,0	9,0
Arte, Habitação e Decoração	180	3	7,5	7,5
Atividades Agropecuárias	28	-	9,0	9,0
Higiene e Prog. de Saúde	34	-	8,0	8,0
Enfermagem e Puericultura	150	-	7,5	7,5
Estágio Supervisionado	60	-	-	-

Fonte: Acervo da escola (1980)

⁶⁴ Órgão público estadual, de direito privado, sem fins lucrativos, vinculada à Secretaria do Desenvolvimento Agrário do estado do Ceará - SDA.

O foco do estágio eram as disciplinas de Higiene e Programa de Saúde, Vestuário e Têxteis, Alimentação e Nutrição, Indústria e Conservação de Produtos Agropecuários, Higiene e Enfermagem, Enfermagem e Puericultura, Arte Habitação e Decoração e Administração do Lar.

Estrategicamente, os dispositivos legais ditavam o controle do ensino a ser ministrado. Primeiro, na organização do currículo com supressão de algumas disciplinas que seriam importantes para a formação da consciência crítica, e na implementação de disciplinas para a inculcação dos valores morais defendidos pelo governo. Para fechar esse ciclo, havia a obrigatoriedade da orientação educacional, incluindo aconselhamento vocacional, em cooperação com os professores, a família e a comunidade (Brasil, 1971).

No sistema Escola Fazenda, a sala de aula era o espaço reservado para as aulas teóricas tanto das disciplinas de formação geral como da formação específica. Era também o momento de ouvir o professor, fazer as anotações e absorver os conhecimentos a serem aplicados nas aulas práticas.

Figura 45 - Foto de uma turma mista



Fonte: Acervo da escola (197?)

A Figura 45 e a Figura 46 registra uma aula teórica de formação geral. A representação imagética revela uma aula expositiva tradicional, na qual a professora

utiliza como material didático apenas o quadro e o giz. Constata-se a cultura escolar através dos cartazes na parede, dos livros e cadernos de anotações sobre as mesas. O tipo de cerâmica, a porta, as janelas, as carteiras individuais em madeira traduzem os padrões arquitetônicos da época. Percebe-se também a postura e concentração da turma na aula, nessa época o comportamento nas aulas também era ensinado, a postura ao sentar-se, a organização do uso do material individual. Infelizmente não foram encontrados nenhum material didático utilizado nas aulas teóricas que pudesse fornecer pistas sobre as atividades teóricas realizadas.

Figura 46 - Foto de uma aula expositiva



Fonte: Acervo da escola (197?)

De forma geral, as atividades desenvolvidas deveriam voltar-se para a vivência no desempenho de tarefas típicas das funções do técnico em economia doméstica e a avaliação da aprendizagem explorava os conhecimentos técnicos tais como: noções básicas da administração do lar; noções básicas de medicação e técnicas para alívio de algumas doenças; noções básicas do desenvolvimento infantil, gestação e amamentação; tipos de alimentos e seu valor calórico; valor calórico basal de cada indivíduo; tipos de doenças; reconhecimento das áreas e a disposição dos aposentos de uma habitação, sua localização e iluminação; proposta de elaboração de orçamentos e cardápios; ornamentação e disposição de mesas usando os utensílios para cada tipo de refeição. Os instrumentos de avaliações utilizados eram prova

escrita, prova teórico-prática e relatório técnico sobre as atividades desenvolvidas (Brasil, 1974).

Havia também os momentos dedicados às atividades culturais como as celebrações religiosas, reuniões com a comunidade escolar, palestras, comemorações e representações teatrais. Essas ocasiões eram mais uma oportunidade de reforçar os ensinamentos de noções básicas de disciplina, etiqueta e boas maneiras. A Figura 47 representa um desses momentos no qual os estudantes encontram-se todos sentados observando a organização da mesa e aguardando educadamente o momento da comemoração.

Figura 47 - Fotografia de uma turma em um momento de comemoração



Fonte: Acervo da escola (197?)

As celebrações religiosas eram momentos de reforçar os ideais católicos considerados indispensáveis à formação das mulheres, da boa dona de casa que buscava se aprimorar para administrar bem sua família e sua profissão, sempre dentro dos preceitos religiosos, do amor e da doação.

Não foi possível identificar qual foi o tipo de celebração realizada na imagem da Figura 48. Entretanto, os indícios da vestimenta branca e da ornamentação da mesa com folhas indicam uma celebração da Páscoa. As representações teatrais também procuravam retratar o universo familiar, pois a educação ofertada pela escola procurava formar as mulheres dentro do modelo dos padrões traçados pela

sociedade, na qual as mulheres mesmo escolhendo seguir uma profissão deveriam ser modelos de esposa, mãe, religiosa e responsável pela educação de seus filhos e de apoiar o marido em suas atividades, procurando administrar as tarefas domésticas para a harmonia de toda família.

Figura 48 - Fotografia de uma celebração religiosa



Fonte: Acervo da escola (197?)

Figura 49 - Fotografia de uma representação teatral



Fonte: Acervo da escola (198?)

A encenação da Figura 49 foi feita pelos estudantes da turma 1981- 1983. A representação imagética da figura mostra uma cena que se desenvolve em um ambiente familiar, na qual o rapaz leva uma moça para apresentar a sua mãe, que a recebe de forma calorosa. Nessa época, levar a namorada ou o namorado para conhecer a família era sinal de que a relação estava mais séria e dali poderia acontecer uma possível união matrimonial. O casamento se configurava como um valor social, e ao mesmo tempo econômico, uma vez que uma mulher bem casada poderia ascender seu status social.

Outras comemorações culturais realizadas pela escola era a participação nos desfiles cívicos de 7 de setembro promovidos pela prefeitura municipal de Iguatu. Havia toda uma preparação para este momento: primeiro, escolher o que mostrar para a sociedade com todo respeito e amor a Pátria e a sua cidade. Em seguida, aconteciam os ensaios, as oficinas para confecção do material, desde os cartazes, as bandeiras, as faixas e a confecção das vestimentas.

Figura 50 - Fotografias do desfile de 7 de setembro



Fonte: Acervo da escola (1987)

A representação imagética à direita na Figura 50 revela um momento de protesto da escola e o anseio por um modelo ideal de república. Os cartazes lembram as Cartas sobre a Confederação dos Tamoios, que foi uma revolta indígena contra os colonizadores portugueses. Sabe-se que na década de 1980 o processo de reconstrução da democracia estava em andamento no Brasil, que passava pelo regime político ditatorial, e a escola reproduzia os anseios democráticos mesmo que de forma indireta e controlada.

Fazia parte da tradição, no dia do desfile, cada escola se dirigir ao local de concentração para se organizar de acordo com uma ordem previamente definida. Geralmente, a Escola Agrotécnica Federal Elza Barreto era uma das últimas escolas a se apresentar, momento muito aguardado pela população igatuense, que lotava a rua pela qual as escolas iriam desfilar.

Um momento de grande significado e mais aguardado por cada turma, era o dia da solenidade de colação de grau, ocasião para celebrar e coroar todo o esforço empreendido durante os três anos de curso (ver Figura 51). Era o dia do juramento, de firmar o compromisso com a profissão escolhida. Também era o dia da família se reunir e comemorar a formação do seu filho ou da sua filha, e muitos estendiam essa comemoração ao espaço familiar.

Figura 51 - Fotografias da festa de colação de uma concluinte da turma de 1983



Fonte: Acervo pessoal de Célia Maria Freitas Guedes (1983)

A foto da família apresenta ao fundo uma pintura que retrata a figura do trabalhador da terra, do sertanejo que lida dia a dia com o sol escaldante, com a seca ou com as enchentes e reflete os conhecimentos repassados sobre a importância da localidade, das origens, das dificuldades de viver no sertão e a valorização do trabalho do sertanejo dentro da sua comunidade. Reflete também a inculcação dos valores missionários repassados desde os primeiros cursos de extensão.

Após cumprir todos os requisitos do curso tanto na parte pedagógica, quanto na parte burocrática, era conferido aos concluintes o título de Técnico em Economia Doméstica. Ou seja, uma Habilitação Profissional Plena para o exercício e a atuação

do profissional, com perspectiva de emprego nas instituições que receberam os/as estudantes durante o estágio supervisionado. O diploma pode ser visto na Figura 52.

Figura 52 - Diploma de conclusão - Turma 1981-1983

AV. DEOCLECIO LIMA VERDE - S/Nº - BAIRRO AREIAS - IGUATU-CE
ENDEREÇO COMPLETO

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
NOME DA ENTIDADE MANTEDORA

PORTARIA Nº 088 DE 07.10.80 - MEC - SEPS
ATO, N. DATA, ÓRGÃO DO PODER PÚBLICO QUE AUTORIZOU OU RECONHEceu O FUNCIONAMENTO DO ESTABELECIMENTO

O DIRETOR: DA ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE IGUATU-CE
CONFERE A: CÉLIA MARIA FREITAS GUEDES
FILH(A) DE: RAFAEL BEZERRA DE FREITAS E DE AUZIRA GUEDES FREITAS
NATURAL DE: IGUATU UNIDADE DA FEDERAÇÃO: CEARÁ
NASCIDA EM: 23 DE SETEMBRO DE 1964, O PRESENTE D I P L O M A POR HAVER CONCLUÍDO EM
17 DE DEZEMBRO DE 1983, HABILITAÇÃO PROFISSIONAL PLENA DE TÉCNICO EM ECONOMIA
DOMÉSTICA DO ENSINO DE 2º GRAU.
TÍTULO PROFISSIONAL CONFERIDO: TÉCNICO EM ECONOMIA DOMÉSTICA
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: DE ACORDO COM OS ARTIGOS 22 E 16, COMBINADOS COM OS ARTIGOS 4º E 6º DA LEI Nº 5.692, DE 11 DE AGOSTO DE 1971.

IGUATU-CE 17 DE DEZEMBRO DE 1983

ANA ERIDAN ALVES DE OLIVEIRA
Diretora / RAPI-LT-DAI-111.2(Nº)

Célia Maria Freitas Guedes
TITULAR DO ESTABELECIMENTO

JOACILIO DE OLIVEIRA BERNARDO
Secretário - Reg. nº 1852 - SEC

DISCIPLINAS E CARGA HORÁRIA		TOTAL DE HORAS
CURSO: TÉCNICO EM ECONOMIA DOMÉSTICA		
EDUCAÇÃO GERAL	Língua Port. e Literatura Brasileira	243
	Inglês	62
	Educação Artística	33
	História	61
	Geografia	61
	O.S.O.B.	35
	Educação Moral e Cívica	30
	Matemática	197
	Física	125
	Química	180
	Biologia	120
	Programa de Saúde	30
	Ensino Religioso	30
	Educação Física	273
TOTAL DE EDUCAÇÃO GERAL		1.207
FORMAÇÃO ESPECIAL	Redação e Expressão	92
	Estudos Regionais	62
	Psicologia das Relações Humanas	91
	Administração do Lar	150
	Princípios e Métodos de Extensão	62
	Alimentação e Nutrição	210
	Arte e Habitação	212
	Vestuário e Têxteis	218
	Higiene e Enfermagem	60
	Puericultura	64
Atividades Agropecuárias	154	
TOTAL DE FORMAÇÃO ESPECIAL		1.375
ESTÁGIO SUPERVISIONADO		150
TOTAL GERAL		3.005

19º GRAU - 1979
CURSO ANTERIOR E ANO DE CONCLUSÃO
Colégio Adahil Barreto
ESTABELECIMENTO
IGUATU-CEARÁ
LOCALIDADE E UNIDADE DA FEDERAÇÃO

OUTRAS HABILITAÇÕES

ORGÃO DO MEC

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
SECRETARIA DE ENSINO DE 1º E 2º GRAU
COORDENAÇÃO NACIONAL DO ENSINO AGROPECUÁRIO
ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE IGUATU -
Registro nº 068, às Fls. 23, Livro 0.
nos termos da portaria Ministerial nº 62
Item II.

JOACILIO DE OLIVEIRA BERNARDO
Secretário - Reg. nº 1852 - SEC

ORGÃO DE FISCALIZAÇÃO PROFISSIONAL

Fonte: Acervo pessoal de Célia Maria Freitas Guedes (1983)

No curso técnico com Habilitação Profissional Plena em Economia Doméstica, o formando estava apto a planejar e executar atividades relativas à administração do

lar como alimentação, vestuário e o cuidado com as crianças. Na área da saúde, poderiam contribuir nos lactários das maternidades, com o trabalho de orientação às mães que estivessem na fase de amamentação. Na indústria e comércio, poderiam contribuir na produção e comercialização de produtos alimentícios, de vestuários e artigos de decoração, em mercearias, lojas de roupas e utensílios domésticos. Na área social, poderia trabalhar nos asilos com os cuidados aos idosos e nas creches com os cuidados infantis. O Quadro 15 apresenta um resumo com o número de concluintes dos Cursos Técnico em Economia Doméstica de 1974 a 1983.

Quadro 15 - Número de concluintes Reprovados, transferidos e desistentes⁶⁵ dos Cursos Técnico Economia Doméstica de 1974 a 1983

Concluintes				Reprovados, transferidos e desistentes			Matriculados
Ano	Gênero masculino	Gênero feminino	Total	Gênero masculino	Gênero feminino	Total	
1974	-	10	10	06	26	32	42
1975	4	12	16	23	40	63	79
1976	03	11	14	22	30	52	66
1977	06	12	18	17	36	53	71
1978	04	13	17	23	31	54	71
1979	07	16	23	34	49	83	106
1980	06	19	25	04	11	15	40
1981	06	18	24	32	35	67	91
1982	12	26	38	31	33	64	102
1983	-	44	44	34	11	41	85
Total	48	181	229	224	302	526	755

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da escola

A turma concluinte de 1983, que fecha o nosso recorte temporal, apresentou um aumento significativo de concluintes em relação a todos os anos. O mais interessante é que a turma foi formada exclusivamente por mulheres. Provavelmente

⁶⁵ Na planilha que a escola disponibiliza, esses dados não estão separados

isso aconteceu porque em 1981 foi implantado o curso Técnico em Agropecuária, que atraiu o público masculino. Observou-se nos registros acadêmicos que 13 estudantes da turma concluinte de 1983 optaram por fazer o Curso Vocacional de Ornamentista de Interiores, provavelmente, resultado da orientação e aconselhamento vocacional que perpassou todo o curso, aliada à necessidade do mercado local.

O Curso Técnico em Economia Doméstica atendeu a um público de diversas localidades além do Iguatu e formou sua última turma em 2000, já dentro dos preceitos da LDB 9394/96. Em 2001 a escola passou a oferecer o Curso Técnico em Desenvolvimento Social com Habilitação em Desenvolvimento de Comunidades na área de Lazer e Desenvolvimento Social.

Mesmo com todos os entraves da Lei nº. 5.692/1971, o reconhecimento do curso como uma profissão técnica deu maior credibilidade ao curso e atraiu mais candidatos. Por outro lado, a gestão da escola teve que lutar também contra o cenário nacional, pois a reforma do ensino de segundo grau apresentou uma diversidade de formação, contribuindo para que as Ciências Domésticas perdessem espaço no cenário profissionalizante. Essa foi uma luta que os profissionais de Economia Doméstica tiveram que travar para ver reconhecida a sua profissão. Para a escola, a implantação do Curso Técnico em Agropecuária foi uma forma de fortalecer a instituição para que ela não fosse extinta e poder continuar gerando oportunidade aos jovens de melhorar suas condições de vida, de sua comunidade e do seu entorno.

4.2.2. O Curso Técnico em Agropecuária

Após 26 anos com a oferta de cursos centrados nas Ciências Domésticas, a Escola Agrotécnica Federal de Iguatu - Elza Barreto retoma o projeto pensado em 1957 para o Colégio Agrícola Gonçalves de Carvalho, e dá início a um curso voltado para a Ciências Agrícolas. Essa foi a última missão da Professora Elze Montenegro, que já havia cumprido seu tempo de serviço e se preparava para requerer a sua aposentadoria, quando em Janeiro de 1981 participou do Encontro de Diretores de Escolas Agrotécnicas Federais, em Santa Teresa, no Estado do Espírito Santo e encontrou o diretor geral da COAGRI, Dr. Oscar Lamounier Godofredo Júnior, momento em que a professora foi desafiada a dar início ao Curso Técnico em

Agropecuária, com a garantia de que teria, pelo menos, os professores das disciplinas técnicas. Quanto a isso, a professora afirmou:

Quando voltei do encontro mandei suspender o meu processo de aposentadoria e arregacei as mangas, incentivei toda a equipe da escola, com a qual comecei a trabalhar e em abril, tivemos nossa aula inaugural. Quanto vexame, nem carteira suficiente nós tínhamos. O terreno que anteriormente pertencia ao MEC e se destinava a um colégio agrícola, havia sido doado ao Estado, era o campo Gonçalves de Carvalho lá nas Cajazeiras, inclusive com um prédio iniciado, embora num péssimo estado de conservação. Então nós tivemos que readquirir esse terreno, o que de fato conseguimos, embora com muita luta, depois de quase dois anos e graças ao esforço do dr. Antônio Albuquerque que interviu junto ao Governador Virgílio Távora e o Governador por Decreto Lei passou o terreno para a COAGRI, compensando assim todo o nosso trabalho e dando maior segurança a continuidade do Curso de Agropecuária (Jornal de Fato, 1984, p. 6).

Assim, em abril de 1981 o Curso Técnico em Agropecuária teve a sua aula inaugural. A implantação do curso representou a transição da escola que durante anos se dedicou à formação feminina e agora passaria a oferecer também um curso voltado para o público masculino. A vitória conseguida com a doação do terreno do estado para a Escola Agrotécnica Federal de Iguatu – “Elza Barreto” foi muito importante para a consolidação do projeto do curso, pois o terreno estava em uma localização propícia, bem próximo ao Rio Jaguaribe e a linha férrea, com toda condição de absorver os equipamentos necessários para a oferta do Curso Técnico em Agropecuária. Abaixo imagens do terreno doado onde passou a funcionar o Campus II.

Figura 53 - Fotos do terreno da escola



Fonte: Acervo da escola (198?)

Observa-se que o terreno adquirido apresentava as características da vegetação típica do Ceará, a Caatinga. Não se vislumbra nenhum tipo de plantação que remetesse a produção alimentícia, mas há indícios de que o espaço físico construído passou por uma reforma. Logo após o início das atividades do curso, a gestão da escola procurou oficializar a doação do terreno e registrar a escritura em cartório:

De posse do terreno, o dr. Lamounier reconheceu que Iguatu estava realmente integrado na luta em favor do Curso de Agropecuária e passou então a corresponder, ou melhor, cumprir o que prometeu, isto é, nós dar uma força e como prova em pouco tempo tivemos o prédio do Campo Gonçalves de Carvalho totalmente construído, eletrificado, aviário construído e com a ajuda do prefeito Elpídio Cavalcante, mandamos perfurar dois poços profundos. Assim começou a história do Curso de Agropecuária e terminou minha missão como diretora, visto que eu já me sentia tranquila quanto a estabilidade da escola com seus dois cursos: Economia Doméstica e Agropecuária (Jornal de Fato, 1984, p. 6).

Para a aquisição dos recursos, fez-se um levantamento dos equipamentos existentes, que foi encaminhado ao MEC em forma de Memorial Descritivo, visando o prosseguimento de outros espaços que se fazia necessário para as aulas práticas. A Figura 54 apresenta a relação dos equipamentos adquiridos até 1985 pelo Campus II.

Constata-se que o Curso Técnico em Agropecuária começou suas atividades concomitantemente com a reorganização e aquisição dos equipamentos necessários para o seu funcionamento. Portanto, a primeira turma não contou com equipamentos de laboratórios para as aulas práticas, e ao que tudo indica os professores das disciplinas técnicas foram cedidos pelo diretor geral da COAGRI e, provavelmente, não moravam no município. As primeiras aulas práticas tiveram que ser realizadas muitas vezes de maneira improvisada.

A Figura 55 mostra um momento de uma aula prática provavelmente da disciplina de Criações ou Zootecnia com o abate de um animal, na qual professores e estudantes aparecem sem as vestimentas adequadas ao tipo de atividade. Nota-se que a técnica utilizada era ainda muito rudimentar, na tentativa de repassar as primeiras noções para o abate de um animal, era o momento de fazer para aprender.

Os documentos analisados não sinalizaram se os animais utilizados nas aulas práticas da primeira turma pertenciam a escola. Provavelmente as aulas aconteciam nas fazendas vizinhas, aproveitando-se dos momentos das atividades de abates realizadas nas mesmas.

Figura 54 - Relação de equipamentos - Campus II

01.10.293/85

E IGUAU-CE

021 - CAMPUS AGRICOLA CAJAZEIRAS

Ref. Processo Nº10380.011900/85-47

DISCRIMINAÇÃO DOS COMPARTIMENTOS	IDADE APARENTE
2 galpões, 1 depósito de ração 32.900,03	02 anos
1 sala, 1 dormitório, 3 WC, 1 depósito, 1 varanda 27.568,40	02 anos
2 galpões, 1 depósito 18.635,82	02 anos
1 sala de aula, 1 dormitório, 2 WC, 1 depósito, 1 varanda 17.126,61	02 anos
1 sala de maternidade, 1 esterqueira, 1 sala ambiente, 1 depósito, 1 dormitório, 2 WC. 44.296,89	02 anos
2 galpões de recria com 03 divisões (cada) 1 farmácia, 2 esterqueira, 1 depósito, 2 varões, área de circ. piquetes 31.162,41	02 anos
2 galpões para gestação com cochos e bebedouros 16.094,57	02 anos
2 galpões de terminação (c/03 divisões cada), 2 esterqueira, 1 depósito, 1 área de circulação, 1 rampa de carga 23.342,18	02 anos
1 sala, 1 depósito, 1 varanda, 2 WC, 1 dormitório 17.126,61	02 anos
6 dormitórios, 4 vestiários, 2 banheiros, 2 WC, 2 áreas de serviço, 2 áreas de circulação 155.048,51	02 anos
2 depósitos, 3 banheiros, 1 armazém, 1 posto de revenda, 1 cantina, 1 setor administrativo, 1 sala de professor, 1 diretoria 67.121,50	01 ano
1 sala de aula, 1 dormitório, 1 depósito p/ração, 1 sala de forragem, 1 escritório/farmácia, 1 sala de leite, 2 WC, 1 varanda, 1 estábulo com 03 compartimentos. 9.925,60	03 anos 1983
1 depósito, 2 despensas, 2 frigoríficos, 1 recepção, 2 varandas, 3 WC, 1 formilha, 1 cozinha, 1 refeitório, 1 sala de café, 1 sala de suco, 1 sala de leite, 1 sala de lavagem 672.514,50	01 ano
09 salas de aula, 1 WC F, 06 salas, 2 WC Po de 10 janelas 9.615,82 Adm 7.368,97	20 anos (reformado há 3 anos)

Ass. de Ensino Paralelo Lobo

Fonte: Processo 10.380.011900/85 - Acervo da escola (1985)

Figura 55 - Foto de uma aula prática de abate de animal



Fonte: Acervo da escola (sem 198?)

A Figura 56 mostra uma aula prática de agricultura, na qual os estudantes cavam a terra livremente sob a observação dos professores, todos com roupas consideradas sociais e nada adequada para o tipo de atividade que estava sendo realizada.

Nota-se que o terreno apresenta solo arenoso não muito plano. A atividade da aula consiste na preparação inicial do solo. Para a realização dessas atividades práticas, os estudantes provavelmente passaram antes pela aula teórica de orientação em sala de aula, momento de aprender a fazer.

Nas aulas teóricas os estudantes recebiam as instruções relativas às disciplinas de formação geral e da formação específica referentes à agricultura e a agropecuária, com orientações sobre os métodos de plantios, tipos de solo, tipos de plantas, preparação e conservação do solo, técnicas de irrigação, adubação, fundamentos da mecanização agrícola, noções básica de sobre a origem e a evolução dos animais e seu ambiente natural, fabricação e industrialização de alimentos e fundamentos de economia e administração agrícola (Brasil, 1977).

Figura 56 - Foto de uma aula prática de agricultura



Fonte: Acervo da escola (198?).

Quanto às aulas práticas, a professora Elze Montenegro afirmou que eram desenvolvidas em forma de projetos para que o aluno, sob a orientação do professor, planejasse despesas, fizesse a previsão de rendimento de atividades, calculasse lucros, executasse e acompanhasse as fases dos projetos (Jornal de Fato, 1984, p. 6).

Dentro do Sistema Escola Fazenda⁶⁶, a escola poderia contar com uma Cooperativa Escola constituída por estudantes regularmente matriculados, devendo funcionar como laboratório operacional para a aprendizagem de técnicas de gestão, administração e comercialização dos produtos produzidos nas aulas práticas, bem como auxiliar em outros projetos pedagógicos.

⁶⁶ Programa orientado para funcionar como um laboratório de prática e produção.

Os professores da primeira turma do Curso Técnico em Agropecuária foram os responsáveis pela criação da Cooperativa Agrícola dos Alunos da Escola Agrotécnica Federal de Iguatu⁶⁷. Em janeiro de 1983, a cooperativa passou a fazer parte da estrutura didática pedagógica dos seus cursos.

Figura 57 - Histórico de um concluinte da primeira turma do Curso Técnico em Agropecuária

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
SECRETARIA DE ENSINO DE 1.º E 2.º GRAUS
COORDENAÇÃO NACIONAL DO ENSINO AGROPECUÁRIO
ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE IGUATU-CE.

HISTÓRICO ESCOLAR - CURSO TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA

Aluno: ALESSIO SARAIVA DINIZ
Data nascimento: 30 de maio de 1966
Localidade: Iguatu
Estado: Ceará
Filiação: João Saraiva e Silva
 Wilma Saraiva Diniz

CURSO ANTERIOR

Matriculou-se na 1ª Série do curso com Histórico Escolar de Curso de 1ª Grau concluído em 1980
Escola: Centro Educacional Municipal Pe. Januário
Campos
Localidade: Iguatu **Estado:** Ceará

PRIMEIRA SÉRIE-1981 CURSO: TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA
ESTABELECIMENTO: ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE IGUATU-CE

DISCIPLINAS	FREQUÊNCIA		APROVEITAMENTO	
	Aulas dadas	Faltas	Média Anual	MÉDIA FINAL
EDUCAÇÃO GERAL				
Ling.Port.e Lit.Brasileira	90	05	7,0	7,0
Inglês	62	04	9,0	9,0
Educação Física	91	09	-	-
História	61	05	8,0	8,0
Geografia	61	06	7,0	7,0
Matemática	93	05	8,5	8,5
Química	60	03	9,0	9,0
Biologia	60	-	7,0	7,0
Programa de Saúde	61	06	8,0	8,0
FORMAÇÃO ESPECIAL				
Agricultura	62	01	7,5	7,5
Zootecnia	60	01	9,0	9,0
Culturas	189	02	7,5	7,5
Criações	196	-	8,5	8,5

SEGUNDA SÉRIE-1982 CURSO: TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA
ESTABELECIMENTO: ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE IGUATU-CE

DISCIPLINAS	FREQUÊNCIA		APROVEITAMENTO	
	Aulas dadas	Faltas	Média Anual	MÉDIA FINAL
EDUCAÇÃO GERAL				
Ling.Port.e Lit.Brasileira	93	08	8,0	8,0
Educação Artística	60	04	10,0	10,0
Educação Física	91	16	-	-
Educação Moral e Cívica	60	02	9,0	9,0
Matemática	90	06	9,0	9,0
Física	63	04	8,5	8,5
Química	60	03	9,0	9,0
Biologia	60	05	9,0	9,0
Ensino Religioso	31	01	10,0	10,0
FORMAÇÃO ESPECIAL				
Desenho e Topografia	120	-	7,5	7,5
Agricultura	60	02	9,0	9,0
Zootecnia	78	03	9,0	9,0
Culturas	180	03	8,0	8,0
Criações	188	05	9,0	9,0

OBSERVAÇÕES:

TERCEIRA SÉRIE-1983 CURSO: TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA
ESTABELECIMENTO: ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE IGUATU-CE

DISCIPLINAS	FREQUÊNCIA		APROVEITAMENTO	
	Aulas dadas	Faltas	Média Anual	MÉDIA FINAL
EDUCAÇÃO GERAL				
Ling.Port.e Lit.Brasileira	64	04	8,5	8,5
C.S.F.B.	66	03	9,0	9,0
Educação Física	90	17	-	-
Matemática	64	05	9,0	9,0
Física	65	04	7,0	7,0
FORMAÇÃO ESPECIAL				
Redação e Expressão	60	08	7,5	7,5
Estudos Regionais	68	02	10,0	10,0
Adm. e Economia Rural	90	08	8,5	8,5
Culturas	270	12	8,0	8,0
Criações	252	01	9,0	9,0
Irrigação e Drenagem	99	03	9,0	9,0
Construções e Instalações	90	-	9,0	9,0
Estágio Supervisionado	180	-	-	-

Iguatu-Co., 29 de junho de 1984

ISTO:

Ana Lídia Alves de Oliveira
ANA LÍDIA ALVES DE OLIVEIRA
Diretora (RFP-174431438)

Joacilo de Oliveira Bernardo
JOACILO DE OLIVEIRA BERNARDO
Secretário (RFP-174431438)

Fonte: Acervo da escola (1984)

⁶⁷ Fundamentada na Lei nº. 5.764, de 16 de dezembro de 1971.

O Estágio Supervisionado oferecido no último ano do curso era uma oportunidade para os estudantes entrarem em contato com o mercado de trabalho e poderem aplicar as técnicas aprendidas. Dentre as atividades desenvolvidas durante o estágio, eram realizadas visitas programadas a órgãos e empresas ligadas ao desenvolvimento da agricultura, excursões a propriedades agrícolas e visitas a campos experimentais de agropecuária.

A primeira turma conseguiu atrair estudantes de várias localidades e formou 41 técnicos, sendo 23 do município de Iguatu, 9 de Jucás, 2 de Acopiara, 3 de Carius, 1 de Campos Sales, 1 do Cedro, 1 de Saboeiro e 1 do Rio de Janeiro.

O perfil curricular traçado para o Curso Técnico em Agropecuária (ver Figura 57) indicava que esses técnicos poderiam ingressar no mercado de trabalho como administrador de propriedade rural, agente de extensão rural, administrador de propriedade rural, agente de extensão rural, agente de defesa sanitária vegetal, agente de defesa sanitária animal, técnico em adubação, instrutor ou monitor de ensino profissional agrícola, como avaliador de propriedades rurais ou como vendedor fertilizantes, de máquinas e implementos agrícolas (Brasil, 1977). Os formandos receberam o diploma de Técnico em Agropecuária, conforme representado na Figura 58.

A primeira turma do Curso Técnico em Agropecuária encarou todos os desafios em busca dos conhecimentos tecnológicos necessários à sua formação. Os professores se esforçaram para adaptar as aulas práticas às condições físicas oferecidas pela escola e repassar os conhecimentos considerados essenciais para os setores agrícola e agropecuário, através das aulas teóricas e práticas, complementadas pelo estágio supervisionado.

Figura 58 - Diploma de um concluinte da primeira turma do Curso Técnico em Agropecuária

2ª VIA

Nº 23300

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO / SECRETARIA DE EDUCAÇÃO MÉDIA E TECNOLÓGICA

ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE IGUAU-CE

CRIADA PELO DECRETO Nº/PORTRARIA Nº 299 DE 23/5/55 E TRANSFORMADA EM AUTARQUIA

FEDERAL PELA LEI Nº 8.731, DE 16/11/93

O DIRETOR-GERAL DA ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL,

NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES, CONFERE O TÍTULO DE: **TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA**

ERMANO JOSÉ DA SILVA

FILHO(A) DE **NILTON FERINO DA SILVA** E **RAIMUNDA MARIA DA SILVA**

NASCIDO EM **3** DE **JUNHO** DE **1964**, NATURAL DE **IGUAU** ESTADO **CEARÁ**

OUTORGANDO-LHE O PRESENTE DIPLOMA, A FIM DE QUE POSSA GOZAR DE TODOS OS DIREITOS E PRERROGATIVAS LEGAIS.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: DE ACORDO COM OS ARTIGOS 22 E 16, COMBINADOS COM OS ARTIGOS 4º E 6º DA LEI Nº 5.692, DE 11 DE AGOSTO DE 1971.

LOCAL **IGUAU-CE** DATA **7 DE MAIO DE 2002**

[Assinatura]
DIRETOR

[Assinatura]
TITULAR DO DIPLOMA

[Assinatura]
SECRETARIO

CURSO: TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA	TOTAL DE HORAS:	1º GRAU-1980	ORGAO, SEC
DISCIPLINA E CARGA HORÁRIA		CURSO ANTERIOR E ANO DE CONCLUSÃO	
Língua Portuguesa e Lit. Brasileira	247	ESC. DE 1º GRAU AMÉLIA FIGUEIREDO DE LAVOR	
Inglês	62	ESTABELECIMENTO	
Educação Artística	60	IGUAU-CE	
História	61	LOCALIDADE E UNIDADE DA FEDERAÇÃO	
Geografia	61	OUTRAS HABILITAÇÕES:	
Educação Moral e Cívica	60		
O.S.P.B.	66		
Matemática	247		
Biologia	120		
Física	128		
Química	120		
Programa de Saúde	61		
Ensino Religioso	31		
Educação Física	272		
TOTAL DE EDUCAÇÃO GERAL	1.596		
Redação e Expressão	60	OBSERVAÇÕES:	ORGAO, SEC
Estudos Regionais	68	Curso concluído em 17/12/1983.	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO
Administração e Economia Rural	90		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO MÉDIA E TECNOLÓGICA
Desenho e Topografia	120		ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE IGUAU-CE.
Construções e Instalações	90		Registro nº 93 de 31 de 1
Irrigação e Drenagem	99		de acordo com a Portaria Ministerial nº 000001 de 11
Agricultura	122		
Culturas	639		
Zootecnia	138		
Criações	636		
TOTAL DE FORMAÇÃO ESPECIAL	2.062		
ESTÁGIO SUPERVISIONADO	372		
TOTAL GERAL	4.030		

Fonte: Acervo da escola (1983).

Com o objetivo de verificar até que ponto a escola conseguiu contribuir com as finalidades de formação previstas para o ensino agrícola fez-se uma pesquisa nas bases de dados do Currículo Lattes, Portal da Transparência do Governo Federal, Portal da Transparência dos Municípios e Portal da Transparência da Secretaria de Educação Básica SEDUC/CE, com base na relação dos formandos de 1983, última turma do Curso Técnico em Economia Doméstica e a primeira turma do Curso Técnico em Agropecuária. No Quadro 16, apresenta-se a situação da atuação profissional dos egressos que foi possível localizar.

Quadro 16 - Atuação Profissional dos Concluintes das turmas de 1983

Curso Técnico em Economia Doméstica			
Nome	Formação	Local de atuação	Naturalidade
Ana Gleibe Alves Amorim	-	1992 - Atual - Secretária Escolar - Estatutária - Iguatu/CE	Iguatu
Antônia Barbosa de Lima	2007-2011- Doutorado em Agronomia- UFPB 2005-2007 - Mestrado em Agronomia - UFPB 2000-2002 – Especialização em Agroindústria alimentícia. UFPB 1995 -1996 - Especialização em Teoria e Prática Pedagógica no Ensino Técnico. CEFET/MG, Brasil. 1984-1989 - Licenciatura Plena em Economia Doméstica - UFRRJ. 1981 – 1983 - Curso Técnico em Economia Doméstica - Escola Agrotécnica Federal de Iguatu, EAFI-CE, Brasil.	1995-2008 – Professora EAF/Iguatu 2009-2019 Professora IFCE/IGUATU 2019-Atual - Aposentada	Juazeiro do Norte
Celia Maria Freitas Guedes Amorim	2012 – 2017 - Doutorado em Ciências da Educação. - Universidade de San Carlos, USC, Paraguai. 2011 – 2013 - Mestrado em Ciências da educação - Universidade de San Carlos, USC, Paraguai. 2021 – 2022 - Especialização em Espercilização em Desenvolvimento de Liderança. Centro Universitário São José, CUSJ, Brasil. 2005 - 2005 - Aperfeiçoamento em Planificaci3n e Formulaci3n Políticas Educativas. (Carga Horária: 490h). IIPE-BEUNOS AIRES, IIPE, Argentina. 2004 – 2004 - Especialização em Gestão Escolar - Universidade do Estado de Santa Catarina, UDESC, Brasil. 1996 -1996 - Especialização em Metodologia do Ensino Fundamental e Médio - UVA-CE 1993 – 1997 - Licenciatura em Pedagogia – UECE.	1991-2013 - Supervisora Educacional Prefeitura Municipal de Iguatu 1993-atual- Professora da Educação Básica Secretaria da Educação do Estado do Ceará 2013-2014 – Professora IFPI/Picos 2014-atual - Professora IFCE/Iguatu	Iguatu

	1981 - 1983 - Curso Técnico em Economia Doméstica - Escola Agrotécnica Federal de Iguatu, EAFI-CE, Brasil.		
Delza Lucena de França	-	1987-2019 - Técnico do Seguro Social 2019-Atual - Aposentada 2020-Atual - Contrato temporário Técnico do Seguro Social	Iguatu
Gerisane David de Souza	-	1986-Atual - Professora estatutária - Iguatu/CE	Iguatu
Helda Araújo de Queiroz	-	1984-2019 - Assistente em Administração - IFCE/Iguatu 2019-Atual Aposentada	Iguatu
Heloiza Carneiro Barreto	2008 - 2010 - Mestrado em Educação - Universidade Federal da Paraíba, UFPB, Brasil. 1996-1996- Especialização em Planejamento Educacional. Universidade Salgado de Oliveira, UNIVERSO, Brasil. 1984-1991 - Licenciatura em Economia Doméstica - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, UFRRJ, Brasil. 1981 - 1983 - Curso Técnico em Economia Doméstica – EAF/Iguatu.	1995-2008 – Professora EAF/Sousa. 2009 - 2019 – Professora IFCE/Sousa. 2019 – Atual - Aposentada	Iguatu
Josefa Alves Vieira	-	1985-2019 - Técnico do Seguro Social 2019-Atual - Aposentada	Iguatu
Maria Claudene Bezerra Gomes	2006 – 2009 - Mestrado profissional em Avaliação de Políticas Públicas. Universidade Federal do Ceará, UFC, Brasil. 2000 – 2001 - Especialização em Agroindústria Alimentícia Por Tutoria a Distância. (Carga Horária: 450h). Universidade Federal da Paraíba, UFPB, Brasil. 1989-1990 Especialização em Ciências Sociais no Estudo de Comunidades - UFRRJ. 1984-1989 - Licenciatura em Economia Doméstica -UFRRJ. 1981 – 1983 - Curso Técnico em Economia Doméstica -	1992-2008 – Professora EAF/Iguatu. 2009-2019- Professora IFCE/Iguatu. 2019-Atual - Aposentada	Iguatu

	EAF/Iguatu.		
Maria Danielle Passos Ribeiro Campos Barbosa	2006 - 2014 - Doutorado em Turismo - Universidade Antonio de Nebrija, UNNE, Espanha. 2001 - 2006 - Mestrado em Organización de Empresas. Universidad Antonio de Nebrija, Nebrija, Espanha. 1993 - 1997 - Mestrado em Educação - Universidade Salgado de Oliveira, UNIVERSO, Brasil. 1989 - 1991 - Especialização em Metodologia do Ensino Superior - UFRRJ. 1984 - 1988 - Licenciatura em Economia Doméstica – UFRRJ. 1981 - 1983 - Curso técnico/profissionalizante em Curso Pedagógico - Centro Educacional Ruy Barbosa, CENEC, Brasil. 1981-1983 - Curso Técnico em Economia Doméstica - Escola Agrotécnica Federal de Iguatu, EAFI-CE.	1991-Atual Professora Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Colégio Técnico	Iguatu
Maria das Dores Sales Barreto	2008 – 2010 - Mestrado em Educação. Universidade Federal da Paraíba, UFPB, Brasil. 1993 – 1994 - Especialização em Teoria e Prática Pedagógica no Ensino Técnico CEFET/MG. 1983 – 1990 - Licenciatura em Economia Doméstica. UFRRJ.	1991 - 1994 – professora Substituta - IFC/Iguatu 1996 - 2003 – Professora efetiva IFMC/Carceres Dedicção exclusiva. 2003 – Atual - Professor Dedicção exclusiva - IFPB/Sousa	Iguatu
Maria Euladia de Araújo	2013-2018 - Doutorado em Géographie, Aménagement et Urbanismo. Universidade de Lyon, UL, França. 2008 – 2011 - Mestrado em Psicologia. Universidade de Fortaleza, UNIFOR. 1996 – 1999 - Especialização em Gestão de Recursos Humanos - UECE. 1989 – 1994 – Licenciatura em Pedagogia - Faculdade de Educação Ciências e Letras do Sertão Central-UECE, FECLESC. 1984 – 1985 - Especialização em Administração Escolar. Faculdade de Educação Ciências e Letras de Iguatu-UECE,	1986-1986 – Professora Escola Técnica de Comércio de Iguatu 1986 - 1999 - SEBRAE/CE 2018 - Atual - Instituto de Formação Empreendedora e Educação Permanente. Fortaleza, CE - Brasil	Acopiara

	FECLI, Brasil. 1981 – 1983 - Curso Técnico em Economia Doméstica EAF/Iguatu.		
Maria Medeiros da silva	-	Datilógrafo - Instituto José Frota - Fortaleza/Ceará	Iguatu
Maria Tereza Pimentel Lopes	-	Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico do município de Fortaleza - DIR NIV SUP 2	Iguatu
Curso Técnico em Agropecuária			
Alécio Saraiva Diniz	1999 - 2003 Mestrado em Direito (Direito e Desenvolvimento). Universidade Federal do Ceará, UFC, Brasil. o, UNI7, Brasil.	1998 – Atual - Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Procurador da Fazenda Nacional 2003 – Atual - Vínculo: Celetista, Enquadramento Funcional: Professor Adjunto VI B- Centro Universitário 7 de setembro Universitário 7 de setembr	Iguatu
Caetano José de Lima	2012 – 2014 - Mestrado profissional em Mestrado em Sistemas Agroindustriais.- Universidade Federal de Campina Grande Campus Pombal. 1986 – 1991 - Graduação em Licenciatura em Ciência Agrícola. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, UFRRJ, Brasil. 1981 – 1983 - Ensino Médio (2º grau). Escola Agrotécnica Federal de Iguatu.	1998 – Atual - Vínculo: Empregado, Enquadramento Funcional: Professor IFPB/Sousa 1993 – 1996 - Vínculo: Professor substituto, Enquadramento Funcional: Professor, Carga horária: 40, Regime: Dedicação exclusiva. EAF/Sousa	Iguatu

Hariberto Duarte de Lima	2006 – 2010 - Especialização em ensino da língua portuguesa - Faculdade Integrada da Grande Fortaleza. 2002 – 2004 - Especialização em ensino de língua portuguesa -URCA. 1995 – 1999 - Licenciatura em Letras português -UECE.	2004 - Atual Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Professor SEDUC/CE	Jucás
Ivam Holanda de Souza	2021 - Doutorado em andamento em Administração. Universidade Municipal de São Caetano do Sul, USCS, Brasil. 2000 – 2001 - Mestrado em Agronomia. Universidade Federal do Ceará, UFC, Brasil. 2010 – 2011 - Especialização em Gestão Pública - IFPR, Brasil. 1991 – 1992 - Especialização em Agricultura Tropical - UFRPE. 1984 – 1987 - Licenciatura Plena em Ciências Agrícolas - UFRRJ. 1981 – 1983 - Curso Técnico em Agropecuária EAF/Iguatu.	1989 - 2008 Professor EAF/Iguatu. 2008 – Atual - Professor IFCE/Iguatu	Cariús
José Welber Vieira Bezerra	1996 - 1996 Especialização em Educação Física Escolar. Universidade Estadual Vale do Acaraú, UVA-CE. 1985 - 1988 Graduação em Educação Física. Universidade de Fortaleza, UNIFOR, Brasil. 1981 - 1983 Curso Técnico em Agropecuária – EAF/Iguatu.	1991 – 1994 - Vínculo: Professor Temporário - Carga horária: 40 EAF/Iguatu 1994 – 1995 - Prestação de Serviços, Árbitro de Futebol de Campo, Carga horária: 4 Associação de Moradores e Produtores do Sítio Umburana I 1995 – 1995 - Vínculo: Prestação de Serviços, Árbitro de Futebol de Campo, Carga horária: 4 Associação de Moradores e Amigos do Sítio Baú. 1992 – 1992 - Vínculo: Prestação de Serviços, Enquadramento Funcional: Preparador Físico, Carga horária: 20 Prefeitura Municipal de Iguatu. 1994 – Atual - Professor Dedicção exclusiva. IFCE/Iguatu.	Iguatu

Lúcio José de Oliveira	2009 – 2012 - Doutorado em Fitotecnia. Universidade Federal Rural do Semiárido, UFRSA, Brasil. 2007 – 2009 - Mestrado em Engenharia Agrícola. Universidade Federal do Ceará, UFC, Brasil. 1985 – 1991 - Especialização em Desenvolvimento e Políticas Agrícolas no Brasil. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, UFRRJ, Brasil.	2009 – Atual Professor - IFCE/Iguatu 1992 2008 - Professor IFCE/Iguatu	Rio de Janeiro
Luís Rodrigues Da Silva	2010 - 2013 - Doutorado em Fitotecnia Universidade Federal Rural do Semiárido, UFRSA, Brasil. 2007 - 2009 Mestrado em Educação Agrícola. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, UFRRJ, Brasil. 20002001 Especialização em Agroindústria Alimentícia UFPB, Brasil. 1986 - 1991- Licenciatura em Ciências Agrícolas - UFRRJ.	2009 – Atual - Professor. IFCE/Iguatu 1996 – 2008 - Professor EAF/Iguatu	Iguatu
Raimundo Eudes Bandeira	2009 – 2011 - Mestrado em Educação Agrícola - UFRRJ. 2007 – 2008 - Especialização em Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica - IFRN, Brasil. 1996 – 2000 - Licenciatura em Pedagogia - Universidade Estadual do Ceará, UECE, Brasil.	1984 – 1995 - Vínculo: Celetista formal, Enquadramento Funcional: Técnico em Desenvolvimento Agropecuário, Carga horária: 40- EMATERCE 1995 – 2010 - Técnico em Agropecuária - EAF/Iguatu 2010-Atual – Pedagogo - IFCE/Iguatu	Iguatu
Vicente de Paula e Silva Neto	2010 – 2013- Especialização em Ensino de Matemática Universidade Regional do Cariri, URCA, Brasil. 2006 – 2010 - Graduação em Física. Universidade Estadual do Ceará, UECE, Brasil. 1986 – 1988 - Graduação em Pedagogia. Universidade Estadual do Ceará, UECE, Brasil.	2011 – Atual - Professor efetivo - SEDUC/Iguatu 2011 - Atual Vínculo: Coordenador da OBF - Colégio Pólos	Iguatu

Fonte: Elaborado pela autora desta tese, a partir das informações coletadas na Plataforma Lattes, Portal da Transparência da Controladoria geral da União, Portal da Transparência da SEDUC/CE e Portal da Transparência do Município de Iguatu (2023)

O levantamento apresentado revelou que foi quase unânime a escolha dos egressos das duas turmas para seguir carreira no magistério, embora alguns tenham optado por seguir carreiras exercendo funções técnicas.

Constatou-se que mesmo o Curso Técnico de Economia Doméstica e o Curso Técnico em Agropecuária não se tratassem de cursos voltados ao magistério, essa foi a graduação mais escolhida por quem concluiu os cursos, convergindo com o fato da sociedade organizada do município ter conseguido nessa mesma época uma faculdade que passou inicialmente a ofertar o Curso de Licenciatura Curta em Pedagogia com habilitação em Administração, Supervisão e Inspeção Escolar.

As licenciaturas escolhidas pelos egressos foram Economia Doméstica, Pedagogia, Letras e Ciências Agrícolas. Pode-se afirmar que boa parte dos estudantes fizeram sua formação no município de Iguatu, na FECLI, na URCA ou na UVA, outras quebraram paradigmas e se aventuraram a fazer a sua formação em outros estados, conseguindo cursar o doutorado e atingir o nível mais alto da formação acadêmica.

Com relação à atuação profissional, das 44 (quarenta e quatro) formandas da turma de Economia Doméstica, foi possível localizar a situação profissional de 18 (dezoito) estudantes. Destas, 9 (nove) seguiram carreira no magistério, 4 (quatro) delas se efetivaram como professoras do IFCE Campus Iguatu, instituição na qual estudaram, 2 (duas) se efetivaram no IFPB Campus Sousa e 1 (uma) na UFRRJ, as outras 9 (nove) seguiram carreiras técnicas administrativas nas áreas de educação, economia e serviço social.

Dos 41 formandos da turma de Agropecuária, foi possível localizar a situação profissional de 9 (nove) estudantes, destes, 1 (um) é Procurador da Fazenda Nacional e Professor Adjunto do Centro Universitário 7 de setembro de Fortaleza, 4 (quatro) se efetivaram como professores na própria escola que estudaram, 01 (um) trabalhou primeiro como técnico da EMATERCE, depois como Técnico Agropecuário no IFCE, posteriormente se efetivou como Pedagogo do IFCE. Um conseguiu se efetivar como Professor no IFPB e 02 (dois) se efetivaram como professores da rede pública do Estado do Ceará.

Durante a pesquisa no Portal da Transparência do Governo Federal, constatou-se que alguns dos egressos estão recebendo auxílio seguro safra, o que é um indício de que estão cuidando de suas terras, utilizando dos conhecimentos adquiridos na

sua formação de Técnico em Agropecuária e contribuindo com desenvolvimento agrícola de sua região.

O histórico apresentado revela que os cursos cumpriram o propósito de formar profissionais aptos a contribuir com o desenvolvimento de sua região e do seu país. Por outro lado, observa-se que mesmo com todo controle do currículo, com a implementação de disciplinas específicas para o exercício desse controle e a figura do Orientador Educacional, aquele padrão de que os egressos deveriam trabalhar em profissões técnicas diretamente ligadas às atividades do campo foi, de certa forma, ressignificado e boa parte optou pela carreira do magistério como uma forma de produzir, disseminar e aplicar os conhecimentos científicos e tecnológicos na formação de outros profissionais, contribuindo dessa forma para a transformação social e o desenvolvimento local e regional.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Passada a primeira fase da crise pandêmica, a volta à normalidade das atividades presenciais em 2022, houve uma tentativa, mesmo que tardiamente, de percorrer os caminhos tradicionais de uma pesquisa, na busca por documentos que pudessem ampliar as informações já coletadas. Nesse sentido optou-se por uma visita de campo à instituição pesquisada. Entretanto, constatou-se que a utilização das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TIDICS), que permitiu o acesso às bibliotecas digitais, aplicativos e às redes sociais, que começou como uma alternativa paliativa e complementar, por conta da necessidade do isolamento social durante a pandemia, se tornou o caminho mais viável na busca das fontes para esta pesquisa.

O uso de bibliotecas digitais como a Hemeroteca Digital, o Portal do Domínio Público, a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e a leitura de duas revistas oficiais do Governo Federal se constituíram em ferramentas de acesso às informações necessárias para o conhecimento, análise e aprofundamento da temática investigada. O contato com a família através do aplicativo WhatsApp também foi uma ferramenta utilizada na busca dos documentos que se encontra no acervo particular da professora Elze Montenegro.

O encontro acidental com a Plataforma JusBrasil tornou-se a única forma de acesso às publicações mais antigas no DOU e proporcionou o acesso aos documentos oficiais como portarias de nomeação de professores associado às disciplinas ministradas, as tabelas numéricas com a especificação dos recursos para o funcionamento dos primeiros cursos, as portarias com as ordens de compra de materiais para as oficinas, os acordos e os convênios firmados para criação, manutenção e funcionamento da instituição pesquisada, uma vez que os documentos disponíveis na escola eram poucos e não apresentavam certa linearidade.

Ratifica-se o exposto no prólogo desta tese que os desafios enfrentados pela falta de acesso a um acervo documental consistente foram superados e resultou em descobertas significativas, que foram incorporadas nesse percurso formativo, tanto sobre formas de fazer pesquisa, como sobre a temática estudada e sua aplicabilidade no objeto de estudo.

Após considerar a pesquisa encerrada, foi necessária uma pausa para retomar os objetivos e fazer as ponderações necessárias, uma vez que o recorte temporal foi atravessado por importantes reformas educacionais nas quais a trajetória da instituição pesquisada esteve intrinsecamente ligada. De certo que não foi possível exaurir toda a realidade; o que se procurou foi extrair os principais acontecimentos que pudessem responder ao objetivo principal deste estudo de reconstituir/rememorar a criação e trajetória do Colégio de Economia Doméstica Rural “Elza Barreto”.

Os estudos já publicados sobre a temática e a legislação sobre as reformas educacionais, foram elementos fundamentais para traçar os caminhos a serem seguidos, dar coerência ao argumento de tese e ratificar que Cursos de Economia Rural Doméstica instalados na época foram pensados não apenas para preparar as moças para a administração familiar, mas também como uma alternativa de educação integral que formasse recursos humanos aptos a atuar na defesa de interesses territoriais e regionais, contribuindo para o desenvolvimento local e regional, previsto pelo projeto nacional.

Os estudos também revelaram que os modelos de formação adotados tanto pela CENER como pela SEAV, utilizou-se do recuso social da educação como uma forma de controle para a fabricação de sujeitos, através da inculcação ideológica de conhecimentos fundamentados nas atividades sociais e cívicas, com a finalidade de responder aos anseios de desenvolvimento projetados pelo gestores políticos e resolver o problema do êxodo rural. Para as mulheres esse processo de fabricação não poderia ir de encontro o *status quo* do sistema patriarcal, cujo raio de influência da mulher deveria estar sempre limitado as atividades ligadas ao trabalho reprodutivo e ocupações consideradas naturalmente femininas.

A busca por respostas conduziu a atenção primeiro para a compreensão histórica da educação profissional feminina no Brasil e seus reflexos na construção da identidade do Colégio de Economia Doméstica Rural de Iguatu, uma vez que a instituição iniciou suas atividades com a oferta de um curso de extensão, destinado às mulheres independente da sua idade, o que se configurou inicialmente em um curso profissional de educação de jovens e adultos.

Ao evidenciar a construção histórica do Colégio de Economia Doméstica Rural de Iguatu constatou-se que, por ter uma localização geográfica privilegiada, Iguatu conseguiu, através de seus representantes políticos, se inserir na esteira das políticas

nacionais e atrair recursos para a implementação de equipamentos necessários para o desenvolvimento econômico e social do município. Logo, os resultados alcançados sinalizaram que as várias fábricas instaladas no município de Iguatu impuseram a necessidade de formação de mão de obra qualificada para operacionalizar as novas tecnologias com práticas modernas que os trabalhos nas fábricas exigiam

Considerando o recorte temporal analisado, 1955 a 1983, o governo brasileiro tinha como foco o desenvolvimento econômico do país, através da agricultura, com a introdução de novas técnicas e maquinários agrícolas. De 1955 a 1967, o ensino agrícola ficou a cargo do Ministério da Agricultura, que em parceria com o Ministério da Educação e Cultura, desenvolveram campanhas de alfabetização de jovens e adultos e firmaram acordos internacionais, cujos reflexos impactaram diretamente na educação brasileira, impulsionando a criação de várias escolas agrícolas e a oferta de cursos de extensão por todo país.

Sob a gestão do Ministério da Educação, os acordos de cooperação técnica MEC/USAID nas décadas de 1960, 1970 e 1980 impactaram diretamente na elaboração das propostas curriculares, na gestão das escolas agrícolas, na formação de professores, administradores e técnicos agrícolas, comprovando a subserviência do Brasil aos EUA.

Foi nesse contexto que a sociedade iguatense se organizou para conseguir a formação necessária para seus futuros operários, o que resultou na criação de quatro escolas, três voltadas para o público masculino e uma para o público feminino. Para cada escola, foi escolhido um diretor representando a sua esfera política. Para a Escola de Economia Doméstica, foi escolhida uma mulher para gerenciar as atividades do curso a ser ofertado; para o Colégio Agrícola, foram nomeados vários diretores a nível estadual; por fim, a Escola Técnica de Comércio ficou a cargo de uma associação confessional.

Nesse sentido, coloca-se em evidência o fato de que, das quatro instituições criadas, a única o que conseguiu sua estabilidade foi a Escola de Economia Rural Doméstica, justamente a que começou suas atividades voltada para a formação feminina, com destaque para a atuação da professora Elze Montenegro, que através de sua articulação política, fortalecida por uma rede de sociabilidade, conseguiu deixar para os gestores que a sucederam uma escola profissional de excelência para atender a sociedade iguatense.

A Escola de Economia Doméstica Rural de Iguatu fundada em 1955 como desdobramento da Reforma Capanema se enquadrou ao projeto nacional traçado para o ensino agrícola feminino, absorveu as influências das campanhas de educação e dos acordos internacionais e seguiu acompanhando as reformas educacionais que se sucederam. Com a LDB de 1961 o Curso de Magistério em Economia Doméstica Rural deixa de ser ofertado e o Curso Técnico em Economia Doméstica é institucionalizado, nos níveis colegial com duração de quatro anos e o ginasial com duração de três anos, garantindo a possibilidade de acesso ao ensino superior. Com a Lei 5.692/71 a escola conseguiu sua expansão ganhando mais um Campus, absorvendo o Curso Técnico em Agropecuária e ajudou a dar maior estabilidade a escola.

A partir do que as fontes indicaram, a escola cumpriu sua função social ao conseguir projetar no mercado de trabalho excelentes profissionais, mesmo enfrentando o atravessamento das reformas educacionais. Nesse sentido, ratifica-se que os cursos ofertados pela instituição seguiram o propósito dentro do de cada momento político ao formar profissionais capazes de exercer sua profissão e a colocar seus conhecimentos e tecnologias disponíveis a serviço de sua localidade e/ou região. Por outro lado, a pesquisa também apontou que a formação e as profissões escolhidas pelos egressos da escola demonstram que o controle sutilmente incluído no currículo não formou as identidades desejadas.

Para além do recorte temporal abordado nesta pesquisa, em 1993 a Escola Agrotécnica Federal de Iguatu Elza Barreto foi transformada em autarquia e em 2008 tornou-se um campus do Instituto Federal do Ceará, juntamente com o Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará e a Escola Agrotécnicas Federal de Crato. O curso de Economia Doméstica foi extinto e abriu espaço para a criação de novos cursos técnicos voltados para a área social. Mesmo assim, ainda hoje, para a população iguatense, o IFCE Campus Iguatu é reconhecido como Escola “Elza Barreto”.

Com a reforma da educação profissional, através da Lei nº 11. 741, de 2008, a escola passou a ofertar o Curso Técnico em Agropecuária na forma integrada e subsequente e conseguiu aprovar novos cursos, com o objetivo de se adequar às constantes evoluções tecnológicas e formar profissionais competentes aptos a

atender as demandas e os arranjos produtivos locais, especialmente do setor agropecuário, visando promover a melhoria da vida do homem do campo.

De acordo com histórico da instituição, disponível em seu sítio, o Campus Iguatu do IFCE oferece atualmente os cursos técnicos em Agropecuária, Agroindústria, Informática e Nutrição e Dietética, na modalidade de Integrado ao Ensino Médio; e subsequentes em Agropecuária, Agroindústria, Nutrição e Dietética, Informática e Comércio; cursos de graduação de Tecnologia em Irrigação e Drenagem, Licenciaturas em Química e em Geografia, Bacharelados em Serviço Social com linha de formação em desenvolvimento comunitário, Bacharelado em Engenharia Agrícola e Ciência da Computação; Especialização Lato Sensu em Educação Profissional, Tecnológica e em Gestão de Gestão de Micro, Pequenas e Médias Empresas e Recursos Naturais no Semiárido.

Também são ofertados cursos de formação inicial e continuada, para trabalhadores e comunidades nas áreas de atuação da instituição, em parceria com entidades públicas, privadas e não-governamentais. Com isso, constata-se que a instituição, além de ter absorvido os cursos ofertados pelas escolas que foram criadas na mesma época, mas que não conseguiram se manter ao longo do tempo e foram extintas, expandiu sua oferta para atender às novas exigências em termos de formação profissional.

A Cooperativa Escola fundada pela primeira turma continua em pleno funcionamento. De acordo com o histórico apresentado⁶⁸, em março de 2010, a Escola dos Alunos da Escola Agrotécnica Federal de Iguatu-CE teve sua razão social alterada para Cooperativa-Escola dos Alunos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - Campus Iguatu, aprovada em assembleia geral. De acordo com o Estatuto⁶⁹, a Cooperativa-Escola é administrada e fiscalizada pelos seguintes órgãos: Assembleia Geral; Conselho Administrativo; Conselho Fiscal e Comitê Educativo, todos formados por alunos eleitos. A cooperativa conta com dois postos de vendas nas duas unidades (Vila Cajazeiras e Areias) do campus Iguatu. Entre as mercadorias comercializadas, estão as oriundas do processamento de produtos de origem animal e vegetal, produzido pelos alunos nas atividades práticas dos cursos

⁶⁸ Disponível em: Cooperativa-Escola dos Alunos do IFCE Campus Iguatu COOPEIF: HISTÓRICO (coopeifiguatu.blogspot.com). Acesso em 08 de set. de 2023.

⁶⁹ Disponível em: Cooperativa-Escola dos Alunos do IFCE Campus Iguatu COOPEIF: HISTÓRICO (coopeifiguatu.blogspot.com). Acesso em 08 de set. de 2023.

técnicos em Agropecuária e Agroindústria. Os produtos são queijo, iogurte, nata, carne suína, frango, mel e hortaliças.

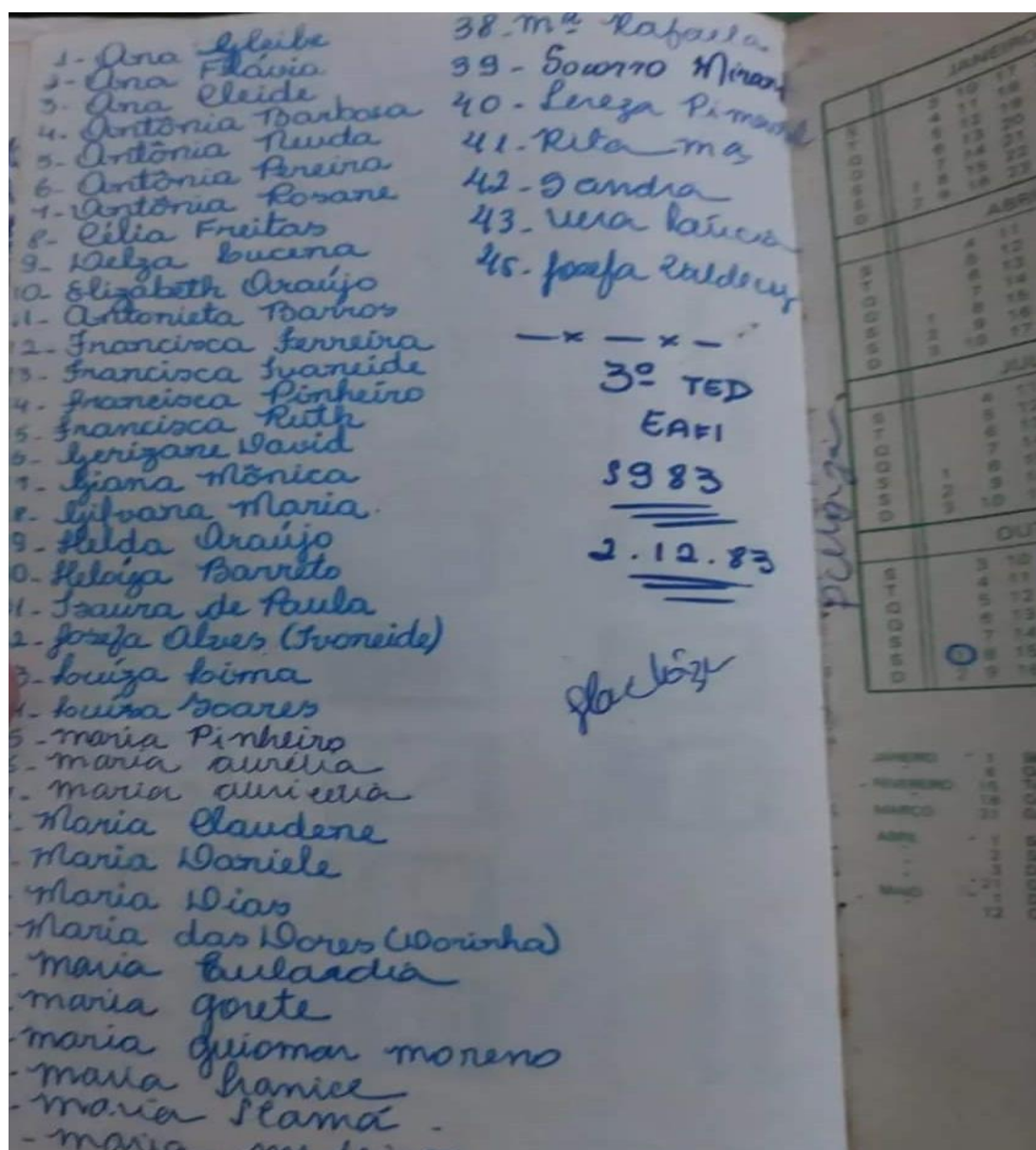
Quanto ao estudo sobre a materialidade da instituição pesquisada, ao buscar a sua unidade, foi preciso a articulação com a história política para compreender a totalidade histórica e extrair o seu sentido social, através das práticas institucionalizadas, das tradições e das contradições, e refletir sobre a relação escola e comunidade, associado aos interesses dos grupos hegemônicos. O estudo mostrou que, apesar da instituição seguir e aplicar rigorosamente as diretrizes nacionais, sob o comando de uma mulher, conseguiu construir sua própria identidade e se constituiu em uma referência histórica educacional, tendo como área estruturante a Ciência Agrícola,

Embora a historicidade das políticas públicas para a educação profissional feminina fosse sempre planejada e reproduzida sob a lente do sistema patriarcal, essa relação de poder sempre tão naturalizada pelo habitus cultural não impediu que algumas mulheres, contrariando o sistema, optassem por profissões convencionalmente associadas ao sexo masculino e lutassem por igualdade salarial. Foi assim no passado e continua sendo até hoje. As lutas travadas recentemente no Congresso Nacional para a aprovação da Lei nº 14.611, de 3 de julho de 2023, que dispõe sobre a igualdade salarial e de critérios remuneratórios entre mulheres e homens para a realização de trabalho de igual valor, ou no exercício da mesma função, associado as pesquisas publicadas pelo IBGE sobre a situação de trabalho da mulher no Brasil, comprovam esta realidade⁷⁰.

Por fim, coerente com a importância da contribuição das TIDICs para a execução desta pesquisa, este estudo será assinado através da tecnologia das redes sociais, extraído de uma postagem na rede social Instagram, feita por uma estudante concluinte do Curso Técnico em Economia Doméstica da turma de 1983. O referido documento contém assinaturas das concluintes, colhidas por ocasião do encontro de despedida da turma. Assim considera-se encerrada esta pesquisa, que continuará aberta para outras análises, reflexões, debates epistemológicos, acerca da historicidade das instituições escolares, do ensino agrícola e da educação profissional feminina no Brasil.

⁷⁰ Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2021/10/protocolo-18-10-2021-final.pdf>. Acesso em 29 de jul. de 2023

Figura 59 - Fotografia contendo assinatura da turma 1981-1983



Fonte: Fotografia produzida pela autora desta tese a partir da rede social Instagram. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Cqa2TbvANC/?igshid=MzRIODBiNWFIZA%3D%3D>

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. C. **Modernizar o campo pelo ensino agrícola: a organização da Escola Agrícola de Barbacena MG (1933-1964)**. 2017. 284f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Minas gerais, 2017.

ALMEIDA, J. S. de. **Mulher e educação: a paixão pelo possível**. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

ALMEIDA, J. W. de. **Escola Agrícola de Lavras da Mangabeira (1947-2008): elite rural, ingerência estrangeira e circulação de ideias pedagógicas para o progresso do Brasil e do Ceará**. 2016. 280 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

ALVES, M. M. **Beabá dos MEC-USAID**. 1968. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/verdade/resistencia/marcio_alves_beaba_mec_usaid.pdf. Acesso em 26 de jan. 2023.

AMARAL JUNIOR, J. C. **Três teses sobre a Economia Doméstica no Brasil**. Cadernos de História (Belo Horizonte), v. 21, p. 73-91, 2020.

AMARAL JÚNIOR, J. C. **Educação para mulheres: análise histórica dos ensinamentos de economia doméstica no Brasil**. Revista HISTEDBR On-line, v. 13, p. 275, 2013.

AMARAL JÚNIOR, J. C. **A Pedagogia do Doméstico: uma síntese apreendida da relação dialética entre Economia Doméstica e extensão rural**. 2020. 223 f. Tese (Doutorado em Memória: Linguagem e Sociedade). Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, UESB, Brasil. 2020.

AMORIM, S. R. M. de. **Viagem como missão: intercâmbio pedagógico do educador Nestor dos Santos Lima (1913-1923)**. 2017. 202 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

ARTIÈRES, P. **Arquivar a própria vida**. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 9-34, jul. 1998. ISSN 2178-1494. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2061/1200>>. Acesso em: 21 out. 2020.

AKSENEN, E. Z.; MIGUEL, M. E. B. **A educação rural à luz da legislação brasileira: 1927 a 1971**. Revista Diálogo Educacional (PUCPR. Impresso), v. 15, p. 703-722, 2015.

BARREIRO, C. ERBS, R. T. C. Métodos Metodologias e teorias nas pesquisas em educação: explorando o sentido das narrativas. In: Inês Ferreira de Souza BRAGANÇA; Maria Helena Menna Barreto Abrahão; Márcia Santos Ferreira (Org.). **Perspectivas epistemo-metodológicas da pesquisa (auto)biográfica**. 1 ed. Curitiba: CRV, 2016, v.1, p.67-80.

BARREIRO, I. M. F. **Formação para o ensino agrícola nos centros de treinamento de professores e de auxiliares rurais (1952-1963)**. Revista Brasileira de Educação (Impresso), v. 18, p. 647-668, 2013.

BELLEZA, N. **Serviço Militar Conjugado com a Educação para a Agricultura**. Revista do Serviço Público, v. 66, n. 03, pp. 472-479. Rio de Janeiro, 1955a.

BELLEZA, N. **Diretrizes para o Ensino Agrícola**. Revista do Serviço Público, v. 66, n. 01, pp. 65-70. Rio de Janeiro, 1955b.

BELLEZA, N. **Os estudos de economia doméstica na formação da mulher rural**. Revista do Serviço Público, v. 67, n. 03, pp. 461-466. Rio de Janeiro, 1955.

BERGAMASCHI, A. C. A. **Modernizar o campo pelo ensino agrícola: a organização da Escola Agrícola de Barbacena (1933-1964)**. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

BLOCH, M. **Apologia da história, ou, o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed., 2001.

BOSI, É. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 3ª ed. São Paulo: Companhia das letras, 1995.

BOURDIEU, P.A. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BOURDIEU, P.A. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: UNESP, 2004.

BOURDIEU, P. A. **A economia das trocas simbólicas**, introdução, organização e seleção, Sergio Miceli - São Paulo: Perspectiva, 2007

BOURDIEU, P.A. **Para uma sociologia da ciência**. Lisboa: Edições 70, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Uma nova opção para o ensino profissionalizante: a habilitação básica**. Brasília, Departamento de Documentação e Divulgação, 1978. 50 p.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Implantação das habilitações básicas: curso emergencial de licenciatura plena para graduação de professores de habilitações básicas - subsídios para formação pedagógica** módulos para professores, 1978.

BRASIL. **Habilitação básica em agropecuária**, 4. Rio de Janeiro, MEC/CEBRACE, 1975. p. il., "layout" (Publicações CEBRACE, 4.)

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Suplência Profissionalizante Cerâmica, Cervejas e Refrigerantes, Economia Doméstica**, vol 11. 1975. 109 p.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Coordenação Nacional do Ensino Agropecuário. **Economia doméstica; subsídios para uma proposta curricular**. Brasília, MEC/DDD, 1980. 36p.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Coordenação Nacional do Ensino Agropecuário. **Relatório Geral 1982**. Brasília, MEC/DDD, 1982. 64p

CARLOS, N. L. S. D.; CAVALCANTE, I. F.; MEDEIROS NETA, O. M. de. **Currículos de Habilitações do Ensino de 2º Grau no Estado do Rio Grande do Norte entre 1971 a 1996**. Cenas Educacionais, v. 4, p. 1-27, 2021.

CARVALHO, M. E. G.; MORAIS, G. M. (Org.); LIMA, R. A. (Org.). **Ninguém segura a mão de ninguém: ressignificando a história do tempo do tempo presente**. 1. ed. Natal: Edufrn, 2021. v. 1. 272p.

CASTANHA, A. P.; MAGALHÃES, L. D. R. (Org.). **História da educação: arquivos, instituições escolares e memória histórica**. Campinas: Alínea, 2013. p.13-31.

CERTEAU, M. A. **Escrita da história**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Revisão técnica de Arno Vogel. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHARTIER, R. O Mundo como Representação. **Estudos Avançados**, n.11, 1991. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8601/10152>. Acesso em: 20 de out. de 2020.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Protocolo para julgamento com perspectiva de gênero** [recurso eletrônico]. Brasília: Conselho Nacional de Justiça - CNJ; Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados - Enfam, 2021. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2021/10/protocolo-18-10-2021-final.pdf>. Acesso em: 11 out. 2021.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Recomendação nº 128, de 15 de fevereiro de 2022**. Recomenda a adoção do “Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero” no âmbito do Poder Judiciário brasileiro. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/files/original18063720220217620e8ead8fae2.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2022.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Resolução nº 254 de 04/09/2018**. Institui a Política Judiciária Nacional de enfrentamento à violência contra as Mulheres pelo Poder Judiciário e dá outras providências. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/2670>. Acesso em: 01 out. 2022.

COSTA, N. M. **A Escola Profissional para o sexo feminino através da imagem fotográfica**. 2003. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Campinas, 2003.

CUNHA, L. A. **O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização**. São Paulo: UNESP, 2000. Disponível em: https://biblio.flacsoandes.edu.ec/shared/biblio_view.php?bibid=11208&tab=opac. Acesso em: 08 de jun. de 2021.

CURY, C. R. J. et al. **A Profissionalização do Ensino na lei nº 5692/71**. Trabalho apresentado pelo INEP à XVIII Reunião Conjunta do Conselho Federal de Educação com os Conselhos Estaduais de Educação. Brasília: INEP, 1982.

DALLABRIDA, N. **A reforma Francisco Campos e a modernização nacionalizada do ensino secundário**. Educação (PUCRS. Impresso), v. 32, p. 185-191, 2009.

DAMASCENO, M. N.; BESERRA, B. **Estudos sobre educação rural no Brasil: estado da arte e perspectivas**. Educação e Pesquisa (USP), São Paulo, v. 30, p. 73-89, 2004.

DUARTE, A. P. **A Visão da “Guerra Total” no Pensamento Militar**. In: Revista Nação e Defesa. Outono-Inverno n.º 112 - 3.ª Série, 2005, p. 33-50.

DUCROT, A. **A Classificação dos arquivos pessoais e familiares**. Revista Estudos Históricos, vol.11, n. 21, p. 151-167.

DUTRA, V. M. **De Nilo Peçanha a Aurelino Leal**: conflitos inter-oligárquicos em torno da Escola Profissional Feminina de Niterói (Primeira República). 2013. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio de Janeiro/Rio de Janeiro. 2013.

FRAIZ, P. **A dimensão autobiográfica dos arquivos pessoais**: o arquivo de Gustavo Capanema. Revista de Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 21, p. 58-87, 1998.

FERREIRA, N. V. C. **Escola de Economia Rural Doméstica**: ensino secundário profissionalizante no triângulo mineiro (1953-1997). 2012. 294p. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012.

FERREIRA, N. V. C. **Professoras missioneiras? pessoas de rara dedicação e boa vontade**: Campanha Nacional de Educação Rural no Brasil (1952-1963). <https://doi.org/10.29351/amhe.v1i1.248>, v. 1, p. 115-132, 2018a.

FERREIRA, N. V. C.; SOUZA, C. O. **Nas páginas da revista Campanha Nacional de Educação Rural/CNER**: professoras missioneiras, entre a formação e a missão. Revista Educação e Fronteiras On-Line, v. 8, p. 67-83, 2018b.

FERREIRA, N. V. C.; FRANCO, N.; GELES, Y. P. M. **Escolas Rurais Domésticas**: 'Moças se preparem para sua função de donas de casa e diretoras de lares rurais...'. Cadernos de Pesquisa, v. 26, p. 257, 2019.

FERREIRA, N. V. C.; VISQUETTI, C. A.; SOUZA, C. O. **Escolas Normais Rurais Brasileiras**: Formação para Professoras Normalistas Missioneiras (1952-1963). Educa - Revista Multidisciplinar em Educação, v. 7, p. 949-968, 2020.

FOUCAULT, M. **Os anormais**: curso no Collège de France (1974-1975). São Paulo: Martins Fontes, 2001. Disponível em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4475341/mod_resource/content/1/foucault-m-os-anormais.pdf. Acesso em 08 de abr. de 2023.

FREITAS, D. G. **Entre ofícios e prendas domésticas: a Escola Profissional Feminina de Curitiba (1917 – 1974)**. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Paraná. Curitiba. 2011.

GALVÍNCIO, A. S.; COSTA, J. C. C. **O cuidar como profissão das mulheres: ensino superior e representação de gênero na trajetória intelectual de Eudésia Vieira**. Revista Brasileira de História da Educação, v. 21, p. 2-24, 2021.

GUINZBURG, C. **Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história**. Trad. de Frederico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 281.

GINZBURG, C. **O queijo e os vermes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

GOMES, C. M. C. **Educação Feminina Escola de Artes e Ofícios Santa Terezinha Santa Maria - RS - Um Estudo de Caso**. 2004. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Santa Maria. 2044.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982. Disponível em: <https://cesarmangolin.files.wordpress.com/2010/02/gramsci-os-intelectuais-e-a-organizacao-da-cultura1.pdf> Acesso em 26 de jun. de 2020.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4005834/mod_resource/content/1/48811146-Maurice-Halbwachs-A-Memoria-Coletiva.pdf. Acesso em 26 de jun. de 2020.

HEYMANN, L. Arquivos pessoais em perspectiva etnográfica. In: TRAVANCAS, I.; ROUCHOU, J.; HEYMANN, L. (org.) **Arquivos pessoais: Reflexões Multidisciplinares e Experiências de Pesquisa**. Rio de Janeiro: FGV, 2013. pp. 67-76.

LAGE, I. M. G. X. **Relações Brasil - Estados Unidos: Caso da aliança para o progresso no Ceará, 2002**. 144p. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Pernambuco UFPE, 2002.

LE GOFF, J. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão [et al.]. Campinas: Ed. Unicamp, 1990. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4594598/mod_resource/content/1/LE_GOFF_HistoriaEMemoria.pdf Acesso em 26 de jun de 2020.

LIMA, M. L. F.; SILVA, K.K.F; COSTA, K. T. S. As contribuições de Elze Alves Lima Verde Montenegro Para a Educação De Iguatu - CE. In: **IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil**, 2012, JOÃO PESSOA - PB. IX Seminário - 2012 - João Pessoa - PB, 2012. p. 621-630.

LIMA, M. L. F.; OLIVEIRA, S. A. A.; BANDEIRA, A. I. S.; LOPES, S. N. Educação Profissional Para Mulheres: Práticas Educativas em Iguatu (CE) 1955 - 1970. In: **Congresso Nacional de Educação**, 2016, Natal. Anais III CONEDU, 2016. v. 1.

LONZA, G. B. **Nísia Floresta e a educação das mulheres no Brasil**: a experiência do Colégio Augusto (1838-1849). Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Católica de São Paulo. São Paulo 2019.

LOPES, M. F. **O sorriso da Paineira**: construção de gênero em universidade rural. Tese (Doutorado em Programa de Pós - Graduação em Antropologia Social) - do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 1995.

LOPES, M. M. **O Ensino de Matemática na Escola Doméstica de Natal**: contribuições para um diálogo sobre o papel da mulher Norte-rio-grandense (1911 – 1961). Tese (Doutorado em Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. São Paulo. 2020.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 6ª Ed. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 1997.

MACHADO, C. J. S. **Histórias e memórias do conservadorismo feminino no Brasil**: do golpe aos primeiros anos da ditadura militar – questões políticas e educacionais (1962-1967). João Pessoa: Editora UFPB, 2009.

MACHADO, C. J. S.; NUNES, M. L. S.; VASCONCELOS, L. M. **Lições de um amigo**: cartas de Drummond a Zila Mamede. Rev. HISTEDBR On-line, Campinas, v.18, n.1 [75], p.107 -122, jan./mar. 2018.
DOI: <https://doi.org/10.20396/rho.v18i1.8651679>. Acesso em 10 de mai. de 2022.

MACHADO, C. J. S.; FIALHO, L. M. F.; VASCONCELOS, L. M. **Pelos fios das memórias do livro e da leitura**: o arquivo Zila da Costa Mamede. HOLOS, vol. 5, 2013, pp. 333-346. <https://doi.org/10.15628/holos.2013.1721>. Acesso em 20 de jun. de 2022.

MACHADO, C. J. S.; NUNES, M. L. S.; NASCIMENTO, G. A. **Rompendo o silêncio**: Neuza Bezerra Santos e as eleições municipais de 1968. Fênix (UFU. Online), v. 18, p. 175-192, 2021. <https://doi.org/10.35355/revistafenix.v18i1.1056>
Acesso em 20 de fev. de 2022.

MEDEIROS NETA, O. M. de; FERNANDES, A. N. O.; CARLOS, N. L. S. D. **A Profissionalização do Ensino de 2º grau com base no corpo normativo editado no período do Regime Militar**. Temas em Educação, v. 29, p. 42-58, 2020.

MEDEIROS NETA, O. M. de; BARBOSA, J. K. S. F.; LIMA, E. L. M.; SILVA, F. L. **Organização e Estrutura da Educação Profissional no Brasil**: da Reforma Capanema às Leis de Equivalência. HOLOS (Natal Online), v. 4, p. 223-235, 2018.

MENDONÇA, S. R. de. **O Ruralismo Brasileiro**. 1a. ed. São Paulo: Hucitec, 1997. v. 1. 219p

MENDONÇA, S. R. de. **Ensino Agrícola e Influência Norte-Americana no Brasil (1945-1961)**. Tempo. Revista do Departamento de História da UFF, v. 15, p. 139-165, 2010.

MENEZES, C. S. D.; MACHADO, C. J. S.; NUNES, M. L. S. **Mulher e educação na República Velha**: transitando entre o discurso histórico e o literário. Revista Educação Unisinos, nº 13(1), pp. 43-50, jan./abr. 2009. DOI: 10.4013/edu.2009.131.04. Acesso em 13 de mar. de 2022.

MINTO, L. W. **Teoria do capital humano**. Campinas/SP: Graf. FE/Unicamp: HISTEDBR, 2006 (Verbete).

MOGARRO, M. J. **Arquivos e educação**: a construção da memória educativa. Revista Brasileira De História Da Educação, nº 10 jul./dez., 2005, pp. 75-99.

MORAES, A. I. D. **A Circulação das Ideias do Movimento pela Ruralização do Ensino no Brasil (1930-1950)**. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual Paulista, Marília. 2019.

NEVES, V. N. S.; FIALHO, L. M. F.; MACHADO, C. J. S. **Trabalho docente no Brasil durante a pandemia da Covid-19**. Revista Educação Unisinos – v.25 (2021). DOI: 10.4013/edu.2021.251.26

NOGUEIRA, D. L. **Amália Xavier e a Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte**: registros sobre a constituição de uma cultura docente para a educação no campo. 2008. Tese (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza. 2008.

NOSELLA, P.; BUFFA, E. **As pesquisas sobre instituições escolares**: o método dialético marxista de investigação. EccoS – Revista Científica, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 351–368, 2008. DOI: 10.5585/eccos.v7i2.421.

NUNES, M. L. S. Pesquisas (auto) biográficas em Educação: contribuições à história das mulheres. In: SANTANA, J. R.; VASCONCELOS, J. G. FIALHO, L. M. F.; VASCONCELOS JÚNIOR, R. E. P. (Org.). **Golpe de 1964**: História, Geopolítica e Educação. 1ed.Fortaleza: EdUECE, 2014, v. 1, p. 207-228.

PERROT, M. **Minha história das mulheres**. Tradução de Ângela M. S. Correa. São Paulo: Contexto, 2007.

PINHEIRO, C.F. A Economia Doméstica como forma de controle sobre a mulher do campo: Extensão Rural e trabalho feminino no Brasil (1948-1974). In: **13º Mundos de Mulheres e Fazendo Gênero** 11, 2017, Florianópolis. Anais do XI Seminário Internacional Fazendo Gênero. Florianópolis: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 2017. p. 1-12.

PINHEIRO, C. F. Educar Mulheres: o curso de Economia Doméstica da UREMG (1952-1962). In: **XVIII Encontro de História da Anpuh-Rio: História e Parcerias, 2018, Niterói**. Anais do Encontro Internacional e XVIII Encontro de História da Anpuh-Rio: História e Parcerias, 2018.

- PRADO, A. A. **Ruralismo Pedagógico no Brasil do Estado Novo (1937-1945)**. Estudos Sociedade e Agricultura (UFRJ), Rio de Janeiro, v. 1995, n.4, p. 5-27, 1995.
- PRIORE, M. L. M. **História das Mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004. 571p.
- RBEP (1944). **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v.1, n.1, 161p, 1944.
- RCNER (1959). **Revista da Campanha Nacional de Educação Rural**, ano 06, n. 08, 319p, 1959.
- RIBEIRO, A. I. M. Mulheres educadas na Colônia. In LOPES, Eliane Marta Teixeira, FARIA FILHO, Luciano Mendes de, VEIGA, Chynthia Greive (org.) in: **Trajetória da educação profissional. 500 anos de educação no Brasil**. - 3. Ed. - Belo Horizonte: Autêntica, 2003, pp. 79-94.
- RIBEIRO, A. I. M. **Mulheres e Educação no Brasil-Colônia**: Histórias Entrecruzadas in: HISTEDBR, Navegando na história da educação brasileira. 2006. Disponível em: <https://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos/mulheres-e-educacao-no-brasil-colonia-historias-entrecruzadas>. Acesso em 08 de abr. de 2022.
- RICCIOPPO, A. C.; GATTI, G. C. V. **Civismo e patriotismo na escolarização feminina no Brasil: a Escola de Economia Doméstica de Uberaba (Minas Gerais, 1953-1963)**. Cadernos de História da Educação (UFU. Impresso), v. 18, pp. 160-190, 2019.
- ROCHA, C. C. Projetos para a educação rural no Regime Vargas: Newton de Castro Belleza e sua atuação no Ministério da Agricultura (1943-1955). In: **XXVI Encontro Estadual de História - ANPUH-SP, 2022**, São Paulo. Anais do XXVI Encontro Estadual de História - ANPUH-SP, 2022. p. 1-17.
- RSP. **Revista do Serviço Público**, ano 2007, Edição Especial - 70 anos. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/issue/view/269>>.
- SAFFIOTI, H. I. B. **A Mulher na Sociedade de Classes**: mito e realidade. Petrópolis, Vozes, 1976. 384p.
- SAMPAIO, D.; COSTA, L. **Anuário do Estado do Ceará**. Stylus-Consultoria de Investimento, Publicidade e Planejamento Ltda., 1972 Fortaleza, Ceará, 544p.
- SANTOS, B. S. **A Cruel Pedagogia do Vírus** (versão em e-book). Almedina, 2020.
- SANTOS, W. F. **O Primeiro Curso de Economia Rural Doméstica na Paraíba: Bananeiras (1950-1959)**. 2019. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa. 2019.
- SAVIANI, D. Instituições de memória e organização de acervos para a história das instituições escolares. In: SILVA, J. C.; ORSO, J. P.; CASTANHA, A. P.; MAGALHÃES, L. D. R. (Org.). **História da educação**: arquivos, instituições escolares e memória histórica. Campinas: Alínea, 2013. p.13-31.

SILVA, M. G. L. P. **A Escola Normal Rural do Ceará nos anos de 1930-1950:** palco de debates políticos e pedagógicos no calor das Reformas. Tese. (Doutorado em Educação) – Universidade federal do Ceará. 2009.

SILVA, R. S. M. **História e Memória da Formação Docente:** Curso Normal Rural do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora (1929-1974). Dissertação. (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos). Universidade do Estado da Bahia. 2020.

SILVA, M. L. da. **A trajetória histórico-normativa do ensino agrícola:** do Brasil- Império ao Brasil-República (1960). Vértices, v. 17, p. 77-101, 2015.

SILVEIRA, J. P. B. **Escritas de si e memória social:** o arquivo pessoal de coriolano benício. Ágora, v. 23, n. 47, p. 140-161, 2013. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/13293>>. Acesso em: 21 out. 2020.

SIRINELLI, J. F. Os intelectuais. In: REMOND, René (Org.). **Por uma história política.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003.

SOBRAL, F. J. M. **Retrospectiva histórica do ensino agrícola no Brasil.** Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica, 2015, vol.2(2), p. 78-95.

TARDIF, M. **Saberes profissionais dos professores e conhecimentos universitários:** elementos para uma epistemologia da prática profissional dos professores e suas consequências em relação a formação para o magistério. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, n. 13, p. 5-24, jan./abr.2000. Disponível em http://anped.tempsite.ws/novo_portal/rbe/rbedigital/RBDE13/RBDE13_05_MAURICE_TARDIF.pdf. Acesso em 01 de abr. de 2017

TAVARES, C. A.; HOLANDA, A. E. T de. **Habilitação Básica em Agropecuária:** Fundamentos, Currículo, Metodologia e Avaliação. Brasília: MEC, 1977.

VENANCIO, G. M. **Na trama do arquivo:** A trajetória Oliveira Vianna. Tese (Doutorado em História Social) Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Programa de Pós-graduação em História Social, do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. 2003.

VIDAL, L. **Acervos pessoais e memória coletiva:** alguns elementos de reflexão. Patrimônio e Memória, UNESP/FCLAs/CEDAP, v. 3, n.1, p. 3-13, maio 2007.

VIEIRA, C. E.. **Intelligentsia e intelectuais:** sentidos, conceitos e possibilidades para a História Intelectual. Revista Brasileira de História da Educação, v. 1, p. 63-85, 2008.

LEGISLAÇÃO

BRASIL. Decreto-Lei n 4.244 de 09 de abril de 1942. Lei orgânica do Ensino Secundário. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, p. 5798, 04 de abr. de 1942. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4244-9-abril-1942-414155-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 11 de mar. de 2021.

BRASIL. Decreto-Lei n. 8.529, de 02 de janeiro de 1946. Lei Orgânica do Ensino Primário. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, p. 640, 04 de jan. 1946a. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8529-2-janeiro-1946-458442-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 11 de mar. de 2021.

BRASIL. Decreto-Lei n. 8.530, de 02 de janeiro de 1946. Lei Orgânica do Ensino Normal. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, p. 646, 04 de jan. 1946b. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8530-2-janeiro-1946-458443-norma-pe.html>. Acesso em: 11 de mar. de 2021.

BRASIL. Decreto-Lei n. 9.613, de 20 de agosto de 1946. Lei Orgânica do Ensino Agrícola. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, p. 12.019, 23 ago. 1946. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-9613-20-agosto-1946-453681-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 11 de mar. de 2021.

BRASIL. Lei n. 1.076, de 31 de março de 1950. Assegurou aos estudantes que concluírem curso de primeiro ciclo do ensino comercial, industrial ou agrícola, o direito à matrícula nos cursos clássico e científico. **Diário Oficial da União**, p. 142, 12 de abr. 1950. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1076-31-marco-1950-363480-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 11 de mar. de 2021.

BRASIL. Decreto n. 38.042, de 10 de outubro de 1955. Aprovou o Regulamento dos Currículos do Ensino Agrícola. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, p. 18985, 14 de out. 1955. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-38042-10-outubro-1955-335142-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 11 de mar. de 2021.

BRASIL. Decreto n. 52.634, de 08 de outubro de 1963. Dispõe sobre denominação de instituição de ensino e dá outras providências. **Diário oficial da União**, Brasília, p. 9074, 22 de mai. 1967. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-52634-8-outubro-1963-392720-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 05 de abr. de 2021.

BRASIL. Decreto nº 60.731, de 19 de maio de 1967. Transfere para o Ministério da Educação e Cultura os órgãos de ensino do Ministério da Agricultura e dá outras providências. **Diário oficial da União**, Brasília, p. 5543, 22 de mai. 1967. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-60731-19-maio-1967-401466-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 05 de abr. de 2021.

BRASIL. Decreto n. 83.935, de 04 de setembro de 1979. Altera a denominação dos estabelecimentos de ensino que indica. **Diário oficial da União**, Brasília, p. 12890, 05 de set. 1979. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-83935-4-setembro-1979-433451-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 05 de abr. de 2021.

BRASIL. Lei n 1.821, de 12 de março de 1953. Dispõe sobre o regime de equivalência entre diversos cursos de graus médios para efeito de matrícula no ciclo colegial e nos cursos superiores. **Diário oficial da União**, Rio de Janeiro, p. 4505, 16 de mar. 1953. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1821-12-marco-1953-366631-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 11 de mar. de 2021.

BRASIL. Lei Nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Lei Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1961) LDB (1961). **Diário oficial da União**, Brasília, p. 11429, 27 de dez. 1961. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 11 de mar. de 2021.

BRASIL. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus e dá outras providências. **Diário oficial da União**, Brasília, p. 6377, 12 de ago. 1971. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 11 de mar. de 2021.

BRASIL. **Parecer nº 45/72, de 12 de janeiro de 1972, do CFE**. A qualificação para o trabalho no ensino de 2º grau. O mínimo a ser exigido em cada habilitação profissional. In Documenta nº 134, Rio de Janeiro, jan. 1972.

BRASIL. **Parecer 76/75, de 23 de janeiro de 1975, do CFE**. O ensino de segundo grau na Lei 5.692/71. In Documento nº 170. Rio de Janeiro, jan. 1975.